

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

**A PRODUÇÃO DA PERIFERIA URBANA EM
SANTA DA CRUZ DO SUL-RS: O LUGAR DOS
SAFRISTAS NA TERRA DO FUMO**

Rogério Leandro Lima da Silveira

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Leila Christina Dias

Dissertação de Mestrado
Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

Florianópolis - SC
Outubro, 1997

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

**A PRODUÇÃO DA PERIFERIA URBANA EM
SANTA DA CRUZ DO SUL-RS: O LUGAR DOS
SAFRISTAS NA TERRA DO FUMO**

Rogério Leandro Lima da Silveira

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Leila Christina Dias

Dissertação de Mestrado
Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

Florianópolis - SC
Outubro, 1997

**A PRODUÇÃO DA PERIFERIA URBANA EM SANTA CRUZ DO
SUL-RS: O LUGAR DOS SAFRISTAS NA TERRA DO FUMO.**

ROGÉRIO LEANDRO LIMA DA SILVEIRA

Dissertação submetida ao Curso de Mestrado em Geografia, concentração em Desenvolvimento Regional e Urbano, do Departamento de Geociências do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Mestre em Geografia.

Leila Christina Dias

Prof.^a Leila Christina Duarte Dias

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM: 09/10/1997.

Leila Christina Dias

Dr.^a Leila Christina Duarte Dias (Orientadora)

Maria Ignez Silveira Paulilo

Dr.^a Maria Ignez Silveira Paulilo

Ivo Sostisso

M.Sc. Ivo Sostisso

RESUMO

Este trabalho aborda a produção da periferia urbana na cidade de Santa Cruz do Sul, localizada na região central do Estado do Rio Grande do Sul, notadamente a partir do final dos anos sessenta, período que marca a instalação, o funcionamento e a consolidação no município, das principais corporações internacionais agrofumageiras. A reprodução do espaço urbano de Santa Cruz do Sul, um dos mais importantes centros de beneficiamento industrial do fumo em escala internacional, revela a existência e a promoção de diferentes espacialidades e temporalidades no processo de apropriação do espaço urbano, o que nos permite identificar e apreender a presença de ritmos distintos e de condições desiguais de acesso e de uso da cidade. Espacialidades e temporalidades essas, resultantes das ações e relações historicamente engendradas por um conjunto diversificado de agentes sociais, desde o trabalhador safrista, morador na periferia da cidade, os incorporadores e promotores imobiliários, o Estado, até as agroindústrias multinacionais. Nesse aspecto, o caráter e o conteúdo complexo pelos quais a urbanização da cidade vem realizando-se, nos levaram a identificar a existência e a valorizar a inter-relação de três importantes variáveis na promoção da (re)produção do espaço urbano local: 1) o processo de urbanização do município e o desenvolvimento do mercado imobiliário; 2) os reflexos espaciais e sociais do conteúdo técnico-científico incorporado ao território como condição e produto do processo de reprodução ampliada do capital internacional; e 3) o processo de mobilização dos trabalhadores temporários safristas pelas agroindústrias fumageiras e sua relação com o surgimento de vilas e com a promoção de loteamentos populares na periferia da cidade.

Palavras Chaves: Urbanização, Periferia Urbana, Segregação Espacial, Agroindústria Fumageira e Organização Espacial

ABSTRACT

This paper broaches the peripheral urban production of Santa Cruz do Sul which is located in the central region of Rio Grande do Sul, more precisely as of late 60's when there was the setting up, functioning and consolidation of major worldwide agricultural and tobacco corporations in the city. The reproduction of the urban space of Santa Cruz do Sul, which happens to be one of the greatest spots of industrial betterment of tobacco on an international basis, reveals the existence and promotion of different spacealties as well as temporalities throughout the process of appropriation of such urban territory which allows us to identify and learn about the presence of distinctive rythms and uneven conditions of both access and use of the city. These spacealties and temporalities are the outcome from actions and historical relations engendered by a diversified set of social agents which rank from the very seasonal worker who lives in the outskirts of the city, real estate agents and incorporators, the State, up to multinational agroindustries. In this respect, the character and complex content through which the urbanization of the city has been undergoing, have led us to acknowledge the existence and praise the inter-relation of three outstanding variables in the promotion of the (re)production of local urban space, namely: 1) the process of urbanization of the city and the development of the real estate market; 2) the spatial and social reflexions of technical and scientific contents incorporated to the territory as a condition and a product of the process of amplified reproduction of international capital; 3) the process of mobilization of seasonal workers by the very agroindustrial and tobacco companies and their relationship with the emergence of popular residencial areas ("vilas"), along with their implementation.

“ - (...)As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa.

- Eu não tenho desejos nem medos - declarou o Khan -, e meus sonhos são compostos pela mente ou pelo acaso.

- As cidades também acreditam ser obra da mente ou do acaso, mas nem um nem outro bastam para sustentar as suas muralhas. De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas.

- Ou as perguntas que nos colocamos para nos obrigar a responder, como Tebas na boca da Esfinge.”

(Diálogo entre Marco Polo e Kublai Khan in: As Cidades Invisíveis, de Ítalo Calvino)

Para Rosi, meu amor, que com carinho e compreensão me ensinou que ser é ousar ser. Seu apoio, Seu sorriso foram imprescindíveis, nessa deliciosa e apaixonante trajetória de nossas vidas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Profª. Drª. Leila Christina Dias, pelo privilégio de ter sido seu orientando e de ter podido usufruir, nessa caminhada, de sua postura profissional coerente e de sua sincera amizade. Com ela aprendi que o trabalho científico pode e deve ser um momento prazeroso de reflexão e de aprendizado, que nos oportunize combinar originalidade, seriedade, rigor metodológico e audácia à pesquisa geográfica. Sua perseverança e seu inestimável apoio tornaram essa jornada um percurso pleno de confiança e de superação.

Aos meus colegas, professores do Departamento de História e Geografia, em especial a Erika Collischonn e Laurindo Guasselli, pela ajuda cartográfica, e a Virginia Etges e Olgário Vogt pela disposição em debater e criticar alguns dos temas aqui desenvolvidos. Ao colega e amigo Luiz Augusto Costa a Campis pelo estímulo e pela predisposição em oportunizar-me o contato inicial com vários dos lugares da desigual paisagem urbana de Santa Cruz do Sul.

Aos meus alunos do curso de Geografia, onde tudo começou. Em especial a Marta Leivas, Milene Seer, Delton Correa e Gerson Riediger pelo apoio na consulta aos jornais, na aplicação dos questionários e no acabamento dos mapas.

Às amigas de Florianópolis: Zélia Silvestrini, pelas inúmeras acolhidas e pelo auxílio nas traduções, e Dulce Oliveira, nossa amável senhoria, pela estada na ilha durante o ano de 1994.

Aos meus colegas de mestrado: Ademir Motta da Silva, Adelino dos Santos Neto, Edson Belo de Souza, Fátima Regina da Silva, Miguel Mathias Müller, Luzia Lins,

Patrícia Sotuyo, Ione Pereira e Vanda Ueda, pela oportunidade da troca no debate teórico e acadêmico, e pelos momentos compartilhados em Florianópolis, início de uma sincera e fraterna amizade.

À Lia Leal, pela qualificada e cuidadosa contribuição na revisão do texto original.

À Universidade Federal de Santa Catarina, aos professores do Curso de Pós-Graduação em Geografia e à Universidade de Santa Cruz do Sul pelo apoio institucional; ao CNPq, pelo auxílio financeiro, e à CAPES, pela bolsa PICD, sem o que esta pesquisa não poderia ser realizada.

Por último, agradeço aos meus pais João e Sirley e aos meus irmãos Marco e Silvia, pelo amor, pelo carinho e pela perseverança, suporte indispensável ao sucesso desta caminhada.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1- A COLONIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO INDUSTRIAL EM SANTA CRUZ DO SUL	25
1.1- Santa Cruz do Sul: Colônia alemã do Brasil meridional	25
1.2- A organização espacial colonial	30
1.3- A inserção de Santa Cruz do Sul na divisão territorial do trabalho	41
1.4- A industrialização de Santa Cruz do Sul	50
1.5- O crescimento urbano inicial	60
2- CAPITAL MONOPOLISTA INTERNACIONAL, INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO	65
2.1- O processo de internacionalização do setor agrofumageiro	65
2.2- A consolidação do capital internacional agrofumageiro e o processo de urbanização	74
2.3- Mercado imobiliário e (re)produção desigual do espaço urbano	94
3- O COMPLEXO AGROINDUSTRIAL FUMAGEIRO LOCAL E O MERCADO INTERNACIONAL DO FUMO: REFLEXOS NA (RE)PRODUÇÃO DA CIDADE	113
3.1- O complexo agroindustrial fumageiro	115
3.2- O conteúdo técnico-científico do território	125
3.3- O distrito industrial	135
3.4- O mercado internacional de fumo	152
4- OS TRABALHADORES SAFRISTAS E A AGROINDÚSTRIA FUMAGEIRA: MOBILIDADE DO TRABALHO E PRODUÇÃO DA PERIFERIA URBANA	162
4.1- O trabalho safrista	163
4.2- O perfil do trabalhador safrista	167
4.3- Mobilidade da força de trabalho safrista, acumulação de capital e produção da periferia urbana	175
5- A PERIFERIA URBANA ENQUANTO LUGAR DOS SAFRISTAS NA CIDADE	198
5.1- O lugar dos trabalhadores safristas na cidade	199
5.2- Os moradores das vilas periféricas	217
5.3- A periferia urbana em Santa Cruz do Sul: Segregação e disciplina na terra do fumo	231
À GUIA DE CONCLUSÃO	246
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	260
ANEXOS	269

LISTA DE FIGURAS

1- Santa Cruz do Sul: localização da colônia	31
2- Santa Cruz do Sul: distribuição dos lotes coloniais	32
3- Organização espacial dos lotes	35
4- Planta da freguesia de Santa Cruz do Sul - 1870	38
5- Planta da cidade de Santa Cruz do Sul - 1922	42
6- Exportações brasileiras de fumo em folha - 1965/1995	74
7- Santa Cruz do Sul: evolução urbana - 1950/1994	87
8- Santa Cruz do Sul: localização de algumas áreas residenciais de classe "A" e de vilas populares na cidade em 1960/1970	89
9- Santa Cruz do Sul: número de loteamentos realizados entre 1975/1995	91
10- Santa Cruz do Sul: área total dos loteamentos realizados entre 1975/1995	91
11- Microrregião Fumicultora e RS: produção de fumo em folha - 1975/1993	92
12- Santa Cruz do Sul: área urbana - 1994	100
13- Santa Cruz do Sul: participação de impostos municipais no total da arrecadação - 1979/1992	102
14- Região do Vale do Rio Pardo-RS: localização do complexo agroindustrial fumageiro - 1995	119
15- Santa Cruz do Sul: distrito industrial	140
16- Santa Cruz do Sul: distrito industrial e loteamentos e vilas populares periféricas adjacentes - 1994	144
17- Santa Cruz do Sul: áreas anexadas ao município em 1995	148
17.A- Santa Cruz do Sul: parte do distrito industrial e da área anexada do município de Rio Pardo	148
18- Santa Cruz do Sul: localização das vilas Boa Esperança, Nova Esperança e Torrano	201

LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADROS

- | | |
|--|----|
| 1- Santa Cruz do Sul: indústrias fumageiras segundo a origem do capital - 1956 | 70 |
| 2- Santa Cruz do Sul: a desnacionalização da indústria do fumo | 74 |

TABELAS

- | | |
|--|-----|
| 1- Número de estabelecimentos industriais e pessoal ocupado em Santa Cruz do Sul - 1960/1989 | 76 |
| 2- Valor da produção e da transformação industrial por principais ramos industriais em Santa Cruz do Sul - 1970/1980 | 78 |
| 3- Santa Cruz do Sul e RS: evolução da população urbana e rural - 1950/1991 | 81 |
| 4- Santa Cruz do Sul: tempo de residência dos migrantes - 1970/1980 | 84 |
| 5- Microrregião Fumicultora de Santa Cruz do Sul e RS: participação na produção brasileira de fumo em folha - 1973/1993 | 121 |
| 6- Santa Cruz do Sul: participação dos ramos industriais na arrecadação de ICMS - 1989/1991 | 123 |
| 7- Santa Cruz do Sul: as vinte e cinco maiores empresas - valor adicionado por retorno de ICMS por empresa - 1990/1992 | 124 |
| 8- Exportação mundial de fumo em folha: principais países exportadores - 1988/1992 | 153 |
| 9- Santa Cruz do Sul: número total de trabalhadores ocupados nas agroindústrias fumageiras - 1970/1995 | 190 |
| 10- Santa Cruz do Sul: número de trabalhadores ocupados nas agroindústrias fumageiras - efetivos e temporários - 1984/1995 | 191 |
| 11- Local de nascimento dos moradores das vilas | 218 |
| 12- Local de residência anterior à vinda para a vila, por família - 1996 | 219 |
| 13- Motivos pelos quais as famílias vieram residir na vila - 1996 | 220 |
| 14- Situação da moradia, condições da habitação e infra-estrutura existente, por domicílio - 1994 | 223 |
| 15- Situação ocupacional dos moradores das vilas, por sexo - 1994 | 226 |
| 16- Local de trabalho, por sexo - 1994 | 227 |
| 17- Trabalhadores safristas, por sexo - 1994 | 229 |

INTRODUÇÃO

O processo atual de globalização da economia capitalista tem permitido identificar a constituição de um mercado hierarquizado e articulado pelo capital monopolista, pressupondo um espaço onde a fluidez da informação, dos produtos, das relações sociais e do próprio capital possam ocorrer. Busca-se, assim, a aceleração da circulação do capital e sua correspondente acumulação.

Nesse processo, a funcionalidade técnica requerida ao território salienta a importância estratégica e infra-estrutural das cidades, que, organizadas em redes, promovem a unificação do mercado e a articulação dos diferentes espaços.

A ampliação e a crescente complexidade da divisão do trabalho e das diversas formas de circulação, bem como o fato de as organizações internacionais, no presente, interferirem, impondo deliberadamente uma nova reestruturação do trabalho e do próprio espaço nacional, representam maior diversificação e complexificação dos objetos e das ações, redefinindo assim o espaço, independente da escala.

De acordo com Harvey, quando fala da compressão do tempo e do espaço: “Quanto menos importantes as barreiras espaciais, tanto maior a sensibilidade do capital às variações do lugar dentro do espaço e tanto maior o incentivo para que os lugares se diferenciem de maneiras atrativas ao capital”.¹

Poderíamos ainda dizer: se de um lado a existência empírica do fragmento tem sua independência negada como parte isolada, de outro lado, o lugar é aceito como

¹ D.Harvey. **A Condição Pós-Moderna**. Ed.Loyola. 1992. p.267.

funcionalização do todo. Ou seja, na medida em que os lugares se tornam mundiais, ainda que cada vez mais diferentes entre eles, formam uma totalidade concreta, empírica, a partir das diferentes funções presentes em cada lugar.

Neste contexto, e enquanto condição e resultado da atual divisão do trabalho no país, percebe-se que a urbanização brasileira adquire um novo dinamismo representado pelo fortalecimento, nas duas últimas décadas, das cidades de porte médio,² destacando-se aquelas localizadas em regiões dotadas de um forte conteúdo técnico, científico e informacional e integradas ao processo de reprodução ampliada do capital internacional, através do desenvolvimento de cultivos dinâmicos de exportação.

Cada uma dessas cidades se reveste de características próprias. Seja no que se refere à dinâmica de sua inserção na divisão territorial do trabalho, seja em relação a conteúdo, funcionalidade e implicações sociais e espaciais da racionalidade técnica presente no território, como também no que diz respeito ao processo de (re)produção do espaço urbano.

Conectadas ao mercado mundial enquanto nós da vasta rede operada pelos grandes conglomerados internacionais que atuam no controle da produção, beneficiamento industrial e comercialização de produtos primários, essas cidades têm representado importante suporte logístico ao desenvolvimento da reprodução e da acumulação do capital monopolista. Como lugares constituintes dessa ampla espacialidade, essas cidades têm apresentado um intenso e contraditório processo de urbanização. Em outras palavras, se de um lado esse processo tem-se caracterizado pelo equipamento e pela modernização seletiva do território, priorizando graus maiores de

² Para Milton. Santos: "O que chamávamos de cidade média em 1940/50, naturalmente não é a cidade média dos anos 1970/80. No primeiro momento, uma cidade com mais de 20.000 habitantes poderia ser classificada como média, mas hoje, para ser cidade média uma aglomeração deve ter população em torno dos 100.000 habitantes". M.Santos. *A Urbanização Brasileira*. Ed.Hucitec. 1993. p.70.

eficiência, de funcionalidade e de racionalidade à reprodução dos setores econômicos hegemônicos, de outro lado, a desigual espacialização do conteúdo técnico-científico tem também oportunizado a fragmentação e a irracionalidade no processo de reprodução do espaço urbano com destaque para o agravamento da segregação espacial e social de parcelas significativas dessas comunidades locais na periferia da cidade.

Nessa perspectiva, elegemos como principal propósito deste trabalho a análise do processo de produção da periferia urbana de uma dessas cidades, Santa Cruz do Sul, localizada na região central do Rio Grande do Sul e reconhecida como um dos mais importantes centros de beneficiamento de fumo em escala internacional.

Tal propósito surgiu a partir de 1989, ano em que passamos a lecionar nas então Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul, quando começamos a conhecer os diferentes lugares da capital do fumo, e a perceber a dinâmica excludente e desigual que caracterizava o seu processo de urbanização. Nos anos que se seguiram, notadamente durante as aulas de Geografia Urbana, o debate com meus alunos a respeito da dinâmica de reprodução do espaço urbano local, principalmente quanto ao processo de produção da periferia da cidade, apontava a necessidade de aprofundarmos a análise em relação aos reais motivos pelos quais essa área da cidade vinha apresentando, nos últimos vinte anos, um intenso crescimento, bem como a importância de serem identificadas os principais agentes e processos envolvidos nessa dinâmica espacial. Posteriormente, quando em 1992 acrescemos à docência a função de Coordenador de Extensão da Universidade, passamos, através do contato com o desenvolvimento de projetos de extensão universitária junto às vilas periféricas da cidade e com algumas de suas lideranças, a melhor conhecer algumas das características que envolveram a promoção dessas áreas periféricas da cidade, bem como a dura realidade pela qual a maior parte das

famílias ali residentes enfrentava em seu processo de reprodução social. Na medida em que se intensificava o contato e era desvendado o outro lado do processo de urbanização da bela e rica capital mundial do fumo, despertava em nós o desafio de empreender o presente trabalho, para contribuir com o entendimento do processo de reprodução do espaço urbano local.

Nesse sentido, importa aqui identificar e apreender os agentes, os processos e as variáveis que têm participado direta e indiretamente da produção da periferia urbana em Santa Cruz do Sul. Para tanto, ainda que a noção de periferia urbana envolva situações e lugares espacial e socialmente distintos, serão privilegiados aqui aqueles lugares periféricos da cidade que se caracterizam não apenas por localizarem-se em áreas distantes do centro da cidade, mais exatamente no limite do perímetro urbano, mas principalmente por apresentarem condições precárias quanto à infra-estrutura urbana e ao atendimento dos serviços públicos, bem como pela situação irregular dos imóveis.³

Importante produtor nacional de fumo em folha com base na pequena propriedade e na mão-de-obra familiar, Santa Cruz do Sul, juntamente com os municípios vizinhos de Vera Cruz e Venâncio Aires, constituem o maior complexo agroindustrial fumageiro do mundo, beneficiando nas agroindústrias fumageiras multinacionais aí instaladas cerca de 80% do total do fumo em folha produzido na região Sul do Brasil.

A partir do final da década de sessenta, começo da década de setenta, que marca o início da instalação e funcionamento da maior parte dos conglomerados multinacionais fumageiros, Santa Cruz do Sul vem apresentando um intenso processo de

³Para Eunice R. Durham a "(...)chamada 'periferia' é formada pelos bairros mais distantes, mais pobres, menos servidos por transporte e serviços públicos". E.R.Durham. A Sociedade Vista da Periferia . In: L.Kowarick (Org.) As Lutas Sociais e a Cidade: São Paulo Passado e Presente. Ed. Paz e Terra. p.173.

urbanização caracterizado pelo aumento dos fluxos migratórios da força de trabalho excedentária na região, pela incorporação de modernos sistemas e objetos técnicos ao seu território, pelo aumento expressivo de sua área urbana e pelo crescimento não menos significativo de sua periferia urbana.

A participação hegemônica do ramo agrofumageiro na economia local, em que pese responder por boa parte da pujança econômica da capital mundial do fumo, tem também incidido na produção de um espaço urbano repleto de contradições, onde, pela análise da paisagem, podemos observar a promoção, de um lado, do espaço da riqueza, da ostentação nos bairros classe A, nos belíssimos e indevassáveis condomínios fechados, ou ainda como classifica Santos, de “lugares luminosos”, porque plenos de um conteúdo tecno-científico como o Distrito Industrial local; de outro, do espaço da miséria, da exclusão, de “lugares opacos”, pela precariedade e irregularidade, como as diversas vilas existentes na periferia da cidade.⁴

A população residente nesses lugares da periferia urbana de Santa Cruz do Sul constitui-se em grande parte de safristas, ou seja, trabalhadores temporários na agroindústria fumageira, muitos dos quais migrantes do meio rural e de outras áreas da cidade, assim como de municípios vizinhos. Dado o caráter sazonal do beneficiamento industrial do fumo, de 4 a 6 meses, os safristas buscam reproduzir-se, durante a entressafra, através do emprego como domésticas, no caso das mulheres, e como autônomos ou trabalhando na construção civil, no caso dos homens. A produção do espaço urbano em Santa Cruz do Sul, notadamente de sua periferia, estaria então, numa

⁴ M. Santos. *A Natureza do Espaço - Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. Ed. Hucitec. 1996. p.245.

primeira aproximação, intimamente ligada à lógica e à dinâmica pela qual o capitalismo se desenvolve no território municipal.

Entretanto, a produção do espaço urbano em Santa Cruz do Sul não pode ser apreendida apenas levando-se em conta o desenvolvimento capitalista no âmbito do território municipal, mas também a partir da mediação entre as diferentes escalas geográficas presentes na produção da cidade.

Impõe-se aqui tomar a “segunda avenida” apontada por Edgar Morin para alcançar o desafio da complexidade, a da transgressão dos limites da abstração universalista, em que, contrariamente ao isolamento do singular e do local ao universal, devemos sim, tratar de uni-los.⁵

De fato, a organização espacial do ramo fumageiro ultrapassa as fronteiras do município, articulando o processo de beneficiamento industrial em Santa Cruz do Sul com a produção do fumo realizada na região Sul do País e com a produção de cigarros em outras cidades no Brasil e no exterior. A gestão do conjunto dos processos e atividades inerentes ao desenvolvimento desse ramo econômico é realizada pelos escritórios centrais dos principais conglomerados, em seus países de origem, com reflexos econômicos, sociais e políticos ao longo de toda a cadeia produtiva, ainda que com diferentes intensidades nos diversos lugares que a integram.

Isso, por sua vez, implica considerar também a presença e o desenvolvimento de distintos tempos sociais, subjacentes ao processo de (re)produção do espaço urbano em Santa Cruz do Sul. Em realidade, o tempo das diversas ações e dos diversos agentes sociais (agroindústrias fumageiras, empresas locais, proprietários fundiários, promotores e incorporadores imobiliários e moradores da periferia) não é o mesmo.⁶ O ritmo

⁵ E. Morin. **Ciência com Consciência**. Publicações Europa-América. S/D. p.139-140.

⁶ Se considerarmos a cidade como um ser complexo, podemos, de acordo com Ilya Prigogine e Isabelle Stengers, ter presente que “Cada ser complexo é constituído por uma pluralidade de tempos,

diferenciado que cada um desses agentes sociais imprime na produção da cidade traduz as diferentes e desiguais formas de apropriação do espaço social.

Diante dessa complexidade, na qual diferentes espacialidades e temporalidades comparecem e interagem, muitas vezes de forma contraditória, entendemos oportuna a construção de um aparato teórico-metodológico que valorize as mediações necessárias a fim de que possamos apreender o real em suas múltiplas determinações.

Nesse aspecto, a construção do presente trabalho, no que se refere ao seu caráter metodológico, pretendeu apoiar-se na compreensão de que a busca do entendimento pleno do real pode e deve, como ensina Feyerabend, estar assentada de maneira franca e aberta na pluralidade teórica.⁷ Igualmente entendemos ser de fundamental importância a valorização da produção do conhecimento a partir das contribuições científicas, produto da objetividade da ciência, e das contribuições empíricas e subjetivas presentes no mo(vi)mento historicamente produzido pela sociedade.

A objetividade por nós almejada, como lembra Morin: “Não exclui o espírito humano, o sujeito individual, a cultura, a sociedade (...) necessita tanto do consenso como do antagonismo e da conflitualidade entre concepções e teorias”.⁸ Além disso, a complexidade do urbano, de sua (re)produção, nos remete, em um primeiro momento, ao fato de que a interdisciplinaridade além de natural é necessária à investigação científica da cidade. Em um segundo momento, implica e ao mesmo tempo oferece à Geografia a oportunidade de trabalharmos na fronteira de outros campos do saber,

ramificados uns nos outros segundo articulações sutis e múltiplas. A história, seja a de um ser vivo ou de uma sociedade, não poderá nunca ser reduzida à simplicidade monótona de um tempo único, quer esse tempo cunhe uma invariância, quer trace os caminhos de um progresso ou de uma degradação”. I. Prigogine e I. Stengers. *A Nova Aliança*. Ed. UnB. 1991. p.211.

⁷ P. Feyerabend. *Contra o Método*. Ed. Francisco Alves. 1989. Cap. I a IV.

⁸ E. Morin. *O Problema Epistemológico da Complexidade*. Publicações Europa-América. S/D. p.17.

notadamente no âmbito das ciências sociais, ampliando assim a nossa capacidade e condição de explicá-la de maneira mais abrangente.

Nesse sentido, utilizando a contribuição de Ribeiro sobre os processos de construção do espaço urbano, poderíamos salientar basicamente a existência de duas posições:

I- O local como momento de movimentos globais;

II- O local como fenômeno singular.

Na primeira, os movimentos da economia nacional e internacional explicariam a dinâmica produtora de todas as cidades, em suas dimensões temporais e espaciais. Na segunda, quando as particularidades políticas, sociais, culturais e econômicas locais determinariam aqueles mesmos movimentos singulares. Se considerarmos as cidades enquanto configurações espaços-tempos, “(...) as atividades construtivas são marcadas por dimensões sincrônicas e diacrônicas que tornam complexas as relações entre o global e o local, fazendo com que seja incorreto tomar o local como um epifenômeno do global ou o global como somatório das regularidades locais”.⁹

Lembramos aqui, também, a importante contribuição de Henry Lefebvre, quando analisa a introdução de descontinuidades temporais e espaciais na teoria da cidade. Para ele: “A projeção do global para a prática e para o plano específico da cidade só foi realizada através das mediações. Mediação ela própria, a cidade foi o local, o produto das mediações, o terreno de suas atividades, o objetivo de suas proposições”.¹⁰

Assim, a cidade se transforma não apenas em razão, de forma imediata e dedutivamente, de processos globais (econômicos, sociais, políticos e culturais), mas

⁹ L.C. de Q. Ribeiro. *Global e Local na Análise da Estruturação da Cidade: Reflexões Metodológicas*. In: *Anais do 3º Simpósio Nacional de Geografia Urbana*. AGB/UFRJ/IBGE. set/1993. p.99.

¹⁰ H. Lefebvre. *O Direito à Cidade*. Ed. Moraes. 1991. p.55.

também a partir das relações historicamente construídas entre os diversos grupos, classes e frações de classe que compõem a sociedade.

Nesta perspectiva, a produção da periferia urbana em Santa Cruz do Sul reflete a existência de diferentes agentes e processos que direta e indiretamente interagem na produção da cidade. Tendo isso presente, podemos, em nosso entendimento, identificar a presença de três importantes variáveis no processo de (re)produção da cidade. Variáveis essas que se apresentam intimamente articuladas e que envolvem a participação do conjunto dos agentes sociais presentes no processo de produção do espaço urbano local, em especial de sua área periférica.

Uma primeira a ser considerada diz respeito ao próprio processo de urbanização da cidade. A intensa urbanização que o município experimentou a partir dos anos setenta, em função do incremento da atividade agroindustrial fumageira, proporcionou um acelerado e contraditório desenvolvimento do mercado e da especulação imobiliária. Como resultado, a cidade apresentou, a partir desse período, uma progressiva ampliação do perímetro urbano, além da intensificação da verticalização da cidade, notadamente em sua área central.

O desenvolvimento da especulação imobiliária aliado a uma distribuição desigual da renda, estabelecida no processo de produção, e aos intensos fluxos migratórios da mão-de-obra excedentária da região para a capital do fumo, tem promovido a segregação espacial de considerável parcela da população. Isso é observável, na maior parte das áreas periféricas da cidade, através da produção de um crescente número de ocupações irregulares e de loteamentos clandestinos. Além disso, o papel do poder público municipal nesse processo tem sido decisivo, seja pela desigual instalação na cidade, de equipamentos urbanos e bens de consumo coletivos - o que tem

possibilitado a valorização diferencial do solo urbano e o incremento da especulação imobiliária, seja através da transferência compulsória dos moradores de áreas irregulares para as vilas periféricas da cidade.

Uma segunda variável a considerar, e não menos importante, relaciona-se com o conteúdo técnico-científico que o território municipal passa a apresentar, em especial a partir da década de setenta, quando da intensificação da produção e do beneficiamento industrial do fumo por parte das agroindústrias multinacionais. O crescimento do ramo fumageiro na economia local, aliado ao incremento do mercado internacional do fumo nesse período, impuseram a gradativa e necessária instalação no território de um conjunto de objetos e sistemas técnicos que viabilizassem a ampliação e a racionalização do processo produtivo.

Se, na escala global em que atuam as agroindústrias multinacionais, a instalação desses objetos e sistemas técnicos representam a racionalidade e o ordenamento necessários à reprodução ampliada do capital, no espaço urbano local ela tem representado a desordem e a irracionalidade no processo de urbanização, pelo caráter seletivo do uso que oportunizam e pelas implicações sociais e espaciais que promovem.

Tomados isoladamente, esses objetos e sistemas técnicos não possuem a capacidade de estruturar o território. Todavia, enquanto produto das relações sócio-espaciais presente no lugar, eles têm viabilizado a (re)produção do espaço urbano santacruzense. A implantação desse conteúdo técnico-científico tem-se materializado de forma desigual na cidade, possibilitando, direta e indiretamente, alterações em relação aos processos de valorização fundiária e de uso e ocupação do solo em determinadas áreas da cidade. A esse respeito, destacamos os efeitos gerados pela instalação do Distrito Industrial na periferia urbana, redefinindo o uso do solo nessa área e

reorientando tanto a localização industrial como a das vilas e loteamentos populares na cidade.

A terceira e última variável a ser considerada diz respeito ao processo de mobilização da força de trabalho dos safristas pelas agroindústrias fumageiras, e a sua relação com a produção da periferia urbana local. Nesse aspecto, há que se destacar as implicações da racionalização e da regulação técnica, adotadas no processo produtivo fumageiro, em relação à mobilidade do trabalhador safrista.

Produto perecível, o fumo exige rápida manipulação no complexo industrial, para não iniciar o processo de deterioração. Até a década de setenta, diante da tecnologia então disponível, o desenvolvimento da safra industrial requeria seu conjunto de trabalhadores disponíveis por aproximadamente 8 a 10 meses no ano. A partir da década de setenta, com a introdução de novas e modernas tecnologias, o período da safra começa a ser reduzido, concentrando-se, mas em função disso, necessitando simultaneamente de mais força de trabalho por menor período de tempo, até 6 meses. O que tornou necessária a mobilização de um razoável contingente de trabalhadores no manuseio do fumo, antes e depois de ser tragado pelo maquinário.¹¹

Para evitar a compra de força de trabalho que durante parte do ano ficaria ociosa, a agroindústria fumageira, agindo sob a racionalidade do capital, planejou e sincronizou a produção rural com o processo de beneficiamento industrial de forma que a maior parte dos vendedores da força de trabalho, no complexo industrial, seja de operários temporários. O capital, assim, além de produzir a procura da força de trabalho de que necessita, também produz a oferta, na medida em que cria ininterruptamente operários supranumerários.¹²

¹¹ O. Vogt. *A Produção de Fumo em Santa Cruz do Sul, RS (1849-1993)*. Dissertação de Mestrado. UFPR. 1994. p.256.

¹² Idem. p.171.

Entretanto, a criação desse exército industrial de reserva oportunizada pelas inovações tecnológicas e pela racionalização do processo produtivo fumageiro, e reforçada pelas recorrentes migrações de novos trabalhadores nos períodos de grandes safras, só tornará viável a reprodução do capital na medida em que a mobilidade da força de trabalho fique circunscrita a determinados locais, preferencialmente de imediata e funcional mobilização, como as vilas populares próximas ao Distrito Industrial, na periferia da cidade. Assim, a produção da periferia urbana, enquanto lugar da mão-de-obra safrista na cidade, adquire uma função essencial no processo de reprodução e acumulação do capital agrofumageiro.

Desta forma, entendemos que a produção da periferia urbana em Santa Cruz do Sul, ao mesmo tempo que reflete a lógica contraditória e excludente do processo capitalista de produção da cidade, reflete também as implicações sociais e espaciais decorrentes dos processos de modernização e racionalização tecnológica requeridos pelos agentes hegemônicos presentes no território.

A operacionalização desta pesquisa nos impôs, além da revisão bibliográfica inicial dos referenciais teóricos mais adequados a nos auxiliar no entendimento e na apreensão dessa complexa realidade, também a consulta às obras existentes sobre a colonização e o desenvolvimento da fumicultura no município. O nosso desconhecimento inicial do desenvolvimento histórico dos processos de urbanização e industrialização da cidade, aliado à quase inexistência de bibliografia sobre a temática impôs-nos também uma demorada, porém frutífera, consulta aos jornais locais, notadamente a partir da década de sessenta, possibilitando-nos obter dados e informações valiosas acerca das diferentes etapas constituintes desses processos. Com esse mesmo intuito, valemo-nos também de algumas entrevistas realizadas, entre outros, com representantes da prefeitura

municipal, de empresas agrofumageiras, dos sindicatos - patronal e de trabalhadores -, e do movimento popular. Algumas dessas entrevistas permitiram ainda avançar na compreensão, principalmente da dinâmica e do funcionamento da agroindústria fumageira, notadamente em relação às características do trabalho temporário na safra do fumo e a sua relação com a produção da periferia urbana.

Quanto à dinâmica do mercado imobiliário, dada a dificuldade na obtenção de algumas informações junto à Prefeitura Municipal e às imobiliárias da cidade, optamos por privilegiar a consulta junto ao Cartório de Registro de Imóveis, bem como a legislação municipal disponível em relação ao uso, ocupação e organização do solo urbano.

Em relação às vilas periféricas por nós selecionadas a fim de melhor compreender o processo de produção da periferia urbana na cidade, além da realização de entrevistas e da aplicação de um questionário com o objetivo de levantarmos informações sobre migração e constituição desses lugares, utilizamos também os dados censitários disponibilizados pelo Comitê Municipal de Combate à Fome e à Miséria e aqueles oriundos das pesquisas realizadas nesses locais por colegas da Universidade de Santa Cruz do Sul.

De todo modo, o detalhamento dos passos que envolveram a operacionalização desta pesquisa, principalmente no que se refere à pesquisa de campo, está melhor explicitado, em anexo, na apresentação do que estamos denominando procedimento da pesquisa.

Diante do exposto, apresentamos a seguir o conteúdo dos capítulos que conformam esta dissertação.

No primeiro capítulo buscamos realizar o resgate daqueles fatores e variáveis históricas que em nosso entendimento oportunizaram as condições para o surgimento e o desenvolvimento urbano inicial do município, bem como viabilizaram o nascimento e a estruturação da indústria local. Entre elas destacamos o processo de colonização do território, a dinâmica espacial da colônia e sua inserção na divisão territorial do trabalho. Elementos esses que, ao permitirem apreender o processo histórico de formação do espaço urbano-industrial de Santa Cruz do Sul possibilitam compreender melhor o intenso processo de urbanização que a cidade passou a apresentar a partir dos anos setenta.

No segundo capítulo, analisamos os processos de urbanização e industrialização do município a partir da entrada e da consolidação do capital monopolista internacional agrofumageiro na economia municipal. Nosso objetivo aqui foi analisar como se comportaram a dinâmica e a lógica presentes na reprodução do espaço urbano local, a partir das mudanças oportunizadas pela internacionalização do ramo fumageiro na economia santa-cruzense, notadamente quanto aos reflexos da racionalidade e da dinâmica do mercado imobiliário no processo de produção da periferia urbana.

Já no terceiro capítulo procuramos analisar o significado e as principais características pelas quais o complexo agroindustrial fumageiro vem materializando-se no município, o conteúdo técnico-científico por ele requerido e incorporado ao território, bem como os reflexos e os condicionantes por ele oportunizado no processo de (re)produção da cidade. Para tanto, privilegiamos a análise da produção do Distrito Industrial local e sua inter-relação com a produção da periferia urbana. Além disso, buscamos analisar a inserção desse complexo no mercado mundial de fumo, como também os reflexos que os processos de concentração e centralização do capital nos

anos recentes têm promovido na economia local, especialmente aqueles que direta e indiretamente têm incidido na dinâmica industrial e as determinações daí decorrentes na produção da periferia urbana de Santa Cruz do Sul.

No quarto capítulo nos detemos na identificação do significado e da importância que o trabalho temporário dos trabalhadores safristas adquire no processo produtivo agroindustrial fumageiro, bem como procuramos caracterizar, do ponto de vista social e econômico, o perfil dessa força de trabalho. Analisamos também, a partir das inter-relações existentes entre a mobilidade dessa força de trabalho e o processo de acumulação de capital pelas agroindústrias fumageiras, os reflexos da dinâmica do mercado de trabalho safrista na produção da periferia da cidade.

Finalmente, no quinto e último capítulo, analisamos o processo de constituição da periferia urbana em Santa Cruz do Sul, enquanto lugar dos trabalhadores safristas na cidade. Nele buscamos identificar as características que envolveram o surgimento desses lugares periféricos, bem como o seu conteúdo sócio-espacial. Para tanto, como recurso de análise, selecionamos, dentre as vilas periféricas da cidade, três vilas populares: Vila Boa Esperança, Vila Nova Esperança e Vila Torrano. Além disso, procuramos também analisar a produção da periferia urbana enquanto resultado de ações e políticas públicas disciplinadoras e controlistas do poder público municipal, e que, ao incidirem na produção da cidade, revelam uma configuração urbana crescentemente segregadora e excludente.

1 - A COLONIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO-INDUSTRIAL EM SANTA CRUZ DO SUL

Neste primeiro capítulo, propomo-nos analisar o processo histórico de constituição do espaço urbano-industrial de Santa Cruz do Sul. Nele procuramos elaborar um quadro referencial dos principais fatores que oportunizaram o surgimento e o crescimento urbano inicial do município. Nossa intenção aqui foi também destacar algumas variáveis que, combinadas, permitissem apreender a dinâmica pela qual a cidade e a indústria foram estruturando-se no município, a fim de compreendermos melhor o intenso processo de urbanização, atualmente em curso em Santa Cruz do Sul.

1.1 - Santa Cruz do Sul: Colônia Alemã do Brasil Meridional

Uma primeira variável a ser considerada e necessária à construção desse quadro referencial diz respeito à origem do município, e está intimamente ligada à política do governo imperial, durante o século XIX, em promover a colonização do Brasil meridional com imigrantes europeus, entre estes, os alemães.

A promoção desse fluxo imigratório para o sul do Brasil tinha como objetivo a ocupação e o povoamento de regiões até então desocupadas e distantes, geralmente da área de influência do latifúndio gaúcho. Cabe lembrar que esse tipo de iniciativa imigratória, com o intuito de colonizar determinado território, difere da que

se processou em São Paulo, onde o objetivo principal foi, através da imigração, obter mão-de-obra livre para a lavoura cafeeira em substituição ao trabalho escravo.¹

A imigração alemã para o Brasil reflete, ainda, as profundas mudanças do capitalismo, tanto interna, como externamente.

No plano interno, o Brasil apresentava nesse período um gradativo esgotamento da economia colonial escravista, principalmente em função das pressões da Inglaterra, para que o país promovesse o fim do sistema de produção baseado na mão-de-obra escrava. E, em 1850, com a extinção do tráfico de escravos para o Brasil, o processo de esgotamento desse sistema de produção intensificou-se, impondo ao país a necessidade de buscar saídas alternativas para contornar a crise que o modo de produção colonial impunha, na medida em que “latifúndio e escravidão se combinavam num sistema incapaz de se desenvolver”². Inexistindo internamente as condições políticas necessárias para criar um novo modo de produção sustentado na pequena propriedade e na mão-de-obra livre, dada a hegemonia dos grupos escravocratas, a saída conciliatória foi a criação de uma economia paralela de pequenos proprietários em determinadas partes do território, até então não ocupadas pelo latifúndio, através da colonização com imigrantes alemães.³

No âmbito internacional, os países europeus experimentavam profundas transformações estruturais caracterizadas principalmente por mudanças na base técnica de produção e nas próprias relações de produção. O resultado imediato desse processo foi a produção de um considerável excedente populacional, parte do qual

¹Em relação às diferenças existentes entre esses dois tipos de iniciativa imigratória é elucidativa a contribuição de C. Prado Jr. *História Econômica do Brasil*. Brasiliense, 1983. p.189.

²P. I. Singer. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*. Cia. Editora Nacional, 1977.p.154-155.

³Idem. p.155. Além dos colonos alemães, teríamos também a participação, basicamente a partir de 1875, de imigrantes italianos no processo de colonização do Rio Grande do Sul.

acabou tendo na emigração a derradeira alternativa diante do quadro de desemprego que os países europeus, na sua maior parte, então apresentavam.

Tal situação ainda é mais crítica na Alemanha. Segundo Godinho et al., a emigração de alemães para a América teve como fatores de expulsão, de um lado, o processo de desagregação da propriedade feudal, como também a luta da burguesia por maiores poderes políticos; de outro lado, uma conjuntura interna extremamente instável em função das lutas de unificação entre os diversos ducados, principados e reinos de língua alemã.⁴

Singer, por sua vez, identifica dois períodos distintos da emigração de alemães. Um primeiro seria aquele de 1800 a 1880, quando a ausência de desenvolvimento levou à emigração basicamente os filhos de camponeses cujas propriedades tinham atingido a condição de minifúndios, não podendo ser mais divididas, e de artesãos impossibilitados de encontrar emprego, pelo limite dos mercados locais. Um segundo período, a partir de 1880, quando a revolução industrial se intensificou, e emigraram

“(...) artesãos e trabalhadores da indústria doméstica arruinados pela concorrência das grandes empresas; proletários lançados ao desemprego pelas crises de conjuntura; camponeses tornados redundantes pela revolução agrícola”.⁵

Nesse sentido, situações aparentemente desvinculadas, além de distantes espacialmente - como a instalação de núcleos coloniais como o de Santa Cruz do Sul, em 1849, no sul do Brasil, e a produção de fluxos emigratórios da Alemanha, tardiamente unificada e industrializada - em realidade se apresentam articuladas, ou

⁴R. E. Godinho et alii. *Estudos de População VI - Santa Cruz do Sul*. CEBRAP, 1980. p.40.

⁵P. I. Singer. *Op. cit.* p.87

melhor, como situações complementares do mesmo processo, aquele da expansão do modo de produção capitalista em escala internacional.

A esse respeito merece destaque a contribuição de Singer, para quem:

“Embora a emigração alemã da fase 1800-1880 tenha sido causada, em última análise, pela ausência de desenvolvimento capitalista, ela indubitavelmente se realizou num mundo que se estava tornando cada vez mais capitalista e no qual se ia constituindo um mercado internacional de trabalho (...) A transferência de capital do centro do mundo capitalista à sua periferia precisava ser acompanhada de mão-de-obra, para fecundar este capital e permitir que ele se multiplicasse”.⁶

O núcleo colonial de Santa Cruz do Sul, criado pelo governo provincial em 1849, surgiu a partir desse contexto mais amplo. A então crise da escravatura no Brasil levou os governos imperial e provincial a adotarem medidas legais que viessem, ao mesmo tempo, favorecer o desenvolvimento da agricultura através do emprego de mão-de-obra livre dos colonos migrantes e garantir o povoamento efetivo de amplas parcelas até então inexploradas do território gaúcho.⁷

É nessa perspectiva que surgiu, por exemplo, a Lei Geral nº514, de outubro de 1848, cujas principais diretrizes estipulavam: a concessão de 36 léguas de terras devolutas, pelo Império às províncias, para uso exclusivo da colonização; a proibição do uso de mão-de-obra escrava nessas terras; obtenção do título de propriedade das terras por parte dos colonos só após o desbravamento e exploração num prazo não superior a cinco anos.⁸

Já a Lei Geral de setembro de 1850, criada no sentido de regulamentar a aquisição de terras devolutas, reservou exclusivamente ao governo imperial as suas

⁶Idem. p.88

⁷As leis às quais nos referimos são principalmente: Lei Geral nº 514, de 28 de outubro de 1848, art. 16 in Coleção de Leis do Império, Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1949, T.10, pte.1. apud A. M. Lando e E. C. Barros. A Colonização Alemã no Rio Grande do Sul. Movimento, 1976. p.10. Lei Geral de 18 de setembro de 1850 apud J. Roche. A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul. Globo. 1969. p.101. Lei nº 229, de 04 de dezembro de 1851, in Leis Provinciais. Arquivo Histórico do RS. Fls 211, Livro 2. apud H. E. Martin. Santa Cruz do Sul: de Colônia a Freguesia (1849-1859). APESC, 1979. p. 21-2. Lei nº 304 de 30 de novembro de 1854 apud idem p. 23-4.

⁸ J. Roche. Op. Cit. p.101.

disposições. A partir desse período, somente por meio da compra é que os títulos de propriedade seriam reconhecidos, ainda que a lei deixasse brechas para contorná-la, como foi o caso do seu artigo 3º, que, pela dubiedade da interpretação, favoreceu a fundação de inúmeras colônias particulares.⁹

Até 1870, quando o governo imperial voltou a intervir diretamente no processo de colonização do Rio Grande do Sul, este era organizado e dirigido pela administração provincial. Em um primeiro momento, o governo provincial, através da Lei Provincial de 1851, procurou estimular a vinda de novos imigrantes, através: a) da distribuição gratuita de lotes em terras que já haviam sido concedidas pela Lei de 1848; b) da gratuidade no fornecimento de sementes e instrumentos aos colonos; c) da concessão de ajuda em dinheiro, durante a etapa de instalação, e de indenização das despesas de viagem.¹⁰

Entretanto, essa política de franco favorecimento e de estímulo à imigração alemã representaria em pouco tempo um considerável ônus para as contas públicas, demandando profundas alterações na política de colonização da província. Surgiu então a Lei de 1854, que segundo Roche:

“(...) foi, até fins do século XIX, a verdadeira carta da colonização no Rio Grande do Sul. As terras já não serão doadas aos colonos, mas vendidas, quer à vista, quer a crédito (sem juros, pagáveis em cinco anos). Se o colono pode perceber para suas despesas de viagem 50 mil réis por pessoa, não é senão a título de adiantamento reembolsável.”¹¹

Esta lei, de 1854, nada mais nada menos que a versão provincial da Lei de Terras, acabaria por transformar os primeiros colonos alemães instalados em Santa Cruz do Sul, de pequenos produtores de subsistência, a partir da mão-de-obra

⁹ Idem. p.101.

¹⁰ Idem. p.102.

¹¹ Idem. p.102.

familiar, em produtores de mercadorias, na medida em que os obrigava a realizar o pagamento dos lotes e dos auxílios recebidos da província, e, simultaneamente, ao fazer isso, acabaria criando as condições necessárias ao surgimento do mercado interno.

1.2 - A Organização Espacial Colonial

Uma segunda variável importante para a compreensão do crescimento urbano que a cidade iria experimentar, décadas mais tarde, é relativa à organização espacial engendrada pelo processo de colonização.

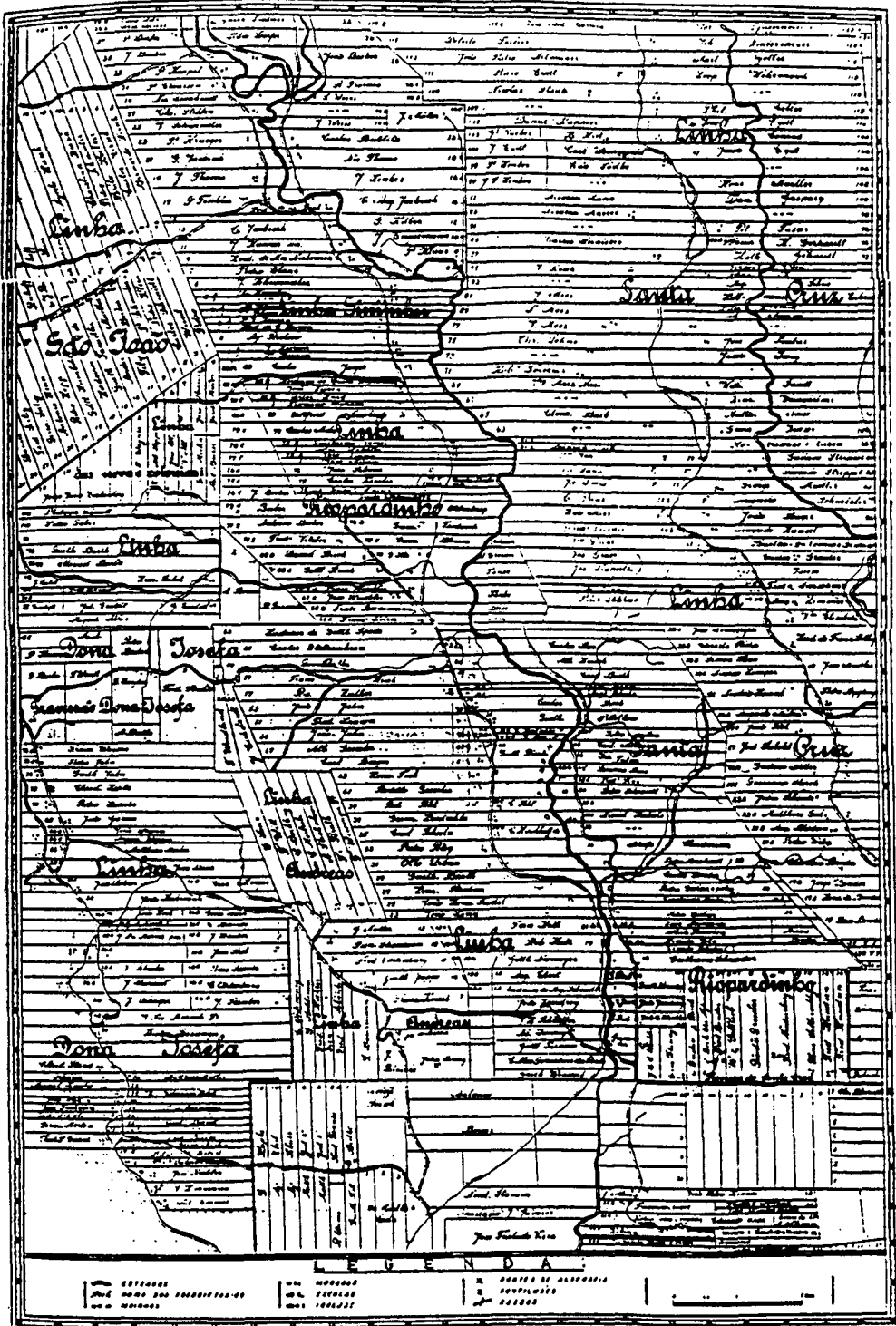
Localizada na região da encosta do planalto, em uma área de transição entre o Planalto Basáltico e a Depressão Periférica, em altitudes que variam de 80m ao sul a 640m ao norte e cobertas com densas florestas¹², a colônia alemã de Santa Cruz do Sul foi criada pelo governo provincial, no então município de Rio Pardo, na localidade que logo iria ser conhecida como Picada Velha ou Picada Santa Cruz.¹³ (FIG. 01).

A organização espacial da colônia de Santa Cruz seguiu o mesmo modelo de distribuição de lotes coloniais empregado a partir de 1824 em São Leopoldo, berço da colonização alemã no Rio Grande do Sul, modelo típico das áreas coloniais alemãs no sul do Brasil. A figura 02 mostra a distribuição dos lotes, tendo como referência as linhas geometricamente traçadas, as chamadas picadas, onde os lotes

¹²V. E. Etges. **Sujeição e Resistência: Os Camponeses Gaúchos e a Indústria do Fumo**. Livraria e Editora da FISC, 1991. p.71.

¹³J. L. Cunha. **Os Colonos Alemães e a Fumicultura**. Livraria e Editora da FISC, 1991. p.97

FIG. 2: SANTA CRUZ DO SUL: DISTRIBUIÇÃO DOS LOTES COLONIAIS - 1922



Fonte: V. Etges. Sujeição e Resistência: Os Camponeses Gaúchos e a Indústria do Fumo. 1991. p.69

foram distribuídos paralelamente uns aos outros e alinhados, acompanhando o curso dos rios.¹⁴

Em relação a este peculiar tipo de povoamento rural disperso, Waibel argumenta que isso não quer dizer que as propriedades se encontram espalhadas, de forma irregular. Em realidade, segundo ele:

“ (...) elas são dispostas ao longo de certas linhas. Estas linhas são as picadas, abertas pelos pioneiros na mata original e que logo desde o principio serviram como linhas de comunicação e estradas. Nas zonas serranas de colonização antiga, as linhas coloniais seguem normalmente os fundos de vales fluviais e de cada lado delas estão alinhados os lotes dos colonos, a distância de algumas centenas de metros. Algumas linhas coloniais têm 10 ou 20 km de extensão, e centenas de lotes se distribuem ao longo delas. Esses lotes são estreitos ao longo da estrada e do rio, mas se estendem numa longa faixa retangular para o fundo, muitas vezes até o divisor de águas”.¹⁵

Tal modelo de distribuição dos lotes e de povoamento, de acordo com Waibel, é o mesmo que foi empregado no final da Idade Média, na colonização das montanhas do leste da Alemanha. Sua denominação original é *Waldhufendorf*. Segundo o autor: “*wald* significa floresta, *dorf* quer dizer vila, e *hufe* se refere à faixa comprida e estreita de terra que foi entregue a cada colono”.¹⁶

Quais as razões para o emprego de tal modelo nas colônias alemãs do sul do Brasil? Segundo Roche¹⁷ e Etges¹⁸: 1) esse tipo de povoamento não foi espontâneo, pois quem distribuiu os lotes de terra foi a administração provincial, tratando-se, portanto, de um povoamento dirigido; 2) na maioria dos casos, o poder de decisão, sobre questões que envolviam colonos, cabia aos diretores das colônias, que normalmente eram imigrantes (ligados ao governo ou a militares) que já conheciam essa característica

¹⁴De acordo com R. E. Godinho et alii. 1980. p. 55., A Lei Geral nº 514 determinava que os primeiros colonos recebessem lotes de 160.000 braças quadradas, ou seja, 77 ha de área. Já os lotes distribuídos após a Lei Provincial nº 229 possuíam 100.000 braças quadradas ou 48,4 ha.

¹⁵L. Waibel. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. IBGE. 1979. p. 259.

¹⁶Idem. p. 259.

¹⁷J. Roche. Op. Cit. p. 209-210.

¹⁸V. E. Etges. Op. Cit. p. 68.

da estrutura fundiária alemã; 3) esse tipo de organização espacial dos lotes coloniais seria o mais adequado e mais racional, dadas as condições topográficas da região, por garantir uma relativa paridade em relação à distribuição das terras de várzea, e também permitir a cada proprietário um meio de comunicação, através do rio ou da picada.

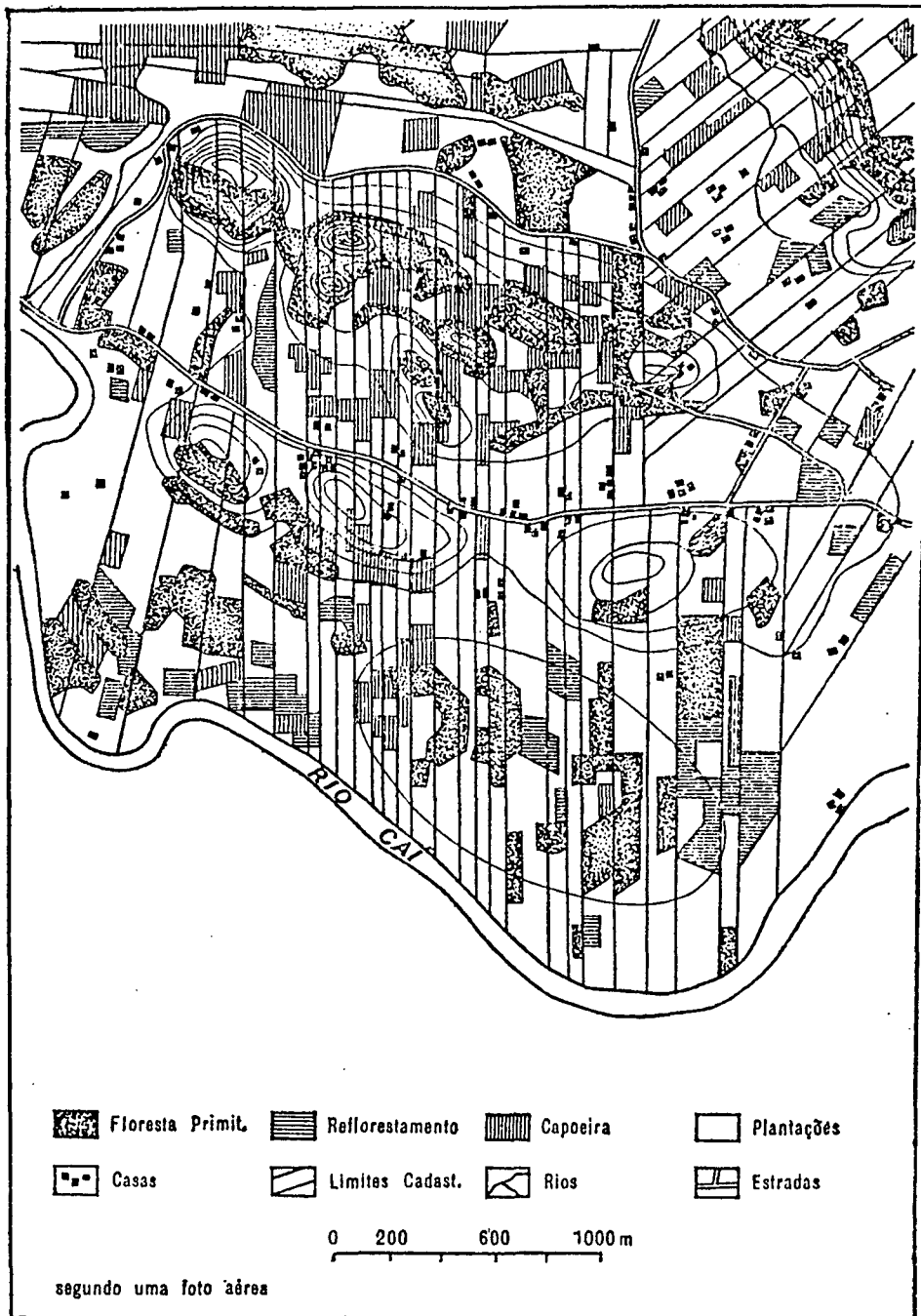
A figura 03 dá uma idéia mais precisa da organização espacial dessas propriedades coloniais, em muitas delas prevalecendo até hoje.

A picada ou a rudimentar estrada que cortava a colônia assume vital importância nesse período. De um lado, tornou possível a sociabilidade entre os colonos, por viabilizar relações de vizinhança, de entretenimento, de solidariedade e de compra e venda, através dos pontos de encontro como a capela, a escola, o salão de festas e a loja (ou venda) - todos localizados em algum ponto à beira das picadas. Daí o porquê de Roche a ter qualificado como: “a unidade orgânica do povoamento”.¹⁹

De outro lado, a picada representou ainda a possibilidade de acesso, ainda que na maior parte das vezes em condições precárias, dos colonos e dos seus produtos ao mercado, através da intermediação, via de regra dos comerciantes, donos das lojas comerciais estabelecidas nas picadas. Tal intermediação se dava basicamente através do monopólio da circulação, tanto dos produtos coloniais e das mercadorias urbanas, como do capital, pelos comerciantes rurais, que assim viabilizavam a acumulação de capital. Capital que mais tarde seria empregado na compra de lotes urbanos e na criação das primeiras atividades industriais e comerciais que a cidade de Santa Cruz do Sul viria, tempos depois, experimentar.

¹⁹J. Roche. Op .Cit. p.211.

FIG. 3: ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DOS LOTES COLONIAIS



Fonte: J. Roche. A Colonização Alcmã e o Rio Grande do Sul. 1969. p.210.

A picada representou, portanto, a possibilidade de articular campo e cidade, como espaços distintos de um mesmo processo, a partir de novas e profundas mudanças no modo de produção vigente e nas relações de produção até então existentes. Voltaremos a essa questão, mais adiante, quando nos detivermos no processo originário de acumulação de capital e sua relação com o desenvolvimento urbano local.

Mas, a organização espacial resultante da empresa colonial em Santa Cruz do Sul não se restringiu somente ao campo, ainda que a legislação em vigor objetivasse garantir a permanência dos colonos na zona rural. Já no final de 1854, em um lugar conhecido como Faxinal do João Farias, comprado pelo governo provincial, foi demarcado o local reservado para a povoação da então colônia de Santa Cruz.²⁰

A povoação nas áreas coloniais alemãs se caracterizava, de acordo com Roche, pelo fato de o recorte das propriedades não ser longitudinal, como aquele presente na zona rural, e pelo fato de os “terrenos encaixarem-se uns nos outros como os lados de um esquadro. É este, parece-nos, além da capela ou da igreja, perto da qual surgiu, o traço mais característico da aglomeração que se pode chamar povoação”.²¹

Nesse aspecto merece destaque o fato de que na maior parte dessas povoações, se não na sua totalidade, vamos encontrar o estabelecimento de uma planta urbana geometricamente definida, através da delimitação de quadras de ruas retilíneas que se cortam regularmente em ângulos retos.²² Trata-se portanto de núcleos urbanos previamente planejados, onde a regularidade do traçado urbano e o aspecto uniforme

²⁰J. L. Cunha. Op.Cit. p.141.

²¹J. Roche. Op. Cit.212.

²²Idem. p. 218. Segundo o autor, a partir da definição prévia do lugar onde se estabeleceria a cidade, reservavam-se alguns lotes rurais já geometricamente delimitados, e dividia-se-lhes a área em quadrados iguais e contíguos, de 100 metros de lado, invariavelmente com orientações norte-sul e leste-oeste. Desses quadrados, alguns vinham a ser praças, outros eram subdivididos em lotes urbanos de 20x50 m.

dessas pequenas cidades refletem o urbanismo administrativo adotado nessas áreas pela administração provincial.

O surgimento da povoação de Santa Cruz do Sul está, como veremos na figura 04, também assentado nessas orientações urbanísticas provinciais. Ocupando inicialmente uma área em torno de 753.000 m², de um total de 9.538.750m² comprados pela província para uso exclusivo da povoação, o núcleo urbano passou então, a ser delimitado.²³ Segundo Martin:

”Mesmo estes metros quadrados não foram totalmente marcados em quadras, inicialmente, pois surgiram somente oito quarteirões marcados com as letras A - B - C - D - E - F - G e H que circunscreviam uma área destinada para a Praça. Cada quadra ou quarteirão tinha 132 metros de face, também a Praça. As ruas ficavam no rumo norte verdadeiro, cruzando-as em ângulo reto as de leste-oeste. (...) Além da área demarcada para a povoação (lembrar que foi deixado espaço para futuras quadras, J - L - M - N - O - etc.), havia as chamadas chácaras, também designadas pelas letras do alfabeto, mas só de A até U”.²⁴

A concessão dos lotes iniciou-se a partir de 1855, quando, com o passar dos anos, muitos imigrantes, além de suas colônias, começaram a adquirir lotes na Povoação. Isso de acordo com Martin “(...) dava o que hoje chamamos de ‘status’”.²⁵

A população, que em 1849, ano de fundação da colônia, era constituída apenas dos 12 primeiros imigrantes, em 1854 apresentava 891 habitantes, e em 1859 já contava com 2.723 pessoas.²⁶

²³Estes dados constam da Lei Provincial nº 248, de 25 de novembro de 1852. apud H. Martin.

Op. Cit. p. 99.

²⁴H. Martin. Op. Cit. p100-101.

²⁵Idem. p.101.

²⁶Idem. p.144.

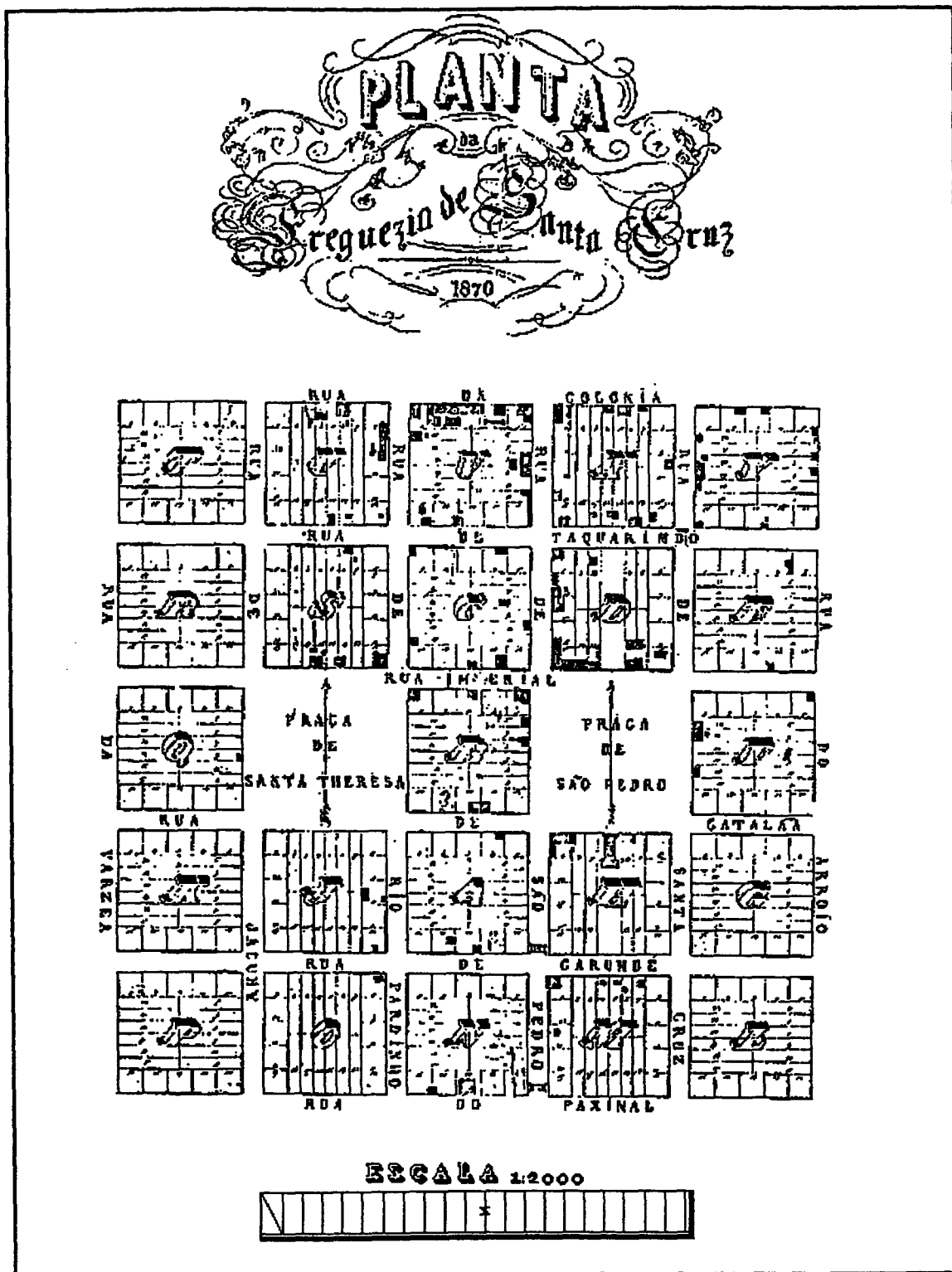


FIG. 4 - PLANTA DA FREGUESIA DE SANTA CRUZ DO SUL - 1870

Fonte: Memórias de Santa Cruz do Sul. MEC/SPHAN/Fundo Nacional Pró-Memória. Convênio GTZ/Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul. 1987.

De acordo com Cunha, o crescimento econômico que a colônia experimentou, principalmente a partir de 1860, refletiu as implicações advindas da Lei Provincial nº 304, de 1854. A partir desse período, os colonos que imigrassem para a colônia teriam prazo de três anos para iniciar o pagamento de 1/10 do valor do lote, mais as despesas já realizadas pelo governo, como transporte, hospedagem inicial, subsídios. E teriam prazo máximo de cinco anos, com mora de mais dois anos para realizar o pagamento total da dívida. Isso, aliado ao aumento do número de filhos e o contínuo parcelamento das propriedades, acabou por promover o aumento substancial da produção, através da produção de valores de troca, mercadorias e a busca de mercados para os produtos. Além disso, oportunizou uma crescente diversificação da produção, tanto agrícola como artesanal.²⁷

É neste contexto que a povoação de Santa Cruz do Sul gradativamente começou a ser ocupada. Na medida em que os terrenos urbanos e as chácaras foram sendo concedidos a título de aforamento ou concessão perpétua pelo governo provincial, tais concessões não estavam disponíveis indiscriminadamente a qualquer colono.²⁸ Ao poder público municipal coube, após a emancipação de Santa Cruz do Sul, o recolhimento dos foros e laudêmos referentes, respectivamente, ao pagamento da concessão do domínio de uso dos imóveis, e ao pagamento de uma taxa decorrente da transmissão pelo foreiro, do seu domínio útil para outrem.²⁹

²⁷ *Ibidem* p.147.

²⁸ M. Schuck. A Concessão dos primeiros terrenos de nossa cidade. *Gazeta de Santa Cruz*. 30/11/1951 p.03

²⁹ J. Rabello de Aguiar Vallim. *Direito Imobiliário Brasileiro*. Ed. Revista dos Tribunais, 1984. cap.XIX. p.182-200. O autor caracteriza o aforamento ou enfiteuse como um instrumento advindo do Direito anterior ao Código Civil, sendo um ato entre vivos, em que o proprietário (senhorio) concede a outrem (enfiteuta) o domínio útil do imóvel e em troca recebe o pagamento de um foro anual, certo e invariável, sobre o valor do terreno. Diz ainda que o objeto de enfiteuse somente pode ser aplicado no caso de terras não cultivadas ou terrenos que se destinem a edificação. O enfiteuta, por sua vez, de posse do domínio útil de determinado imóvel, poderá ceder gratuitamente ou de forma onerosa seu direito a outros. Na transmissão por venda, o enfiteuta, além do foro, tem de pagar o laudêmio -

Em realidade, foram os comerciantes já estabelecidos nas picadas que cortavam a zona rural, e que já possuíam um determinado capital acumulado através das operações de intermediação entre os colonos de um lado e o mercado de outro, quem, na maior parte das vezes, tiveram acesso e localização privilegiada na futura cidade.³⁰

O desenvolvimento das atividades artesanais, a partir da instalação de inúmeras oficinas e de pequenas fábricas na povoação, proporcionou o afluxo de uma crescente mão-de-obra constituída tanto de colonos - que até então viviam na zona rural, mas que já possuíam um ofício antes de emigrar para o Brasil - de imigrantes artesãos que se instalaram diretamente na povoação, mas também de imigrantes vindos de outras colônias próximas a Santa Cruz.

Assim, a povoação pouco a pouco foi reunindo o capital acumulado pelos comerciantes e imobilizado nas atividades artesanais, como também a força de trabalho necessária ao desenvolvimento e à reprodução do capital, através principalmente da constituição do mercado urbano local.

O crescente desenvolvimento do núcleo urbano - em 1859 elevado a freguesia³¹ - traduz o dinamismo da atividade agrícola colonial e o incremento das atividades comerciais que articulavam a localidade com outros mercados da província. Esse crescimento econômico, entretanto, na medida em que possibilitou a valorização dos lotes urbanos, acabou impondo à administração da colônia problemas como o não registro dos imóveis pelos proprietários e a especulação imobiliária decorrente da

pagamento ao senhorio de 2,5% do preço da alienação ou o que for fixado no instrumento de aforamento.

³⁰ Conforme A. Ludwig: " Nos anos de 60 [1860] estabeleceram-se na sede, um após o outro, os seguintes negociantes: Major Brito, Fernando Tastch, Bernardo Stein já riograndenses natos, e os estrangeiros: irmãos Trein, Julio Eichenberg, Neumann, Frederico Haensel, Pedro Eifler (...) os demais moradores do 'faxinal' eram profissionais e carreteiros que faziam o transporte Santa Cruz-Rio Pardo". A. Ludwig. Centenário da Colonização de Santa Cruz do Sul - 1849/1949. manuscrito. p.180-189.

³¹H. Martin. Op. Cit. p.132.

valorização dos lotes e dos limites que as chácaras impunham à expansão da cidade.

(FIG. 5)

Essas chácaras, localizadas na então periferia da povoação, ocupavam uma área de 2.995.000m² e constituíam uma espécie de cinturão verde, onde os proprietários, além de promoverem a criação de gado e de animais domésticos, desenvolviam também produtos hortifrutigranjeiros, visando ao abastecimento do núcleo urbano.³²

Além disso, elas representavam a área de transição entre o núcleo urbano e a área rural da então colônia. E, na medida em que a freguesia se desenvolveu, a expansão urbana dela decorrente promoveu a gradativa transformação do uso desse solo de rural para urbano e o seu posterior parcelamento. Esse processo foi acompanhado, como veremos mais adiante, por uma intensa especulação imobiliária, e por uma crescente expansão do perímetro urbano.

O que é importante reter, por ora, é o significado contraditório que o plano urbano inicial proporcionou ao desenvolvimento futuro da cidade. Se, nos primeiros anos da colônia, ele foi responsável pela regularidade do processo de ocupação do solo, na medida em que a freguesia e depois a cidade cresceram, ele também acabou impondo consideráveis limitações e constrangimentos ao futuro desenvolvimento urbano do município.

1.3- A Inserção de Santa Cruz do Sul na Divisão Territorial do Trabalho

Merece destaque, ainda, uma terceira e última variável a fim de que possamos entender posteriormente o processo de (re)produção do espaço urbano em Santa Cruz do Sul. Ou seja, o resgate de como se desenvolveu o processo de inserção da economia

³²H. Martin. A Povoação de Santa Cruz (II). *Gazeta do Sul*. 13/03/1991. p.02.

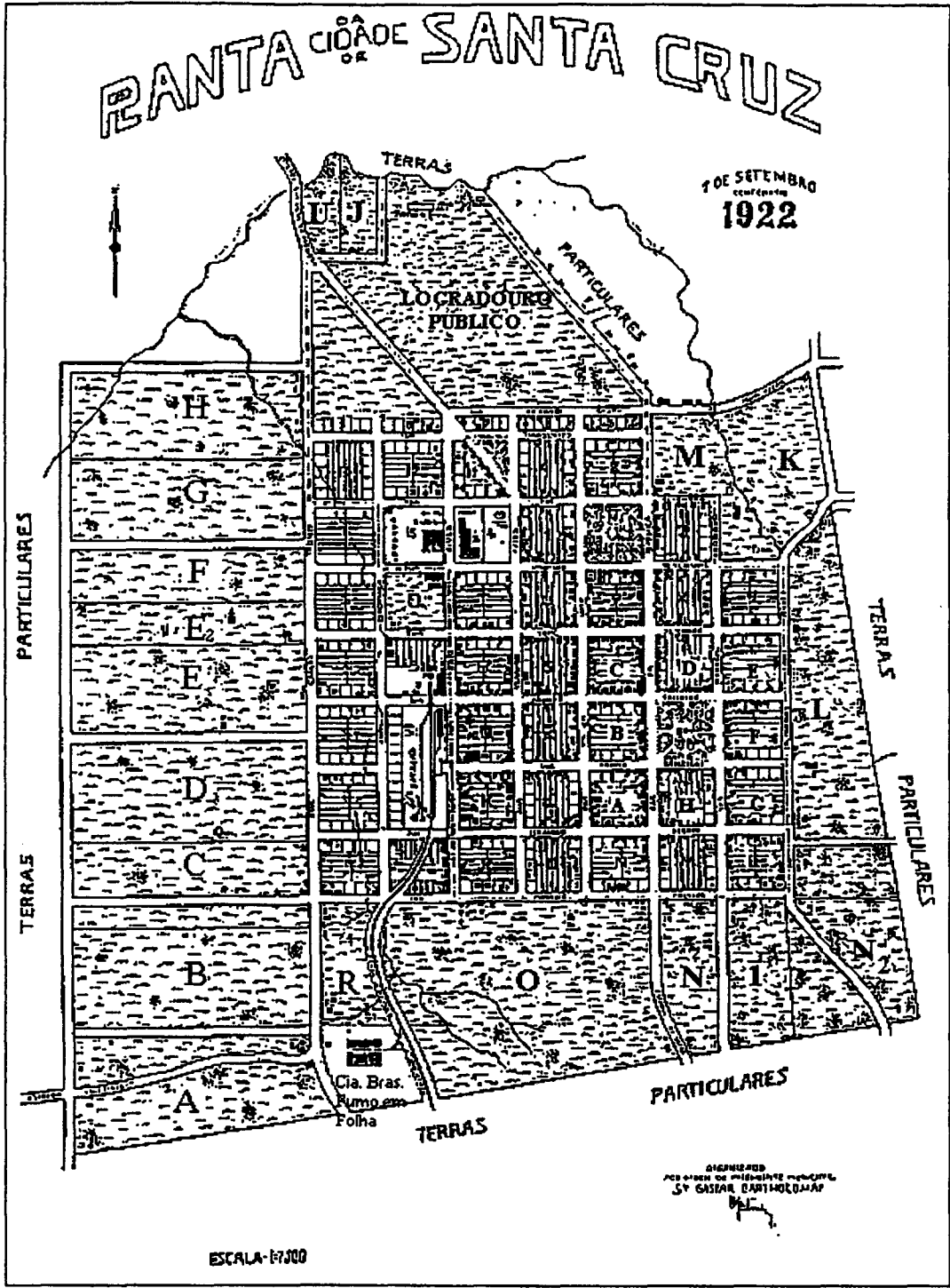


FIGURA 5- PLANTA DA CIDADE DE SANTA CRUZ-1922

Fonte: Memórias de Santa Cruz do Sul. MEC/SPHAN/Fundo Nacional Pró-Memória. Convênio GTZ/ Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul. 1987

local ao mercado nacional, a consolidação da especialização da cultura do fumo e a industrialização do município.

A inserção da economia de Santa Cruz do Sul no mercado capitalista inicia, de acordo com Godinho, a partir de 1860, quando além do incremento e da diversificação da agricultura colonial, tem início também a estruturação dos demais setores econômicos, como o comércio e o artesanato. As atividades comerciais desenvolvidas com o “mundo exterior”, restringiam-se a trocas de excedentes agrícolas, basicamente milho, feijão, erva-mate e fumo, por produtos manufaturados vindos de São Paulo, do Rio de Janeiro e importados do exterior.³³

Em 1877, Santa Cruz desligou-se de Rio Pardo e tornou-se município autônomo, sendo a freguesia elevada ao status de vila. A população aumentou significativamente, passando de 2.723 habitantes em 1859 para cerca de 11.000 habitantes em 1880.³⁴

A expansão da agricultura colonial a partir desse período foi gradativamente definindo o fumo como o produto de maior valor comercial.³⁵ Ainda que inicialmente o crescimento da produção agrícola fosse quase exclusivamente destinado ao consumo local, no período compreendido entre 1859 e 1881 houve um aumento significativo da comercialização dos produtos em geral para outros mercados. O volume da produção do fumo, nesses vinte e dois anos, aumentou significativamente de 14 toneladas em 1859

³³ R. E. Godinho. Op.Cit. p.58

³⁴ V. Etges. Op. Cit. p.73. Em relação aos dados demográficos ver compilação feita por J.L.Cunha. Op. Cit. p.175.

³⁵ Quanto à origem do cultivo do fumo no município, O.Vogt, em sua obra: A Produção de Fumo em Santa Cruz do Sul (1849-1993), argumenta que esse produto já era cultivado no sul do Brasil, quando da chegada dos imigrantes alemães, mas apenas para a satisfação dos grupos guaranis que ali habitavam. Lembra-nos ainda que, por volta de 1804, o tabaco já era cultivado experimentalmente nas regiões dos vales do Rio Taquari e do Rio dos Sinos. Entretanto, foi com a chegada dos colonos alemães que essa cultura intensificou-se e consolidou-se. Dentre as colônias alemãs, a de Santa Cruz se destacou, chegando nos anos seguintes a especializar-se nesse cultivo.

para 97 toneladas em 1862 e 1.552 toneladas em 1881. Além de o fumo constituir-se no principal produto de “exportação” do município.³⁶

Por volta de 1881, já era nítida a divisão da produção agrícola entre a parcela da produção destinada à subsistência e aquela destinada ao mercado. Entretanto, não ocorria ainda a especialização dos estabelecimentos, que através do trabalho familiar cultivavam tanto produtos destinados a garantir a subsistência como produtos para o mercado.

Quanto ao artesanato, Cunha lembra que, se na fase inicial da colônia este destinava-se basicamente

“(…) ao suprimento das necessidades de manutenção da unidade familiar e de sua capacidade produtiva, nesta fase extrapola os limites iniciais e desenvolve-se em função das necessidades dos vizinhos da mesma linha colonial, de outras linhas, da Povoação de Santa Cruz”.³⁷

Segundo Godinho, o desenvolvimento do artesanato nesse período se deve

“(…) à conjugação de três fatos: a possibilidade que a segunda geração dos colonos teve de se dedicar a essa atividade praticamente não permitida à primeira; o surgimento de novas necessidades decorrentes da maior prosperidade e da elevação do nível de vida da população; o problema da fragmentação da propriedade provocada pelo crescimento da população”.

Este último fator contribuiu muito para o desenvolvimento do artesanato na medida em que permitia à uma família sobreviver em menor área, já que a reprodução desta era apenas em parte garantida pela atividade agrícola.³⁸

O comércio começou a estruturar-se por volta de 1860, a partir do estabelecimento de uma verdadeira rede comercial que ligava numa ponta a produção agrícola e artesanal das colônias e noutra o mercado e o porto da cidade de Porto Alegre. Para Singer, a prosperidade das colônias nesse período está intimamente vinculada à efetiva possibilidade de distribuição e transporte dos produtos e mercadorias

³⁶ J. Roche. Op. Cit. p.274-275.

³⁷ J. L. Cunha. Op. Cit. p.150.

³⁸ R. E. Godinho. Op. Cit. p.61.

coloniais no mercado consumidor de Porto Alegre, e através dela atingir os mercados nacional e internacional.³⁹

Essa rede comercial possuía como elos fundamentais de sua dinâmica e funcionamento três agentes básicos: nas picadas e núcleos urbanos coloniais o “vendedor”, ou seja, o comerciante; em Porto Alegre o agente importador/exportador ou atacadista, e entre esses dois, formando o elo intermediário, o caixeiro-viajante, “*Musterreiter*” para os alemães. A este último cabia a imprescindível função de articular o atacado ao varejo, além de, ao trazer para a colônia as mercadorias não produzidas na região, criar novas necessidades e demandas.⁴⁰

O comerciante, principalmente o rural, tinha como função a intermediação entre os produtores agrícolas e os centros consumidores. Em troca do frete, ele recebia a produção das propriedades próximas à sua venda e organizava o transporte para os postos de venda e portos fluviais. Nesse período histórico, “a posse de um meio de transporte era o fundamento do comércio”.⁴¹ Inicialmente o comerciante realizava esse transporte em lombo de mula, depois em carroças. Mais tarde, com o surgimento do ramal ferroviário Santa Cruz - Rio Pardo, em 1905, os mesmos comerciantes realizavam o transporte desde as Linhas coloniais até a estação férrea. Mais recentemente, a partir de 1930, eles detêm o monopólio do transporte através de caminhões.⁴² Acresce-se que

“Além de ser o posto de trocas de produtos locais e de produtos importados de outras regiões e do exterior, e de oferecer serviços de transporte, o comerciante rural desempenhava também nesse período a função de ‘banqueiro’. Os colonos depositavam o dinheiro em sua caixa e pagavam ao comerciante uma taxa para que este o guardasse”.⁴³

³⁹ P. I. Singer. Op. Cit. p.160-162.

⁴⁰ J. Roche. Op. Cit. p.432.

⁴¹ Idem. p.423.

⁴² Idem. p.423-424.

⁴³ R. E. Godinho. p.63.

Esse sistema vigorou nas colônias antigas, como é o caso de Santa Cruz, até o início do século XX, quando surgiram as cooperativas e principalmente as primeiras agências bancárias.⁴⁴

É nesse contexto, que podemos compreender a gênese da acumulação de capital dos comerciantes em Santa Cruz do Sul: através da apropriação de parcela do excedente dos produtores agrícolas nas trocas entre mercadorias agrícolas e manufaturadas, como também através das taxas cobradas pelo transporte dos produtos e, ainda, pelos lucros auferidos mediante a cobrança de juros pela guarda dos recursos financeiros dos agricultores. Roche ilustra bem tal processo:

“Para os comerciantes da colônia, o hábito de manejar fundos facilita o progresso de seus negócios na área regional; para os das vilas e cidades, os investimentos de capitais em atividades manufatureiras e mesmo industriais”.⁴⁵

Assim sendo, na medida em que os setores econômicos, foram-se estruturando e criando as pré-condições para a acumulação de capital, a partir do final do século XIX, início do século XX, permitiram uma articulação mais efetiva do município à divisão inter-regional do trabalho.

Nesse período, tivemos a consolidação da produção agrícola municipal voltada para o mercado, ao mesmo tempo em que começou a formar-se no Brasil um importante mercado para produtos agrícolas, no qual o Rio Grande do Sul assumiu papel de destaque em relação ao fornecimento de gêneros alimentícios.

⁴⁴ Ibidem. p.422. A esse respeito J. Roche afirma que o comerciante: “(...)pelo jogo do mecanismo da conta-corrente, não somente ele foi levado a conceder crédito a seus fregueses (à taxa de 12%), mas também se tornou seu banqueiro. Os colonos efetuavam, como no guichê de um banco, verdadeiros depósitos na caixa do comerciante”. O mecanismo de conta-corrente a que Roche se refere é o sistema de trocas a prazo que existiu nas colônias e em muitas delas perdurou até a Segunda Guerra Mundial. Com tal embrião de crédito, os colonos traziam periodicamente às vendas seus produtos, que eram computados na “receita” e levavam gradualmente os produtos de que necessitavam, sendo esses por sua vez, registrados na coluna do “haver”.

⁴⁵ Idem. p.422.

A principal demanda desses produtos na época advinha da próspera economia cafeeira localizada em São Paulo e no Rio de Janeiro, a qual, a partir de 1888, assentada inteiramente no trabalho livre, já não mais conseguia satisfazer as necessidades de reprodução da mão-de-obra envolvida na cafeicultura a partir da sua agricultura de subsistência, e encontrava limites na produção de excedentes capazes de alimentar a agroindústria e abastecer as populações urbanas envolvidas no processo de industrialização, que ali também tem início.⁴⁶

Dessa forma, na medida em que o Rio Grande do Sul fornecia para as áreas cafeeiras produtos alimentares e matérias-primas, a área colonial, onde está inserida Santa Cruz do Sul, especializou-se na produção e exportação de produtos agrícolas, enquanto a campanha gaúcha especializou-se no fornecimento de produtos animais. Em síntese, de acordo com Singer:

“A divisão inter-regional de trabalho, que então se estabelece, é, em linhas gerais, a seguinte: as exportações de café proporcionam divisas que vêm às mãos dos comerciantes e cafeicultores de São Paulo e do Rio de Janeiro (DF); estes por sua vez importam banha, feijão, charque, farinha de mandioca, fumo etc. do Rio Grande do Sul, o qual lhes compra apenas poucos produtos (açúcar, café, alguns produtos manufaturados) de menor valor; a diferença é paga por paulistas e cariocas em divisas, que o Rio Grande do Sul utiliza para importar bens estrangeiros”.⁴⁷

Sem dúvida, que o grau de participação das diferentes localidades gaúchas nesse processo, em especial a de Santa Cruz do Sul, está intimamente vinculado à melhoria do sistema de transportes, principalmente até Porto Alegre. Nesse aspecto, quando Santa Cruz do Sul ligou-se em 1905 à linha férrea principal, por meio de Rio Pardo, através de um ramal ferroviário, é sintomática a influência da estrada de ferro sobre o crescimento da exportação agrícola. De acordo com Roche:

“A tonelage lá passou de 3.451 toneladas em 1904 para 3.827 em 1906, 3915 em 1907, 5.398 em 1908, 6102 em 1909, 6.521 em 1910, aumentando 89% em cinco anos. A exportação quase dobrou

⁴⁶ P. I. Singer. Op. Cit. p.169-170.

⁴⁷ Idem. p.170

instantaneamente e mudou de composição, estimulando a produção de novas perspectivas (...) a entrada no círculo econômico aumentou a prosperidade local.”⁴⁸

A integração da agricultura de Santa Cruz do Sul nessa divisão inter-regional do trabalho se realizou através da “exportação” de alguns poucos produtos, entre os quais se consolidou o fumo como o produto de maior valor no conjunto das “exportações”. Os demais produtos foram erva-mate, feijão e principalmente banha.

À medida que a integração da agricultura local ao mercado capitalista nacional foi consolidando-se, aumentou gradativamente a sua dependência das condições econômicas externas, tanto na escala nacional como na internacional. Daí a existência de oscilações no montante produzido e exportado. Outro fator que também deve ser considerado na dinâmica dessas oscilações é o fato de que nesse período - últimos anos do século XIX e anos iniciais do século XX - a economia gaúcha como um todo sofreu as dificuldades da concorrência de outras regiões, como Minas Gerais, que desfrutavam das vantagens da proximidade com o principal mercado consumidor do país (SP e RJ).⁴⁹

Nesse sentido,

“(...) surge a preocupação de melhorar a qualidade do principal produto comercial, o fumo, para que este se torne cada vez mais competitivo tanto no mercado nacional como internacional, com a importação de sementes de outras qualidades de fumo de Cuba e dos EUA.”⁵⁰

Além disso, o incremento da agricultura do município aliado à melhoria do sistema de transporte, proporcionou maior desenvolvimento das atividades comerciais. Os comerciantes, através do monopólio das “exportações”, experimentaram nesse período uma intensificação da acumulação de capital. Assim, em 1904, os comerciantes

⁴⁸J. Roche. Op. Cit. p65.

⁴⁹ A produção gaúcha de fumo, nessa época, ao contrário dos demais produtos agrícolas, escapa dessa concorrência, na medida em que a maior parte do produto era exportado para os países do Prata e para alguns países europeus.

⁵⁰ V. E. Etges. Op. Cit. p.75.

de Santa Cruz do Sul fundaram a Caixa Santa-Cruzense, com o objetivo de realizar operações bancárias necessárias às atividades comerciais, principalmente aquelas relacionadas com as exportações do fumo. De acordo com Roche:

“A caixa foi dirigida (...) para permitir não só o desenvolvimento da produção do fumo, mas também sua preparação no mesmo local e a criação de um parque industrial (fundição, metalurgia diferenciada, locomóveis, máquinas agrícolas.”⁵¹

A importância que a produção e a exportação de fumo adquiriu no conjunto da economia municipal, determinando a acumulação de capital e orientando os novos investimentos necessários à reprodução do capital, refletiu, a nosso ver, o grau de especialização que a economia de Santa Cruz apresentava, já nesse período.

A população do município, que em 1880 somava 11.000 habitantes, experimentou extraordinário crescimento, a ponto de em 1900 já totalizar 23.122 habitantes e em 1917 cerca de 36.000 habitantes. Esse acelerado crescimento populacional, além de refletir o dinamismo econômico do município, reflete também o comportamento da taxa de natalidade, que se mostrava elevada. A esse respeito, Roche observa:

“Santa Cruz, que em 1855 (cinco anos após sua fundação), possuía em média 2,3 filhos por família, em 1890 (ao cabo de quarenta anos) compreendia 3 filhos por família e, em 1906 (ao fim de duas gerações matrimoniais), 5. Em 1872, todas as mulheres de mais de 16 anos estavam casadas, e em Santa Cruz, como nas outras colônias, as viúvas, todas, tornavam a casar passado o período de viuvez”⁵²

Em tal cenário, enquanto o artesanato rural, a partir de 1890, foi declinando em função do rompimento do caráter autárquico da economia, o artesanato de beneficiamento cresceu, acompanhando o desenvolvimento da produção agrícola para o

⁵¹ J. Roche. Op. Cit. p.452. De acordo com o autor, mantendo sua sede em Santa Cruz, a Caixa transformou-se em Banco Agrícola Mercantil, em 1938. Aumentou seu capital para 5000 contos e abriu agências em Porto Alegre, Novo Hamburgo, Estrela, Cachoeira, Ijuí e Santo Angelo.

⁵² Ibidem. p. 156.

mercado, transformando e acondicionando produtos para a exportação. Essas atividades, como a secagem de fumo e o refinamento da banha, entre outras, passaram, gradativamente, a ser realizadas na vila, restringindo-se à área rural as atividades de produção de matérias-primas. A divisão territorial do trabalho, no âmbito do município, se acentuou com a instalação dos serviços de energia elétrica e da rede hidráulica na cidade, respectivamente em 1906 e 1908.⁵³

A vila de Santa Cruz do Sul já contava em 1907 com 3000 habitantes. Além da importância do artesanato urbano, destacando-se fabricantes de tijolos, oficinas de ferreiros, carpinteiros, marceneiros, fabricantes de carros e arados, seleiros, alfaiates, sapateiros entre outros, observamos também o surgimento gradativo das primeiras indústrias. Segundo Telles, nesse mesmo ano, “ (...) o município acusava 4 refinarias de banha, 3 fábricas de beneficiar fumo e 2 fundições de ferro e metais. Em 1910 o número de fábricas e oficinas era de 418, (...) e o número de casas comerciais era de 93”.⁵⁴

Embora esse período se tenha caracterizado pelo declínio do artesanato e pela instalação das primeiras indústrias em Santa Cruz do Sul, os dados existentes não são suficientes para permitir uma correta distinção entre essas duas unidades de produção. A esse respeito uma questão merece ser analisada: Qual foi a origem do capital industrial em Santa Cruz do Sul? Em outras palavras, de que forma surgiram as primeiras indústrias no município ?

1.4- A Industrialização de Santa Cruz do Sul

Inicialmente há que se ter presente que o surgimento e o desenvolvimento da indústria no Brasil estiveram intimamente vinculados ao conjunto de variáveis que

⁵³ R. E. Godinho. Op. Cit. p.70.

⁵⁴ L. S. Telles. **Heinz von Ortenberg, médico do Kaiser e de Santa Cruz do Sul**. Ed. APESC. 1980. p. 55.

historicamente condicionaram o desenvolvimento industrial do país. As conjunturas internacionais decorrentes das duas grandes guerras mundiais, da crise de 1929, da reorientação da divisão internacional do trabalho apresentaram, enquanto reflexo das mudanças operadas pelo desenvolvimento capitalista no âmbito mundial, importantes condicionantes ao processo de industrialização brasileira.

Em segundo lugar, esses mesmos condicionantes externos aliados às diferentes formas pelas quais o capitalismo se desenvolve internamente (modos de produção, relações de produção, tipos de acumulação), em função dos distintos mercados regionais, proporcionaram diferenças significativas no modo pelo qual a indústria viria a desenvolver-se no conjunto do país. A esse respeito, Furtado lembra que o desenvolvimento da economia brasileira, na primeira metade do século XX, apresentava-se basicamente estruturado pela articulação das distintas regiões do país com um mínimo de integração. Para ele, à medida que o desenvolvimento industrial foi evoluindo, o país foi apresentando um aumento das diferenças nos níveis regionais de renda, acentuando-lhe a tendência à concentração, notadamente na região centro-sul.⁵⁵

Nesse aspecto, o surgimento da indústria no Rio Grande do Sul se deu de forma inteiramente distinta daquele ocorrido no centro econômico do país, mais especificamente em São Paulo, onde a acumulação de capital ocorreu através da atividade agrária exportadora, a partir do desenvolvimento de relações de produção capitalistas. O café comercializado no exterior oportunizaria posteriormente à economia capitalista cafeeira a realização dos investimentos industriais. No Rio Grande do Sul, a transição da economia agrário-pecuarista para a economia urbano-industrial seguiu basicamente a via da acumulação interna, estando o comércio inteiramente vinculado ao

⁵⁵ C. Furtado. *Formação Econômica do Brasil*. Ed. Nacional. 1975. p. 237.

mercado interno (regional e nacional). Segundo Muller, o desenvolvimento da economia gaúcha até a década de 1950, fundado na sua agropecuária e agroindústria, estava mais ligado às exportações para os mercados urbanos de São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco do que para seu mercado interno. Isso evidenciaria, segundo o autor, o caráter periférico e dependente da economia gaúcha, nesse período.⁵⁶

Diante disto, interessa-nos aqui destacar a origem do capital das primeiras indústrias no Rio Grande do Sul, em especial em Santa Cruz do Sul, reconhecendo a existência de três grandes linhas de interpretação.

A primeira é representada por Tejo⁵⁷ e por Pellanda⁵⁸, para quem as primeiras indústrias gaúchas têm basicamente origem artesanal, resultado de lenta e harmoniosa evolução do artesanato, fruto da predisposição, do empenho e da abnegação dos migrantes pelo trabalho trazidos da Europa com um conjunto de conhecimentos técnicos anteriormente adquiridos. Essa concepção de que a indústria surgiu a partir de um desenvolvimento linear e contínuo da oficina artesã é assim caracterizada por Tejo:

“(…) Não foram somente os agricultores que vieram ter aqui, sonhando com a fartura da terra virgem. Foram também os artesãos, cuja linhagem profissional se perdia nas corporações da Idade Média e a quem a técnica de um lado e a ameaça da proletarização do outro, empurraram para as plagas onde as camadas sociais, não sendo ainda estanques, ofereciam maiores oportunidades e um campo mais largo para os progressos individuais. Com estes vieram, pode-se dizer, suas oficinas. De geração a geração, com a ajuda das condições ainda inexploradas do meio ambiente, essas oficinas se transformaram em fábricas”.⁵⁹

A segunda é elaborada por Singer. Para ele, a industrialização resultou do processo de substituição gradativa de artigos importados por produtos manufaturados localmente, implicando a eliminação do artesanato. A destruição do artesanato local,

⁵⁶G. Müller. A Economia Política Gaúcha dos anos 30 aos 60. in:RS: Economia e Política. J. H. Dacanal e S. Gonzaga (Org.). Ed.Mercado Aberto, 1979. p.363-365.

⁵⁷ L. Tejo. A Indústria Rio-Grandense em função da Economia Nacional. In: Da Diretoria Geral de Estatística, Ano de 1937. Oficina Gráfica do Globo, 1939.

⁵⁸ E. Pellanda. A Colonização Germânica no Rio Grande do Sul. Livraria do Globo, 1925.

⁵⁹ L. Tejo. Op. Cit. p.19

anteriormente, pela penetração, via importação, de produtos manufaturados superiores, engendrou um mercado em que a demanda já estava constituída. Chama a atenção ainda para o fato de a substituição de importações depender de dois conjuntos de fatores, que ele denomina de internos e externos. Os fatores internos seriam: “(...) a acumulação de capital comercial, o crescimento da procura por determinados artigos e a existência de economias externas às empresas industriais, tais como: oferta suficiente de matérias-primas, de energia elétrica e de mão-de-obra com as qualificações necessárias.” Os fatores externos seriam o aumento das taxas aduaneiras e cambiais que contribuíram para a elevação dos preços dos produtos estrangeiros importados.⁶⁰

Uma terceira via de análise se caracteriza por uma abordagem menos generalizante do processo. Como principal representante, teríamos Roche, além das contribuições de Lagemann⁶¹ e de Moure⁶². Para Roche, não houve uma direta e necessária transformação do artesanato em indústria; o desenvolvimento inicial da indústria colonial foi diverso e complexo, na medida em que a evolução cíclica da economia rural acabou reproduzindo atividades de origem e amplitude bem diversas: em determinadas colônias, atividades anacrônicas; em outras, atividades modernas, e em outras, a coexistência de ambas. Embora destaque o papel que a acumulação de capital pelo comerciante teve no desenvolvimento das primeiras indústrias, ele também admite que algumas dessas indústrias tiveram origem a partir do artesanato urbano.⁶³

Nessa mesma direção, aparece a contribuição de Lagemann. Buscando responder a questão do papel da imigração no surgimento da industrialização gaúcha, o

⁶⁰ P. Singer. Op. Cit. p.170-171.

⁶¹ E. Lagemann. *Imigração e Industrialização*. In: Dacanal, J. (Org.). **RS: Imigração e Colonização**. Ed. Mercado Aberto. 1992.

⁶² T. Moure. *A Inserção da Economia Imigrante na Economia Gaúcha*. In: Dacanal, J.(Org.). **RS: Imigração e Colonização**. Ed. Mercado Aberto. 1992.

⁶³ J.Roche. Op.Cit. p.479.

autor chama a atenção para a impossibilidade de entender a transformação artesanato - indústria como direta, linear e harmônica. Há que se considerar, segundo ele, que tal processo também apresentou descontinuidades, principalmente na medida em que avançou a concentração de capital - a passagem de pequenas empresas para empresas maiores não se faz gradualmente, mas geralmente aos saltos. Por outro lado, ele também defende a tese da importância de determinadas empresas artesanais urbanas no desenvolvimento industrial.⁶⁴

Levando em consideração as diferentes interpretações das origens da indústria no Estado, e tendo presente a lógica e a dinâmica que caracterizaram o desenvolvimento industrial em Santa Cruz do Sul, notadamente a partir da primeira década do presente século, entendemos que a análise mais adequada à explicação desse processo seja aquela que leve em conta as contribuições das duas últimas correntes de interpretação.

Nesse sentido, o início da industrialização em Santa Cruz do Sul esteve intimamente vinculado ao sucesso de sua agricultura, direcionada para a exportação, que simultaneamente oportunizou o estímulo ao desenvolvimento das atividades de beneficiamento de produtos primários, e possibilitou que o acúmulo de capital realizado pelos comerciantes e ao mesmo tempo exportadores locais, tornasse possível a instalação de novas unidades de produção a partir da utilização de tecnologias mais avançadas.

De fato, o desenvolvimento inicial da indústria em Santa Cruz do Sul mostra-se complexo, dada a diversidade de situações que levaram ao surgimento da indústria no município. Aqui lembramos a importante contribuição de Krause⁶⁵, que chama atenção, de que se por um lado a maior parte dos estabelecimentos industriais, entre eles os dos ramos fumageiro e da metalurgia, surgiram a partir do capital acumulado pelos

⁶⁴ E. Lagemann. Op. Cit. p.124 - 126.

⁶⁵ S. Krause. *Economia, Política e Religião em Santa Cruz do Sul na República Velha*. Dissertação de Mestrado. UFRGS. 1991. cap. 2.

comerciantes - através do monopólio desses, sobre as redes comerciais e de transportes - por outro lado, também existem empresas que nasceram a partir do artesanato urbano, como as de implementos agrícolas e as de alimentação. De outra parte, há que se levar em conta, também, os reflexos da Primeira Guerra Mundial sobre a economia nacional, que, em função da restrição no volume das importações, proporcionou, segundo Singer⁶⁶ e Tavares⁶⁷, as condições para o início do processo de substituição de importações no país. Segundo Tavares, esse processo não visou apenas à diminuição do quantum de importação global. Essa diminuição, quando ocorreu, não foi simples desejo do governo nacional, mas via de regra foi imposta pelas restrições do setor externo. Dessas restrições, absolutas e relativas, é que decorreu a necessidade de produzir internamente alguns bens que antes se importavam. Por outro lado, no lugar desses bens substituídos apareceram outros, e, à medida que avança, o processo acarretou um aumento da demanda derivada por novas importações, basicamente bens intermediários e de capital.

A economia de Santa Cruz do Sul, em especial a indústria, saiu favorecida na medida em que pôde contar com o capital anteriormente acumulado pelo comércio, com mão-de-obra relativamente especializada, e usufruir das oportunidades que o mercado interno lhe oferecia.

A partir desse período, a economia municipal passou a experimentar os reflexos da transformação das relações de produção em relações de produção especificamente capitalistas que inicialmente ocorreram na indústria, notadamente no ramo fumageiro, propagando-se, todavia, com menor intensidade, aos demais setores econômicos, não chegando, entretanto, a modificar as relações de produção não capitalistas existentes no

⁶⁶ P. Singer. Op. Cit. Cap.4.

⁶⁷ M. C. Tavares. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. Zahar Editores. 1977. p.39.

setor agrícola.⁶⁸ No entanto, mesmo no âmbito do setor industrial, o desenvolvimento dos estabelecimentos a partir do emprego de novas relações de produção, capitalistas, não ocorreu de forma homogênea.

De acordo com Vogt, em 1917 a British American Tobacco, empresa de capital inglês, instala-se no município. Em 1920 altera sua razão social para Companhia Brasileira de Fumo em Folha, e em 1955 altera-a novamente para Cia. de Cigarros Souza Cruz - Indústria e Comércio. Com sua instalação têm início inúmeras mudanças que passariam a reorientar o conjunto do setor. É ela quem introduz, em caráter experimental em 1918 o fumo “virginia”, cuja secagem passou a ser realizada através das primeiras estufas construídas nesse ano. Essa empresa propiciou ainda a introdução de novas técnicas de cultivo, do uso de adubos, da seleção e do melhoramento genético de sementes, como forma de obter fumo de melhor qualidade e assim adequar-se às demandas do mercado fumageiro.⁶⁹

A indústria fumageira, nesse período, além de incrementar o beneficiamento do fumo, que até 1919 era exportado em forma bruta, passou a fazê-lo de modo mais qualificado, através do emprego de processos mais modernos, como o de esterilização das folhas.⁷⁰ Além disso, a fabricação de cigarros passou a ser mais elaborada e, em 1937, a indústria passou a produzir também cigarrilhas e charutos.⁷¹ Isso demonstra que a consolidação da indústria se fez, de um lado pela presença de uma certa divisão técnica do trabalho no interior das fábricas, e de outro, em função do atendimento de uma

⁶⁸ R. E. Godinho. Op.Cit. p.71

⁶⁹ O. Vogt. *A Produção do Fumo em Santa Cruz do Sul-RS: (1849-1993)*. Dissert. Mestrado. UFPr. 1994. p.81-85.

⁷⁰ Esterilização das folhas de fumo é o processo industrial utilizado para controlar os níveis de impureza e de umidade das folhas, realizado mecanicamente, como uma das etapas do beneficiamento do fumo.

⁷¹ Esses novos produtos basicamente eram produzidos pela Cia. de Fumos Santa Cruz.

demanda que, além de não restringir-se mais aos mercados regional e nacional, proporciona uma alteração qualitativa em suas exportações.⁷²

Em menor escala outros ramos industriais, como o metalúrgico, o da alimentação e o da borracha também foram adquirindo importância na economia municipal. Entretanto, o que chama atenção é a predominância dos estabelecimentos menores, de cunho artesanal, no conjunto da economia municipal. Sobre o assunto, Roche, analisando o período de 1910 a 1950, afirma que: “(...) com exceção das manufaturas de fumo e das fábricas de máquinas agrícolas, que vieram a ser estabelecimentos industriais, quase todas as empresas se haviam conservado artesanais.”⁷³

Godinho, por sua vez, analisando os dados do Cadastro Industrial do Rio Grande do Sul, elaborado em 1965 pelo IBGE, afirma que:

“Embora o crescimento no número de estabelecimentos industriais e do pessoal empregado verificados, entre 1940-1960, as empresas se mantiveram de pequeno porte. O Cadastro (...) mostra que dos 515 estabelecimentos existentes em Santa Cruz do Sul, 435 (84,5%) ocupavam de 1 a 4 pessoas, 69 (13,4%) ocupavam de 5 a 49 pessoas, existindo apenas 6 estabelecimentos com 50 a 99 pessoas ocupadas, e 5 ocupando 100 a 249 pessoas. Desses 5 maiores estabelecimentos: 1 é da indústria da borracha e 4 da indústria do fumo.”⁷⁴

Esses dados evidenciam dois fatos importantes no conteúdo e na dinâmica do setor industrial nesse período: 1) o predomínio dos pequenos estabelecimentos com 1 a 4

⁷² As principais indústrias fumageiras instaladas nesse período são: 1) Companhia de Fumos Santa Cruz, criada em 1918, a partir da associação de capitais de seis estabelecimentos locais que preparavam o fumo para exportação, dadas as dificuldades econômicas que enfrentavam no pós-guerra. 2) Tabacos Tatsch, beneficiadora de fumo, fundada em 1932 por teuto-brasileiros residentes no município; 3) Cia de Cigarros Sinimbu, criada em 1948 e de propriedade da família Hennig, residente em Santa Cruz; e 4) Cia. Brasileira de Fumos em Folha, criada em 1920 enquanto subsidiária da British American Tobacco (B.A.T.).

⁷³ J. Roche. Op. Cit. p.495

⁷⁴ R. E. Godinho. Op. Cit. p.75. “Crescimento industrial” e o “número de pessoas ocupadas na indústria”, em Santa Cruz do Sul, no período de 1940 a 1960, a partir dos dados censitários do IBGE, o autor aponta: Nº de Estabelecimentos (1940 = 135, 1950 = 392 e 1960 = 442) Pessoal Ocupado (1940 = 1.288, 1950 = 2.341 e 1960 = 2.457).

peças ocupadas, e com baixos valores de vendas, o que nos leva a considerar a existência de empresas de caráter artesanal⁷⁵, nas quais a produção ainda não se processa sob relações de produção capitalistas. Ainda que tais empresas utilizem o trabalho assalariado, o seu proprietário não alcança aquele limite estabelecido por Marx para identificá-lo como capitalista, dada a pequena escala em que é desenvolvida a produção.⁷⁶ 2) apesar do predomínio, em termos absolutos, das unidades de produção industrial organizadas sob relações de produção não capitalistas, foram as unidades industriais capitalistas que, mesmo em menor número, dominavam pelo montante de capital acumulado, a economia do município. É nessas últimas que, através do processo de trabalho, ocorre a dominação do trabalhador pela máquina e a decorrente submissão real do trabalho ao capital, e onde a mão-de-obra empregada é aquela basicamente sem qualificação específica.

Dessa forma, iniciou-se na cidade a constituição de um proletariado urbano industrial, proveniente, de acordo com Etges⁷⁷, “(...) basicamente do excedente de mão-de-obra das pequenas propriedades rurais ou da inviabilização das mesmas (...)”, que

⁷⁵ A caracterização de artesanato como campo distinto da indústria exige, ainda que de forma genérica, uma definição do que estamos entendendo por estabelecimentos artesanais. Mesmo ciente de que qualquer critério utilizado terá, de certa forma, um caráter arbitrário, seguimos aqui aquele estabelecido por J.H.Ramos e I.D.Osório, em Rio Grande do Sul: Industrialização posta à prova. Projeto: “Pequena e média empresas no Rio Grande do Sul”.1978. apud: S. Krause. Op.Cit. p.104. Para eles, a partir da aplicação do critério estatístico, seria artesanal o estabelecimento que contasse com menos de 5 (cinco) pessoas ocupadas, número que compreenderia o proprietário e familiares inclusive. Poderia ainda alegar-se, de acordo com os autores, que: “(...) a característica de artesanato estende-se a estabelecimentos abrangendo até 9 (nove) pessoas ocupadas (inclusive o dono e familiares) (...)”.p.46

⁷⁶ K.Marx. *O Capital*. Livro I. Capítulo IV. Inédito. Ed. Moraes. p.90 - 92. De acordo com Marx: “O que desde o início distingue o processo de trabalho subsumido, embora apenas formalmente, no capital - e que o vai diferenciando cada vez mais, mesmo com base no processo de trabalho tradicional - é a escala em que se efetua; o mesmo é dizer, por um lado, a vastidão dos meios de produção adiantados, e, por outro, a quantidade de operários dirigidos pelo mesmo patrão”. Ou seja: a relação, em uma unidade de produção, não pode ser realmente designada como capitalista se “o capitalista não ocupar pelo menos tantos operários quantos necessários para que a mais-valia produzida por eles lhe assegure um rendimento suficiente para o seu consumo privado e o seu fundo de acumulação, de maneira a dispensá-lo dum trabalho imediato e permitir-lhe aparecer como simples capitalista que vigie e dirija o processo (...) dotado de vontade e consciência (...)”.

⁷⁷ V. E. Etges. Op. Cit. p.77.

buscava atender a necessidade de força de trabalho das indústrias, principalmente do ramo fumageiro.⁷⁸ Nesse sentido, desde o momento em que as empresas urbanas começaram a organizar-se de forma capitalista, com o advento das relações de produção capitalistas, gradativamente o centro dinâmico da economia se deslocou da área rural para a urbana.

“A dominação anteriormente exercida apenas através do mercado, que veiculava a dominação dos centros capitalistas mais desenvolvidos (Rio, São Paulo e exterior), passou a ser exercida na economia de Santa Cruz do Sul também e de maneira crescente, ao longo dos anos, pela cidade.”⁷⁹

Em nosso entendimento, a referida dominação da cidade em relação à área rural teve como expressão maior os reflexos advindos das mudanças ocorridas no âmbito da indústria fumageira, sobre as pequenas propriedades.

À medida que a produção industrial fumageira passou a ser realizada em bases inteiramente capitalistas, o aumento da produtividade e a alteração na qualidade dos produtos exportados implicaram, além do aumento da demanda, mudanças no processo produtivo da principal matéria-prima, o fumo. Isso acarretou na área rural um aumento progressivo da produção e da área plantada, de fumo, ao mesmo tempo que gradativamente diminuía a área plantada destinada à produção dos demais produtos agrícolas comercializáveis (feijão, batata, milho), e mesmo daqueles destinados à subsistência das famílias camponesas. Além disso, a introdução de fertilizantes, das estufas de fumo e do emprego de sementes selecionadas são exemplos das mudanças requeridas e financiadas pela indústria, como forma de melhorar a qualidade da produção. Além de tais mudanças alterarem profundamente o modo de produção do

⁷⁸No processo de constituição desse proletariado urbano não podemos também esquecer a participação dos migrantes oriundos dos municípios vizinhos, como Rio Pardo e Cachoeira do Sul, onde a forte concentração fundiária e a presença do latifúndio sustentado na pecuária extensiva engendrou a expulsão do campo de um expressivo contingente de mão-de-obra para os núcleos urbanos circunvizinhos.

⁷⁹R. E. Godinho. Op.Cit. p.88.

fumo, até então empregado pelos pequenos proprietários, a redução do plantio de produtos destinados à subsistência tornou-os cada vez mais dependentes da economia monetária e do mercado, o que os levou progressivamente a uma dependência cada vez maior da venda do fumo para as empresas fumageiras.

Nesse período, aumentou o processo de fragmentação da propriedade agrícola. A crescente redução da área média das propriedades, ocorrida entre 1920 e 1940, interferiu negativamente no parcelamento da terra para a divisão por herança e acabou promovendo a expulsão dos filhos dos camponeses da área rural do município. Como resultado, tivemos, até 1940, o incremento da imigração para outras áreas rurais no norte do Estado, as chamadas novas colônias alemãs. Entre 1940 e 1950, o fluxo emigratório acabou constituindo dois caminhos distintos - parte dele foi buscar reproduzir sua condição de proprietário rural, em Santa Catarina, no Paraná e no Mato Grosso, enquanto a outra parte promoveu a migração rural-urbana. Com essa última, assistimos ao processo de proletarianização dos filhos dos pequenos proprietários agrícolas.⁸⁰

1.5 - O Crescimento Urbano Inicial

À medida que a cidade foi assumindo o comando da divisão territorial do trabalho, começou a apresentar internamente profundas modificações. Através do incremento das atividades engendradas pela agroindústria fumageira, novas áreas foram sendo demandadas a fim de garantir a reprodução do capital e da força de trabalho. Nesse contexto, a partir de 1920 passou a ocorrer um gradativo parcelamento das chácaras, tanto pela incorporação de novos lotes de terrenos à cidade, como pela

⁸⁰ J. Roche. Op. Cit. p.325. De acordo com o autor: "A superfície média (...) era de 45 hectares em 1870, de 43 em 1900, de ainda 40 em 1920. Isto se explica, sem dúvida, pelo crescimento, no decurso das duas primeiras gerações de colonos, da área apropriada. Mas, desde 1920, acelerou-se a divisão da propriedade, passando sua superfície média para 30,2 hectares em 1940, e para 23,4 ha em 1950.

necessidade de expansão do sistema viário existente. Geralmente esse parcelamento iniciou nas áreas do entorno do núcleo urbano original, em razão da valorização que a transformação do uso do solo dessas chácaras foi oportunizando enquanto a cidade foi expandindo-se. Por sua vez, a desigual localização e situação dessas chácaras implicaram uma valorização diferenciada desses imóveis e, como consequência, intenso processo de especulação imobiliária na cidade.⁸¹ Além disso, esse processo era acompanhado, ainda nos anos cinquenta, da existência de aproximadamente 600 aforamentos entre chácaras e terrenos. Ou seja, essas concessões, dada a impossibilidade legal de aumento no valor dos foros pelo poder público municipal, permitiram a obtenção de rendas fundiárias extraordinárias por parte dos foreiros, na comercialização desses imóveis.⁸²

Jornais publicados nos primeiros anos da década de cinquenta mostram que esse processo foi acompanhado por um crescimento acelerado e desordenado da cidade.⁸³

⁸¹ Nesse aspecto há que se ter presente o papel da renda da terra na determinação da própria lógica subjacente à especulação imobiliária e a sua relação com a produção da cidade. Além das basilares contribuições de K.Marx . *O Capital*. Livro III, Vol. IV. Ed.Bertrand Brasil. p.707-743, colocamos igualmente em destaque as aproximações em relação à renda do solo urbano realizadas por D. Harvey. *A Justiça Social e a Cidade*. Ed. Hucitec. 1980. p.151-166; J. D. Low-Beer. Renda da Terra - Algumas noções básicas para a compreensão do caso urbano. in: *Espaço e Debates*. Ed. Cortez/NERU. n° 8, jan/abr 1983. p.31-41; S. Gonzales. A renda do solo urbano: Hipóteses de explicação de seu papel na evolução da cidade. In: R. L. Farret (Org.) *O Espaço da Cidade, Contribuição à Análise Urbana*. Ed.Projeto. 1985. p.91-114.

⁸² M.Schuck. Op. Cit. p.05. Para o autor, nesse período o que levava a manutenção desse sistema de aforamento nos termos legais em que foram propostos inicialmente, a partir de 1880, era muito mais o aumento da arrecadação municipal através da cobrança do laudêmio pela prefeitura. Na medida em que a cidade, refletindo o desenvolvimento econômico do município, passava gradativamente a urbanizar-se, aumentou o processo de comercialização do direito de domínio das terras públicas entre os agentes privados imobiliários.

⁸³ A esse propósito, o jornal *Gazeta de Santa Cruz do Sul*, em 28/11/1952, na sua página 6, comentando os grandes problemas que a cidade tinha, na época, a resolver, indaga: "O que observamos em Santa Cruz? O perímetro urbano da cidade com suas ruas simétricas, largas e que têm constituído o encantamento dos visitantes que elogiam a previdência dos fundadores da cidade; e a cidade aumentando nos subúrbios sem planejamento de qualquer espécie, com as chácaras repartidas ao bel-prazer de seus proprietários que, como é natural, quando do loteamento somente encaram a parte comercial, isto é, o resultado financeiro de sua iniciativa. (...) Fato que salta à vista são as diversas chácaras no perímetro urbano e suburbano da cidade, de grande valorização. (...) São tantos os inconvenientes da política do "laissez-faire", adotada em relação à subdivisão das chácaras nos arredores de Santa Cruz que seria longo e fastidioso enumerá-los todos."

Esse intenso crescimento urbano realizou-se através da abertura de inúmeros loteamentos irregulares, onde na maior parte das vezes coube ao poder público municipal a instalação da infra-estrutura básica, garantindo aos proprietários loteadores ganhos extraordinários.⁸⁴

Nesse sentido, muitos dos proprietários dessas chácaras foram desmembrando e comercializando seu imóvel por etapas, à medida que a cidade se expandia. Alguns venderam e/ou lotearam, em primeiro lugar, aquelas áreas localizadas junto à zona urbana. O que, dada a maior facilidade de extensão da infra-estrutura pela prefeitura, e pela proximidade com as atividades comerciais e de serviços do centro da cidade, garantia maior valorização do imóvel, principalmente porque tinham como público alvo tanto a classe alta como a classe média. As áreas restantes, aquelas mais afastadas, eram deixadas “na engorda”, objetivando valorização futura.⁸⁵

Como resultado desse processo, coube à maior parte da população operária, como alternativa de viabilizar sua reprodução, a construção de suas moradias em áreas mais afastadas do núcleo central, principalmente através da constituição de loteamentos irregulares e/ou clandestinos, naquelas chácaras situadas próximas às indústrias, ou então situadas além do limite do perímetro urbano. Como exemplo, destacamos o Camboim, que nesse período configurava-se como a principal vila operária existente na periferia de

⁸⁴ De acordo com o editorial da *Gazeta de Santa Cruz*, p.5, de 04 de dezembro de 1951, em relação aos problemas urbanos do município, essas práticas espaciais têm produzido inúmeros inconvenientes ao desenvolvimento urbano local. Segundo o jornal, “(...)A expansão da cidade tem tornado negócio dos mais interessantes e lucrativos a venda de terrenos provenientes da divisão de chácaras situadas nos subúrbios ou mesmo de lotes de terras até então consideradas zona agrícola (...) Edificados tais terrenos, (...) passam os moradores a reclamar dos poderes competentes ruas, água, luz, remoção de lixo etc., acarretando aos cofres públicos despesas que são infinitamente superiores e desproporcionais à sua retribuição em forma de impostos e taxas”.

⁸⁵ Como exemplo dessa prática pode-se destacar a gradativa incorporação à cidade de áreas antes pertencentes às chácaras localizadas a oeste da Rua Carlos Trein Filho, como também naquelas localizadas a leste da Rua Thomaz Flores. Ver Figura 5.

Santa Cruz do Sul.⁸⁶ Localizada a sudoeste do núcleo urbano inicial, e constituída basicamente de migrantes de outros municípios, como da zona rural de Santa Cruz do Sul, essa vila era, na época, assim caracterizada pela imprensa local:

“(...) O Camboim dos becos do Laçasso, do Caqui e das Sete Facadas - onde vive num desamparo e numa miséria abjeta e aviltante uma parte substancial da população de uma cidade próspera e vigorosa - constitui um problema gravíssimo que alguns conhecem e a maioria pretende ignorar.(...) A miséria na sua mais sombria e terrível expressão, o esquecimento e o desamparo total é que formaram o Camboim e deram-lhe seu aspecto atual: uma chaga que enfeia um corpo bonito e lhe ameaça progressivamente minar todo o organismo; (...) um quadro deprimente que a cidade faz questão de esconder ou fingir ignorar.”⁸⁷

Em que pese o tom sensacionalista e a forma organicista de pensar a cidade, esse fragmento do principal periódico local evidencia a dinâmica segregadora que tanto o desenvolvimento econômico como o urbano, já nessa época, imprimiam, principalmente em relação à população operária da cidade.

Assim, esses processos acabam refletindo, direta e indiretamente, o impacto da expansão do capitalismo no município. Expansão que, traduzindo a maior inserção do município na divisão inter-regional do trabalho através da especialização da economia local pela fumicultura, se fez de forma diferenciada no território. Enquanto na cidade tivemos a consolidação da indústria fumageira a partir da introdução de relações de produção capitalistas, na área rural, a manutenção das relações de produção não capitalistas, no interior das pequenas propriedades, proporcionou ao capital fumageiro a extração do excedente do trabalho familiar dos pequenos proprietários, pelo monopólio e pelo controle do mercado de fumo por parte das agroindústrias fumageiras.⁸⁸

⁸⁶ Além do Camboim, outros locais na cidade foram constituindo-se enquanto bairros operários periféricos. Como exemplos destacamos Vila São Luiz e Vila Verena, localizadas ao norte do núcleo central da cidade, Vila Schulz e Vila São Roque (atual bairro Arroio Grande) localizadas, respectivamente, a sudoeste e a sudeste da área central da cidade, além do perímetro urbano existente na época.

⁸⁷ *Gazeta de Santa Cruz*, 24 de junho de 1952. A Vergonha de uma Cidade. p.06.

⁸⁸ A respeito do conteúdo e da dinâmica das relações de produção existentes entre os pequenos agricultores fumicultores e a agroindústria fumageira, o chamado sistema de produção integrada,

Por outro lado, subjacente ao processo de urbanização do município está a realização da drenagem da renda da área rural para a cidade. Num primeiro momento, tal drenagem se deve ao monopólio da circulação, criado pelos comerciantes, possibilitando-lhes acumular e reproduzir esse capital dando início às primeiras manufaturas e indústrias locais, e abrindo estabelecimentos comerciais, ambos na cidade, ou ainda adquirindo terrenos urbanos e chácaras suburbanas. Em um segundo momento, pela subordinação dos pequenos produtores rurais aos interesses das empresas fumageiras, através do controle e das determinações do mercado do fumo, que gradativamente passou a estruturar-se de forma oligopsônica. A drenagem da renda apropriada pelo capital industrial junto aos produtores rurais, além de viabilizar a ampliação do capital fixo no âmbito da indústria (novos equipamentos e área construída), também possibilitou a participação desse setor no mercado imobiliário da cidade.

Assim, a penetração e a expansão do capitalismo no desenvolvimento da economia local só aparentemente produziram distintas organizações espaciais (campo e cidade). Em realidade, observa-se um processo de desenvolvimento desigual e combinado - lógica pela qual o capital fumageiro se (re)produz no território municipal.

Todavia, a intensificação do processo de internacionalização da economia local, através da desnacionalização das indústrias locais de fumo, a partir do final da década de 1960, proporcionou gradativamente um novo conteúdo à dinâmica industrial local, imprimindo, nas décadas seguintes, um ritmo acelerado ao processo de urbanização da cidade. A análise desse processo é o que faremos a seguir.

2 - CAPITAL MONOPOLISTA INTERNACIONAL, INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO

Neste capítulo buscamos analisar o intenso processo de urbanização que o município de Santa Cruz do Sul passou a apresentar a partir da década de setenta, período em que ocorreu o incremento e a consolidação da atividade agroindustrial fumageira, sob a hegemonia do capital monopolista internacional.

Nosso principal propósito aqui é apreender a dinâmica e a lógica presentes na (re)produção do espaço urbano local, a partir das mudanças oportunizadas pela internacionalização do ramo fumageiro na economia municipal. Nesse contexto, interessa pôr em relevo os reflexos da racionalidade e da dinâmica do mercado imobiliário no processo de produção da periferia urbana.

Preliminarmente, gostaríamos de tecer algumas considerações a respeito do quadro conjuntural em que se insere esse processo de internacionalização da agroindústria fumageira local.

2.1 - O Processo de Internacionalização do Setor Agrofumageiro

O final da década de sessenta registrou o ápice da crise do modelo fordista de acumulação de capital, notadamente nos países capitalistas desenvolvidos. A queda contínua nos ganhos de produtividade da maior parte dos ramos industriais, aliada ao aumento do custo do capital fixo imobilizado pelas empresas e, ao aumento do salário real, implicou redução da taxa de lucro.¹ De outra parte, a crise desse modelo

¹ A. Lipietz. *Audácia, Uma Alternativa para o Século XXI*. Ed. Nobel, 1991. p.43-44.

agravava-se com o desenvolvimento da internacionalização da produção. De um lado, os países da Europa ocidental e o Japão buscavam expandir seus mercados; de outro, alguns países do Terceiro Mundo, por meio de políticas de substituição de importações, promoviam uma onda de industrialização fordista com base na mão-de-obra abundante e barata, além da precariedade na regulamentação do trabalho.²

Assim, a crise estrutural do modelo de regulação da acumulação capitalista, além de comprometer os até então altos níveis de acumulação de capital, acabou também desencadeando uma intensa onda de resistência e de mobilização operária nos principais centros industriais europeus ocidentais e norte-americanos. Essa conjuntura adversa fez com que um significativo número de corporações multinacionais, nos mais variados ramos econômicos, passassem, a partir desse período, a deslocar determinados segmentos/setores para os países onde vigorava uma elevada taxa de exploração da força de trabalho. Nesse deslocamento, as multinacionais, além de poderem usufruir da potencialidade dos mercados internos desses países, buscaram também implementar uma estratégia de reexportação dos seus produtos, notadamente para as economias centrais.³

Nesse contexto é que o Brasil passou a representar, mais intensivamente, uma alternativa à expansão do capital monopolista internacional. Em realidade, desde a década de cinquenta, quando da implementação do Plano de Metas (1956 - 1961) pelo governo JK, o processo de industrialização acelerada do país passou a realizar-se contando com uma presença cada vez mais expressiva do capital monopolista internacional. Essa nova etapa do desenvolvimento da acumulação de capital monopolista no país teve como principais características, de um lado a associação

² D. Harvey. *A Condição Pós-Moderna*. Ed. Loyola. 1992, p.135.

³ A. Lipietz. *Miragens e Milagres - Problemas da Industrialização no Terceiro Mundo*. Ed. Nobel, 1988. p. 87-98.

com o capital estrangeiro a fim de garantir: fornecimento de tecnologia, aumento de produtividade e possibilitar a incorporação de uma acumulação prévia; de outro lado, o aumento da taxa de exploração da força de trabalho, com o objetivo de fornecer os excedentes internos para a acumulação.⁴

Sustentado politicamente em um pacto social populista que congregava desde setores atrasados da oligarquia rural, até setores organizados das classes trabalhadoras urbanas, passando pelos setores mais avançados da burguesia monopolista, esse rápido e intensivo crescimento do capitalismo brasileiro acabou por engendrar, no início dos anos sessenta, obstáculos ao processo de consolidação da acumulação do capital monopolista. Os aumentos do déficit público e do endividamento externo, aliados a uma ampla mobilização dos assalariados urbanos por “reformas de base”, de cunho sócio-econômico, acabaram criando as condições para a deflagração do golpe militar, em 1964.

O Estado autoritário e intervencionista passava então a orientar o desenvolvimento do país, buscando aprofundar a estruturação de corte monopolista da economia brasileira. De acordo com Ianni, as exigências da reprodução monopolista significaram o desenvolvimento de políticas econômicas que favoreceram tanto a concentração como a centralização do capital. Ou seja, sob as mais diversas formas, os grandes capitais submeteram, combinaram-se ou simplesmente absorveram os menores.⁵

Segundo Mantega e Moraes,

“o ano de 1968 anuncia o início do ‘milagre brasileiro’, alimentado pelo arrocho salarial; empréstimos externos; inversões estrangeiras; expansão das grandes empresas estatais, privadas nacionais e do capital financeiro. Foram seis anos (1969/1973) de lucros fabulosos e de concentração da riqueza nacional nas mãos de uns poucos. O

⁴ F. de Oliveira. *A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*. Ed. Vozes. 1987. p. 47-51.

⁵ O. Ianni. *A Ditadura do Grande Capital*. Ed. Civilização Brasileira. 1981. p. 50.

capitalismo brasileiro foi adquirindo feições mais maduras. As principais etapas do processo de acumulação passaram a ser, gradativamente, realizadas dentro das fronteiras nacionais e os monopólios estrangeiros se incrustaram solidamente no parque fabril brasileiro.”⁶

Os anos setenta representaram um esforço quixotesco da ditadura em conciliar a busca de alternativas para superar as contradições dos novos períodos de crise estrutural e a promoção de novos ajustes, necessários à continuidade da acumulação do capital monopolista. Crise essa que, em realidade, se apresentava como condição e produto de um modelo de desenvolvimento alicerçado na aceleração da desigualdade. Poderíamos afirmar ainda que, ao mesmo tempo em que ocorreu uma aprofundamento da concentração da renda, e da aceleração da concentração e centralização do capital, o país também apresentou uma gradativa integração produtiva e uma relativa desconcentração espacial da atividade econômica.

Nesse contexto, a economia gaúcha, a partir da segunda metade da década de sessenta, teve reforçado o seu caráter complementar junto ao núcleo dinâmico da economia brasileira, seja como fornecedora de excedentes agrícolas, seja como produtora de bens industriais tradicionais e de consumo intermediário. Além disso, o estado gaúcho passou a apresentar dois padrões espaciais de distribuição da atividade industrial, que refletem o começo de um relativo processo de desconcentração espacial da indústria gaúcha. Um primeiro seria aquele representado pela concentração, na mesma área, de diversos centros, destacando-se uma forte diversificação industrial. Esse é o caso da área metropolitana de Porto Alegre e o da região de Caxias do Sul. O segundo é aquele dos centros dispersos com menor

⁶ G. Mantega e M. Moraes. *Acumulação Monopolista e Crises no Brasil*. Ed. Paz e Terra. 1980. p.15.

diversificação e baseado na transformação industrial de produtos primários locais, como é o caso das maiores cidades da Campanha e do Planalto.

Santa Cruz do Sul foi uma dessas cidades que a partir dos anos setenta começaram a apresentar um intenso processo de urbanização, acompanhado pela consolidação definitiva da atividade agroindustrial fumageira na economia local.

A atividade industrial fumageira até a segunda metade da década de sessenta foi gradualmente consolidando-se como o principal ramo industrial do município, e no qual a penetração das relações de produção capitalistas ocorreu com maior profundidade.

O quadro abaixo identifica as principais empresas que atuavam em 1956 no ramo industrial fumageiro, de acordo com a origem do capital.

**QUADRO 1 - SANTA CRUZ DO SUL: INDÚSTRIAS FUMAGEIRAS
SEGUNDO A ORIGEM DO CAPITAL - 1956**

FÁBRICAS DE CIGARRO	ORIGEM DO CAPITAL
Cia. de Cigarros Sinimbu	Local
Cia. de Fumos Santa Cruz	Local
BENEFICIAMENTO E EXPORTAÇÃO	ORIGEM DO CAPITAL
Cia. de Cigarros Souza Cruz	Anglo-americano
Exportadora Hennig S/A	Local
Fábrica de Cigarros Sudan	Paulista
Ind. de Tabacos Santa Cruz Ltda	Local
Kliemann & Cia.	Local
Tabacos Tatsch S/A	Local
Loewenhaupt & Cia. Ltda.	Local
Boettcher e Wartchow	Local
Carl Leoni Torres & Cia. Ltda.	Porto-Alegrense

Fonte: Fontoura, J. Waldemar. Guia Geral do Município de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul: s/ed. 1956. in: Vogt, Olgário. A Produção de Fumo em Santa Cruz do Sul, RS (1849 - 1993) Dissertação de Mestrado, UFPr. 1994. p.105.

Como se percebe, além da Cia. de Cigarros Souza Cruz, que, como vimos antes, já havia entrado no município em 1917, todas as demais têm em comum o controle acionário realizado por capitais locais, via de regra capitais oriundos do processo de acumulação mercantil, em que os comerciantes locais cumpriram papel destacado.

Os anos sessenta, entretanto, representariam para a economia local, notadamente para o ramo fumageiro, o momento inicial de profundas transformações para essa atividade industrial. No âmbito nacional a política anti inflacionária adotada pelo governo federal, de 1962 a 1967 - que tinha como principal fundamento a diminuição do consumo, através da restrição do crédito às empresas e, do arrocho salarial - levou a fumicultura, e por conseqüência a indústria fumageira, a uma situação de profunda crise econômica.⁷ Com o crédito restrito, comprometia-se o financiamento do cultivo do fumo para os produtores rurais, como também limitavam-se as possibilidades de novos investimentos no âmbito da indústria fumageira. Além disso, a depressão econômica do país impunha crescentes dificuldades na comercialização, tanto dos cigarros como do fumo em folha no mercado nacional, até então seu principal mercado. O mercado externo nesse período ainda não representava alternativa de peso para o escoamento da produção local, devido à baixa qualidade do produto. Esse conjunto de fatores originou, na época, uma situação extremamente desfavorável, tanto aos produtores como à indústria local de capital nacional. Os grandes estoques de fumo beneficiado que acabaram sendo criados geraram enormes prejuízos, levando as empresas a limitar a área plantada pelos produtores como forma de amenizar suas perdas. A descapitalização dos industriais

⁷ L. Montalli. *Do Núcleo Colonial ao Capitalismo Monopolista - A Produção de Fumo em Santa Cruz do Sul*. Dissertação de Mestrado. 1979. p. 62 a 65.

locais, aliada à redução do crédito para novos investimentos, limitavam as possibilidades de inversões de recursos em novas tecnologias no âmbito do beneficiamento e principalmente no da produção do fumo.⁸

Além disso, esse período também se caracterizou por uma agressiva política de atração ao capital internacional, quando o governo federal acenava com uma série de atrativos às corporações multinacionais. Além de um conjunto de leis que buscavam regulamentar a remessa de lucros para o exterior, de maneira favorável aos interesses do capital monopolista internacional, como também inúmeras isenções e subsídios à instalação de novas indústrias estrangeiras no país, o governo criou ainda as condições para que essas empresas pudessem tomar empréstimos no exterior a juros subsidiados.⁹ Esse conjunto de medidas governamentais levou a uma aceleração da concentração e da centralização do capital no país. As grandes corporações fumageiras internacionais, a exemplo de outros ramos industriais, acabariam por não resistir aos acenos do governo brasileiro.

Vogt lembra o fato de a Rodésia, atual Zimbawe, tradicional país produtor e exportador de fumos nobres, ter apresentado, nesse período, intensos conflitos étnicos e políticos advindos do processo de independência junto à Inglaterra, que levaram as grandes corporações fumageiras ali instaladas a procurar novas áreas produtoras, a fim de garantir a regularidade no fornecimento de sua principal matéria-prima.¹⁰ A microrregião fumicultora de Santa Cruz do Sul, em especial o município de Santa Cruz, já era conhecido dessas empresas, por já apresentar uma significativa produção de fumo baseada na utilização de mão-de-obra familiar, e também por já possuir uma

⁸O. Vogt. *A Produção de Fumo em Santa Cruz do Sul-RS (1849-1993)*. Dissertação de Mestrado.1994. p. 97 a 101.

⁹G. Mantega e M. Moraes. Op. Cit. cap.3.

¹⁰O. Vogt. Op. Cit. p.100 a 101.

estrutura mínima de beneficiamento e de comercialização do fumo. Essas características tornavam a região uma alternativa viável para assegurar a reprodução do capital monopolista.

A combinação dessas variáveis oportunizaram, então, as condições ideais à intensificação, a partir desse período, da transnacionalização da indústria fumageira local. Segundo Vogt, essa transnacionalização ocorreu:

“(...) via de regra, através de um processo gradual de compra: inicialmente o consórcio multinacional injetava recursos em determinada empresa local, ao adquirir parte das ações desta; posteriormente assumia o controle acionário, total ou majoritário do empreendimento, quase sempre mantendo os antigos proprietários ou seus descendentes nas funções administrativas e gerenciais do estabelecimento”.¹¹

No quadro 2, na página a seguir, buscamos simplificadamente, ilustrar esse processo que tem início na segunda metade dos anos sessenta, começo dos anos setenta.¹²

Com a entrada das agrofumageiras multinacionais alterou-se substancialmente o comportamento da produção e do beneficiamento industrial do fumo. Na área rural, as multinacionais além de promoverem um relativo aumento do valor pago ao produtor, passaram também a impor o emprego de novas tecnologias aos colonos, de forma a aumentar a produtividade e qualidade do produto. No âmbito da indústria, elevadas inversões foram realizadas em capital fixo, oportunizando novas e mais amplas instalações como também a crescente mecanização do processo de beneficiamento.¹³

¹¹ Idem. p.105

¹² No capítulo 3 será analisado o processo de concentração do capital fumageiro nos últimos dez anos, através principalmente das práticas sistemáticas de fusão e incorporação no âmbito dos principais conglomerados que atuam na economia municipal.

¹³ L. Montalli. Op. Cit. p.75.

QUADRO 2 - SANTA CRUZ DO SUL: A DESNACIONALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA DO FUMO

EMPRESAS INSTALADAS ATÉ 1965 ^(*) (POR ORIGEM DO CAPITAL)	ALTERAÇÕES NA PROPRIEDADE DAS EMPRESAS ENTRE 1966 E 1974 (POR ORIGEM DO CAPITAL)	PROPRIEDADE DAS EMPRESAS - 1975/77 (POR ORIGEM DO CAPITAL)
<p>Fábrica de Cigarros Sudan S/A - (Nacional) Cia. de Fumos Santa Cruz - 1918 (Nacional) Cia. de Cigarros Souza Cruz - 1917 (Anglo-americano) Cia. de Cigarros Sinimbu - 1948 (Nacional) Exportadora Hennig S/A - 1890 (Nacional) Tabacos Taisch S/A - 1932 (Nacional) Kliemann & Cia. - 1915 - (Nacional) Boettcher e Warchow - 1932 (Nacional)</p>	<p>Fábrica de Cigarros Sudan S/A - (Nacional) Grupo Remtsmann - 1970 (Alemão) Cia. de Cigarros Souza Cruz - (Anglo-americano) Grupo Brinkmann - 1970/72 - (Alemão) Grupo Brinkmann - 1970/72 - (Alemão) Tabacos Taisch S/A - (Nacional) Kliemann & Cia. - (Nacional) Boettcher e Warchow - (Nacional) Armada S/A - Ind. e Com. - 1968 - (Alemão)¹ Tabra - Exp. de Tabacos do Brasil Ltd - 1970 (Americano)² Cia. Meridional de Tabacos - 1974 - (Francês)³</p>	<p>Fábrica de Cigarros Sudan S/A - (Nacional)⁴ Phillip Morris Inc. - 1975 - (Americano) Cia. de Cigarros Souza Cruz - (Anglo-americano) R.J. Reynolds Tab. do Brasi l- 1975 - (Americano)⁵ R.J. Reynolds Tab. do Brasi l- 197 5- (Americano) Tabacos Brasileiros Ltda. - 1976 - (Americano)⁶ Kliemann & Cia. - (Nacional)⁷ Boettcher e Warchow - (Nacional)⁸ Armada S/A- Ind. e Com. (Alemão)⁹ Tabra- Exp. de Tabacos do Brasil Ltda (Americano)¹⁰ Cia.Meridional de Tabacos - Francês</p>

FONTE: L.Montalli. Do Núcleo Colonial ao Capitalismo Monopolista - Produção de Fumo em Santa Cruz do Sul, 1979 p.72.

O.Vogt. A Produção de Fumo em Santa Cruz do Sul - RS (1849 - 1993). 1994. p.106-107

Gazeta do Sul, 1960 a 1995.

(*) Não encontramos informações quanto ao futuro, após 1956, das empresas Ind. de Tabacos Santa Cruz do Sul Ltda e Carl Leoni Torres & Cia. Ltda, presentes no Quadro 1. Já a Loewenhaupt & Cia. Ltda transferiu-se para Venâncio Aires onde foi incorporada pela Dibrell Brothers Inc.

¹ Controlada pelo Grupo Gebrüder Kuhlenskampf.

² Controlada pelo Grupo The Monk Austin Co. Inc.

³ Criada a partir da união de parte do capital da Boettcher Warchow com a estatal francesa S.E.I.T.A. (Société Nationale D'Exploitation Industrielle de Tabacs et Allumettes), ou esta última tem o controle majoritário.

⁴ Essa empresa de capital nacional foi a que mais resistiu à pressão do capital internacional, mas em 1991 acabou sendo incorporada pela norte-americana Dibrell Brothers Inc.
⁵ A R.J.Reynolds, em 1991, repassou sua fábrica de cigarros para a Phillip Morris e o seu Departamento de Fumo para a Dobra Tabacos. Essa depois foi adquirida pela Souza Cruz
⁶ Controlada pelo Grupo Universal Leaf Inc., de capital americano.

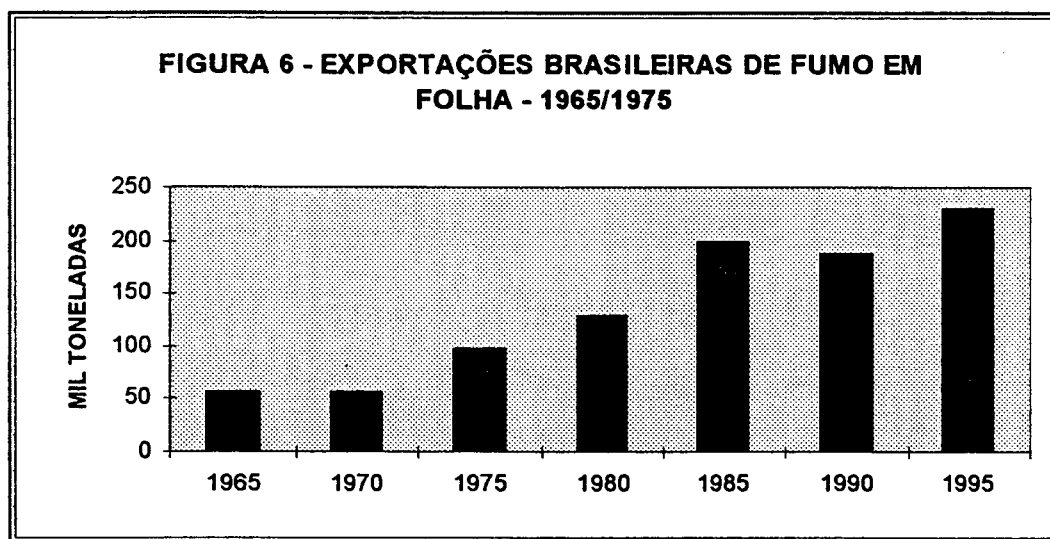
⁷ Encampada em 1991 pelo Grupo Universal Leaf.

⁸ Em 1995 a Boettcher Warchow, dadas as dificuldades de enfrentar o mercado oligopolizado de fumo, entrou com pedido de concordata.

⁹ Encampada em 1991 pelo Grupo Universal Leaf.

¹⁰ Em 1994, com a fusão da Monk Austin Inc. com a Dibrel Brothers Inc, passou a existir a Dimon Incorporated.

O resultado imediato dessas transformações foi um crescimento acelerado da produção, e uma melhora substancial do produto local. Isso possibilitou que, a partir de 1970, a produção regional de fumo em folha passasse a representar parcela significativa da produção brasileira¹⁴; além disso, tornou-se possível o incremento vertiginoso das exportações, principalmente para a Europa e para os Estados Unidos. O gráfico abaixo permite verificar a dinâmica dessas exportações.



Fonte: Cacex, Min.Fazenda. 1985 e ABIFUMO 1995

2.2- A Consolidação do Capital Internacional Agrofumageiro e o Processo de Urbanização

Refletindo as mudanças que o capital monopolista internacional passou então a engendrar no município, a cidade de Santa Cruz do Sul começou a apresentar profundas transformações. O intenso processo de urbanização que teve início

¹⁴ De acordo com os dados do IBGE, Produção Agrícola Nacional (1973-1993), a partir da década de 70, o Estado do RS foi gradativamente transformando-se no maior produtor de fumo em folha do País, respondendo por cerca de 35% nos anos 70 e 80, e passando a representar no início dos anos 90 cerca de 45% da produção nacional. A microrregião fumicultora de Santa Cruz do Sul teve papel importante nesse desempenho. Nos anos 70 respondeu, em média, por 54% da produção gaúcha. Na década de 80 e nos quatro primeiros anos da de 90 diminuiu sua participação para 46% e 40%, respectivamente. Isso se explica pelo aumento da produção de fumo em outras microrregiões do Estado, como, por exemplo, a do Alto-Camaquã.

desenvolveu-se com estas principais características: contínua e acelerada ampliação do perímetro urbano; substancial aumento de sua população; intenso processo de incorporação e especulação imobiliárias; e crescimento significativo de vilas populares em sua periferia urbana. Essas características, em realidade, apresentam-se enquanto processos intimamente articulados e subjacentes à própria dinâmica pela qual o espaço urbano local passou, a partir desse período, a ser (re)produzido.

Assim sendo, no capitalismo, as necessidades de reprodução do sistema fundado no capital é que vão estabelecer os rumos, os objetivos e as finalidades do processo geral de reprodução, no qual o espaço aparecerá como condição, meio e produto. Assim, na medida em que o espaço produzido pelo capital reflete a principal contradição inerente a esse modo de produção, o espaço passa a ser, simultaneamente, produzido socialmente e apropriado individualmente. Isso explica por que a produção espacial no capitalismo se desenvolve de forma desigual. De fato, essa desigualdade se materializa no espaço urbano através da divisão do trabalho existente entre suas diversas parcelas e em cada uma delas. Como resultado, temos, no âmbito da paisagem urbana capitalista, um mosaico de situações, usos do solo e lugares que traduzem a lógica do desenvolvimento desigual e excludente pela qual a cidade é produzida.

A partir da década de setenta, o incremento da produção fumageira através das alterações impetradas pelas multinacionais - aumento da área plantada e da produtividade nas propriedades rurais, bem como a modernização e ampliação do processo de beneficiamento de fumo nas usinas - passou a determinar uma nova dinâmica ao desenvolvimento urbano local.

**TABELA 1 - NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS INDUSTRIAIS E PESSOAL OCUPADO
SANTA CRUZ DO SUL - 1960-1989**

Gêneros	1960			1970			1975		
	NºE	%	PO	NºE	%	PO	NºE	%	PO
Extração de Minerais	2	0,52		10	4,00	17	2	0,65	X
Minerais não-metálicos	35	9,16		23	9,20	161	34	11,11	224
Metalúrgica	12	3,14		23	9,20	158	28	9,15	417
Mecânica	6	1,57		7	2,80	85	15	4,90	185
Material de Transporte	9	2,35		3	1,20	25	7	2,29	58
Madeira	59	15,44		37	14,80	108	64	20,91	215
Mobiliário	15	3,93		20	8,00	82	11	3,59	94
Papel e Papelão				1	0,40	X	1	0,33	X
Borracha	2	0,52		1	0,40	X	2	0,65	X
Couros, Peles e Artefatos	5	1,31		1	0,40	X	3	0,98	17
Química	3	0,78		2	0,80	X	3	0,98	71
Perfumarias, Sabões e Velas	3	0,78		5	2,00	13	3	0,98	5
Produtos de Matérias Plásticas				3	1,20	72	3	0,98	292
Têxtil							4	1,31	34
Vestufário, Calçados e Tecidos	11	2,88		6	2,40	126	7	2,29	358
Produtos Alimentares	182	47,64		89	35,60	515	90	2,94	685
Bebidas	9	2,35		4	1,60	7	2	0,65	X
Fumo	15	3,93		4	1,60	1.141	15	4,90	2.605
Editorial e Gráfica	8	2,09		7	2,80	106	7	2,29	156
Diversas	6	1,57		4	1,60	106	5	1,63	284
Total	382	100	2.297	250	100	3.156	306	100	6.233

Fonte: 1960, 1970, 1975 e 1980 = Censos Industriais - Rio Grande do Sul. IBGE. e 1986* e 1989* = Anuários Estatísticos do Rio Grande do Sul. 1987 e 1989.

FEE-RS. Observações: NºE = Número de Estabelecimentos; PO = Pessoal Ocupado (Total, incluindo aqueles ligados à produção);

X = Existe o dado, porém o IBGE não publicou, incluindo-o apenas no total.

1960 = Os dados censitários incluem os dados de Vera Cruz

**TABELA 1 - NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS INDUSTRIAIS E PESSOAL OCUPADO
SANTA CRUZ DO SUL - 1960-1989**

Gêneros	1980			1986*			1989*		
	NºE	%	PO	NºE	%	PO	NºE	%	PO
Extracção de Minerais	16	6,27	38	28	8,95	196	32	8,74	148
Minerais não-Metálicos	28	10,98	220	49	15,65	832	68	18,58	798
Metalmúrgica	27	10,59	604	14	4,47	71	14	3,83	60
Mecânica	6	2,35	181	6	1,92	212	6	1,64	192
Material de Transportes	2	0,78	X	43	13,74	90	47	12,84	147
Madeira	48	18,82	197	27	8,63	260	33	9,02	326
Mobiliário	17	6,66	226	2	0,64	74	2	0,55	78
Papel e Papelão	1	0,03	X	1	0,32	545	2	0,55	599
Borracha	4	1,57	494	2	0,64	X	3	0,82	3
Couros, Peles e Artefatos	2	0,78	X						
Química									
Perfumaria, Sabões e Velas	2	0,78		3	0,96	167	3	0,82	336
Produtos de Mat. Plásticas	4	1,57	166	11	3,51	412	3	0,82	157
Têxtil	10	3,92	696	25	7,99	1.791	4	1,09	22
Vestuário, Calçados e Tecidos	54	21,18	1.256	66	21,09	1.726	59	16,12	2.427
Produtos Alimentares				1	0,32	50	56	15,30	1.398
Bebidas	13	5,10	2.551	17	5,43	3.819	1	0,27	40
Fumo	9	3,53	201	5	1,60	22	16	4,37	3.770
Editorial e Gráfica	10	3,92	556	13	4,15	507	4	1,09	22
Diversas							13	3,55	626
Total	255	100	7.780	313	100	10.774	366	100	11.149
									100

TABELA 2 - VALOR DA PRODUÇÃO E DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL POR PRINCIPAIS RAMOS INDUSTRIAIS EM SANTA CRUZ DO SUL - 1970, 1975 e 1980

Valor da Produção - %									
Ano	Fumo	Metalurgia	Mecânica	Borracha	Mobiliário	Vestuário	Prod. Alimentares	Outros	Total
1970	58,66	2,92	0,97	np	0,76	1,64	16,53	18,52	100
1975	68,74	3,04	1,25	np	0,31	2,40	8,73	15,53	100
1980	69,00	3,00	0,50	7,02	0,72	3,00	12,50	3,26	100

Valor da Transformação Industrial - %									
Ano	Fumo	Metalurgia	Mecânica	Borracha	Mobiliário	Vestuário	Prod. Alimentares	Outros	Total
1970	54,45	3,30	1,33	np	0,83	2,03	16,44	21,62	100
1975	67,58	3,33	1,54	np	0,40	3,11	6,44	17,60	100
1980	69,00	4,00	1,00	4,76	1,00	3,50	8,00	8,74	100

Fonte: Censo Industrial 1970, 1975. Rio Grande do Sul. IBGE. in: Severo, Cristina. Levantamento Estatístico de Santa Cruz do Sul e Municípios Vizinhos. FISC, 1985.
Censo Industrial 1980. Rio Grande do Sul. IBGE. in: Pesquisa Industrial do Município de Santa Cruz do Sul. CEAG-RS/IDERGS. 1985. Obs.: np = Indica a existência de informações que o IBGE não publicou, porém incluiu no total.

As tabelas 1 e 2 demonstram a consolidação da agroindústria fumageira na estrutura industrial do município.

Mesmo tendo presentes os limites dos dados censitários de 1970¹⁵, podemos verificar, conforme a tabela 1, que, apesar de o número de empresas fumageiras variar, no período de 1970 a 1989, de 1,6% a 4,37% do total dos estabelecimentos industriais, esse ramo industrial manteve-se entre os demais como o que mais emprega no âmbito da indústria. Nessa perspectiva, ainda que no geral o número médio de empregados por estabelecimento tenha aumentado de 13 em 1970 para 30 em 1989, o ramo fumageiro é o único que, no período, emprega mais de 150 pessoas por estabelecimento. A saber: 285 em 1960, 173 em 1975, 196 em 1980, 225 em 1986 e

¹⁵ Os dados do Censo Industrial de 1970 devem ser vistos com certa restrição, na medida em que o IBGE, nesse Censo, alterou os critérios utilizados nos demais censos. Os dados censitários de 1970 em relação ao comércio e à indústria não permitem uma perfeita comparação com o dos demais anos. Isso porque muitos dos estabelecimentos industriais que restringiam suas atividades ao beneficiamento de produtos agropecuários, como o fumo, foram nesse censo identificados como estabelecimentos do comércio atacadista. Ou seja, 3 das maiores indústrias de fumo do município foram recenseadas como comércio atacadista. Entretanto, ainda que tenhamos de reconhecer essas graves distorções advindas da metodologia e dos critérios utilizados pelo IBGE, os dados de 1970 indicam, grosso modo, o perfil da indústria local.

235 em 1989.¹⁶ Já a tabela 2 evidencia que, entre os principais ramos industriais do município, no período de 1970 a 1980, o fumo apresenta os maiores valores de produção e de transformação industrial do total dos gêneros industriais.

Tendo na linha de frente a agroindústria fumageira, o incremento da atividade industrial no município, passava a refletir as mudanças em curso na dinâmica dos setores de atividade econômica do município. A análise da mão-de-obra ocupada por setor de atividade, pelos dados censitários no período de 1940 a 1980, mostra que, até 1970, aproximadamente 86% da população economicamente ativa do município atuava nas atividades primárias, notadamente na agricultura, enquanto os setores secundário e terciário respondiam, em média, cada um, por apenas 7% do total da mão-de-obra empregada. Tal situação modifica-se substancialmente durante os anos setenta, e em 1980 os setores secundário e terciário passam, respectivamente, a ocupar 31% e 28% da população economicamente ativa do município. O setor primário, por sua vez, experimenta um decréscimo acelerado, passando a empregar 41% dessa população.

Esses dados evidenciam uma reorientação do emprego da força de trabalho na economia local a partir dos anos setenta. Ainda que as atividades primárias continuem tendo uma significativa importância na economia local, principalmente a produção do fumo, por representar a principal matéria-prima do município, são as atividades industriais e terciárias, realizadas majoritariamente na cidade, que passam, a partir desse período, a comandar a dinâmica econômica municipal.

¹⁶ Esses dados revelam que durante os anos setenta ainda predominavam os pequenos estabelecimentos industriais (média de menos de 10 pessoas por estabelecimento), que atuavam ainda, na sua grande parte, organizados de maneira não-capitalista, através da produção simples de mercadorias. Existem, contudo, exceções como é o caso, no ramo da alimentação, da Indústria Füller e do Frigorífico Excelsior, ambas com mais de 100 pessoas ocupadas. Quanto ao contingente de pessoal ocupado na indústria do fumo, não estão computados os trabalhadores safristas.

Além disso, o processo de reprodução do capital agroindustrial fumageiro passou a demandar um conjunto de condições necessárias à produção e à realização da mais-valia. Condições essas que, no âmbito da produção industrial, dizem respeito principalmente à necessária continuidade do processo produtivo, bem como a existência de economias de escala que viabilizem a própria reprodução do capital.¹⁷ Essas duas características inerentes à própria atividade industrial, no caso da agroindústria fumageira, passam a ser oportunizadas na cidade, e, na medida em que se realizam, contribuem decisivamente no processo de urbanização do município.

Assim, um conjunto de atividades comerciais e de serviços, enquanto suporte da agroindústria fumageira, tanto a montante como a jusante do processo produtivo, começa a ser criado ou ampliado.¹⁸ Além do incremento do setor terciário, há também o incremento de outros ramos industriais, os quais vão ter a demanda de seus produtos regulados pela dinâmica da agroindústria fumageira, como é o caso, entre outros, da metalurgia, da construção civil e da metal-mecânica.¹⁹ Caberia ainda mencionar, como condição e resultado desse processo, as ações demandadas ao poder público municipal, pela agroindústria no sentido de dotar os espaços da cidade, por ela utilizados, com uma infra-estrutura urbana adequada ao atendimento dos seus

¹⁷ Segundo A. F. A. Carlos. *A (Re)produção do Espaço Urbano*. Edusp. 1994. p.26. “A continuidade implica tornar o processo cíclico uma unidade ininterrupta de modo que as fases se sucedam sem perda de tempo ou paralisações. A produção em escala, pressupondo a venda também em escala, gera a aglomeração dos meios de produção e troca; do banco e do comércio; dos trabalhadores e do mercado consumidor; a concentração dos meios de circulação e de consumo coletivo. Ambas geram a aglomeração e a acumulação em pontos isolados do espaço (...)”.

¹⁸ Como exemplos significativos poderíamos destacar a criação e/ou ampliação, entre outros, do número de agências bancárias, escritórios de exportação e importação, empresas de seguro, hotéis, empresas de transporte e de carga, oficinas de manutenção, comércio de implementos agrícolas entre outras.

¹⁹ Ramos como os da indústria do vestuário, da alimentação e o da borracha, pela dinâmica própria dos seus mercados, além do fato de constituírem-se em ramos de reconhecida importância no desenvolvimento da industrialização local, passam, principalmente a partir das décadas de setenta e oitenta, a consolidar suas atividades, podendo ser identificados atualmente como constituintes do segundo escalão da indústria local.

interesses, o que, nos últimos vinte anos, tem sido prontamente atendido. A esse respeito poderíamos destacar, como exemplo de ações promovidas pela administração municipal, ou por ela gerenciadas junto aos governos estadual e federal, além da ampliação e reestruturação da malha viária urbana, a criação do aeroporto municipal, e de outras obras infra-estruturais urbanas - como abastecimento de água, energia elétrica, telefone - também a criação e constante atualização do distrito industrial.²⁰

Esse processo foi acompanhado por intenso crescimento da população urbana. A tabela 3 mostra que até 1970 a população do município localizava-se, na sua maior parte, na área rural. O censo demográfico de 1970 indica que, em números relativos, a população residente na zona urbana era de 38,1%, enquanto a do Estado do Rio Grande do Sul chegava a 53,3%.

TABELA 3 - SANTA CRUZ DO SUL E RS - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL - 1950 - 1991

ANO	RIO GRANDE DO SUL					SANTA CRUZ DO SUL				
	TOTAL	URBANA	%	RURAL	%	TOTAL	URBANA	%	RURAL	%
1940*	3.320.689	1.034.486	31,1	2.286.203	68,9	55.041	6.115	11,1	48.926	88,9
1950*	4.164.821	1.421.980	34,1	2.742.841	65,9	69.605	15.712	22,6	53.983	77,4
1960*	5.366.720	2.380.783	44,3	2.985.937	55,7	76.854	22.026	28,6	54.828	71,4
1970	6.670.382	3.555.854	53,3	3.114.528	46,7	86.806	33.076	38,1	53.730	61,9
1980	7.773.837	5.250.940	67,5	2.522.897	32,5	99.636	55.095	55,3	44.541	44,7
1991	9.138.670	6.996.542	76,5	2.142.128	23,5	117.773	78.955	67,0	38.818	33,0

FONTE: Censos Demográficos do Rio Grande do Sul - 1940/1991 - FIBGE

* Dados incluem a população de Vera Cruz, emancipado em 1959.

²⁰ Posteriormente, no capítulo 3, essa questão será analisada mais detalhadamente, em especial quanto à nova estrutura e organização que o espaço industrial passa a apresentar e os seus reflexos na produção da cidade.

Aliás, essa relação em favor do Estado pode ser constatada nos demais anos censitários. Enquanto isso, se observarmos o comportamento do incremento da população urbana, entre os anos censitários de 1970 e 1991 para o município e para o Estado gaúcho, vamos ter, respectivamente, um aumento de 138,70% e de 96,76%.²¹ O censo de 1980 mostra que 55,3% da população do município, durante os anos setenta, passa a residir na zona urbana. Nos anos oitenta esse índice de urbanização continua ascendente, chegando à marca de 67,0% no censo de 1991. Em 1992, os distritos de Gramado Xavier, Sinimbu e Trombudo emanciparam-se do município de Santa Cruz do Sul. A título de exercício, se subtraíssemos a população referente a esses distritos do total da população do município, e procedêssemos novo cálculo, com dados demográficos de 1991, o índice de urbanização de Santa Cruz do Sul chegaria a 75,65%.

Esse aumento considerável no crescimento da população urbana municipal esteve intimamente ligado ao processo de imigração de levas de trabalhadores originários da zona rural do município para a cidade, como também daqueles que provêm de municípios vizinhos. Podemos destacar como principais causas do êxodo rural: o aprofundamento do processo de parcelamento da terra rural, a crescente pressão populacional e, como vimos antes, a intensificação das mudanças operadas pelas agroindústrias fumageiras no modo de produção dos pequenos produtores. Essas variáveis combinadas têm levado à emigração de parte ou da totalidade do excedente demográfico. Esse, aliás, é o caso da grande maioria dos municípios que

²¹ De acordo com os dados censitários do IBGE, o comportamento da dinâmica de crescimento populacional em Santa Cruz do Sul entre 1970 e 1980 foi de 66,57%, e entre 1980 e 1991 foi de 43,30%.

constituem a microrregião fumicultora de Santa Cruz do Sul, onde o município está inserido.²²

Em 1985, a estrutura fundiária do município indicava que 96,76% dos estabelecimentos agrícolas e 78,11% da área ocupada do município situavam-se na faixa de até 50 hectares. Esses dados percentuais, todavia, não traduzem plenamente a real situação da estrutura fundiária do município. A consulta aos censos agropecuários indicou ainda que a partir de 1950 tem ocorrido uma intensificação na fragmentação das propriedades rurais, notadamente naquelas com até 50 hectares. Senão vejamos: o tamanho médio dos estabelecimentos que em 1950 era de 30,84ha, em 1960 diminuiu significativamente, chegando a 16,93ha. Entre 1970 e 1985 estabiliza-se em torno de 15ha, em média. Por sua vez, se levarmos em conta apenas as propriedades com até 20ha, já que eram, em 1985, cerca de 72,34% das propriedades com até 50ha, a área média por estabelecimento nesse ano foi de 9,65ha. Para as propriedades rurais da microrregião fumageira, os dados censitários apontam que a dinâmica e os índices de parcelamento da terra são similares aos apresentados pelo município.²³

Além disso, Santa Cruz do Sul também tem atraído fluxos de migrantes de muitos municípios vizinhos, além daqueles que integram a microrregião fumageira. Nesses municípios, além de não ser o fumo o principal produto, a maior parte da terra está dividida entre um reduzido número de estabelecimentos agrícolas que possuem aproximadamente de 100 a mais de 500ha. Dada a forte concentração da terra nas mãos de poucos proprietários, aliada a uma economia que, pela baixa produtividade e

²² A Microrregião Fumicultora de Santa Cruz do Sul é constituída por 18 municípios: Agudo, Arroio do Tigre, Candelária, Cerro Branco, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Gramado Xavier, Ibarama, Nova Palma, Passo do Sobrado, Paraíso do Sul, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Vale do Sol, Venâncio Aires e Vera Cruz.

²³ Censos Agropecuários de 1950, 1960, 1970, 1975, 1980 e 1985. IBGE.

excessiva dependência do setor primário, nas últimas três décadas, tem-se apresentado crescentemente estagnada, muitas são as pessoas, tanto da zona rural como da cidade, que se põem a emigrar.²⁴

Durante os anos setenta, houve um incremento da ordem de 113% do número de migrantes residentes no município na década de sessenta. A tabela 4 mostra ainda que na década de setenta, do total dos migrantes residentes no município, 50,61% migraram para Santa Cruz do Sul durante a década, e desses, cerca de 38,28% o fizeram de 1975 a 1980. Isso demonstra que a maior parte dos fluxos migratórios para Santa Cruz chegou ao município durante o auge do processo de internacionalização das agroindústrias locais. Além disso, foi nessa década que o município passou a apresentar a maior parte da sua população residindo na cidade.

TABELA 4 - SANTA CRUZ DO SUL: TEMPO DE RESIDÊNCIA DOS MIGRANTES - 1970/1980

Anos	Total	Menos de 1 ano		De 1 a 5 anos		De 6 a 10 anos		11 anos e mais		Sem declaração	
			%		%		%		%		%
1970	10.218	966	9,45	2.297	22,47	1.549	15,15	5.406	52,90	xxx	xxx
1980	21.804	2.351	10,78	5.998	27,50	2.683	12,30	10.690	49,02	82	0,37

FONTE: Censos Demográficos do IBGE. 1970 e 1980

As migrações para a cidade de Santa Cruz do Sul durante os anos oitenta e nos primeiros anos da década de noventa mantiveram-se intensas. Em que pese o fato

²⁴ Principalmente os municípios de Cachoeira do Sul, Rio Pardo, Pantano Grande e Encruzilhada do Sul. Em relação ao processo de concentração de terra existente nesses municípios, de acordo com dados do Censo Agropecuário de 1985, realizado pelo IBGE, verificamos que em Cachoeira do Sul, enquanto 77% dos estabelecimentos rurais situam-se na categoria de até 50 ha, dispondo de 17% da área total, 14% dos estabelecimentos, na categoria de 100 a mais de 500 ha, possuem 75% da área total. Já em Rio Pardo vamos ter 82% dos estabelecimentos na faixa de até 50 ha ocupando 16% da área total, enquanto apenas 8% dos estabelecimentos na faixa de 100 a mais de 500 ha dispunham, nesse ano, de cerca de 76% da área total. Encruzilhada do Sul segue o mesmo padrão de concentração fundiária.

de não haver informações mais precisas sobre o montante de migrantes e sua procedência²⁵, podemos ter uma idéia geral do comportamento desse fenômeno através de outros indicadores.

O escritório do SINE (Sistema Nacional de Emprego) em Santa Cruz do Sul, no período compreendido entre janeiro de 1980 e dezembro de 1984 cadastrou 19.994 pessoas que buscavam na oportunidade uma colocação no mercado de trabalho local. Desse total, 13.441 ou seja, em torno de 67,23%, eram migrantes. Entre esses migrantes, 67%, ou 9.122 pessoas procediam de áreas rurais de Santa Cruz do Sul ou de outros municípios.²⁶

Já em janeiro de 1991, o número de pessoas de outros municípios que procuravam emprego na cidade, por intermédio desse órgão, cresceu em torno de 102% em relação a janeiro de 1990. Foram 95 migrantes, sendo 35 provenientes da área rural e 60 de zonas urbanas. Em abril daquele ano o número chegava a 97 cadastrados, e em agosto do mesmo ano, em função do final do período da safra de fumo, diminuiu para 80 migrantes. Em relação ao local de procedência dos migrantes nesse ano, o SINE apontava que, entre os migrantes originários de áreas rurais, a maioria procedia do interior do próprio município, de Rio Pardo e de Vera Cruz. Já entre os que vinham de zonas urbanas, a maior parte procedia de Vera Cruz, Rio Pardo e Cachoeira do Sul.²⁷ Isso de certa forma indica que os fatores responsáveis por tais migrações, como vimos acima, continuam tendo importância na determinação desse processo de deslocamento da força de trabalho para a cidade de Santa Cruz do Sul.

²⁵ Até o final de 1996, o IBGE ainda não tinha oferecido à comunidade as tabulações referentes às migrações detectadas pelo censo de 1991.

²⁶ *Gazeta do Sul*, 09 de maio de 1985. p 4 e 5. Santa Cruz do Sul.

²⁷ *Gazeta do Sul*, 12 de setembro de 1991. p. 5. Santa Cruz do Sul.

A figura 7, com a configuração da evolução da área urbana, a partir da identificação de diferentes perímetros urbanos em Santa Cruz do Sul, entre 1950 e 1994, mostra que a cidade tem apresentado um padrão de crescimento que adquire, notadamente a partir dos anos sessenta, a forma de uma mancha de óleo. O movimento dessa mancha tem-se realizado simultaneamente, através das sucessivas incorporações de novas áreas e das transformações das áreas pré-existentes. A figura evidencia ainda o intenso processo de expansão espacial que a cidade começou a apresentar a partir da década de setenta

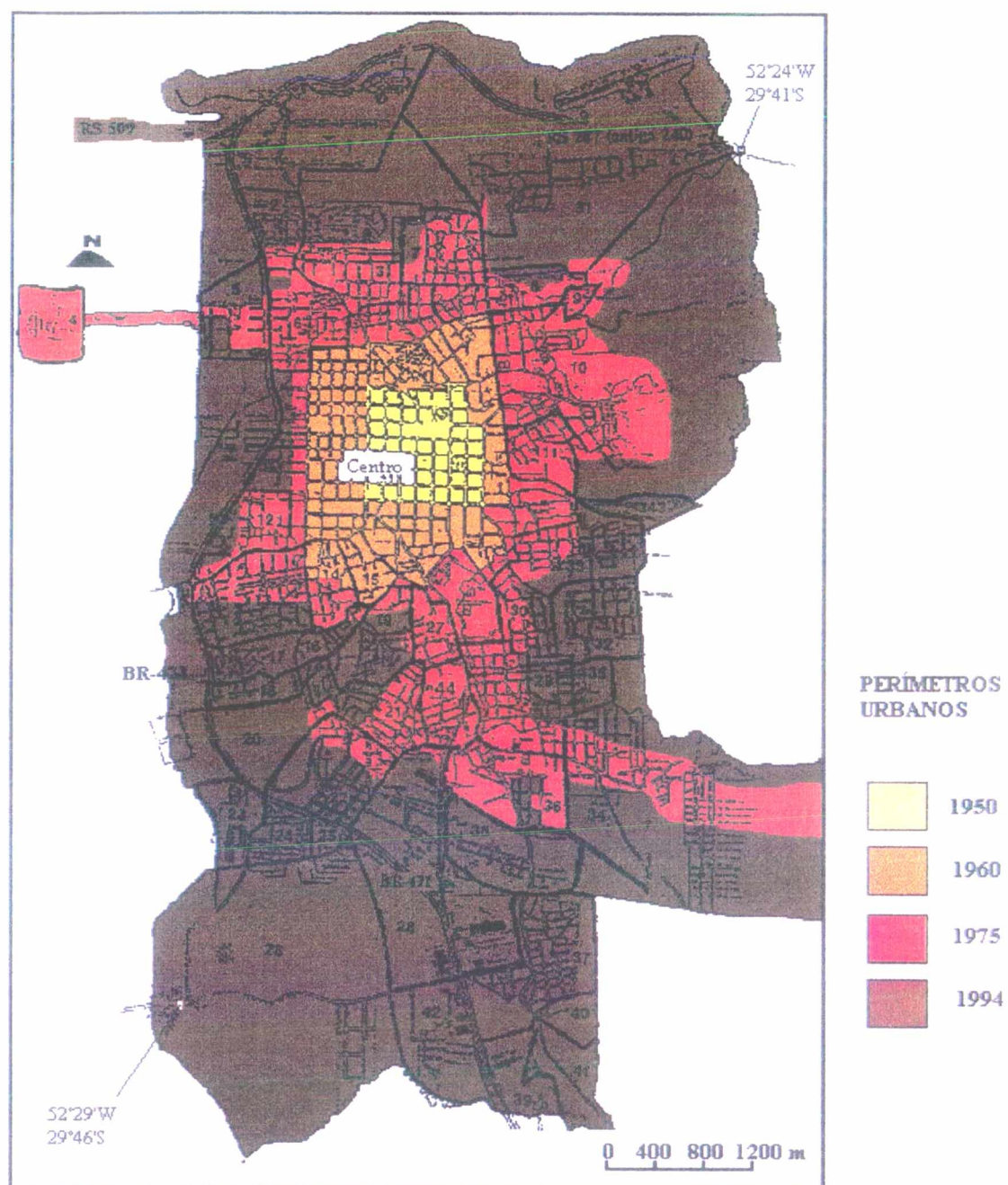
Além de refletir o crescimento da economia local, a partir do incremento da atividade fumageira e do aumento significativo de sua população urbana, essa acelerada expansão urbana tem sido produto principalmente da dinâmica especulativa que o mercado imobiliário passou a engendrar na cidade. Em realidade a urbanização da cidade tem-se caracterizado, cada vez mais, por um processo desigual e excludente quanto ao acesso e ao uso do solo urbano.

De acordo com Singer:

“O uso do solo na economia capitalista é regulado pelo mecanismo de mercado (...) Os preços no mercado imobiliário tendem a ser determinados pelo que a demanda estiver disposta a pagar. (...) No mercado imobiliário, a oferta de espaço não depende do preço corrente, mas de outras circunstâncias. A produção de espaço urbano se dá, em geral, pela incorporação à cidade de glebas que antes tinham uso agrícola. O seu “custo de produção” é, nestes casos, equivalente à renda (agrícola) da terra que se deixa de auferir. Mas não há uma relação necessária entre este “custo” e o preço corrente no mercado imobiliário urbano. Como a demanda por solo urbano muda freqüentemente, dependendo, em última análise, do próprio processo de ocupação do espaço pela expansão do tecido urbano, o preço de determinada área deste espaço está sujeito a oscilações violentas, o que torna o mercado imobiliário essencialmente especulativo.”²⁸

²⁸ P. Singer. O Uso do Solo Urbano na Economia Capitalista. in: E. Maricato (Org.). **A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial**. Ed. Alfa-Omega. p.23.

FIG. 7 SANTA CRUZ DO SUL: EVOLUÇÃO URBANA - 1950/1994

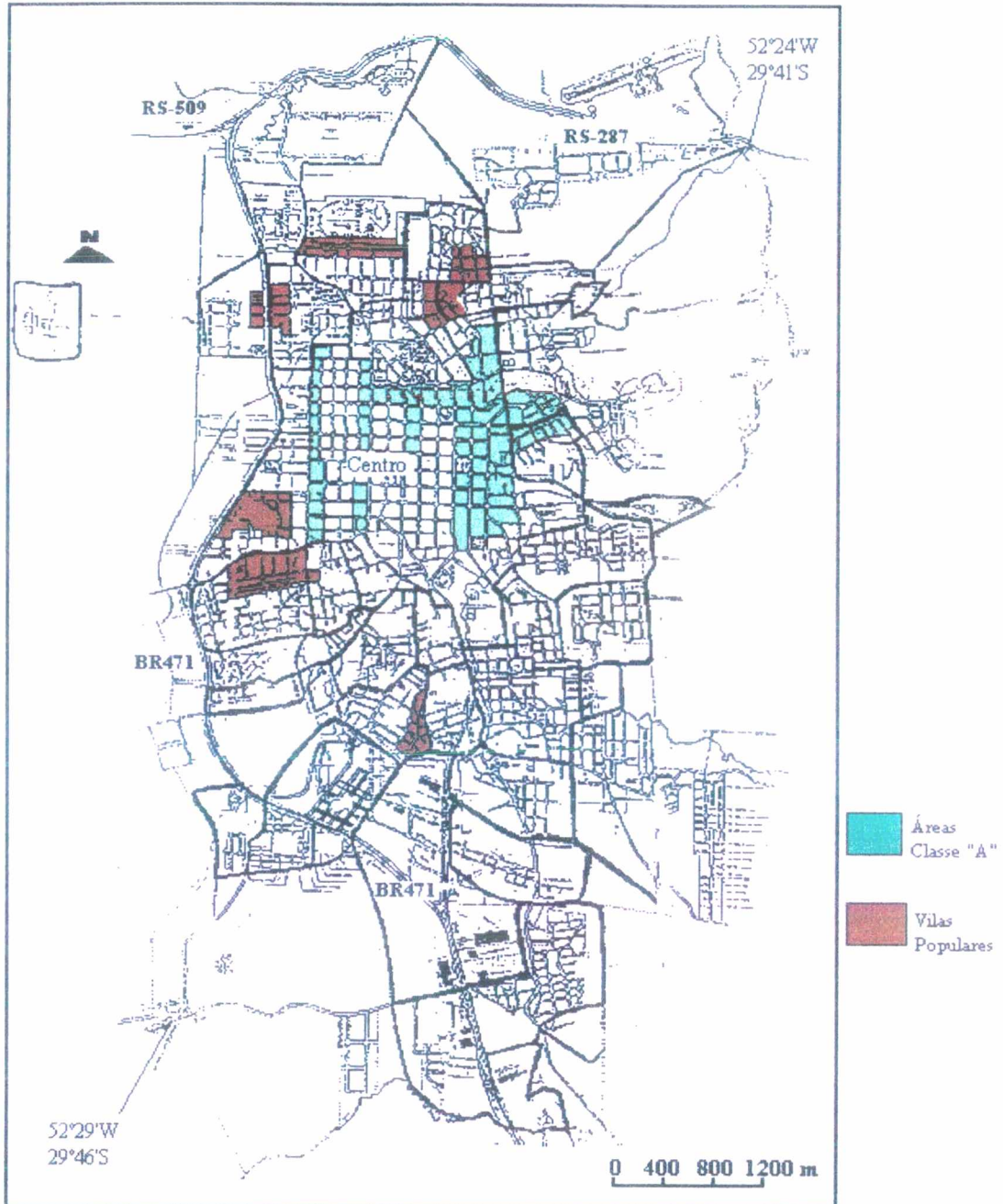


Fonte: Leis Municipais com a definição dos perímetros urbanos de 1950, 1960, 1975 e 1994.
 Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul. Montagem: Rogério Silveira

Durante os anos sessenta e início da década de setenta, o gradativo processo de fragmentação das chácaras e a especulação imobiliária dele resultante continuaram desenvolvendo-se e promovendo, ao longo desse período, uma desigual condição de acesso à cidade. A paisagem urbana de Santa Cruz do Sul, traduzindo a dinâmica do mercado imobiliário, nessa época, pouco a pouco foi transformando-se. Enquanto a burguesia local ia adquirindo terrenos e construindo belas residências nas imediações do núcleo urbano, notadamente em áreas localizadas no entorno da área central, como por exemplo, ao longo das ruas Tomaz Flores, Marechal Deodoro, Galvão Costa e Rio Branco, entre outras, a maior parte da população operária e de novos migrantes buscava reproduzir-se adquirindo ou ocupando terrenos nas vilas populares. Principalmente naquelas vilas já existentes, como era o caso do Camboim, do Bom Jesus, da Vila Schulz, a sudoeste da área central, relativamente próximas às indústrias, ou então nas Vilas São Luiz e Verena, ao norte, todas localizadas na então periferia urbana. Além disso, novas vilas foram surgindo a partir da ocorrência de invasões em áreas públicas, como a Várzea, a noroeste da área central. (FIG. 8).

Entretanto, a partir dos meados da década de setenta, não apenas se intensificou o processo de fragmentação e incorporação de áreas ainda existentes nas antigas chácaras, mas principalmente se incorporaram sucessivamente novas áreas de terras de propriedades rurais próximas à zona urbana, através da abertura de inúmeros loteamentos. Além dessas características, a cidade passou a apresentar, a partir desse período, notadamente em sua área central, um processo de verticalização que se tornou mais intenso nos últimos dez anos. A produção da periferia urbana em Santa Cruz do Sul, a partir de então, realizou-se refletindo o ritmo acelerado e desigual dessa nova etapa da urbanização da cidade.

FIG. 8 - SANTA CRUZ DO SUL: LOCALIZAÇÃO DE ALGUMAS DAS ÁREAS RESIDENCIAIS DE CLASSE "A" E DE VILAS POPULARES NA CIDADE EM 1960/1970

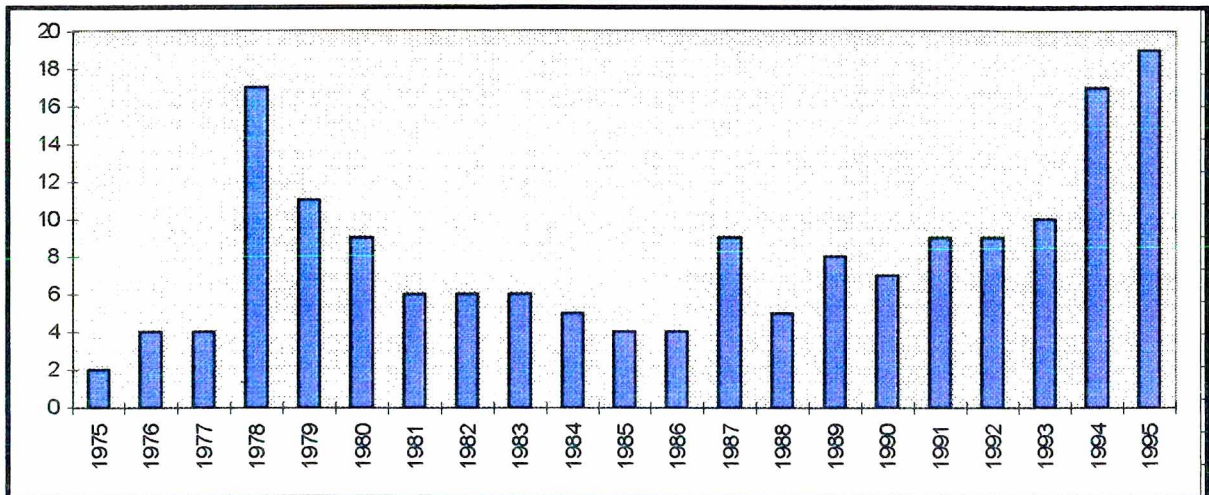


Fonte: Gazeta do Sul, 05 de julho de 1994, p. 8. Este mapa com a divisão dos bairros da cidade foi elaborado pela União de Associações de Moradores de Santa Cruz do Sul.

A seguir, as figuras 9, 10 e 11 que, respectivamente, registram o número de loteamentos, a área total loteada no período de 1975 a 1995 e a produção de fumo em folha na microrregião fumicultora e no Rio Grande do Sul, no período de 1975 a 1993, permitem observar, a partir do cruzamento de suas informações, uma intensa atividade do mercado imobiliário, notadamente, naqueles anos correspondentes ou imediatamente posteriores aos anos em que ocorreram grandes safras de fumo. O incremento na produção de fumo, a partir dos anos setenta através da internacionalização do setor, proporcionou em determinados momentos desse período, a ocorrência de periódicas e alternadas grandes safras de fumo que, além de garantir aumentos significativos no âmbito da produção industrial fumageira, contribuiu também para o aquecimento da economia local. Ou seja, nesses momentos, o incremento das atividades industriais fumageiras e dos níveis de comercialização e de exportação do produto têm proporcionado um aumento no montante de capital que passa a circular principalmente na economia urbana. Assim, como reflexo desse processo, vamos ter igualmente um incremento nas atividades industriais, comerciais e de serviços, a ele direta ou indiretamente vinculado.

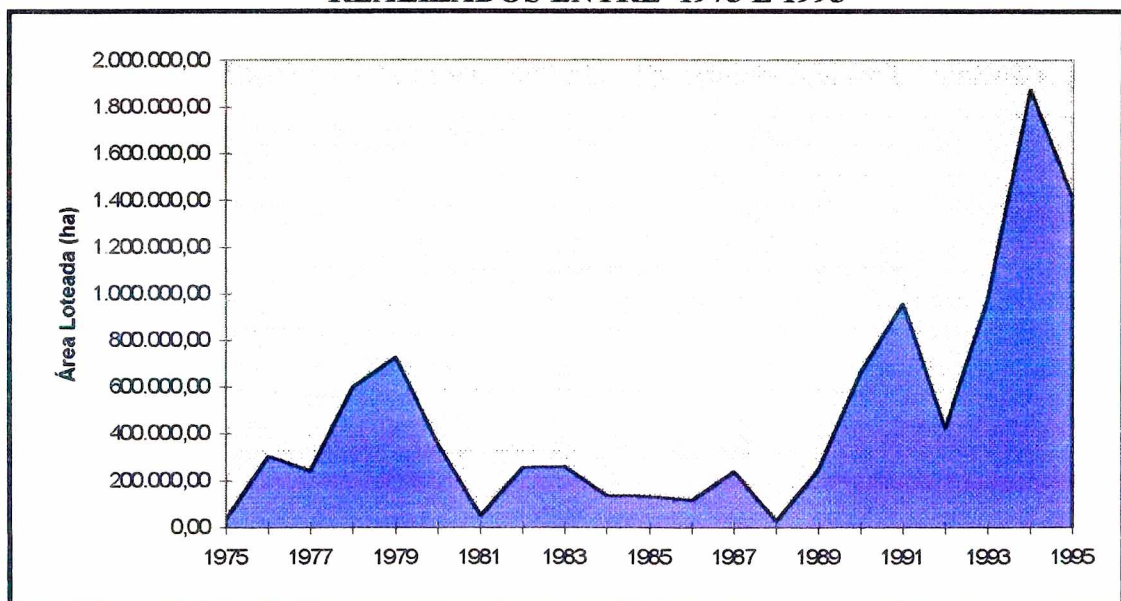
Vejamos: em 1978 e 1979 foram realizados 28 loteamentos na cidade totalizando uma área de 1.325.222,37m², representando, respectivamente, 16,37% e 13,25% do total dos loteamentos e da área loteada entre 1975 e 1995.

FIGURA 9 - SANTA CRUZ DO SUL: NÚMERO DE LOTEAMENTOS REALIZADOS ENTRE 1975 E 1995



Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação - PMSC - 1996²⁹

FIGURA 10 - SANTA CRUZ DO SUL: ÁREA TOTAL DOS LOTEAMENTOS REALIZADOS ENTRE 1975 E 1995

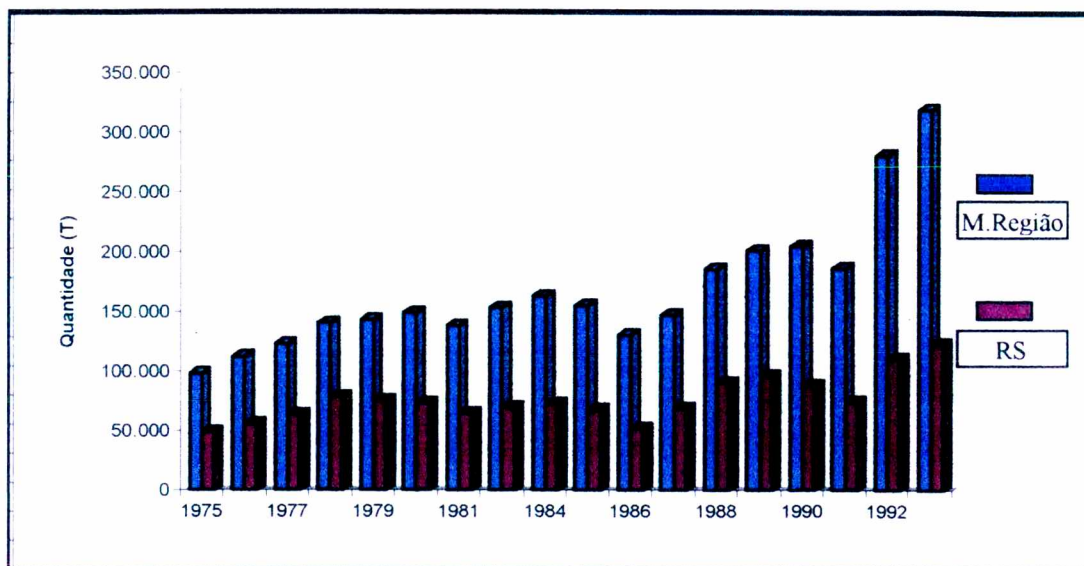


Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação - PMSC - 1996³⁰

²⁹ Dados obtidos a partir delistagem fornecida pela Prefeitura; não são absolutos pois alguns loteamentos não informam o ano de abertura.

³⁰ Idem. Alguns loteamentos não informam a área. Infelizmente, segundo a Prefeitura Municipal, não existe um mapeamento dos loteamentos da cidade.

FIGURA 11 - MICRORREGIÃO FUMICULTORA E RS: PRODUÇÃO DE FUMO EM FOLHA - 1975 a 1993



Fonte: PAN - Produção Agrícola Nacional - RS. IBGE. 1975 a 1993

Além, dos reflexos advindos dos últimos momentos do chamado “milagre brasileiro”, em que os níveis da atividade econômica, no conjunto dos setores, foram expressivos, e do aumento da demanda por novas habitações, tanto por parte dos trabalhadores migrantes, como pelos demais segmentos da população local, esse substancial aumento no número de loteamentos e na área total loteada, nesses dois anos, vincula-se também, principalmente, às supersafras de fumo que ocorreram nos anos de 1977 e 1978. Em relação a 1975, o aumento na produção ocorrido em 1977 e em 1978 foi, respectivamente, de 125% e de 144% no que se refere à produção gaúcha, e de 131% e de 162% em relação à produção da microrregião fumicultora. Nos anos seguintes, durante toda a década de oitenta, foram realizados 53 loteamentos perfazendo uma área total loteada de 1.574.983,58m², ou seja, 36,25% dos loteamentos realizados, e 18,10% da área loteada até 1995. Esses dados indicam uma relativa retração em relação à abertura de novos loteamentos, o que traduz, de

um lado, a crise e a profunda recessão econômica que o país atravessava no período, e de outro, como resultado desse quadro adverso, a irregularidade da produção do fumo na época.³¹ A situação muda completamente no final da década de oitenta, início da década de noventa. As supersafras de fumo que ocorreram em 1988/1989 e em 1992/1993, representando respectivamente um aumento de 127% e de 228% em relação às supersafras de 1977/1978 contribuíram para o crescimento, respectivamente, nos anos de 1990/1991 e nos anos de 1993/1994/1995, principalmente da área total loteada. Em 1990/1991, a área loteada somou 1.616.821,88m², e em 1993/1994/1995 totalizava 4.259.063,81m², ou seja, a área loteada nesses cinco anos representou 59% do total da área loteada entre 1975 e 1995.

Se por um lado, esses dados permitem, aparentemente, articular o desempenho da produção de fumo ao ritmo da urbanização da cidade, por outro lado, esse processo não se opera desvinculado de outras importantes variáveis. O aumento da população urbana nesse período, por exemplo, impôs, no curso do processo de urbanização da cidade, maior demanda, ainda que seletiva, por novas moradias aquecendo os negócios do setor imobiliário e da indústria da construção civil. Além disso, os investimentos em imóveis em Santa Cruz do Sul - compra e venda, construção para posterior aluguel ou venda - realizados pelo empresariado e por médios investidores, tanto locais como também residentes em municípios vizinhos, buscavam garantir melhor remuneração do capital, diante de uma conjuntura

³¹ A *Gazeta do Sul* de 09/03/1985, em sua página 08, chamava atenção para os reflexos das altas taxas de juros e dos elevados índices inflacionários, aliados ao preço especulativo dos terrenos, na falta de moradias para alugar, notadamente para as camadas populares. Destacava ainda que esse déficit habitacional era alimentado pelo deslocamento dos recursos disponíveis da população para o mercado financeiro, dada a atratividade da correção monetária, principalmente através da caderneta de poupança.

econômica caracterizada pela insegurança, pela instabilidade, pela desvalorização da moeda, e pela espiral inflacionária. Em realidade, essas variáveis apresentam-se combinadas, incidindo na dinâmica e no comportamento do mercado imobiliário local.

Isso, por sua vez, impõe-nos um esforço no sentido de desvendarmos a lógica subjacente que permeia essa intensa atividade do mercado imobiliário, como também de apreendermos como se efetiva e, principalmente, quais os seus reflexos na produção da cidade, em especial na produção da periferia urbana.

2.3- Mercado Imobiliário e (Re)produção Desigual do Espaço Urbano

Nesses últimos vinte anos, o mercado imobiliário se tornou mais complexo. À anterior atuação, notadamente dos proprietários das chácaras e dos comerciantes, e suas práticas espaciais, na determinação do uso e da ocupação do solo na cidade, acrescentou-se a participação de novos agentes, a presença de novas racionalidades, a produção de novas práticas espaciais, além da já destacada participação da prefeitura. Esses, conjuntamente, passaram a incidir tanto na configuração da estrutura urbana como na apropriação da renda da terra.

Uma primeira consideração a esse respeito refere-se aos reflexos que a internacionalização do setor fumageiro, aliada ao processo em curso de urbanização, promoveram no movimento de capitais, alocados no setor industrial, para o mercado imobiliário. A penetração do capital monopolista internacional na economia local, através da desnacionalização das empresas locais que atuavam no ramo fumageiro, fez com que muitos dos ex-proprietários industriais, tornados acionistas minoritários ou altos funcionários das multinacionais, ou mesmo aqueles que se desfizeram por completo dos seus bens, viessem a ter no mercado imobiliário local uma alternativa

viável de investir e de reproduzir se não todo, pelo menos parte do capital disponível.³²

Esse movimento do capital industrial para o setor imobiliário também efetivou-se em outros ramos industriais, na medida em que os investimentos realizados, notadamente através das operações de compra e venda de terras ou então através da realização de loteamentos, possibilitaram a essas empresas assegurar a realização da mais-valia e intensificar a rentabilidade de parte dos seus ativos econômicos, principalmente em função da crônica instabilidade econômica que marcou a economia nacional, durante estas últimas décadas.³³

Ao comentar o papel do mercado imobiliário no processo de acumulação de capital, Lefebvre o identifica enquanto “setor secundário” de investimento, ligado à oferta:

“O ‘bem de raiz’, como eles o chamam, desempenha o papel de um setor secundário, de um circuito paralelo ao da produção industrial, que trabalha para o mercado de ‘bens’ não duráveis, ou pelo menos aqueles que são menos duráveis do que as construções. Em épocas de depressão, o capital flui em sua direção. (...) o papel e a função desse setor nunca pára de crescer. Na mesma proporção em que diminui o circuito primário, o da atual produção industrial de bens ‘móveis’, é investido capital no circuito secundário, o dos bens imóveis. Pode até acontecer que a especulação imobiliária se torne a fonte principal (...) da realização de mais-valia”.³⁴

³²Segundo nossa pesquisa junto ao cartório de registro de imóveis em relação a alguns loteamentos realizados nesse período, houve a participação desse segmento na aquisição de lotes de terra na área urbana e/ou em áreas externas ao perímetro urbano, como também, em alguns casos, na promoção de loteamentos através da constituição de empresas imobiliárias. Nesse sentido, poderíamos citar, entre outros, a atuação de Fernando Tatsch, Walter Alberto Brand, Harald Alberto Söhnle e Philip Rudolph Van Harreveld, tradicionais empresários e/ou famílias do ramo fumageiro local.

³³Convém destacar o caso da Arcal, indústria do ramo vestuário, de propriedade de Arcadius Swarowsky, que através da criação das empresas: Imobiliária Petituba e Lacra Comércio e Participações Ltda. atua no ramo imobiliário, comprando áreas de terra e/ou realização de loteamentos. Essas duas empresas, respectivamente, realizaram os loteamentos Chácara das Freiras I, II e III, na área nobre da cidade, e o Jardim Esmeralda, na periferia da cidade, próximo ao Distrito Industrial. Neste último loteamento, a área foi adquirida quando ainda fazia parte da zona rural, sendo loteada após sua incorporação à área urbana, quando da extensão, em 1977, do perímetro urbano. Ver figura 12.

³⁴H. Lefebvre. *La Revolution Urbaine*. apud. M. Gottdiener. *A Produção Social do Espaço Urbano*. Edusp. 1993. p. 185.

Na mesma linha, Harvey diz que o investimento no ambiente construído (ou seja, a estrutura física necessária à produção e ao consumo) é oportuno, especialmente durante as crises de superacumulação de capital, e na medida em que pressupõe grandes inversões iniciais e longos períodos de rotação, pode representar alternativas de valorização para aqueles capitais que momentaneamente encontram-se ociosos.³⁵

Nesse sentido, ainda que a vitalidade desse setor ou circuito secundário seja cíclica, à medida que ela oscila segundo a disponibilidade de capital acumulado e da conjuntura econômica, devemos ter presente que, independentemente desses ciclos, os bens imóveis existem e perduram no tempo como investimento lucrativo.³⁶ A qualidade inerente a esses bens imóveis é determinada, segundo Gottdiener: “(...) pela própria natureza da propriedade como mercadoria dotada de um mercado dentro da rede de relações sociais capitalistas”. Assim, as várias possibilidades de uso que esses bens imóveis apresentam, principalmente em função dos diferentes níveis de organização social, como também das distintas necessidades quanto a localização, asseguram aos investidores inúmeras alternativas de valorização. Dessa forma, em que pesem as possíveis flutuações nas margens de lucro dos bens imóveis, existe sempre a possibilidade de reorientar a propriedade para outros usos potencialmente lucrativos. Nesse aspecto, o investimento na terra torna-se atraente mesmo em épocas difíceis.³⁷

³⁵D. Harvey. *The Urban Experience*. Ed. Johns Hopkins. 1989. p. 59-89. As crises de superacumulação de capital, para o autor, manifestam-se tanto pela queda nas expectativas de valorização, como pela superprodução de mercadorias, ou ainda pelo aumento da capacidade ociosa das empresas.

³⁶É importante o desempenho do setor fumageiro na determinação desse processo cíclico de acumulação de capital, ou seja, grandes safras de fumo contribuem em muito, nos anos imediatamente posteriores, para novos investimentos imobiliários.

³⁷M. Gottdiener. *Op. Cit.* p.184-188. Além disso, de acordo com Fabio Earp e Fania Fridman, os investimentos no mercado imobiliário não ocorrem somente a partir da racionalidade econômica dos agentes, mas também em razão do comportamento mimético. No Brasil existe uma verdadeira cultura, uma crença cega e imitativa de que o imóvel sempre é um bom investimento,

Em segundo lugar, convém considerar também que a atuação desse segmento no mercado imobiliário, na maior parte das vezes, não tem ocorrido de forma independente e isolada. Pelo contrário, quase sempre tem requerido a co-participação de outros agentes. Em Santa Cruz do Sul, em tal aspecto, podemos identificar o desenvolvimento, nestas últimas duas décadas, daquilo que Gottdiener denomina de “redes de crescimento”. Essas redes, para o autor, representam a articulação de interesses específicos envolvidos na produção do ambiente construído, que, organizados diferencialmente em torno da propriedade da terra constituem-se muitas vezes na linha de frente da produção espacial urbana.³⁸

Assim, além da atuação do capital originário do setor industrial, bem como, ainda que em menor escala, a do proprietário de chácara e a do grande comerciante, há também nesse período: a presença do proprietário minifundiário localizado nas inúmeras pequenas propriedades que vêm sendo incorporadas com a expansão da cidade; as ações do proprietário e/ou herdeiros de glebas urbanas; a participação cada vez mais incisiva da empresa de construção civil; e a crescente atuação dos agentes imobiliários, principalmente das imobiliárias e das incorporadoras.

Nesse aspecto, o incremento das atividades do mercado imobiliário e os seus reflexos na produção da cidade têm-se efetivado através de determinadas práticas espaciais, que traduzem a racionalidade e o grau de integração desses agentes. Podemos destacar, entre outros, três importantes exemplos de como essas práticas têm-se materializado no espaço urbano local.

A primeira, e talvez uma das mais rentáveis, ocorre pela aquisição, por parte dos investidores industriais e agentes imobiliários de terrenos isolados - ou de áreas

independente dos períodos de crise econômica. F. Earp e F. Fridman. Tópicos de Reflexão para uma pesquisa sobre o mercado imobiliário. In: *Cadernos IPPUR/UFRJ*, nº 1, dez.1992. p. 23-27.

³⁸ Idem. p.218-220.

maiores, para a realização de loteamentos - junto aos proprietários de glebas próximas aos bairros nobres da cidade, onde o preço de monopólio que esses imóveis adquiriram no tempo, dada a localização e a infra-estrutura urbanas privilegiadas, garantem aos seus proprietários, atuais e futuros, na comercialização, a obtenção de rendas extraordinárias. A prefeitura municipal tem possibilitado aos investidores industriais, agentes imobiliários e construtoras que atuam nesses bairros, todo o suporte necessário a fim de garantir condições ideais à circulação e à reprodução ampliada do capital ali investido.³⁹ Além de essas áreas receberem atendimento privilegiado em relação às demais áreas residenciais, quanto à inversão de recursos públicos na forma de infra-estrutura e de equipamentos urbanos, a própria legislação urbana tem contribuído para institucionalizar a excepcionalidade desse submercado imobiliário. Nesse aspecto, merece destaque o fato de o atual plano diretor, aprovado em 1977, proibir no seu artigo 24, em relação aos bairros Higienópolis e Chácara das Freiras, a construção de prédios de madeira ou de aglomerados nesses locais. Evidencia-se assim, além de um padrão urbanístico hegemônico e socialmente segregador, a garantia de obtenção de renda de monopólio dos imóveis ali produzidos.⁴⁰

Uma segunda forma, não menos importante, dada a sua relação direta com a expansão da área urbana, tem sido a compra de glebas de terras em área rural, no entorno do perímetro urbano, por parte dos investidores industriais, pelos agentes

³⁹O exemplo típico em Santa Cruz do Sul é o dos bairros Higienópolis e Chácara das Freiras, localizados conforme figura 12, a leste da área central. Suas belas e suntuosas residências abrigam a classe mais abastada da cidade e dispõem, além da proximidade do centro, de uma irretocável e funcional infra-estrutura urbana, além de ainda poderem contar, em algumas ruas, com um sistema de segurança privada.

⁴⁰ Plano Diretor Urbano. Lei 1664 de 29 de dezembro de 1977. Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul. Além desse artigo, o presente plano também determina, para as áreas em questão, um uso do solo quase que exclusivamente residencial. As exceções permitidas são comércio de gêneros alimentícios, institutos culturais, templos e clubes recreativos, o que também contribui para valorização diferencial dos imóveis ali localizados.

imobiliários, ou ainda através da associação desses. Via de regra são adquiridas preferencialmente aquelas glebas situadas em áreas com nítida tendência de expansão da malha urbana. O que representa, na medida em que a cidade vai expandindo e incorporando essas áreas, a possibilidade de o proprietário fundiário poder auferir uma renda diferencial, em função das novas possibilidades de uso que o solo, quando tornado urbano, lhe proporcionará.⁴¹

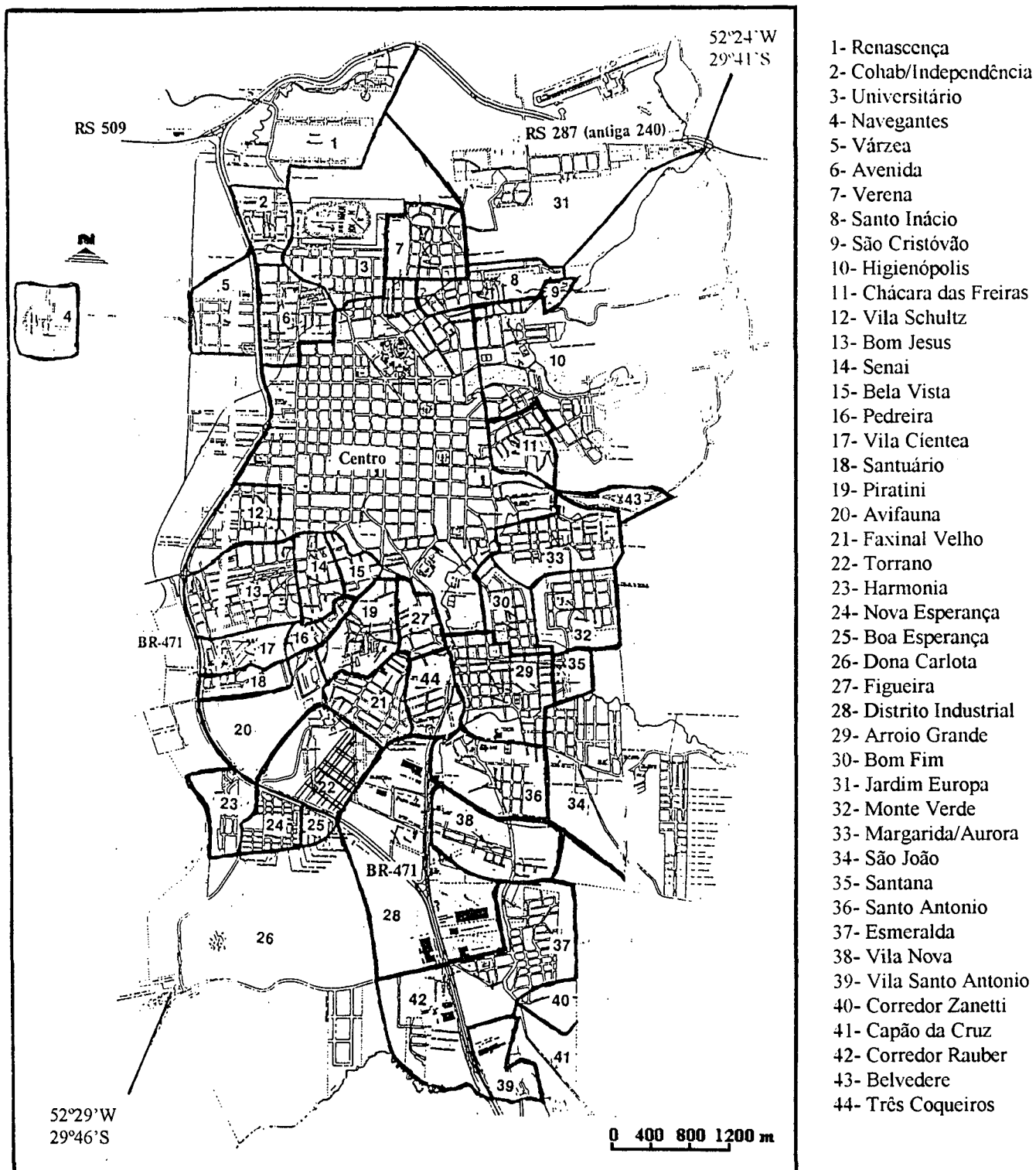
Assim, quando for ocorrendo a sua incorporação à cidade, elas poderão, após a valorização esperada, ser comercializadas em parte ou na sua totalidade. Nesses casos, principalmente os novos proprietários fundiários têm requerido os serviços de promoção e de corretagem imobiliária.⁴² Na maior parte das vezes essas glebas de terras são adquiridas ou parceladas para a realização de loteamentos, fato que tem possibilitado o desenvolvimento da articulação de interesses de proprietários fundiários, agentes imobiliários e empresas construtoras quando da decisão da abertura desses loteamentos. Isso tem acontecido principalmente através da associação do agente imobiliário com a empresa construtora, na aquisição e realização de loteamentos nessas áreas.⁴³ No processo, cada um dos agentes envolvidos, tanto na comercialização de glebas de terras como nas várias etapas que

⁴¹ O bairro do Arroio Grande, conforme figura 12, a sudeste da área central da cidade, é o principal exemplo da ocorrência desse processo. Destacariamos ainda o Bairro Esmeralda, ao sul da cidade, e mais recentemente, há cerca de seis anos, as áreas localizadas no acesso para Linha Santa Cruz, e para Linha João Alves, respectivamente, à noroeste e à nordeste da área central.

⁴² Muitas vezes os novos proprietários são os próprios agentes imobiliários, quando praticamente todas as etapas que envolvem a compra e a venda dessas glebas ficam sob a sua responsabilidade. A aquisição de glebas pelo capital industrial é também realizada a partir da criação de empresas imobiliárias de maneira a que este participe das diferentes etapas da comercialização dos imóveis. Por exemplo: a ARCAL, indústria de confecção, criou a LACRA (Arcal invertido); já a Meridional Tabacos, indústria fumageira, atua no mercado de imóveis através da participação de seus diretores junto às imobiliárias Brand, Merimóveis e Monte Tabor.

⁴³ Em Santa Cruz, nos últimos seis anos, o exemplo típico dessa associação é aquele representado pela articulação da incorporadora e imobiliária João Dick com a Construtora Rech, principalmente na compra de imóveis junto a pequenos proprietários fundiários. Exemplo de alguns empreendimentos realizados por essa parceria são os loteamentos São João I, II e II no bairro Arroio Grande, e o condomínio Costa Norte, no bairro Universitário. Ver figura 12.

FIG. 12 - SANTA CRUZ DO SUL: ÁREA URBANA - 1994



Fonte: Gazeta do Sul, 05 de julho de 1994. p.8. Este mapa com a divisão dos bairros da cidade foi elaborado pela União das Associações de Moradores de Santa Cruz do Sul

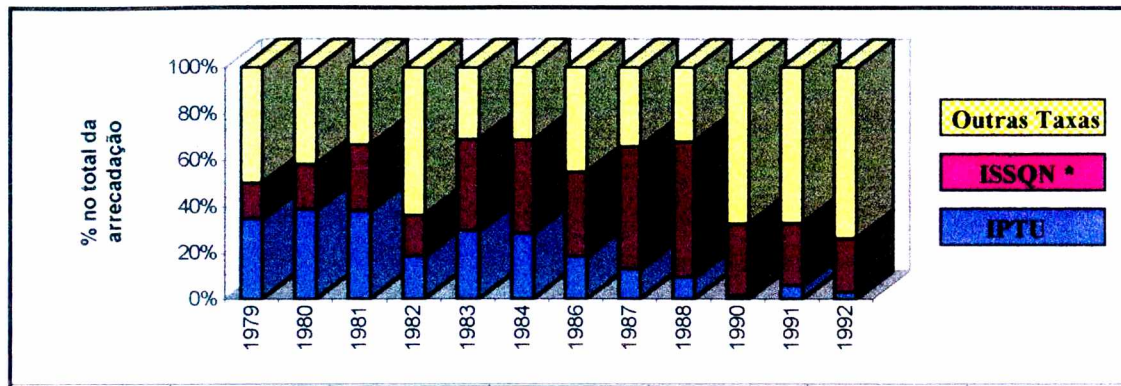
constituem o processo de abertura de loteamentos e comercialização dos terrenos, tem procurado incorporar aos seus lucros parte da renda da terra. A realização do capital empregado nesses negócios imobiliários tem sido garantida, de um lado, pela realização de loteamentos ou de condomínios fechados para as classes média e alta, através principalmente da exploração das amenidades presentes no entorno dos empreendimentos; de outro, e em menor escala, pela construção de loteamentos para a classe baixa na periferia da cidade.⁴⁴ Estes últimos, quase sempre não atendem integralmente as determinações legais, seja pela falta de instalação da infra-estrutura, seja pela falta de registro na prefeitura e/ou no cartório de registro de imóveis. Ou seja: os custos dessas irregularidades tem sido, via de regra, socializados pela municipalidade, enquanto a apropriação da renda desses imóveis tem sido privada. Algumas vezes, a anomia e a omissão do poder público na fiscalização dessas práticas espaciais têm possibilitado ganhos extraordinários aos agentes privados, e custos crescentes para o conjunto da população, em especial aquela que, ao longo da história, já é economicamente menos favorecida.

Cabe ainda destacar nesse processo a atuação daquele agente que Lourenção chama de político proprietário: são os incorporadores imobiliários que também exercem cargos ou mandatos políticos e, nessa condição, têm acesso às informações privilegiadas sobre a política municipal de uso e de ocupação do solo, podendo influir, via legislação, na dinâmica de expansão da área urbana. Em Santa Cruz do Sul, a presença e a envergadura das operações desse agente levam a crer que tais ações

⁴⁴ Empreendimentos, entre outros, como o Costa Norte, o Avifauna, o Jardim Europa, todos localizados no Cinturão Verde, área de encosta com mata nativa que contorna a cidade a leste e ao norte, utilizam-se das amenidades aí existentes: contato com a natureza, vista privilegiada da cidade, tranquilidade etc. para auferir rendas extraordinárias. Tais empreendimentos, com raras exceções, têm sido responsáveis pelo desmatamento nessa área da cidade.

podem também ter contribuído, em algum momento, para tão intensa atividade de incorporação de novas áreas ao perímetro urbano.⁴⁵

FIGURA 13 - SANTA CRUZ DO SUL: PARTICIPAÇÃO DE IMPOSTOS MUNICIPAIS NO TOTAL DA ARRECADAÇÃO - 1979 A 1992



Fonte: Anuários Estatísticos da FEE-RS. 1979/1992. * Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
Obs.: Outras taxas: Taxas Municipais, Contribuição de Melhoria, ITIBI (Imposto sobre transferência de bens Imóveis), IVVC (Imposto sobre Veículos e Combustíveis) e Outras Receitas Tributárias arrecadadas pelo município.

Por outro lado, a incorporação de novas áreas à cidade acarreta-lhes a tributação de de impostos urbanos pela municipalidade. Entretanto, se observarmos na figura 13, a arrecadação de impostos municipais, verificaremos que o percentual do IPTU em relação à arrecadação total, desde 1980 vem decrescendo aceleradamente. Já as outras taxas arrecadadas pela Prefeitura cresceram 230%, entre os anos 1988 e 1992; esse substancial aumento vincula-se, em nosso entender, principalmente, à instituição do ITBI em 1989.⁴⁶ Podemos inferir que, apesar de ter ocorrido um grande aumento na área urbana, não houve recomposição do valor do IPTU no conjunto da arrecadação, o que de certa forma tem servido de estímulo a essa intensa atividade

⁴⁵M. Lourenção. "Coisas da Terra": A Expansão Territorial de Rio Claro. Dissertação de Mestrado. USP, São Paulo. 1988, p. 205-235.

⁴⁶ IPTU: Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana e ITBI: Imposto sobre Transferência de Bens Imóveis. De acordo com os dados da FEE, em relação a arrecadação dos tributos municipais em Santa Cruz do Sul, na rubrica *outras taxas* o percentual do ITBI, que em 1990 representava 17,54%, passou, em 1992, a representar 32,4%.

imobiliária. Por outro lado, o aumento da arrecadação através do ITBI, ao mesmo tempo que permite ao poder público neutralizar as perdas relativas dos demais tributos, evidencia a presença de um intenso processo de comercialização de imóveis na cidade. A esse respeito, Geisse e Sabatini lembram que:

“(...) há a possibilidade de os impostos serem incorporados no preço de venda dos terrenos (...) Neste caso limite, longe de captar parte da renda da terra, os impostos ao bem raiz não fariam senão subir os preços e, com eles, os custos da habitação”.⁴⁷

Um terceiro e último exemplo de prática espacial decorrente dessa interação de agentes no mercado imobiliário tem sido a construção de edifícios para uso residencial e/ou comercial, notadamente na área central da cidade.⁴⁸ (FIG.12). O alto preço dos terrenos nessa área, em função da infra-estrutura instalada, da presença da maior parte das atividades de comércio e de serviços da cidade e ainda pela intensidade de ocupação permissível nesses terrenos tem estimulado um adensamento máximo de área construída por lote, o que tem resultado num intenso processo de verticalização.

Assim, a possibilidade de obter ganhos extraordinários a partir da construção e/ou comercialização através da venda e do aluguel, principalmente de apartamentos residenciais, como também de salas comerciais, tem produzido uma valorização crescente desses imóveis. Em função disso, a paisagem da cidade vai modificando-se aceleradamente nas ruas centrais de Santa Cruz do Sul, onde prédios residenciais e comerciais, produzidos em épocas passadas, vão dando lugar a novos e modernos

⁴⁷ G.Geisse e F.Sabatini. Op. Cit. p.15.

⁴⁸ Área compreendida pelas ruas Marechal Deodoro, Sete de Setembro, Tenente Coronel Brito e Ramiro Barcelos, como também ao longo da Marechal Floriano. Essas ruas constituem, de acordo com o zoneamento de uso do solo do atual Plano Diretor, a Zona Comercial 1, onde estão definidos os maiores índices de aproveitamento e taxas de ocupação do solo urbano na cidade. Além dessa área, destacaríamos ainda a Rua Tomaz Flores, também no centro, e a Rua Augusto Spengler, ao norte, no Bairro Universitário, onde concentram-se vários edifícios residenciais. Nesta última, a proximidade com a Universidade tem oportunizado o incremento desse tipo de empreendimento imobiliário. FIG.12.

edifícios. Esse processo de verticalização, por sua vez, tem sido oportunizado, na maior parte dos casos, pela articulação de interesses distintos, ou seja, dos proprietários dos terrenos, das empresas de incorporação imobiliária e das empresas de construção civil, que têm na integração de suas atividades, materializada em cada etapa de realização dos empreendimentos, a possibilidade de efetivar a apropriação da renda diferencial da terra. Algumas empresas construtoras, em função da demanda solvável principalmente das classes com mais altos rendimentos, tem promovido aquilo que Geisse e Sabatini denominam de integração para frente, ou seja além da construção, a empresa responsabiliza-se simultaneamente pelo financiamento, pela promoção e pela corretagem,⁴⁹ o que viabiliza uma apropriação de renda de monopólio. O dinamismo desse submercado imobiliário tem, por outro lado, determinado a formação de parcerias entre construtoras e incorporadoras como forma de reduzir custos e ampliar as margens de lucro obtidas nesses empreendimentos.⁵⁰

Por fim, cabe destacar que, na maior parte das vezes, a utilização por esses agentes desse conjunto de estratégias e de práticas espaciais tem sido viabilizado pelo papel que o poder público municipal tem desempenhado nesse processo acelerado de urbanização da cidade, principalmente em relação aos reflexos das políticas públicas referentes ao uso do solo para fins habitacionais. Vimos anteriormente a importância que a alocação desigual da infra-estrutura, bem como a definição do zoneamento do uso do solo e a permissividade à intensa expansão espacial da cidade, por parte da prefeitura, têm adquirido na valorização dos imóveis na cidade. O planejamento

⁴⁹ G. Geisse e F. Sabatini. Renta de La Tierra y Heterogeneidad Urbana. in: *Revista Interamericana de Planificación*. Vol.XV, nº 59, septiembre, 1981. p.22-23. Entre outras, é o caso da SUHMA Engenharia, empresa local, que tem participado de inúmeros empreendimentos desse tipo na cidade.

⁵⁰ Por exemplo: João Dick Imóveis, R.V. Dick Imóveis, e Incorporadora Roma de Empreendimentos Imobiliários, no caso da incorporação; e as empresas Froemming, Farah, Trevisan, e Goettert, na construção desses imóveis.

urbano, por exemplo, ainda hoje está balizado por uma concepção funcionalista de cidade, cuja crença na autoridade positiva e neutra da técnica é ideologicamente enfatizada como solução para os problemas decorrentes do crescimento urbano, independente dos condicionantes econômicos, sociais e políticos presentes no processo de desenvolvimento urbano.⁵¹ Ao mesmo tempo, ela tem servido para orientar a lógica especulativa do mercado imobiliário.⁵²

Essas ações do poder público municipal em Santa Cruz do Sul, quando articuladas, têm-se constituído em um verdadeiro suporte e estímulo à circulação e à reprodução do capital imobiliário. E, quando combinadas com a racionalidade inerente às ações da rede de crescimento que permeia o setor imobiliário, elas refletem uma organização típica na produção da cidade. Ordem quanto ao uso do solo e quanto às formas hegemônicas de apropriação da cidade, ordem que ao configurar-se espacialmente procura garantir a funcionalidade necessária à reprodução e à acumulação do capital empregado no mercado imobiliário. Entretanto, a regularidade e a repetição pelas quais essas ações se desenvolvem, ao mesmo tempo que buscam reproduzir esse padrão de organização no espaço urbano, levam à promoção da irracionalidade, da desordem no processo de produção da cidade.⁵³

⁵¹ O principal instrumento dessa política é o plano diretor, aprovado em 1977 e ainda em vigor. Ele, como os demais planos elaborados nessa época estrutura-se em uma concepção de cidade enquanto um conjunto de edificações e de usos do solo que podem ser (re)organizados basicamente pelo plano, a despeito das relações sociais de produção que estão na base da produção espacial da cidade.

⁵² Sintomático e ao mesmo tempo relevante, o seguinte fragmento da Ata da reunião nº 02/83, do Conselho do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Santa Cruz do Sul, realizada no dia 29 de setembro de 1983, e que tinha como um dos pontos da pauta a análise do projeto que criava a Zona Industrial de Expansão, estabelecia limites e fixava as divisas para as zonas da área urbana. “(...) O Sr. Edmundo Hoppe [ex-prefeito e na época secretário de Planejamento] para esclarecer dúvidas, que ainda pudessem existir, falou sobre o Projeto, ressaltando a colaboração da Associação dos Loteadores e Construtores de Santa Cruz do Sul na definição do Zoneamento da área urbana, fixando-se a partir do projeto aprovado, os limites descritivos para cada Zona.”

⁵³ Essa idéia está sustentada nas elaborações teóricas de Edgar Morin, acerca da complexidade, notadamente em: E.Morin. *Ciência com Consciência*. Publicações Europa-América.1994. e E. Morin. *O Método - A Natureza da Natureza*. Tomo I. Publicações Europa-América. 1987. Para

Essa desordem tem-se materializado no território, por exemplo, através de uma ocupação descontínua do espaço urbano, decorrente da simultaneidade com que a cidade se expande horizontalmente, incorporando novas áreas, enquanto ainda encontramos espaços vazios, objetos da especulação, no interior da malha urbana. Esse processo acaba por promover custos adicionais em termos infra-estruturais, na medida em que provoca a extensão da infra-estrutura urbana para áreas recém-incorporadas, enquanto ocorre uma sub-utilização nas áreas vazias no interior da cidade. Diga-se de passagem, esses custos têm sido socializados pelo conjunto da população, beneficiando assim a valorização e a apropriação privada pelo capital imobiliário.

Além disso, e como principal reflexo, a produção da cidade tem-se efetivado a partir de uma desigual condição de ocupação e de uso da cidade, onde a lógica especulativa que regula o funcionamento do mercado imobiliário tem incrementado a segregação residencial na cidade. Como lembra Corrêa, tanto a auto-segregação no caso da classe abastada, como a segregação imposta em relação aos grupos sociais cujas opções de onde e como morar são poucas ou quase sempre inexistentes.⁵⁴ Em relação a estes últimos, convém considerar ainda os efeitos que a crescente dilapidação do poder aquisitivo dos trabalhadores decorrente dos altos índices inflacionários presentes nesse período, além da instabilidade dos níveis de emprego, têm promovido no desenvolvimento da segregação espacial de parcelas significativas da população.⁵⁵ Nesse aspecto, a periferia urbana em Santa Cruz do Sul, no curso

ele a dialógica ordem/desordem/organização está na base dos fenômenos complexos, onde essas noções são simultaneamente complementares, antagônicas e contraditórias. Nesse aspecto, estamos aqui chamando a atenção para a complexidade que envolve a produção da cidade.

⁵⁴ R. L. Corrêa. *O Espaço Urbano*. Ed. Ática. 1989, p. 64.

⁵⁵ De acordo com W. Cano em *Reflexões Sobre o Brasil e a Nova (Des)Ordem Internacional*. Ed. UNICAMP. 1994. p.52. "(...)A inflação subiu dos 28% em 1967 para 100% em 1980". Por sua vez, J. Mattoso, em *A Desordem do Trabalho*. Ed. Scritta. 1995.p.140, afirma que em 1988 e

desse processo desigual de urbanização, tem representado a alternativa viável à reprodução da maior parte da força de trabalho residente na cidade.

Nesse contexto, a impossibilidade de adquirir os imóveis, seja a moradia, seja o terreno para edificá-la, em função dos elevados preços dos imóveis próximos à área central e aos bairros adjacentes, e dos altos valores dos aluguéis, têm determinado a expulsão desses moradores para a periferia de Santa Cruz do Sul.⁵⁶ Esse deslocamento forçado acaba tendo como destino final aquelas áreas distantes dos bairros centrais, onde a precariedade ou inexistência da infra-estrutura tem possibilitado o pagamento de menor renda diferencial. Soma-se a isso, como já vimos, o resultado da política de renovação urbana que tem afetado compulsoriamente parcela daquelas famílias de trabalhadores que já possuíam moradia, mas que, pela valorização dessas áreas, são igualmente expulsas.⁵⁷

De outro lado, o intenso afluxo de novos migrantes para a cidade nesses últimos vinte anos tem agravado ainda mais essa situação. A maioria esmagadora desses migrantes tem ainda menores condições de reproduzir-se em não sendo nas áreas periféricas. A inexistência de vínculos sociais, o não-conhecimento da cidade,

1989, as taxas anuais de inflação avançaram, chegando, respectivamente, a atingir 685% e 1.320%. Quanto às taxas de desemprego aberto no setor urbano, W. Cano, Idem. p.131, afirma que: "O Brasil, que tivera taxas entre 6,55 e 7,0% na média do período de 1980-1984, passa por uma melhora, durante a recuperação 1984-1988 (ligeiramente abaixo de 4%) para novamente vê-las subir para 5% em 1991, aproximando-se de 6% em 1992."

⁵⁶ Os elevados preços que os aluguéis adquirem a partir da segunda metade da década de setenta deve-se à Lei do Inquilinato, criada na década de quarenta, que congelou os aluguéis até 1967 nos níveis de 1941. De 1967 a 1975, o aumento nos valores dos aluguéis esteve vinculado ao aumento do salário mínimo. Isso perdurou até abril de 1975, quando entrou em vigor a Lei 6.205, que possibilitava a desvinculação dos reajustes dos preços aos reajustes salariais. Esse longo período de controle dos preços promoveu um desestímulo à construção de moradias para locação, o que gerou, no período, uma considerável demanda reprimida. Isso, aliado ao aumento substancial da demanda em razão do intenso crescimento da população, promoveu, após a desvinculação salarial, um aumento espetacular dos preços dos aluguéis.

⁵⁷ Muitas vezes a expulsão desses moradores ocorre através da venda dos lotes em função da contradição existente entre o valor crescente dos terrenos e a precária renda desses moradores. Com uma parte dos recursos monetários obtidos com essa venda eles melhoram um pouco seu fundo de reprodução, com a outra eles adquirem terrenos mais distantes e em pior situação.

além da crítica situação econômica em que se encontram ao chegar, acabam determinando igualmente, e de imediato, a segregação espacial desses futuros moradores na cidade.

Nesse sentido, a reprodução de consideráveis parcelas da força de trabalho, na cidade, tem-se efetivado, em geral, a partir da aquisição de terrenos mais baratos nos loteamentos irregulares realizados pela iniciativa privada, como também pela ocupação das áreas ainda vazias, aquelas mais precárias, nas vilas populares já existentes. Ocorre também pela invasão de áreas públicas sem as mínimas condições de habitabilidade, principalmente por parte dos migrantes.⁵⁸

Tal processo, via de regra, tem-se materializado na cidade, notadamente nas suas áreas periféricas, cujas principais características são, entre outras: a distribuição desordenada dos terrenos, a irregularidade do traçado viário, a debilidade da infraestrutura e dos equipamentos urbanos, a improvisação das construções, a presença de mais de uma moradia por terreno e, em algumas vezes, mais de uma família por casa, além da precariedade das residências, na maioria das vezes submoradias.⁵⁹

Além disso, a lógica e o funcionamento do mercado imobiliário não vê interesse em atuar na produção de moradias para essa parcela da população, pelo seu baixo poder aquisitivo. Esse fato, aliado ao incremento de novos fluxos migratórios para a cidade e aos abusivos reajustes nos preços dos aluguéis, tem promovido, ao

⁵⁸Os jornais desse período mostram que, a partir dos anos oitenta, houve um incremento do processo de invasões de áreas públicas, por migrantes recém-chegados à cidade. Por exemplo: a ocorrência de invasões em áreas verdes, faixas de domínio das rodovias estaduais e federais que contornam a cidade. Na maior parte das vezes a prefeitura tem atuado para realocar essas famílias, em vilas já existentes ou em loteamentos por ela abertos.

⁵⁹Essas informações foram obtidas através da aplicação de questionários junto às vilas Boa Esperança, Nova Esperança, e Torrano, como também através de observação nas visitas realizadas a outras vilas existentes na cidade. Retomaremos esse assunto de forma mais detalhada no capítulo 5, quando analisarmos a produção das vilas antes referidas.

longo desses vinte anos, um crescente déficit habitacional.⁶⁰ Do ponto de vista dos moradores, a saída tem sido, principalmente, a autoconstrução, ainda que muitas vezes as casas levem anos para serem concluídas.

Do ponto de vista institucional, o enfrentamento dessa questão tem-se realizado nos marcos da contraditória política habitacional brasileira. Segundo Silva e Silva, na maior parte desse período, as decisões de cunho essencialmente empresarial que pautaram as inversões de recursos oriundos do ex-BNH (Banco Nacional da Habitação) - a fim de garantir o retorno financeiro e a lucratividade que o SFH (Sistema Federal da Habitação) então requeria para orientar suas transações - levaram à canalização de boa parte dos financiamentos ao atendimento da demanda solvável das classes média e alta. Isso significou uma progressiva diminuição dos recursos para a habitação popular.⁶¹ Prova disso foi o fato de que Santa Cruz do Sul, durante os anos setenta e oitenta, teve apenas a construção, na periferia, de dois núcleos habitacionais pela COHAB-RS, e a constituição de dois loteamentos pela prefeitura.⁶² Nesses empreendimentos, parte dos recursos foram tomados junto ao SFH. Além disso, a renda mínima estipulada como condição de acesso a esses imóveis, atendeu apenas uma parcela da significativa demanda existente. Por outro lado, uma grande parte das belas e amplas residências e dos espaçosos apartamentos da classe abastada

⁶⁰ Em relação ao déficit habitacional existente no município não há consenso. Enquanto em 1991 o Movimento dos Sem-Teto calculava o déficit em 6.000 moradias, a prefeitura municipal, em 1993 registrava o déficit em torno de 4.000 casas. Esses dados foram obtidos respectivamente na Gazeta do Sul, dos dias: 09/09/1991 p.13 e 29/06/93 p. 03.

⁶¹ M. Ozanira da Silva e Silva. *Política Habitacional Brasileira - Verso e Reverso*. Ed.Cortez. cap. 2 e 4. 1989.

⁶² Os núcleos aqui referidos são os da COHAB-Independência, com 340 casas populares, localizado às margens da BR-471 que contorna a cidade, ao norte da área central, e o da COHAB-Vila Schulz, com 89 casas, localizado a sudeste do centro da cidade, na então periferia. Foram respectivamente inaugurados em 1981 e 1980. O público alvo desses conjuntos habitacionais foi aquele que percebia renda mensal de 2 a 3 salários mínimos. Quanto aos loteamentos realizados pela prefeitura, tivemos o Loteamento Nova Esperança, em 1985, com 200 lotes, e o Loteamento Vila União, com aproximadamente 300 embriões habitacionais. Este último surgiu em razão da realocação das famílias que anteriormente habitavam, de forma irregular, na área do lixão da cidade. FIG.12.

da cidade, erguidos nesse período, contaram com o financiamento do BNH e da Caixa Econômica Federal a partir de recursos oriundos do Fundo de Garantia dos trabalhadores.⁶³ Mais recentemente, nesses anos iniciais da década de noventa, apesar da abertura de alguns loteamentos e da construção de embriões habitacionais pela Prefeitura municipal, o quadro deficitário de habitação popular não se alterou.

Entretanto, como se viu, a desordem inerente à produção da periferia, como manifestação mais concreta dessa urbanização desigual e excludente, tem simultaneamente cooperado para o desenvolvimento de uma organização espacial funcional à reprodução dos capitais imobiliário e industrial. Como lembra Morin: “A desordem onipresente não é só oposta mas também estranhamente cooperativa com a ordem para criar organização. (...) A desordem coopera na geração da ordem organizacional.”⁶⁴

Vejam os. A produção da periferia, enquanto resultado da segregação espacial das famílias com menos rendimentos em áreas afastadas na cidade, além de buscar esconder a face contraditória do desenvolvimento urbano da “capital mundial do fumo” contribui ainda para garantir a valorização dos imóveis e das demais áreas que constituem a cidade. Essa é a razão aparente para que a prefeitura municipal, em vez de promover a urbanização das vilas existentes próximas à cidade, no seu local de origem, opte pela abertura de loteamentos e construção de casas populares em áreas distantes, na periferia. Ou ainda, pela sistemática realocação das famílias de

⁶³Em artigo publicado na Gazeta do Sul de 24/04/96 na sua página 02, o Sr. Carlos A. Gerhard, engenheiro civil, ligado à Suhma Engenharia - Construções Ltda, uma das maiores empresas construtoras da cidade, afirmava que nesse período “(...) centenas de casarões e mansões foram construídos e passaram a povoar principalmente a Vila Higienópolis e a Chácara das Freiras, que até ficou famosa pelo pseudônimo de ‘Morro do Papagaio’, numa referência a que quase todos estes palacetes foram construídos com financiamento do extinto BNH com recursos do FGTS dos trabalhadores.” Lembra ainda que boa parte dos belos e grandes apartamentos construídos na década de 1980 se valeram da utilização dos recursos do BNH, e mais tarde da Caixa Econômica Federal. FIG.12.

⁶⁴ E. Morin. *Ciência com Consciência*. Publicações Europa-América. 1994. p.156.

migrantes que têm ocupado áreas públicas vazias dentro da cidade. Trata-se aqui, muito mais do que de erradicar o problema da sub-habitação, de afastar o obstáculo que ela representa para a especulação imobiliária, uma vez que geralmente essas áreas fazem divisa com outras, privadas, extremamente valorizadas.

Por outro lado, a produção da periferia através dos loteamentos e casas populares realizadas pela prefeitura, mas principalmente pela autoconstrução, tem possibilitado um barateamento no custo de reprodução da força de trabalho, incluindo o exército industrial de reserva. Isso porque, em que pese esse assentamentos residenciais de baixa renda significarem concretamente o rebaixamento das condições de habitação, eles acabam sendo funcionais ao capital, na medida em que, como expediente de reprodução da força de trabalho, permitem a manutenção de salários deprimidos, configurando assim, no caso da autoconstrução, um processo de superexploração do trabalho pelo capital.⁶⁵

Além disso, a abertura de loteamentos e a construção de casas populares pelo poder público municipal, na maior parte das vezes em áreas próximas ao Distrito Industrial, têm garantido ao capital industrial, notadamente às agroindústrias fumageiras, a possibilidade de contar com um numeroso contingente de mão-de-obra, espacialmente concentrado e de fácil mobilização.

Todavia, a complexidade presente na (re)produção do espaço urbano santacruzense não pode ser apreendida totalmente se não levarmos em conta os reflexos que o complexo industrial agrofumageiro de Santa Cruz do Sul tem promovido na

⁶⁵ Para F. Oliveira através da autoconstrução “(...) a habitação (...) se produz por trabalho não pago, isto é, supertrabalho. (...) ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois seu resultado, a casa, reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho de que os gastos com habitação são um componente importante - e para diminuir os salários reais pagos pelas empresas”. F. Oliveira e F. Mazzucheli. *Padrões de Acumulação, Oligopólios e Estado no Brasil: 1950/1976*. Cebrap. 1977. s/p.

organização espacial da cidade, como também o fato de a economia local estar intimamente vinculada à dinâmica do mercado internacional de fumo. Esses serão os nossos próximos objetivos.

3 - O COMPLEXO AGROINDUSTRIAL FUMAGEIRO LOCAL E O MERCADO INTERNACIONAL DO FUMO: REFLEXOS NA (RE)PRODUÇÃO DA CIDADE

Este terceiro capítulo tem como objetivo analisar as principais características pelas quais o complexo agroindustrial fumageiro vem materializando-se no município, notadamente no que diz respeito ao conteúdo técnico-científico requerido ao território e aos reflexos oportunizados por ele na (re)produção da cidade. Nesse sentido, nosso olhar privilegiará a análise da produção do Distrito Industrial e a sua inter-relação com a produção da periferia urbana.

Além disso, é nosso interesse aqui, também, apreender a dinâmica de inserção do complexo agroindustrial fumageiro local no mercado internacional do fumo, nos marcos da globalização da economia, principalmente em relação aos efeitos dos processos de concentração e de centralização do capital, de oligopolização do mercado e do controle tecnológico, operados pelas corporações multinacionais. Nesse contexto buscar-se-á identificar quais as principais tendências e perspectivas para a economia local, especialmente aquelas referentes à dinâmica industrial e às suas determinações na produção da periferia urbana de Santa Cruz do Sul.

Se por um lado, como já vimos, a produção do espaço urbano local está intimamente vinculada aos processos de uso e de ocupação do solo urbano decorrentes da lógica e da dinâmica do mercado imobiliário local, por outro, o seu pleno entendimento somente pode ser alcançado se levarmos em conta o destacado papel que o setor industrial, basicamente o ramo fumageiro, tem tido na economia municipal e, como decorrência, na configuração espacial da cidade. Entendemos que a (re)produção

do espaço urbano de Santa Cruz do Sul não possa ser inteiramente apreendida, apenas a partir da escala do lugar, ou mais exatamente a partir de como o capitalismo se desenvolve no município, ainda que tenhamos consciência de que esse desenvolvimento no espaço urbano, concretamente, envolve diferentes temporalidades e espacialidades expressas na produção coletiva e na apropriação desigual da cidade. Há que se considerar, também e simultaneamente, as determinações e as inter-relações advindas da integração do lugar com a região, com o país e com o mundo. Como ensina Milton Santos, o lugar não tem existência própria. Tomado isoladamente, à parte da totalidade, ele é simples abstração. “Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”.¹

Portanto, trata-se de pensar a complexidade inerente à produção da cidade de Santa Cruz do Sul a partir da mediação de distintas escalas geográficas, sem, contudo, como alerta Castro, perder de vista que “não há escala mais ou menos válida, a realidade está contida em todas elas”.²

Nesse sentido, o vínculo mediador parece ser o fumo, mais exatamente o complexo agroindustrial fumageiro e as relações que ele oportuniza no processo de urbanização da cidade de Santa Cruz do Sul. Isso porque a organização espacial do ramo fumageiro ultrapassa as fronteiras do município, articulando o processo de beneficiamento industrial em Santa Cruz do Sul com a produção do fumo realizada na região Sul do país e com a produção de cigarros em outras cidades no Brasil e no exterior. Assim, ao mesmo tempo que a economia municipal está intimamente

¹ M. Santos. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. Ed. Hucitec, 1996. p.273.

² I. E. de Castro. *O Problema da Escala*. In: *Geografia: Conceitos e Temas*. Ed. Bertrand Brasil, 1995. p.132. A autora chama ainda atenção para a necessidade, e ao mesmo tempo desafio, de nos libertarmos da forma como a prática geográfica trata a questão da escala - aquela “de um raciocínio analógico com a cartografia”. Trata-se sim de pensar a escala como um “operador de complexidade” a fim de valorizar a visibilidade e a objetividade necessárias ao entendimento do real.

imbricada com o fornecimento da matéria-prima, notadamente ao nível da região, também o está com a dinâmica econômica do mercado nacional, e principalmente com as determinações engendradas pelo mercado internacional fumageiro, através das ações e das estratégias das corporações multinacionais fumageiras que controlam oligopsonicamente esse mercado.

3.1 - O Complexo Agroindustrial Fumageiro

Uma primeira questão necessária é definir o que estamos entendendo como complexo agroindustrial. Para tanto, balizamo-nos na contribuição de Müller, para quem

“Caracteristicamente o CAI (complexo agroindustrial) é uma unidade de análise na qual a agricultura se vincula com a indústria de dupla maneira: com a indústria de máquinas e insumos que tem na agricultura seu mercado e com a indústria processadora/beneficiadora de matérias-primas agrícolas. A primeira pode ser designada de indústria para a agricultura, e a segunda de agroindústria. Na medida em que há uma forte interdependência entre agricultura e indústria para a agricultura, verifica-se um processo de industrialização da agricultura; E na medida em que há uma forte interdependência entre agricultura e a indústria beneficiadora e processadora, verifica-se um processo de agroindustrialização”.³

Nesse sentido, pensar o complexo agroindustrial fumageiro implica, em primeiro lugar, considerar a existência de importantes vínculos entre a produção do fumo realizada pelos agricultores e o beneficiamento e o processamento desse produto pela indústria fumageira. Tais vínculos se manifestam pelas formas de aquisição dos insumos pelos produtores, quando a indústria intermedeia e avaliza o financiamento junto aos bancos; pelo calendário agrícola e pelo padrão tecnológico determinados pela indústria e postos em prática sob sua orientação e assistência técnica; pelo sistema de transporte operado pelas indústrias, que levam os insumos e trazem o fumo dos produtores (conhecido como “sistema leva-e-traz”), e principalmente pela garantia de

³ G. Müller. *Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária*. Ed. Hucitec, 1989. p. 65.

exclusividade por parte dos produtores quanto ao fornecimento de fumo para determinada empresa, e ao mesmo tempo a garantia, por parte dessa, na aquisição da produção.⁴ Além disso, numa segunda etapa, após beneficiado industrialmente, o fumo segue dois caminhos possíveis: 1) exportação para os principais centros fumageiros internacionais; 2) fábricas de cigarro e assemelhados localizadas no país. Nestas últimas, parte da produção serve para alimentar o mercado interno, e parte é ainda exportada para o mercado externo.

Em segundo lugar, há que se ter presente que a dinâmica de funcionamento desse complexo agroindustrial requer a produção de um determinado espaço, onde um conjunto de ações e processos são engendrados de forma a viabilizar o desenvolvimento dessa cadeia produtiva. Nesse sentido, como condição e produto do desenvolvimento desse ramo industrial, está a configuração territorial que, ao longo da cadeia produtiva, envolve distintos e muitas vezes distantes lugares: áreas rurais produtoras de fumo, pontos de recebimento e de armazenamento do produto nas localidades mais distantes das usinas de beneficiamento, centros de beneficiamento e processamento industrial, fábricas de cigarro, pontos de distribuição, de comercialização e de exportação dos produtos. Esses distintos lugares, com específicas funções no conjunto da cadeia produtiva, são articulados através da constituição, pelas empresas, de densas e espacialmente abrangentes redes operacionais, nas quais mercadorias, mão-de-obra, capitais, ordens e informações circulam de forma a garantir a reprodução e a acumulação de capital. Como lembra Dias: “Trata-se de pensar a rede

⁴ A respeito da lógica interna que move essa relação entre fumicultores e agroindústria fumageira, e como se estrutura o chamado sistema integrado e a relação de subordinação e de dependência dos fumicultores em relação às agroindústrias em Santa Cruz, ver as importantes contribuições de V. Etges *Sujeição e Resistência: Os Camponeses Gaúchos e a Indústria do Fumo*. Ed. FISC. 1991. Cap.V e VI, e de O.Vogt. *A Produção de Fumo em Santa Cruz do Sul-RS (1849-1993)*. Dissert.Mestrado, UFPR. 1994. Cap.4.

como um sistema, como uma forma de organização e, no lugar de considerá-la isoladamente, procurar sua relação com a urbanização, com a divisão territorial do trabalho e com a diferenciação crescente que essa divisão introduziu entre nações, regiões e cidades”.⁵

Embora a lógica e os objetivos que permeiam a constituição dessas redes sejam basicamente os mesmos para o conjunto das empresas que atuam nesse ramo, as características, a densidade técnica e a abrangência espacial de cada uma delas está diretamente associada à amplitude das operações, à capacidade produtiva e tecnológica, ao volume de negócios e ao seu grau de inserção na economia nacional.

Se considerarmos que essas empresas, na sua quase totalidade, se constituem em braços avançados dos principais conglomerados internacionais fumageiros, o território por elas mobilizado em verdade abarca inúmeros lugares nos cinco continentes. Suas operações, portanto, desenvolvem-se na escala mundial. Nesse sentido, o complexo agroindustrial do fumo instalado no Brasil é parte constituinte do oligopólio mundial do tabaco, e, como tal, a dinâmica de suas atividades está diretamente condicionada às determinações e estratégias estabelecidas pelos conglomerados internacionais.

Ostentando nos últimos anos a condição de maior exportador mundial de fumo em folha e quarto maior produtor, o Brasil tem, nos três estados do Sul - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul - a principal área produtora do país.⁶ Como lugar privilegiado no desenvolvimento do complexo agroindustrial brasileiro, principalmente

⁵ L. C. Dias. *Redes Geográficas Nacionais e Internacionais*. In: *Anais do Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais*. IBGE. 1996. p.5.

⁶ Segundo V. Etges. *Op.Cit.* p.46: “Hoje no Brasil definem-se nitidamente três regiões produtoras de fumo: o Sul (RS, PR e SC) pelos fumos claros para cigarros (79% da produção nacional); o Nordeste (BA e AL) pelos fumos escuros para charutos (16%) e os demais Estados (em particular MG, GO e SP) pelo fumo em corda (5%)”.

a partir da penetração do capital internacional nas décadas de sessenta e setenta, essa região atualmente é responsável por 90% da produção brasileira de fumo em folha.⁷ Nessa região, destacamos as cidades de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz, localizadas no Vale do Rio Pardo, na área central do Estado do Rio Grande do Sul, que com a internacionalização do setor fumageiro passaram, nos anos posteriores, a desempenhar um papel destacado na configuração espacial desse setor, ganhando expressão no mercado internacional fumageiro, pelo fato de juntas abrigarem, em termos de produção, compra e beneficiamento industrial do fumo, o maior complexo agroindustrial do gênero no mundo.⁸ (FIG. 14).

Nessas cidades, majoritariamente em Santa Cruz do Sul, localizam-se as maiores e as principais empresas fumageiras multinacionais, responsáveis pelo beneficiamento industrial de 80% da produção de fumo em folha da Região Sul do país⁹. Em 1992, esse complexo agroindustrial envolveu, nos três estados do Sul, a participação de cerca de 150 mil produtores integrados às empresas, sendo 66.760 no Rio Grande do Sul, principal estado produtor.¹⁰ Quanto ao emprego industrial,

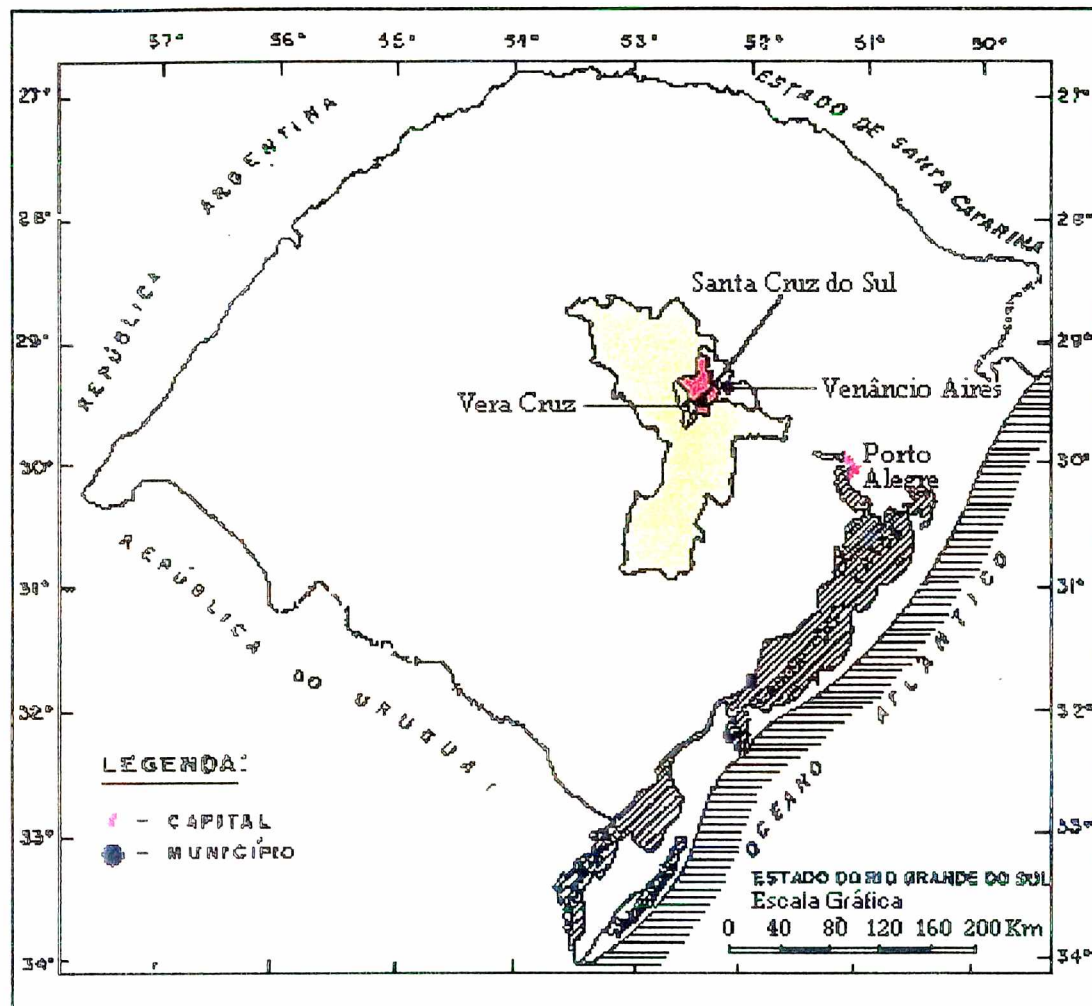
⁷ **Produção Agrícola Municipal - 1993.** Dados Nacionais - FIBGE. A produção nacional nesse ano foi de 657.719 toneladas, recorde histórico. Cerca de 93% desse montante, ou seja: 614.232 t foram produzidas na Região Sul do país.

⁸ G. Sefrin. **AFUBRA - Associação dos Fumicultores do Brasil - 40 Anos.** 1995.p.33

⁹ **Jornal Zero Hora.** Porto Alegre, 21 de março de 1993. Caderno de Economia. p.8-9. O processo de oligopolização no ramo fumageiro é complexo e de difícil acompanhamento, dadas as frequentes transações, fusões e incorporações envolvendo as agroindústrias. Entretanto, pode-se genericamente identificar, de acordo com O.Vogt. Op.Cit. 106, a existência de três grandes conglomerados atuando no beneficiamento industrial do fumo: 1) a B.A.T. (British American Tobacco) controladora da Souza Cruz Trading S.A. em Santa Cruz do Sul; 2) a Universal Leaf Tobacco, que atua em Santa Cruz do Sul e em Venâncio Aires e 3) a DIMON Incorporated, que atua em Santa Cruz do Sul, em Venâncio Aires e em Vera Cruz. Além desses três principais grupos, têm-se ainda em Santa Cruz do Sul, a Tabacos Meridional, controlada pela SEITA (estatal francesa) e a Phillip Morris Incorporated, que atua no município exclusivamente na produção de cigarros.

¹⁰ **Jornal Folha de São Paulo,** 01 de dezembro de 1992. Agrofolha. p.3. Os dados anunciados pela AFUBRA nesse periódico informavam ainda a presença de 66.500 produtores em Santa Catarina e de 19.480 no Paraná. Esses dados revelavam, contudo, uma situação de supersafra, como foi a de 92/93. Atualmente, o número de produtores, nesses três estados do Sul, giram em torno de 140 mil.

FIG. 14 - REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO-RS: LOCALIZAÇÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL FUMAGEIRO - 1995



FONTE: Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social
 Governo do Estado do RS - Conselhos Regionais. 1991. p.21.
 Montagem: Rogério Silveira

esse complexo é responsável por aproximadamente 15 mil postos, entre empregados efetivos e temporários, estes últimos principalmente durante a safra.¹¹

Em relação ao destino do fumo beneficiado industrialmente nesse complexo, cerca de 60% são exportados principalmente para os Estados Unidos, Japão e países Europeus, e os 40% restantes servem para internamente alimentar as fábricas de cigarros e de cigarrilhas localizadas no país. No caso do cigarro, por exemplo, cerca de 80% da produção é destinada ao suprimento do mercado interno, e os 20% restantes têm como destino o mercado externo.¹² Esses dados, ao mesmo tempo que mostram a dimensão desse complexo, mostram também a envergadura do setor, responsável que foi em 1992 por 2,71% das exportações brasileiras, num total de 981,6 milhões de dólares exportados.¹³

Com a internacionalização da indústria fumageira, Santa Cruz do Sul inaugura um novo impulso na difusão do sistema integrado de produção do fumo pela região Sul do país, e com ele, através do aumento significativo e progressivo da qualidade e do montante produzido, a consolidação da agroindústria fumageira no Sul do Brasil.¹⁴ A tabela 5 mostra o desempenho da microrregião de Santa Cruz do Sul e do Estado do Rio Grande do Sul nesse processo.

¹¹ *Jornal Zero Hora*. Op. Cit. p.8-9. Esse dado diz respeito ao emprego oportunizado pelas agroindústrias nas cidades de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz. Esse montante é relativo na medida em que se apresenta intimamente vinculado ao desempenho de cada safra, principalmente dos trabalhadores temporários.

¹² *Perfil da Indústria do Fumo 1993 - ABIFUMO*. p.17-19. Esses percentuais quanto ao destino da produção de cigarros realizada no Brasil são referentes a 1992, ano em que, segundo a ABIFUMO (Associação Brasileira da Indústria do Fumo), o país passou a ocupar a 10ª posição no ranking dos principais países exportadores de cigarros, com a exportação de 25,9 bilhões de unidades.

¹³ *Idem*. p.5

¹⁴ A difusão da fumicultura na região sul não ocorreu de forma generalizada, mas principalmente naquelas microrregiões minifundiárias onde a presença de solos de baixa fertilidade e/ou de relevo acidentado preponderam, o que por sua vez demanda uma ampliação no consumo de fertilizantes. No RS, podemos destacar, além da microrregião de Santa Cruz do Sul, entre outras, a de Camaquã e da Lagoa dos Patos, no Sudeste, Taquari e Soledade na encosta da Serra Geral e na do Litoral Setentrional. Em Santa Catarina destacam-se Tubarão e Araranguá, no sul; Rio do Sul, na área central, e Herval d'Oeste e São Miguel do Oeste na região oeste do Estado. Já no Paraná, Rio Negro e Imbituva, respectivamente, no sul e no centro do Estado.

A cidade de Santa Cruz do Sul gradativamente passou a concentrar o maior número de empresas beneficiadoras do setor, e pouco a pouco foi ampliando a sua capacidade instalada de beneficiamento industrial de fumo, além de incrementar as condições infra-estruturais e o setor de serviços demandados pela atividade fumageira.

TABELA 5 - MICRORREGIÃO FUMAGEIRA DE SANTA CRUZ DO SUL E RS: PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO BRASILEIRA DE FUMO EM FOLHA 1973/1993 (t)

Anos	Brasil (A)	RS (B)	%B/A	M.R. Fumageira Santa Cruz (C)	%C/B
1973	234.280	81.784	34,91	47.033	57,51
1975	285.934	97.722	34,18	48.840	49,98
1977	356.999	122.500	34,31	63.761	52,05
1979	421.708	143.000	33,91	75.789	53,00
1981	365.738	137.948	37,72	64.634	46,85
1982	420.329	152.839	36,36	69.420	45,42
1986	386.827	129.979	33,60	52.482	40,38
1989	446.041	201.200	45,11	96.367	47,90
1991	413.831	186.568	45,08	74.450	39,91
1992	575.652	280.330	48,70	110.790	39,52
1993	657.719	318.690	48,45	122.280	38,37

Fonte: PAN - Produção Agrícola Nacional 1973/1993. FIBGE. Valores em toneladas.

Como decorrência, o complexo agroindustrial fumageiro, capitaneado por Santa Cruz do Sul, passou a assumir papel de destaque no âmbito do mercado

internacional de fumo. A chamada “capital nacional do fumo” a partir de então passou a integrar o bilionário circuito das praças comerciais mundiais de fumo, atraindo a cada ano, nos meses de fevereiro a maio - período da colheita e da comercialização da safra - compradores das principais companhias e fábricas de cigarro do mundo.

Por sua vez, essa intensa especialização da economia municipal na atividade agroindustrial fumageira, em que pesem a existência e a relativa importância de outros ramos industriais, tem estabelecido para as finanças municipais uma forte dependência em relação ao setor fumo. Nesses dez últimos anos, por exemplo, cerca de 65% do total arrecadado pelo município eram vinculados à atividade fumageira.¹⁵ Essa dependência está ancorada notadamente no retorno de impostos como o ICMS¹⁶ e o IPI¹⁷, que incidem sobre a comercialização e a exportação do fumo beneficiado e do cigarro produzido em Santa Cruz do Sul.¹⁸

Ainda que não ofereça dados mais atualizados, a tabela 6 busca ilustrar a hegemonia do setor fumo na geração do ICMS arrecadado pelo município junto ao setor industrial no período de 1989 a 1991.

¹⁵ Informação fornecida pela Secretaria Municipal da Fazenda em abril de 1996. Em 1992 e 1993, devido à produção de supersafras de fumo, esse percentual chegou a 70%. *Jornal Zero Hora*. Op. Cit. p.9. Infelizmente não obtivemos junto à secretaria os valores monetários do total dessa arrecadação, nem a participação relativa por ramo industrial no conjunto da arrecadação municipal.

¹⁶ Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços, arrecadado pelo governo estadual, do qual 25% são repassados aos municípios de acordo com a sua participação relativa na geração desse tributo. *Constituição Federal do Brasil, 1988*. Art.158, p.110-111.

¹⁷ Imposto sobre Produtos Industrializados, arrecadado pelo governo federal e repassado na ordem de 10% do total aos Estados, que, por preceito constitucional devem repassar 25% desse montante aos municípios onde o imposto foi gerado. *Constituição Federal do Brasil, 1988*. art.159. p.111.

¹⁸ O cigarro é um dos produtos industrializados de mais alta taxação fiscal. De acordo com G. Sefrin. *Op.Cit.*p.117. em janeiro de 1993, 73,55% do preço do cigarro no Brasil é constituído pela incidência de tributos; sendo: 41,25% (IPI), 22,18% (ICMS/Indústria), 2,82% (ICMS/Varejista), 4,04% (Selo de Controle), 2,36% (COFINS) e 0,90% (PIS).

TABELA 6 - SANTA CRUZ DO SUL: PARTICIPAÇÃO DOS RAMOS INDUSTRIAIS NA ARRECAÇÃO DE ICMS - 1989-1991

Ramos Industriais	1989* %	1990* %	1991* %
Minerais Não Metálicos	0,05	0,05	0,02
Metalurgia	4,24	2,11	1,42
Mecânica	0,23	0,51	0,24
Material Elétrico e de Comunicações	0,01	0,02	0,01
Material de Transporte	0,77	0,45	0,70
Madeira	0,14	0,12	0,10
Mobiliário	0,58	0,34	0,22
Papel e Papelão	0,12	0,20	0,10
Borracha	3,48	1,99	1,41
Couro, Peles e Similares	0,00	0,00	0,01
Química	0,00	0,00	0,00
Fertilizantes	0,00	0,00	0,00
Produtos Farmacêuticos e Veterinário	-	0,00	0,00
Perfumaria, Sabões e Velas	0,00	0,01	0,00
Produtos de Matérias Plásticas	1,94	1,02	0,79
Têxtil	0,02	0,00	0,00
Vestuário, Artes e Tecidos	2,22	4,05	3,74
Calçados	0,18	0,05	0,03
Produtos Alimentares	7,43	7,03	6,59
Bebidas	0,22	0,33	0,24
Fumo	75,59	80,17	83,25
Editorial e Gráfico	0,00	0,00	0,00
Diversos	2,78	1,54	1,12
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: Diagnóstico do Setor Industrial de Santa Cruz do Sul - CEPE/GIS.UNISC.1994.

* = % do valor total arrecadado

Tais dados mostram que, em média, esse setor é responsável por 79,67% do total do ICMS gerado pelo setor industrial, aproximadamente 11 vezes mais do que a média do segundo ramo em arrecadação, o de produtos alimentícios.

A tabela 7, por sua vez, ao destacar a participação das 25 maiores empresas locais, em termos de valor adicionado por retorno de ICMS, entre 1990 e 1992, evidencia a preponderância das empresas do setor *fumo* na arrecadação desse tributo, dando uma idéia do poder que representam essas corporações multinacionais na economia municipal.

TABELA 7 - SANTA CRUZ DO SUL: AS VINTE E CINCO MAIORES EMPRESAS - VALOR ADICIONADO POR RETORNO DE ICMS POR EMPRESA - 1990 À 1992

EMPRESA	1990	1991	1992
Phillip Morris Marketing S/A	24,50%	18,60%	26,50%
Souza Cruz S/A	23,10%	18,20%	21,30%
Tabacos Brasileiros Ltda	8,40%	12,00%	8,70%
Armada Ind. e Com. de Fumo Ltda	4,10%	5,30%	5,00%
Dobra Tabacos Ltda.	3,90%	6,00%	5,60%
Tabra Exportadora de Tabacos do Brasil	3,60%	5,00%	4,10%
Kliemann S/A - Com. Ind. Agric.	2,10%	2,60%	0,70%
Confecções Simon-Braun Com. Vestuário	2,10%	2,10%	1,40%
Arcal S/A - Ind. Vestuário e Agropecuária	1,80%	2,00%	0,20%
Hoelz S/A - Ind. Reunidas Mercur	1,80%	2,20%	1,30%
Baumhardt Irmãos S/A	1,60%	1,90%	1,40%
Metalúrgica Mohr	1,60%	1,70%	1,00%
Füller S/A	1,30%	1,60%	1,30%
Tabacos Boetcher&Wartchow Ltda	1,30%	2,20%	1,80%
Xalingo S/A - Ind. e Com.	1,20%	1,30%	1,10%
Cia. Sudan de Produtos de Tabaco	1,10%	3,30%	1,00%
Kannenber & Cia. Ltda	0,80%	1,20%	-
Pionner Sementes Ltda.	0,80%	1,20%	0,50%
Cimasa - Veículos de Combate à Incêndio Ltda	0,70%	0,40%	0,50%
CEEE - Cia. Estadual de Energia Elétrica	0,70%	-	-
Spengler S/A	0,60%	-	0,40%
Comercial Zimmer Goettert S/A	0,50%	0,60%	0,40%
Meridional de Tabacos Ltda	0,50%	1,60%	3,00%
Ipiranga Serrana de Fertilizantes	0,30%	-	-
Plásticos Santa Cruz Ltda	0,30%	0,40%	0,20%
RBS TV	-	0,70%	0,50%
Lambert Comércio de Bebidas	-	0,50%	0,60%
Vemasa S/A	-	0,40%	0,20%
Total	88,70%	93,00%	88,70%
Total Setor Fumo	73,40%	76,00%	77,70%

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda. 1993. In:R.G.Bencke. A Economia de Santa Cruz do Sul e sua Dependência em Relação ao Setor Fumageiro. Monografia.UNISC. Nov/1993.p.56

Enquanto onze empresas de fumo responderam em 1992 por 77,7% da geração do valor adicionado por retorno de ICMS do município, as duas primeiras - Phillip Morris Marketing S/A, única produtora de cigarro no município, e a Souza Cruz S/A,

principal beneficiadora de fumo do complexo local - juntas foram responsáveis nesse mesmo ano por 47,8% do total municipal do valor adicionado desse imposto.¹⁹

Nesse sentido, a hegemonia do setor fumageiro na geração de empregos e de recursos fiscais, dota-o de razoável força política junto ao poder público municipal, muitas vezes condicionando e direcionando as ações e as inversões dos recursos públicos no sentido de obter uma configuração espacial adequada ao desenvolvimento e à reprodução das condições de produção desse complexo agroindustrial fumageiro.

Por outro lado, a consolidação desse complexo agroindustrial e o respectivo incremento tanto da produção como do beneficiamento industrial do fumo fizeram-se acompanhados de um intenso, ainda que seletivo, processo de modernização em que o território municipal, notadamente a cidade, passou a apresentar um novo conteúdo técnico-científico.

3.2 - O Conteúdo Técnico-Científico do Território

Segundo Milton Santos, o desafio de pensar a dinâmica e o conteúdo do espaço geográfico, nos marcos atuais da globalização da economia, de forma a dar conta da multiplicidade e da diversidade das situações e processos coexistentes, requer a consciência de que estamos diante da formação, em escala global, de um novo meio técnico-científico informacional. Para tanto, assevera o autor, há que se ter presente que: “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, entre sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único no qual a história se dá”. Prenhes de artificialidade, racionalidade e informação, esses sistemas interagem entre si. “De um

¹⁹ Em 1993 a Phillip Morris Marketing S/A contribuiu respectivamente com 59% do ICMS e com 88,4% do IPI arrecadados pelo município. Gazeta do Sul. 10 de junho de 1994. p.12.

lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações, e, de outro, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma”²⁰.

O crescimento do ramo fumageiro na economia local aliado ao incremento do mercado internacional do fumo, nesse período, impuseram a gradativa e necessária instalação, no território, de um conjunto de objetos e sistemas técnicos que viabilizassem a ampliação da escala de produção, como também permitissem maior integração das ações referentes aos processos de produção, circulação e distribuição, operados pelos grupos fumageiros em escala global.

O território municipal, dessa forma, passou a ser estruturado e organizado para atender os requisitos necessários à continuidade da plena racionalização e do funcionamento eficaz do ramo fumageiro no âmbito mundial. A organização do que poderíamos denominar complexo agroindustrial fumageiro mundial requer um fluxo contínuo e atualizado de ordens e informações que permeia a totalidade desse complexo, articulando os diferentes lugares participantes, a fim de viabilizar a própria racionalização e o pleno desenvolvimento desse ramo produtivo.

Como lembra Edgar Morin, quando busca apreender a complexidade própria ao conceito de organização:

“A ordem cessou de ser eterna (...) cessou de ser exterior às coisas: é agora contextual, inseparável da matéria específica dos elementos em interações e das próprias interações; é comandada pelos fenômenos que comanda (...) A ordem já não é soberana, não é escrava, é interdependente. A ordem cessou de ser absoluta, tornou-se relativa e relacional (...) É capaz de progresso, e estes progressos transformam-na. Quanto mais rica é a organização, mais rica é em desordens, mais desordem a ordem comporta, tornando-se a desordem um ingrediente da ordem organizacional”.²¹

²⁰ M. Santos. *Técnica, Espaço e Tempo - Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional*. Ed. Hucitec, 1994. p.111.

²¹ E. Morin. *O Método - A Natureza da Natureza*. Publicações Europa-América Lda. 1987. p.78. A esse respeito, lembra Suely Rolnik: “Na física contemporânea não mais se coloca de um lado ordem e estabilidade associadas a equilíbrio e, de outro, turbulência e caos associados a desequilíbrio (...) Já não se entende o caos, a dissipação de uma ordem, como seu negativo, e sim como uma dimensão em

Nesse aspecto, na escala global em que atuam as agroindústrias multinacionais, a instalação desses objetos e sistemas técnicos no território municipal representa a racionalidade e o ordenamento necessários à reprodução ampliada do capital, enquanto na escala local representa a desordem e a irracionalidade, pelo caráter seletivo quanto ao uso que oportunizam e pelas implicações sociais e espaciais que promovem.

Expressão da modernização e da racionalidade requerida pelo capital industrial, no seu processo de reprodução e acumulação, esse novo conteúdo do território não se difundiu de forma homogênea pelo município, nem se fez em um tempo único, mas de forma cumulativa.

Na área rural, na medida em que o processo de internacionalização da economia local foi processando-se, as multinacionais passaram a ampliar o número de pequenos produtores integrados, impondo-lhes o seu padrão tecnológico através do incremento e da difusão espacial do uso de sementes selecionadas, agrotóxicos e fertilizantes, além da intensificação no emprego de estufas de fumo.²² Essas ações combinadas oportunizaram um aumento na produtividade e na qualidade da produção.

Entretanto, a modernização do processo de cultivo foi relativa. Em outras palavras, não significou nem a mecanização da lavoura nem a ocorrência de mudanças nas relações de produção que continuaram sendo realizadas de forma não tipicamente capitalista, em que a fonte principal do lucro das agroindústrias tem sido a extorsão do

que se engendra a processualidade do mundo: o movimento permanente de decomposição das ordens vigentes e de composição de novas ordens, em múltiplas direções, imprevisíveis". S. Rolnik. *À Sombra da Cidadania: Alteridade, Homem da Ética e Reinvenção da Democracia*. In: *Na Sombra da Cidade*. M. C. Rios Magalhães. (Org.). Ed. Escuta. 1995. p.145.

²² Inovações tecnológicas na área rural, como o emprego de fertilizantes, a introdução de sementes selecionadas e o emprego de estufa já haviam sido postas em prática a partir de 1917, quando da instalação no município da BAT.

sobretabalho familiar.²³ Se a produção aumentou, e isso de fato ocorreu, foi acima de tudo pelo aprofundamento do uso e da exploração intensiva da mão de obra familiar, agora subordinada aos interesses e ao receituário técnico das empresas multinacionais e aos ditames do mercado por elas controladas. Na verdade, a expansão do sistema de integração dos colonos às agroindústrias, de acordo com Vogt, possibilitou-lhes a obtenção do fumo “(...) na quantidade, qualidade e com os meios que a empresa deseja”.²⁴

Simultaneamente ao aumento na qualidade e na quantidade do fumo obtido na área rural, os objetivos de maior eficiência, maior produtividade, maior racionalização por parte das agroindústrias multinacionais também foram evidentes no âmbito da produção industrial e da comercialização e distribuição do fumo beneficiado. E, no seu curso, acabaram incidindo, direta e indiretamente, nos processos de organização e de urbanização da cidade de Santa Cruz do Sul.

A partir dos anos setenta, o aumento da produção de fumo e a crescente demanda do mercado internacional no âmbito da agroindústria multinacional, fizeram-se acompanhadas de importantes alterações técnicas e funcionais no processo de beneficiamento industrial do fumo de forma a aperfeiçoar o processamento do produto e assim permitir o aumento dos níveis de produtividade. Para tanto, de acordo com Montalli²⁵ e Vogt²⁶, houve, por parte das multinacionais, crescentes investimentos em

²³ O. Vogt. Op. Cit. p.86 e 130. Segundo o autor, o reduzido grau de mecanização da lavoura fumageira pode ser explicado pela combinação da estrutura agrária minifundiária e pela própria topografia onde predomina o relevo acidentado, preponderando o uso do arado sobre o uso do trator. O autor mostra também que as mudanças na organização social da produção ocorreram basicamente porque o capital industrial tomou as rédeas do processo produtivo e mercantilizou o conjunto da atividade produtiva, desde o início do cultivo até o momento da venda do produto. Por outro lado, isso não impediu que boa parcela dos produtores deixassem de ter acesso a bens de consumo duráveis “modernos”, como televisores, freezers, automóveis.

²⁴ O. Vogt. Idem. p.159.

²⁵ L. Montalli. *Do Núcleo Colonial ao Capitalismo Monopolista: Produção de Fumo em Santa Cruz do Sul*. Dissert.Mestrado. USP. 1979. p.75

²⁶ O. Vogt. Op. Cit. p.170

capital constante (máquinas, equipamentos, prédios, laboratórios etc.) e o simultâneo aperfeiçoamento de equipamentos para a cura, a destala e o enfardamento do fumo.²⁷

Entretanto, como lembra Vogt, se o emprego de sofisticada tecnologia pelas empresas possibilitou a diminuição do período da safra, concentrando-a de quatro a seis meses, o fato do fumo ser um produto perecível e de rápida deterioração fez com que as empresas necessitassem, simultaneamente de mais força de trabalho durante a safra. “Assim, um razoável contingente de trabalhadores se fez necessário no manuseio desta matéria-prima, antes e após esta ser tragada pelo maquinário”.²⁸

No âmbito da cidade, a demanda de trabalhadores temporários, os safristas, contribui, através do processo de mobilização dessa força de trabalho pelas agroindústrias, para o aumento da população urbana, como também, dada a característica sazonal dessa ocupação e o baixo nível de remuneração dessa mão-de-obra, para o surgimento de atividades informais e para o incremento das vilas populares na periferia urbana.²⁹

Por outro lado para atender sua demanda, as agroindústrias, direta e indiretamente, acresceram ao espaço urbano inúmeros objetos e sistemas técnicos. Esse conjunto de objetos e sistemas técnicos, enquanto condição e produto do desenvolvimento econômico do ramo agrofumageiro, materializou-se no espaço urbano sob a forma de pontos (terminais de carga e descarga, depósito de contêineres, armazéns refrigerados, escritórios de exportação e importação, bancos, hotéis de padrão

²⁷ A destala da folha do fumo consiste na remoção do talo da folha, que, na maior parte das empresas, é realizada por máquinas e, em um pequeno percentual, de forma manual. No caso do processamento artesanal, busca-se suprir demandas específicas para produção de fumos especiais, notadamente para a confecção de charutos. Separados, talo e folha são posteriormente processados. Os talos, picados, também são aproveitados na confecção do cigarro. O enfardamento nada mais é que o acondicionamento do fumo processado em caixas de papelão de 50kg, fechadas mecanicamente e sob pressão, com fitas de alumínio.

²⁸ O.Vogt. Idem. p.170-71.

²⁹ No capítulo 4, quando for analisado o processo de mobilização dessa força de trabalho pelas agroindústrias, essa questão será retomada.

internacional etc.); de superfícies ou áreas (distrito industrial, aeroporto) e de linhas (rodovias, ciclovias, redes de telecomunicação, redes de energia elétrica, rede de transporte coletivos e de passageiros etc.).³⁰

Cabe aqui ressaltar que muitos desses objetos e sistemas técnicos já existiam. Porém, a partir desse período foram multiplicados, ampliados e/ou atualizados como é o caso, entre outros, das redes de energia e de telecomunicação, dos hotéis, dos bancos, dos escritórios de exportação e importação. Os demais são produtos de ações recentes, quando o ritmo das inovações requeridas pela agroindústria fumageira foi intensificado, a fim de assegurar-lhe a continuidade dos processos de reprodução e acumulação de capital.

Não é nossa intenção deixar aqui a impressão de que o quadro em tela deriva de um simples determinismo tecnicista com implicações causais e lineares sobre o conjunto da sociedade e do território. Trata-se, antes, segundo Offner, de pensar os objetos e sistemas técnicos não como algo inerte, simples materialidade, mas como resultante das interações sociais, econômicas e políticas entre os diversos agentes sociais num dado tempo e espaço.³¹ Neste aspecto, lembramos ainda Dupuy, para quem:

“A técnica é uma manifestação da vida social, um produto da sociedade. Mesmo se tais processos de desenvolvimento científico e tecnológico dispõem de uma certa autonomia em relação às condições de funcionamento sociais gerais, mesmo se ela tenha efeitos sobre certos grupos sociais, a imagem de uma relação dialética técnica-sociedade é certamente mais conveniente que aquela que coloca somente a técnica na origem das mudanças sociais.”³²

³⁰ Os elementos do espaço: Superfícies, Pontos e Linhas, por nós aqui utilizados, são propostos por Claude Raffestin para a análise do sistema territorial. Para ele: “As ‘imagens’ territoriais revelam as relações de produção e conseqüentemente as relações de poder, e é decifrando-as que se chega à estrutura profunda”. C. Raffestin. *Por uma Geografia do Poder*. Ed. Ática. 1993. p. 269.

³¹ J-M. Offner. *Les “Effets Structurants” du Transport: Mythe Politique, Mystification Scientifique*. in: *L’espace géographique*. n° 3, 1993. p. 234.

³² G. Dupuy. *Les Effets Spatiaux des Techniques de Télécommunications: Ouvrons la Boite Noire*. in: *Bulletin de l’IDATE*. n° 7, 1992. p. 78.

Tais objetos e sistemas técnicos tomados isoladamente não possuem a capacidade de estruturar o território. Todavia, enquanto produto das relações sócio-espaciais presentes no lugar, eles viabilizam a (re)produção do espaço urbano.

Nessa perspectiva, a hegemonia do capital internacional no desenvolvimento da economia local faz com que a agroindústria fumageira possa ser identificada como um dos principais agentes nos processos de organização e de produção da cidade.

Pode-se afirmar que o final da década de sessenta e a década de setenta representam um marco importante na própria dinâmica de urbanização local. No capítulo anterior, vimos que, com a penetração do capital internacional, o aumento significativo da produção de fumo e a instalação das agroindústrias multinacionais na cidade oportunizaram a alavancagem da economia municipal, através do incremento, tanto a montante como a jusante do processo produtivo fumageiro, de atividades terciárias e em menor escala de outros ramos industriais.

Esse processo, aliado à crescente demanda por parte do capital agroindustrial de uma organização espacial que viabilizasse condições ideais de maior eficácia ao funcionamento do complexo industrial ali instalado, passou a imprimir importantes modificações na paisagem e acrescer variadas inovações ao conteúdo urbano.

Isto posto, destacam-se, entre outros:

a) A construção, por parte dos governos federal e estadual, respectivamente, da BR-471 (trecho Santa Cruz-Rio Pardo-Pantano Grande) em 1968, e da RS-287 (trecho Montenegro-Santa Cruz) em 1973.³³ (FIG.12). Ao substituírem as precárias estradas existentes, além de permitirem uma ligação mais efetiva com a região metropolitana de Porto Alegre e com o Porto de Rio Grande, otimizando o escoamento

³³ *Jornal Gazeta do Sul*. 16 de outubro de 1968, capa. e 19 de janeiro de 1974, p.3.

da safra de fumo e a circulação de demais insumos e mercadorias, estas duas rodovias asfaltadas também constituíram-se, ao longo destes anos, em importantes vetores: de mobilidade da mão-de-obra regional excedente para o município, de constituição de sítios e chácaras de lazer, e de expansão da área urbana, através da instalação de indústrias, e da proliferação de vilas populares e moradias irregulares.³⁴

b) A construção do aeroporto municipal, em 1983, a partir da transformação do antigo aeroclube, através da parceria entre os governos municipal e estadual e o SINDIFUMO - Sindicato das Indústrias de Fumo do Rio Grande do Sul. Com capacidade para receber aeronaves de pequeno e médio porte, sua principal finalidade ainda continua sendo a de facilitar o acesso dos compradores internacionais de fumo e dos altos executivos das fumageiras, como também a de viabilizar uma nova rota ligando Santa Cruz aos demais centros regionais que integram a região produtora do sul do país, como por exemplo Blumenau e Itajaí, em Santa Catarina³⁵. Secundariamente, tem-se prestado ao atendimento esporádico dos demais setores econômicos.³⁶

c) A promoção de substanciais melhorias no sistema de telecomunicações, introduzindo a telefonia automática em 1966³⁷, os canais de telex em 1970 e em 1976³⁸, os sistemas de DDD e de DDI, respectivamente em 1971 e 1977³⁹, a primeira central de trânsito digital automática da CRT do Estado em 1990⁴⁰, e a atualização e

³⁴ Em 1996 o governo estadual, diante da iniciativa da Souza Cruz, que inaugurou, em dezembro desse ano, a maior usina de beneficiamento de fumo do mundo, bem como a da Phillip Morris em ampliar sua capacidade de produção de cigarros, comprometeu-se em garantir a melhora do conjunto de rodovias que dão acesso a Santa Cruz do Sul.

³⁵ O aeroporto tem também viabilizado a possibilidade de remessa e recebimento pelas empresas agrofumageiras de relatórios e documentos técnicos, amostras de fumo, etc. entre as demais empresas coligadas e/ou com empresas compradoras.

³⁶ Jornal *Gazeta do Sul*, setembro de 1984, s/p.

³⁷ Jornal *Gazeta do Sul*, 18 de junho de 1966. capa.

³⁸ Jornal *Gazeta do Sul*, 03 de fevereiro de 1977. p. 4

³⁹ Jornal *Gazeta do Sul*, 11 de novembro de 1976. p. 4, e 15 de outubro de 1977. p 7

⁴⁰ Jornal *Gazeta do Sul*, 25 de agosto de 1990. p. 14

expansão da telefonia local a partir de 1995⁴¹. Tais inovações realizadas pelo governo gaúcho, além de permitirem, ainda que de forma desigual, maior qualificação e difusão de novos serviços à comunidade local, possibilitaram principalmente às agroindústrias a oportunidade de efetivar com maior eficiência e velocidade a transmissão de dados, de informações e de ordens entre as diversas unidades e setores das empresas, bem como entre as diferentes empresas de cada corporação, além de melhor interagir com os seus respectivos e potenciais clientes.

d) A instalação de inúmeras agências bancárias das principais instituições financeiras do país, com destaque para o Banco do Brasil, que em 1981 inaugurou uma agência tronco de câmbio⁴², e em 1993 instalou uma agência do seu CESEC - Centro de Processamento e Serviços de Comunicações⁴³, permitindo às empresas locais, notadamente às agroindústrias multinacionais, pelo volume e porte de suas operações, maior agilidade nas ações de financiamento, de exportação e de compensação de documentos bancários.⁴⁴

e) Por último, convém destacar ainda, como reflexo do incremento da atividade fumageira, o surgimento de vários escritórios de exportação e importação, a construção de hotéis, alguns de padrão internacional, para melhor acolher os executivos e compradores internacionais de fumo, e até a construção, em 1974, de um moderno e amplo campo de golfe para entretenimento e lazer dos hóspedes

⁴¹ *Jornal Gazeta do Sul*, 08 de novembro de 1995. p. 10

⁴² *Jornal Gazeta do Sul*. 25 de agosto de 1990. p. 14

⁴³ *Jornal Gazeta do Sul*, 20 de julho de 1993. p. 9. Em 1995 o Banco do Brasil S/A, em função do seu processo de reorganização administrativa, encerrou as operações dessa agência, passando o serviço a ser prestado pela agência do CESEC de Santa Maria.

⁴⁴ Pesquisa nossa mostrou que atualmente existem na cidade agências de 12 instituições bancárias que atuam no país. Entre as mais antigas estão o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (1930), o Banco do Brasil S/A (1942) e a Caixa Econômica Federal (1954). As demais foram sendo instaladas na cidade, a partir da década de sessenta, período em que a fumicultura começava a aumentar significativamente a área plantada e o volume comercializado: Banco Real (1960), Caixa Econômica Estadual (1963), Unibanco (1967), Banco Mercantil de São Paulo (1975), Banco Itaú, e Banco Mercantil do Brasil (1982), Bradesco, e Banco Meridional (1985) e Banco Bamerindus (1989).

internacionais das agroindústrias, principalmente durante o período de comercialização da safra.⁴⁵

Tais objetos e sistemas técnicos, aqui genericamente referenciados, representaram, na sua instalação, e ainda hoje representam, importantes suportes infra-estruturais e funcionais ao desenvolvimento da atividade econômica local, em especial à atividade agrofumageira, principalmente em relação à circulação de mercadorias, mão-de-obra, capitais e informações, vitais à reprodução do capital. Todos acabaram incidindo com graus variados de funcionalidade, solidariedade, de sinergia e de entropia na própria dinâmica da urbanização local.

Por outro lado, como esse conteúdo técnico-científico se incorpora ao território de forma espacialmente seletiva e descontínua, respondendo prioritariamente às determinações do capital industrial, contraditoriamente ele coexiste na cidade com eventos plenos de precariedade e de ineficiência como o histórico problema do abastecimento público de água em períodos de prolongada estiagem⁴⁶ e o sistema local de tratamento de esgotos sanitários, que atinge apenas 12% da área central da cidade⁴⁷, ou ainda o ineficaz e insuficiente sistema de transporte coletivo urbano.⁴⁸ Percebe-se que o grau de atenção e de presteza dispensados pelo poder público às demandas do setor agroindustrial não tem sido o mesmo para com o conjunto da cidade.

⁴⁵ *Jornal Gazeta do Sul*, 31 de outubro de 1974. p.8

⁴⁶ O principal ponto de captação de água para o abastecimento da cidade é o Rio Pardinho, localizado a oeste da área urbana. Já faz alguns anos que durante os meses de verão, em prolongados períodos de estiagem, a cidade, particularmente em suas áreas mais elevadas, sofre com o problema do racionamento e/ou falta de água. Quem presta esse serviço é o governo do Estado, através da CORSAN. As empresas agrofumageiras utilizam a água de seus poços artesianos, abertos e administrados por iniciativa própria.

⁴⁷ *Jornal Gazeta do Sul*. 02 de fevereiro de 1991. p. 6.

⁴⁸ Atualmente duas são as empresas que possuem a concessão pública para explorar esse serviço. Ao dividirem a área urbana em duas zonas de atuação, essas empresas instituíram uma espécie de monopólio espacial da prestação desse serviço. Com áreas a priori garantidas, elas tem-se caracterizado por realizar um péssimo serviço, pela precariedade dos veículos, pelos poucos horários disponíveis, pelo custo elevado e principalmente pelo fato de muitas áreas da cidade, mormente na sua periferia, não serem atendidas.

Entretanto, para os propósitos deste trabalho, nosso olhar pretende analisar mais detalhadamente o processo de constituição daquilo que, em nosso entender, oportunizou as principais mudanças na configuração espacial da cidade, especialmente em relação à produção da periferia urbana: o Distrito Industrial.

3.3- O Distrito Industrial

A criação do Distrito Industrial em Santa Cruz do Sul, no início da década de setenta, em nosso entendimento está vinculada à combinação de dois grupos de fatores.

O primeiro grupo, no âmbito do setor agrofumageiro, é o aumento da demanda de fumo no mercado internacional aliado à acirrada competição entre os principais grupos multinacionais fumageiros. Sobre o tema, Mandel lembra que nessa fase tardia do capitalismo, dado o desenvolvimento dos processos de concentração e de centralização do capital protagonizados pelas empresas multinacionais na escala internacional, existe uma

“(...) pressão permanente para acelerar a inovação tecnológica (...)”, o que “(...) conduz inevitavelmente a uma constante busca de rendas tecnológicas que só podem obter-se mediante a renovação tecnológica permanente. As rendas tecnológicas são lucros extraordinários derivados de uma monopolização do progresso técnico(...)”.⁴⁹

Já para Labini, no oligopólio, investimentos em inovações técnicas, a fim de viabilizar um aumento da produção, são condicionados essencialmente pela elasticidade da demanda, pelo ritmo no qual as tendências de mercado se configuram.⁵⁰ Com a demanda por fumo em folha em alta no mercado internacional, as multinacionais, tanto aquelas há mais tempo instaladas, como as recém-chegadas, buscaram ampliar a capacidade de beneficiamento e de processamento do fumo através de ampliação e

⁴⁹ E. Mandel. *El Capitalismo Tardío*. Ediciones Era. 1979. p.188. Grifo do autor.

⁵⁰ P. S. Labini. *Oligopólio e Progreso Técnico*. Ed. Nova Cultural, 1986. p.151-153.

modernização de suas plantas industriais, bem como através da permanente atualização e renovação tecnológica de seus processos produtivos, de forma a potencializar a extração de mais-valia relativa no processo produtivo.

O segundo grupo de fatores se relaciona com a configuração espacial urbano-industrial até então existente, e os limites por ela representado à expansão da atividade agrindustrial fumageira. No seu curso de urbanização, a cidade foi, com o tempo, nas décadas de 1950 e 1960, incorporando as suas antigas indústrias e respectivas vilas operárias ao centro. Com isso, de acordo com Lojkine, as condições gerais de produção concebidas no passado já não davam conta das novas demandas espaciais e infra-estruturais reclamadas pelo capital internacional.⁵¹

A inexistência de áreas vazias para expansão industrial, a elevação dos preços dos terrenos, a sobrecarga da infra-estrutura viária e energética, além do conflito quanto ao uso do solo pela excessiva proximidade das funções residencial e industrial no interior da área urbana, impuseram a busca de novas áreas na cidade a fim de viabilizar a expansão das indústrias já existentes e a instalação de futuras plantas industriais.

A constituição do Distrito Industrial de Santa Cruz do Sul, dada a hegemonia do setor fumageiro, apresenta características que lhe são muito particulares e que estão associadas ao próprio teor do distrito.

Analisando os distritos industriais italianos, numa perspectiva marshalliana Becattini entende que esses podem ser definidos enquanto “(...) entidade sócio-territorial caracterizada pela presença ativa de uma comunidade de pessoas e de uma população de empresas num determinado espaço geográfico e histórico”. Para ele, esse

⁵¹ J. Lojkine. *O Estado Capitalista e a Questão Urbana*. Ed. Martins Fontes. 1981. Cap.2.

meio proporciona uma osmose perfeita entre a comunidade local e as empresas, a partir da instituição de um sistema de valores e de pensamento relativamente homogêneo que deve perpassar e simultaneamente ser incorporado à totalidade do distrito. Isso garantiria o desenvolvimento da auto-suficiência, da acentuada divisão do trabalho que lhe é inerente, e da necessária rede de interações com o meio exterior. Em suma, a origem e o desenvolvimento do distrito industrial para esse autor:

“(...) não resultam pois, unicamente da convergência localizada de certos traços sócio-culturais próprios de determinada comunidade (...), de características históricas e naturais particulares de uma zona geográfica (...) e de especificidades técnicas inerentes a determinado processo produtivo; são igualmente fruto de um processo de interação dinâmica (círculo virtuoso) entre a divisão e a integração do trabalho praticados no distrito, a procura permanente de novos mercados para a sua produção e a constituição de uma rede de sólidas relações com os mercados externos”.⁵²

Já Allen Scott, analisando a atual lógica da organização industrial e suas conseqüências para com a dinâmica das aglomerações urbanas, lembra que o entendimento da dinâmica pela qual se configura espacialmente determinada organização industrial está intimamente associado às relações econômicas e aos processos inerentes a sua respectiva divisão social do trabalho. Para o autor, o grau de atividade de determinada divisão social do trabalho gera a existência de determinadas economias externas. Essas, por sua vez,

“(...) só se atualizam através de uma estratégia de localização em que essas economias são transformadas e captadas pelos produtores sob a forma de economias de aglomeração, isto é, em concentrações geograficamente polarizadas da atividade produtiva. Estas concentrações são freqüentemente designadas como distritos industriais marshallianos, que são territórios marcados por uma desintegração vertical da indústria, pela massificação de redes de produtores e por uma economia rica em transações”.⁵³

⁵² G. Becattini. O Distrito Marshalliano, Uma Noção Sócio-econômica. in: G. Benko e A. Lipietz (Org.) *As Regiões Ganhadoras - Distritos e Redes, Os Novos Paradigmas da Geografia Econômica*. Celta Editora. 1994. Cap. 2. p. 25.

⁵³ A. J. Scott. A Economia Metropolitana - Organização Industrial e Crescimento Urbano. In: *As Regiões Ganhadoras - Distritos e Redes, Os Novos Paradigmas da Geografia Econômica*. Celta Editora, 1994. Cap.5. p. 66.

Ainda que tais definições devam ser relativizadas caso a caso, o espírito fundante e a razão de ser inerentes aos distritos industriais, a rigor, não parecem estar inteiramente contempladas no caso do Distrito Industrial de Santa Cruz do Sul. Vejamos. Ainda que exista a tradição no cultivo e no beneficiamento industrial do fumo no município, os parâmetros para tanto, atualmente, são fruto de determinações externas ao local. Além disso, na medida em que o principal setor industrial local estrutura-se economicamente de forma verticalmente integrada, as relações e as interações econômicas, no âmbito da produção industrial, com os demais setores vizinhos são pouco representativas.⁵⁴ Mesmo entre as agroindústrias fumageiras, dada a concorrência em termos de mercado internacional, elas praticamente inexistem.⁵⁵ Em outras palavras, a divisão social do trabalho no interior desse distrito não é das mais ativas, determinando que o uso desse distrito, ao invés de oportunizar o desenvolvimento de um sistema de produção intensivo em transações inter-empresas, em realidade acabe servindo como um suporte estratégico e seletivo àqueles setores, como o agrofumageiro, que apresentam maior escala de produção.

Nessa perspectiva, concordamos com Milton Santos quando diz:

“À proporção que a produção exige equipamentos urbanos especializados, isto é, espaços especificamente organizados, não apenas o uso, mas também a produção do Capital Geral (espaço Urbano) se tornam cada vez mais inigualitários e tanto mais desiguais quanto mais um país adota uma política voltada para o mercado externo, cuja lei é estranha às necessidades reais do país. A competição em escala mundial introduz uma lógica internacional que exige adequação ainda mais clara do espaço às necessidades das firmas dominantes. Como as grandes

⁵⁴ De acordo com Hélio Fensterseifer, Presidente do SINDIFUMO, a maior parte do maquinário e dos equipamentos utilizados pelas agroindústrias no beneficiamento do fumo vem de fora do município, quase sempre do exterior. A exceção aqui foram os secadores mecânicos do fumo e alguns outros equipamentos fornecidos pela Bernauer, empresa paulista que entre 1990-1996 operou no Distrito. Quanto ao material de acondicionamento do fumo após seu beneficiamento: lâminas de papelão, madeira e película de plástico, todas vêm de fora do município, sendo que parte desta última é fornecida por uma empresa local. Significativas para ele são as demandas que as agroindústrias promovem em termos de serviços: médicos, advogados, limpeza, manutenção, oficina mecânica etc. Entrevista realizada em 25 de outubro de 1995.

⁵⁵ Essa é a opinião do Sr. Carlos Brand, Diretor da Meridional Tabacos e Vice-Presidente do SINDIFUMO. Entrevista realizada em 18 de abril de 1996.

firmas baseiam sua atividade na previsão, a necessidade de planejar para atender aos seus reclamos torna-se imperativa, o planejamento urbano sendo chamado a participar dessa tarefa.”⁵⁶

A definição dos contornos da área onde atualmente está organizado o Distrito Industrial de Santa Cruz do Sul, no limite sul da cidade, bem como sua normatização, foram realizadas quando da elaboração do Plano Diretor da cidade, em 1977. (Fig.15). Entretanto, surgiu de fato a partir de 1973, quando a Prefeitura municipal, percebendo que algumas empresas, como a Agroindústria Fumageira Armada, passaram a instalar-se espontaneamente nessa área, resolveu oferecer, por meio de lei municipal, incentivos para que as demais indústrias também ali se instalassem.⁵⁷ Além disso, a construção da BR 471 em 1968 pelo DNER, cortando essa área de aproximadamente 3.600.000m² e ligando Santa Cruz do Sul ao Porto de Rio Grande, fez com que inúmeras indústrias, com destaque para as do ramo agrofumageiro passassem a instalar-se no local.⁵⁸ Atualmente esse distrito apresenta 22 indústrias de médio e grande porte, dentre as quais 7 estão ligadas ao setor fumo.⁵⁹

Além das ações normativas do poder público municipal que regularizaram e privilegiaram o uso industrial dessa área, há que se ter também presente aquelas que

⁵⁶ M. Santos. **Por Uma Economia Política da Cidade**. Ed. Hucitec, 1994. p.135. (destaque nosso)

⁵⁷ Segundo o *Jornal Gazeta do Sul*, de 28 de maio de 1977, s/p, a lei municipal é a de nº 1512, datada de 21 de agosto de 1973. Por ela o governo municipal concedia, a título de incentivo àquelas empresas que ali se instalassem: terreno, serviço de terraplanagem, obras de saneamento, redes elétricas e hidráulicas, além da isenção de impostos municipais por até 20 anos. Para Ricardo Wieck, arquiteto da extinta CEDIC-RS (Cia.Estadual de Desenvolvimento Industrial e Comercial do RS), órgão estadual responsável pela assessoria e planejamento de áreas e distritos industriais gaúchos: “Em Santa Cruz do Sul, a aglomeração espontânea de indústrias levou a que uma legislação criasse no entorno o chamado Distrito Industrial, para ali legislar com incentivos.” Entrevista realizada em 16 de dezembro de 1995.

⁵⁸ Para Hélio Fensterseifer, presidente do Sindicato das Indústrias de Fumo no RS -SINDIFUMO, “É claro que como Santa Cruz do Sul tem o seu forte na economia do fumo, e estas empresas, ao se desenvolverem de uma forma muito rápida e crescente a partir de 1970, praticamente criaram um novo distrito industrial ao natural, porque precisavam de glebas maiores, e o centro da cidade já não permitia isso.” Entrevista realizada em 25 de outubro de 1995.

⁵⁹ Informações obtidas junto à Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, em 11 de abril de 1996.

FIG. 15 - SANTA CRUZ DO SUL: DISTRITO INDUSTRIAL

FIG. 15 A - SANTA CRUZ DO SUL: ÁREA URBANA

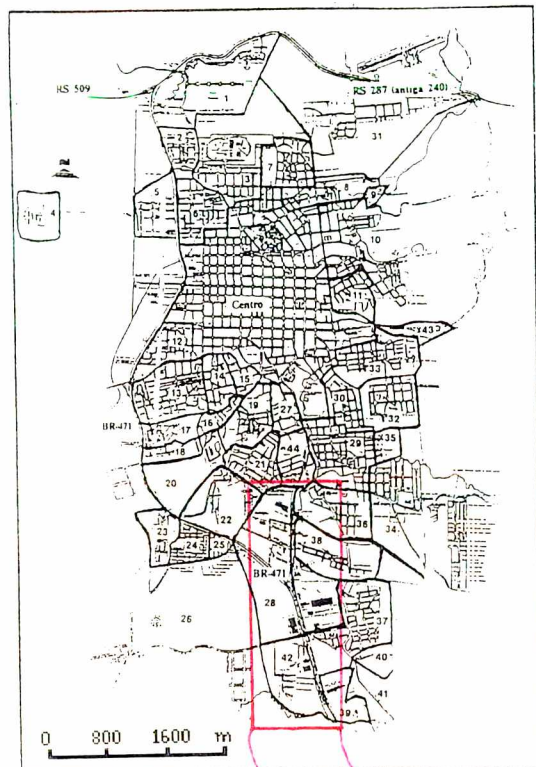
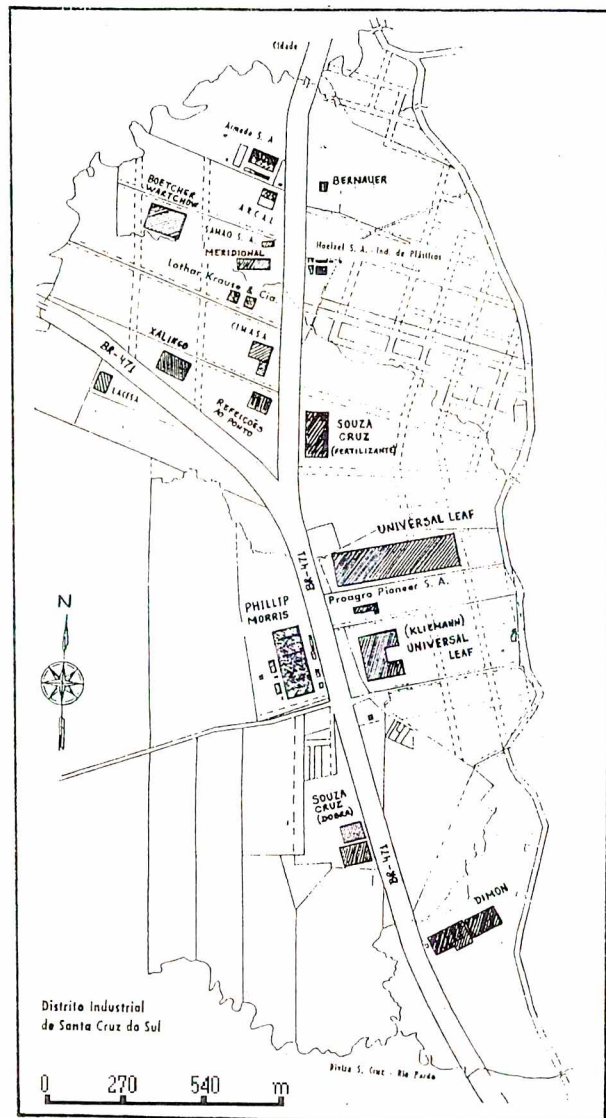


FIG. 15B - DISTRITO INDUSTRIAL



Fonte: FIG. 15A - Gazeta do Sul, 05 de julho de 1994. p.8.

FIG. 15B - Gazeta do Sul, 04 de novembro de 1976. p.1

Diaframação e atualização dos dados: Rogério Silveira

resultaram na dotação e na modernização tecnológica desse distrito, ele mesmo um complexo sistema técnico-científico.

Pode-se dizer que desde o seu surgimento o poder público municipal se mobilizou a fim de garantir a plena funcionalidade e a eficiência requeridas à continuidade do processo produtivo fumageiro. Seja invertendo recursos da municipalidade em obras e serviços como aterros, terraplenagem, iluminação pública, ajardinamento, ciclovia, seja, a exemplo da instalação da rodovia, quando em nome da fidelidade política ao modelo autoritário e centralizador do governo federal a então administração municipal obteve a liberação de recursos, ou ainda fazendo-se valer dos seus representantes político-partidários junto ao governo estadual, quando da construção das pistas auxiliares à rodovia, de forma a facilitar principalmente o fluxo de carga e descarga dos caminhões nas agroindústrias fumageiras, ou então em relação ao suprimento e à atualização das redes de energia, de água e de telecomunicações.⁶⁰

A alocação desses objetos e sistemas técnicos pelo poder público nessa área tem permitido ao capital industrial em geral, e particularmente às agroindústrias fumageiras um suporte infra-estrutural importante no desenvolvimento de suas operações. Operações que, por sua vez, agregam a essa área, como condição e produto

⁶⁰ Ainda que de modo corrente a inversão de recursos públicos nessa área desonere o capital industrial no provimento da infra-estrutura espacial, algumas vezes o atraso no repasse de verbas ou na prestação de serviços tem feito com que o capital internacional agrofumageiro, pela sua capacidade de mobilizar recursos, participe em parceria com o Estado no provimento de determinados equipamentos. Este foi o caso, em 1983, da instalação, no distrito, de uma subestação do corpo de bombeiros em que a Phillip Morris doou a área, a prefeitura efetuou o aterramento e a construção do acesso viário, as demais empresas, consorciadas, custearam a construção do prédio e demais instalações, e o governo do Estado presta o serviço, instalando linhas privativas entre a subestação e cada uma das empresas. (Gazeta do Sul, 24 de setembro de 1983, p.2). Outro exemplo foi o da instalação da subestação de energia elétrica no distrito industrial, envolvendo a parceria das agroindústrias fumageiras com o governo estadual. Nela, as indústrias financiaram a ampliação e posteriormente o Estado concedeu em contrapartida o equivalente em KW. (Entrevista com Hélio Fensterseifer, presidente do SINDIFUMO, 25 de outubro de 1995).

do processo produtivo, uma ainda maior densidade tecnológica materializada em última análise nas complexas e diferenciadas plantas industriais.

A organização do território reflete, assim, de acordo com Lewis, as estratégias espaciais e produtivas postas em prática pelas agroindústrias fumageiras. Para ele, o deslocamento das grandes e mecanizadas indústrias fumageiras de Montreal para a periferia urbana, já nas primeiras décadas desse século, significou uma mudança locacional importante. Necessários à implementação de novas formas de produção e ao aumento da escala de produção, esses novos, amplos e bem equipados espaços tornaram factíveis as novas estratégias produtivas das indústrias, além de oportunizar mudanças importantes na configuração espacial da cidade.⁶¹

Nessa perspectiva, que efeitos a constituição desse distrito industrial produziu no processo de (re)produção do espaço urbano santa-cruzense?

Há que se ter presente, de acordo com Calabi e Indovina, que:

“A **localização produtiva** é (...) aquela que mais influencia a organização do território, principalmente porque a localização produtiva não é somente localização de trabalho morto, mas também - e principalmente - porque pressupõe o uso da mercadoria trabalho. Existe portanto uma estreita ligação entre localização produtiva e concentração da população. As escolhas de localização, portanto, não seguem uma lei tecnológica, mas uma lei social.(...) Não existem lugares técnicos mais eficientes, mas tipos de organização do território que tendem a baixar o custo de produção e aumentar a garantia de lucro.”⁶²

Na verdade, usando a expressão dos autores, os “lugares técnicos” não são capazes de, como tais, estruturar o território. Todavia, isso não significa negar o papel estratégico que eles desempenham na organização espacial, potencializando o uso capitalista do território e aprofundando a relação capital-trabalho, redimensionando-a.

⁶¹ R. D.Lewis. **Productive and Spatial Strategies in the Montreal Tobacco Industry 1850-1918**. in: *Economic Geography*. Vol. 70, nº 4. october, 1994. p.370-389.

⁶² D. Calabi e F. Indovina. **Sobre o Uso Capitalista do Território**. In: *Archivi di Studi Urbani e Regionale*. Tradução:L. Fernandes e M. Marques. 1973. p.4.

Nesse sentido, o uso industrial pelas empresas do distrito industrial, como não poderia deixar de ser, não se fez dissociado da extração de mais-valia. Em outras palavras, a funcionalidade e a eficiência requeridas pelas agroindústrias, não se limitaram ao conteúdo técnico de que a nova área industrial dispunha, mas também envolveram a mobilização da força de trabalho necessária, principalmente no período do beneficiamento da safra.

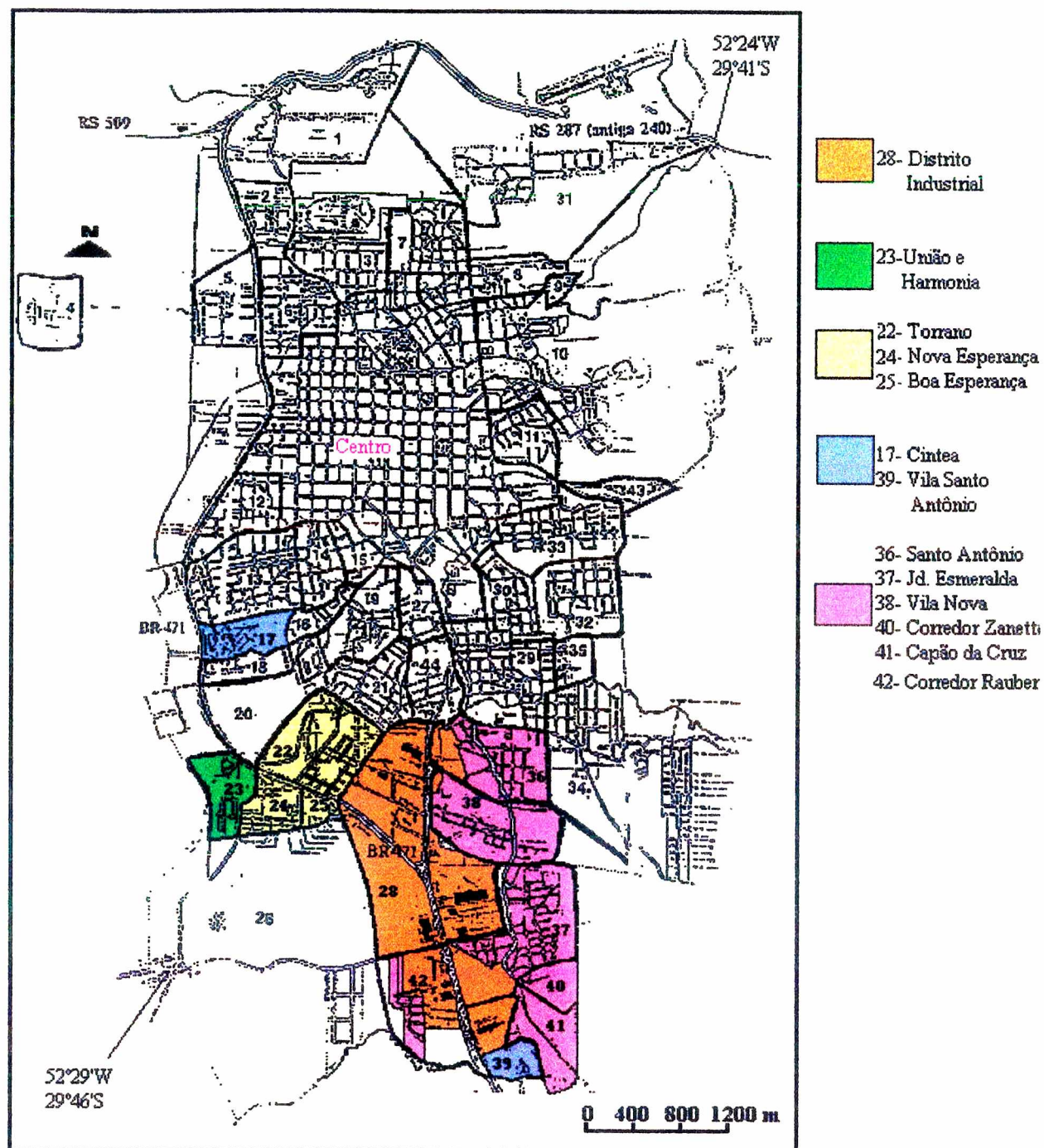
A materialização desse complexo sistema técnico na periferia da cidade, com destaque para a BR-471, qualificou-o como importante vetor na organização espacial da cidade, estimulando novos e distintos graus de mobilidade para o capital e para o trabalho.

Assim, na medida em que o Distrito Industrial foi constituindo-se, com a sucessiva localização das indústrias, nas áreas que lhe são adjacentes, até então chácaras e pequenas propriedades rurais, foram surgindo inúmeros loteamentos residenciais e vilas populares. (FIG. 16)

Tal processo oportunizou a abertura dessa área da cidade aos interesses de agentes e incorporadores imobiliários que passaram a contar com novas e atraentes possibilidades de negócio. A existência de terra relativamente barata, o acesso às rodovias e a possibilidade de extensão da infra-estrutura contaram muito no desenvolvimento de inúmeros empreendimentos imobiliários, alguns dos quais, dada a forma irregular como foram realizados, permitiram ainda ganhos adicionais aos seus promotores.⁶³ Além disso, a realocação de algumas indústrias no distrito industrial abriu igualmente a possibilidade de esses agentes promoverem uma redefinição no uso,

⁶³ Via de regra esses loteamentos foram realizados tendo como principal público alvo a classe C, ou seja, os trabalhadores, potenciais moradores, dada a proximidade com o emprego e o baixo custo dos terrenos. Como exemplo podemos citar os loteamentos Jardim Esmeralda, Santo Antonio, Corredor Rauber e mais recentemente a realização de loteamentos como o Vila Nova e outros nos bairros Corredor Zanetti e Capão da Cruz. Ver figura 16 (respectivamente n.ºs. 37, 36, 42, 38, 40 e 41).

FIG.16 - SANTA CRUZ DO SUL: DISTRITO INDUSTRIAL E LOTEAMENTOS E VILAS POPULARES ADJACENTES - 1994.



FONTE: Gazeta do Sul, 05 de julho de 1994, p.8

ou a substituição das antigas instalações industriais existentes na área central da cidade por empreendimentos imobiliários vinculados aos setores de comércio e de serviços.

Já quanto às vilas populares, algumas foram surgindo de forma espontânea, através da ocupação irregular por migrantes, de áreas às margens da malha viária local. Atraídos pela possibilidade de emprego na capital do fumo, a maioria desses migrantes são procedentes das áreas urbanas e rurais dos municípios vizinhos, ou mesmo da zona rural de Santa Cruz do Sul.⁶⁴ As outras vilas, porém, têm sua origem nas ações de realocização urbana promovidas pela Prefeitura Municipal. Como vimos no capítulo 2, trata-se daqueles moradores, igualmente migrantes, que ao chegarem a Santa Cruz do Sul invadiram próprios municipais, áreas verdes e propriedades privadas nas demais áreas da cidade e que, nesse período, foram realocizados pela Prefeitura em áreas próximas ao distrito - áreas do município ou desapropriadas para tal finalidade.⁶⁵ Outra iniciativa da Prefeitura para com essas famílias, em razão do crescente déficit habitacional do município e das recorrentes invasões, tem sido a realização, nessas áreas, de loteamentos populares com a construção de embriões habitacionais.⁶⁶ Essas ações do poder público municipal, como será visto no capítulo seguinte, em que pesem os discursos da inexistência de áreas vazias do município em outros pontos da cidade e/ou da preocupação com a qualidade de vida dessas famílias, têm contribuído para a formação de um expressivo contingente de mão-de-obra excedente, especialmente concentrado e de rápida mobilização pelas indústrias, principalmente pelas agroindústrias nas épocas de safra.

⁶⁴ Por exemplo: a Vila Cientea e Vila Santo Antonio. Ver Figura 16 (n.ºs. 17 e 39).

⁶⁵ A realocização dessas famílias pela Prefeitura ocorreu através da abertura de loteamentos populares em áreas próximas ao Distrito Industrial. Entre esses loteamentos destacamos a Vila Boa Esperança, a Vila Nova Esperança e a Vila Torrano. Ver Figura 16 (respectivamente n.ºs. 25, 24, e 22).

⁶⁶ Enquadram-se nessa iniciativa os loteamentos União e Harmonia. Ver Figura 16 (n.º. 23).

Assim, no bojo do processo de urbanização da cidade, o desenvolvimento do setor agroindustrial fumageiro e o respectivo processo de reprodução das suas condições de produção promoveram, notadamente nessa zona da cidade, a produção simultânea e contraditória de áreas preches de racionalidade técnica e eficazes funcionalmente, como o distrito industrial, e de áreas carentes, irracionalmente ocupadas, precárias, como as vilas populares e as ocupações clandestinas localizadas no entorno imediato desse distrito.

Nesse sentido, a reprodução e a acumulação do capital internacional agrofumageiro implicam uma configuração espacial da cidade que garanta a plena e eficaz continuidade desse processo produtivo e oportunize, quando necessário, o suporte imprescindível à expansão de suas atividades. Em outras palavras, trata-se de valorizar os efeitos advindos das ações dessas empresas sobre a dinâmica espacial da cidade - aquilo que Corrêa denomina práticas espaciais. Para ele, “(...) ações que contribuem para garantir os diversos projetos. São meios efetivos, através dos quais objetiva-se a gestão do território, isto é, a administração e o controle da organização espacial em sua existência e reprodução”.⁶⁷

Nessa perspectiva, cumpre destacar a participação do capital industrial, em especial o setor fumageiro, no processo de anexação de novas áreas ao município de Santa Cruz do Sul, exatamente em sua fronteira sul, junto ao Distrito Industrial. (Fig.17).

A Souza Cruz S/A - principal empresa beneficiadora do complexo agroindustrial local, maior exportadora de fumo em folha do mundo, e detentora de 82% do mercado nacional de cigarros⁶⁸ - constituiu na cidade, a partir de 1917, parte

⁶⁷ R. L. Corrêa. Espaço, Um Conceito-Chave da Geografia. In: **Geografia: Conceitos e Temas**. I. E. de Castro et al. (Org.). Ed. Bertrand Brasil. 1995. p.35.

⁶⁸ **Jornal do Brasil**. 03 de maio de 1995. p.16.

estratégica de sua ampla territorialidade, que, como bem já demonstrou Correa, envolve praticamente o conjunto do território nacional.⁶⁹ Contudo, é principalmente em Santa Cruz do Sul que sua principal matéria-prima é beneficiada, seguindo depois para alimentar suas fábricas de cigarro no país, e/ou para garantir suas exportações de fumo em folha.⁷⁰

Por sua vez, a perspectiva de novos mercados, com a abertura do Leste Europeu e o aumento do consumo de cigarro no Brasil e no exterior, impuseram à empresa redimensionar a produção e o beneficiamento industrial do fumo, notadamente em Santa Cruz do Sul. Para tanto, além de contar com sua usina de beneficiamento, localizada próximo ao centro da cidade, e com inúmeros depósitos e armazéns dispersos pela cidade, a empresa passou, a partir da década de noventa, a reorganizar e a ampliar suas instalações na cidade.⁷¹ Nesse sentido, em 1987 a Souza Cruz iniciou a construção de quatro armazéns refrigerados, em área contígua ao distrito industrial, junto à divisa com o município de Rio Pardo, cujo acesso à BR-471 se faz em território rio-pardense.

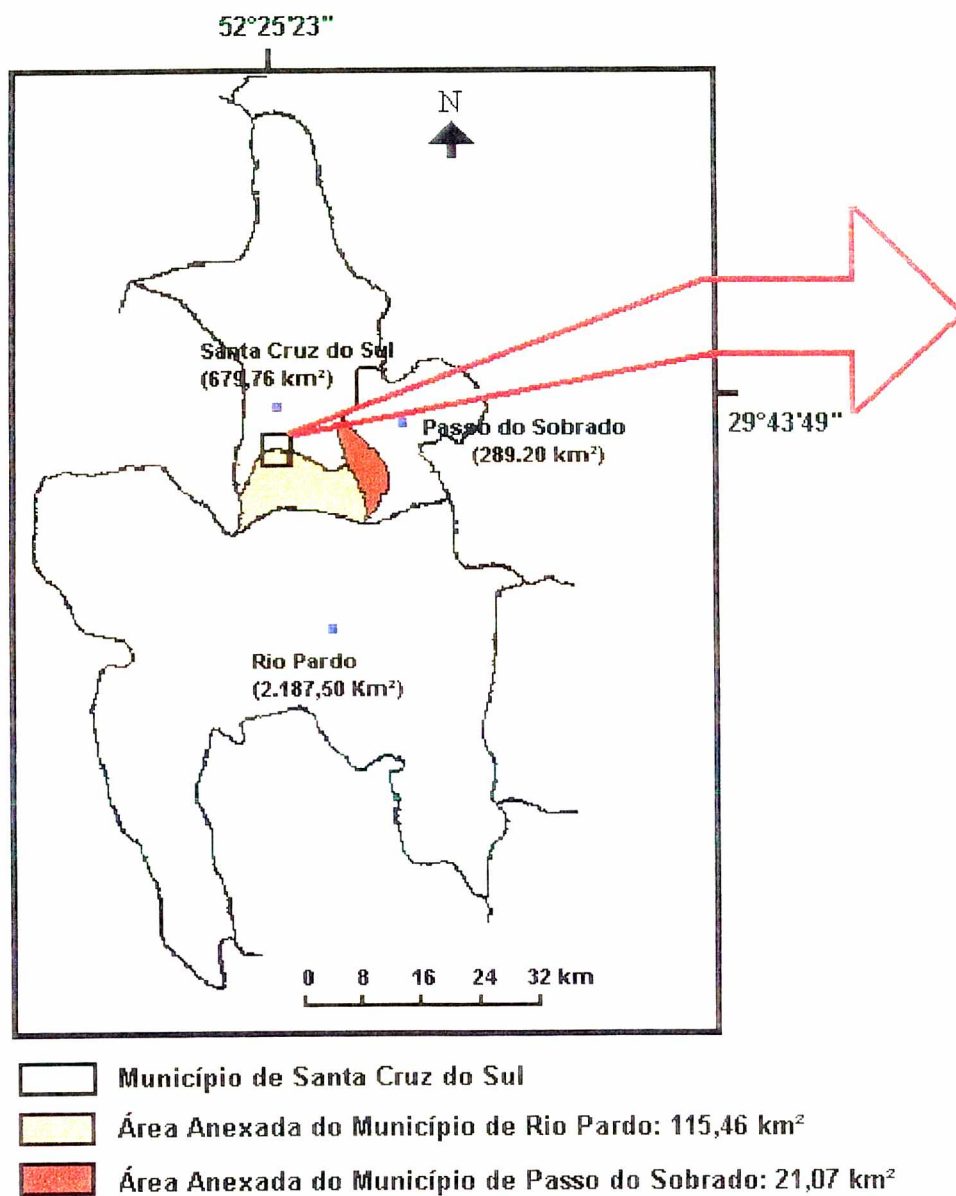
Com um total de 24.000m² de área construída, esses armazéns refrigerados objetivavam a estocagem de maior quantidade de fumo “in natura” comprado junto aos fumicultores por maior período de tempo e, o que é importante, sem riscos de

⁶⁹ R. L. Corrêa. *Corporação, Práticas Espaciais e Gestão do Território*. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Ed. FIBGE. 1992. vol.5, nº 3. p.115-121.

⁷⁰ O beneficiamento industrial do fumo, na corporação Souza Cruz, também é realizado nas cidades catarinenses de Blumenau e Tubarão.

⁷¹ Ao instalar-se na cidade, em 1917, a Souza Cruz fê-lo junto ao ramal ferroviário que ligava Santa Cruz a Rio Pardo, por onde era escoada a produção do fumo para Porto Alegre. Desde a desativação desse ramal, nos anos 40, a empresa continuou instalada nessa área, valendo-se então das vias de acesso às rodovias estaduais. Com a decisão de ampliar a capacidade de processamento do fumo, aumentando sua produção, a impossibilidade de ampliação dessa usina na área central da cidade, provavelmente fez com que se buscasse uma nova área, próxima aos seus armazéns, mas acima de tudo próxima à Rodovia BR-471.

FIG. 17 - SANTA CRUZ DO SUL : ÁREAS ANEXADAS AO MUNICÍPIO EM 1995



Fonte: Gazeta do Sul, 23 de Outubro de 1995. p.2
Diagrama e Montagem: Rogério Silveira

deterioração da matéria-prima. Isso assegurava-lhe a possibilidade, ao contrário das demais empresas, de processar maior quantidade de fumo, não apenas durante a safra, mas durante os doze meses do ano.⁷² Tal estratégia, contudo, para se tornar viável implicava a expansão da capacidade de processamento industrial do fumo. Para tanto, a Souza Cruz, já planejara a construção de uma mega usina de beneficiamento no município, a fim de obter, através do uso conjugado dessa nova usina com o dos armazéns refrigerados, substanciais ganhos de escala. Faltava, entretanto, garantir as obras infra-estruturais de acesso à rodovia, o que, dada a complexa situação geográfica da área da empresa em Santa Cruz do Sul, junto ao limite com o município de Rio Pardo, fez com que o traçado do acesso fosse aberto em território rio-pardense.

Por sua vez, um dos principais e tradicionais problemas em termos da logística necessária ao processo de beneficiamento de fumo no município tem sido a disponibilidade de armazéns de grande porte para a estocagem do fumo beneficiado até sua expedição para o mercado, tanto interno como externo. As agroindústrias fumageiras locais, diante disso, muitas vezes têm procurado alugar armazéns nos municípios vizinhos ou na região metropolitana de Porto Alegre, ou ainda, têm estimulado as empresas locais de construção civil a realizarem essas construções para alugá-las. Esse foi, por exemplo, o caso da Bule Construtora e Engenharia, empresa local, que entre 1980 e 1988 construiu próximo ao distrito industrial, em área às margens da BR-471, já no município de Rio Pardo, dez grandes armazéns que logo acabaram sendo alugados à Universal Leaf Tobacco, cuja principal planta industrial está localizada no interior do Distrito Industrial de Santa Cruz do Sul.

⁷² A respeito dos reflexos desses armazéns refrigerados na dinâmica de emprego dos trabalhadores safristas, retomaremos essa questão no próximo capítulo.

Pode-se perceber que a expansão e/ou a racionalização das atividades industriais pelas empresas agrofumageiras a partir desse período, passavam a ocorrer tendo como vetor a presença da BR-471, e como suporte espacial as áreas vazias localizadas junto à divisa com Rio Pardo, e já adentrando no seu território.

Por sua vez, a Câmara Municipal de Rio Pardo, em 1991, defendia o incremento da industrialização local para combater a já prolongada estagnação econômica que há décadas o município vinha apresentando. Para tanto, aventava a possibilidade de criar o seu distrito industrial na área fronteira com Santa Cruz, junto ao distrito industrial vizinho. A idéia era tirar proveito da existência da BR-471 e da inexistência, nesse distrito, de áreas vazias suficientes para a expansão industrial santacruzense. Buscava-se também com isso neutralizar as constantes ameaças de mobilização dos moradores residentes dessa zona de Rio Pardo pela sua anexação a Santa Cruz do Sul.⁷³ Todavia, esse debate não representou ações concretas por parte da administração municipal de Rio Pardo.

Entretanto, a Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul, receosa de que o município vizinho acabasse concretizando aquele projeto - o que poderia oportunizar melhores opções de áreas à instalação de novas indústrias, principalmente, para expansão das plantas industriais das agroindústrias fumageiras, como as que já estavam em curso de forma direta como a Souza Cruz, e indiretamente como a Universal Leaf - passou a mobilizar-se pela anexação dessa área de Rio Pardo ao município de Santa

⁷³ *Jornal Gazeta do Sul*, 24 de abril de 1991. p.8. Os habitantes de São João da Reserva, em Rio Pardo, localidade próxima à divisa com Santa Cruz do Sul, em 1988 tentaram anexar sua localidade a Santa Cruz do Sul, entretanto, nesse plebiscito venceu a posição que defendia a permanência da localidade sob a jurisdição de Rio Pardo. De acordo com essa matéria os motivos que redundaram na realização de novo plebiscito em 1994, agora com decisão favorável à anexação a Santa Cruz do Sul são os seguintes: a) o descaso da prefeitura de Rio Pardo para com a localidade; b) muitos desses moradores, pela proximidade, utilizam em maior grau os serviços oferecidos por Santa Cruz do Sul; e c) maior oferta de emprego na capital do fumo.

Cruz do Sul. Na verdade, o fato de algumas indústrias e de agentes imobiliários de Santa Cruz do Sul possuírem terras ao longo da BR-471 ⁷⁴, no município de Rio Pardo, bem como o interesse da prefeitura em expandir a área do seu Distrito Industrial acabaram fazendo com que o poder público santa-cruzense - patrocinado pelos segmentos empresariais envolvidos - deflagrasse, ao final de 1994, ampla campanha pela anexação dessas áreas ao seu território.⁷⁵ Fato que acabou consumando-se em outubro de 1995, quando a Assembléia Legislativa aprovou e o executivo gaúcho sancionou o projeto de lei que propunha a referida anexação.

Todo esse processo, no qual as agroindústrias fumageiras, em nosso entendimento, tiveram papel determinante, acabou acrescentando 136km² de importantes áreas produtoras de trigo, milho e soja ao território municipal.⁷⁶ (FIG.17).

A possibilidade de expansão do Distrito Industrial - que por ora já se efetiva com a extensão de infra-estrutura pela prefeitura e com a implantação da megafábrica da Souza Cruz e de outras indústrias - tende a direcionar para as áreas adjacentes a essa nova configuração industrial, novos fluxos de trabalhadores migrantes e novas ações do capital imobiliário, reproduzindo as condições de produção necessárias à reprodução e à acumulação do capital industrial. É nesse contexto que a produção da periferia urbana, enquanto lugar privilegiado da reprodução da força de trabalho, e que a produção do distrito industrial, enquanto lugar privilegiado para a reprodução dos meios de produção, articulam-se e configuram-se como partes constituintes do

⁷⁴ É o caso da Metalúrgica Mohr e do Frigorífico Excelsior, ambas de Santa Cruz do Sul, e da Agrofumageira Kannenberg, de Sinimbu.

⁷⁵ Além da localidade de São João da Reserva, outras localidades de Rio Pardo, como Capão da Cruz, Arroio do Couto, Capela dos Cunha e Reserva dos Kroth, localizadas ao sul de Santa Cruz do Sul, foram estimuladas pelo poder público santa-cruzense a pleitear a anexação. O mesmo ocorreu com a localidade de Cerro Alegre Alto, a sudeste de Santa Cruz, no município de Passo do Sobrado. *Jornal Gazeta do Sul*. 23 de outubro de 1995. p.3-6.

⁷⁶ Estas seis comunidades cresceram também a Santa Cruz do Sul cerca de 1.500 moradores e de 959 eleitores. *Gazeta do Sul*. 14 de março de 1996. p.5.

processo de reprodução da cidade. No entanto, entendemos que a intensidade dessas práticas espaciais e os efeitos da gestão do território pelas agroindústrias sobre a organização espacial da cidade estão intimamente articulados ao comportamento, à dinâmica e às perspectivas do mercado internacional fumageiro.

3.4- O Mercado Internacional do Fumo

O fumo atualmente é produzido em 103 países, dos quais 77 são países periféricos. Em 1992, a produção mundial alcançou 8.043.000 toneladas evidenciando cada vez mais a importante presença desses países na produção mundial, que nesse ano responderam por 6.018.000 toneladas.⁷⁷ Em realidade houve forte mudança na espacialidade da produção mundial de fumo. Se nos anos sessenta os ditos países centrais respondiam por 47% da produção mundial, no final dos anos oitenta essa participação declinou para 31%, enquanto os países periféricos, no mesmo período, elevaram sua participação de de 53% para 69%.⁷⁸ Tal mudança se deve principalmente às ações das multinacionais fumageiras nesses países, onde - atraídas pelo potencial desses mercados nacionais, pelo baixo preço da matéria-prima, pelo apoio fiscal e infra-estrutural dos governos locais e pela disponibilidade de numerosa e barata força de trabalho - acabaram expandindo suas atividades e simultaneamente promovendo mudanças que viabilizassem o aumento da produtividade e da qualidade do produto.

⁷⁷ Panos Media Briefing. nº 13. september, 1994. <http://www.oneworld.org/panos>. p.2-19.

⁷⁸ TIE - Transnationals Information Exchange. Belo Horizonte, agosto, 1992 - Seminário Sobre Cadeias Alimentares. Texto Informativo. p.1-27. O fumo produzido no mundo não é homogêneo, depende das qualidades de solo, das condições climáticas, do cultivo, da secagem etc. Isso faz com que tenhamos, nas várias áreas geográficas produtoras, fumos com qualidades distintas, o que por sua vez define, entre outros fatores, o preço de cada tipo de fumo. Dentre os vários tipos produzidos em escala comercial, os principais para a produção de cigarros são o Virginia, o Burley e o de Galpão.

Pode-se afirmar que a maior parte da produção do fumo está concentrada nos seis maiores produtores mundiais, destacando-se a China, principal produtor com cerca de 38% do total produzido, seguida pelos Estados Unidos, com 10%; pela Índia e pelo Brasil, ambos alternando-se com cerca de 7% cada; pela Turquia e pelo Zimbawe, respectivamente com aproximadamente 4% e 2% da produção mundial. Entre os países produtores, o Brasil tem sido aquele cuja produção mais cresce, em torno de 41% entre 1989 e 1992.⁷⁹ A alta qualidade do fumo produzido na região Sul do Brasil, principalmente os do tipo Virginia e Burley - usados no preparo do "blend"⁸⁰ dos cigarros pelas indústrias cigareiras - têm garantido ao país destacada participação no mercado internacional, colocando-o nos últimos anos ao lado dos Estados Unidos, com o qual vem alternando a posição de principal exportador mundial. A tabela 8 destaca os principais países exportadores.

**TABELA 8 - EXPORTAÇÃO MUNDIAL DE FUMO EM FOLHA:
PRINCIPAIS PAÍSES EXPORTADORES - 1988 A 1992 (Toneladas)**

PAÍS	1988	1989	1990	1991	1992*
Estados Unidos	218.542	220.407	223.412	226.462	250.000
Brasil **	206.951	193.656	188.144	187.694	241.012
Zimbabwe	100.123	105.718	122.349	136.256	141.500
Antiga URSS	159.500	159.500	178.022	155.393	134.870
Itália	109.987	126.536	137.720	138.835	130.000
Grécia	101.486	92.203	129.052	120.983	123.500
Exportação Total	1.530.975	1.569.374	1.689.329	1.823.755	1.816.129

Fonte: DTIC/USDA/ABIFUMO, In: Perfil da Indústria do Fumo, 1993. p.15

* Estimativa 1992, ** Números Finais.

⁷⁹ Idem. p.2 e 5.

⁸⁰ "Blend" é a mistura final de fumos com características químicas, de aroma e de sabor distintas que, quando combinados, garantem a peculiaridade de cada marca de cigarro. Na maior parte das vezes o blend de cada marca de cigarro resulta da mistura de 6 a 10 tipos (classes) de fumo, definidas pelos teores de umidade, açúcares e nicotina.

Por outro lado, nesse mercado é a mão nem sempre visível dos conglomerados internacionais, através das ações de suas corporações oligopsonicamente estruturadas, que determina e direciona, desde a dinâmica da produção, o comportamento dos preços, as estratégias da comercialização e do consumo do fumo no mundo. Para Miles, tais ações fazem parte das estratégias que os conglomerados do setor, principalmente a partir dos anos sessenta, têm desenvolvido para assegurar e ampliar seu domínio. Entre elas, destaca a importância da diversificação, tanto para atividades relacionadas com a produção fumageira (transporte de contêiners, fretes marítimos, produção de papel e de embalagens etc.), como para aquelas não relacionadas à atividade tradicional (seguros, produção de alimentos e bebidas, bancos e petróleo, por exemplo) na medida em que têm viabilizado, no primeiro caso, aumento dos ganhos de escala, maiores possibilidades de sinergia entre as empresas coligadas e maiores taxas de lucratividade; no segundo, maior margem de proteção aos riscos da atividade tradicional, dada a natureza cíclica da atividade fumageira.⁸¹

Expressão da concentração e do aprofundamento da centralização de capital em escala internacional, como diria Mandel, desencadeada pelos efeitos da “terceira revolução tecnológica”⁸² sobre o desenvolvimento das forças produtivas na etapa tardia do capitalismo, o oligopólio do fumo, de acordo com Clairmonte, tem seu poder na economia mundial do tabaco:

“(...) cimentado sobre quatro pilares que se reforçam mutuamente: uma tecnologia consideravelmente automatizada, que constitui um eficaz obstáculo à entrada de competidores; complexas técnicas de comercialização, com uma publicidade de bilhões de dólares para promover as marcas corporativas; o capital financeiro, e um mecanismo de subsídios cruzados que tem feito diminuir permanentemente a participação relativa do tabaco nas vendas totais das corporações.”⁸³

⁸¹ R. H. Miles. *Coffin Nails and Corporate Strategies*. Prentice-Hall, Inc. 1982. p.118/123.

⁸² E. Mandel. *Op. Cit.* p.305-336.

⁸³ F. F. Clairmonte. “La Dinâmica del Oligopolio Mundial del Tabaco. In: *Comércio Exterior*, v.33, nº 6, junho 1983. p.530. Subsídios cruzados aqui significam nos marcos da escala mundial em que essas corporações operam, a possibilidade de a empresa holding deslocar utilidades, capital extraído

O desenvolvimento do oligopólio no ramo fumageiro se dá ao longo de toda a cadeia produtiva, envolvendo a participação hegemônica de restrito número de corporações internacionais em suas diversas etapas. Tais corporações, dependendo das vantagens comparativas e de escala e das estratégias de mercado que possuem, podem participar diretamente ou através de suas empresas coligadas no conjunto dessas etapas ou em apenas algumas delas.⁸⁴ Por exemplo: no caso do beneficiamento industrial de fumo, os principais grupos são a Universal Leaf Incorporated, a Dimon Incorporated, a Standart Corporation e a Intabex Leaf Tobacco, todas de capital norte-americano. Já na produção de cigarros, seis empresas detêm cerca de 70% da produção global de cigarros: American Brands, Phillip Morris, R.J. Reynolds, British American Tobacco (BAT) e Rothmans, sendo os quatro primeiros de capital norte-americano, e os dois últimos, capital anglo-americano e anglo-sul-africano, respectivamente.⁸⁵ A BAT, por exemplo, responsável por 10,3% do mercado mundial de cigarros, em algumas regiões atua também em beneficiamento e exportação de fumo, através de suas empresas subsidiárias, como é o caso da Souza Cruz S/A, no sul do Brasil.⁸⁶

As ações dessas corporações em escala internacional, visando aumentar suas margens de lucro através do crescente controle sobre amplas regiões e distintas etapas do mercado mundial do fumo, não se dissociam da promoção de uma especialização sincrônica, que envolve a articulação simultânea dos diversos tipos de trabalho requeridos pelos diversos processos de produção necessários ao desenvolvimento do

de um centro de ganhos para outro, a fim de viabilizar, subsidiar novos investimentos. Isso implica uma taxa ainda maior de centralização e de concentração do capital.

⁸⁴ R. H. Miles. Op.Cit. Cap.4 e 5.

⁸⁵ Entrevista realizada com o Sr. Carlos Brand, Vice-Presidente do SINDIFUMO-RS em 18 de abril de 1996, e Panos Media Briefing. Op. Cit.p.4.

⁸⁶ TIE. Op.Cit. p.15,16. A BAT atua seja a partir de suas filiais, seja através de joint-ventures com as demais empresas do setor em aproximadamente 80 países. Além do ramo fumageiro e do de serviços financeiros (seguros), suas principais atividades, também atua nos setores de madeira, papel e papelão, hotéis e restaurantes e agrobussinês, apresentando em 1990 cerca de 200 mil funcionários a ela vinculados.

ramo fumageiro.⁸⁷ Em outras palavras, no desenvolvimento de suas operações essas corporações promovem uma divisão do trabalho entre as suas empresas subsidiárias, entre os diversos lugares em que participam solidariamente na conformação de seus produtos.

Isso implica, de acordo com Corrêa, considerar a complexidade inerente a essas corporações. Dada a sua “ampla escala de operações, multifuncionalidade, segmentação, multilocalização e ao seu poder econômico e político” vamos ter a materialização de uma complexa espacialidade, consequência direta do complexo ciclo de reprodução do capital corporativo.⁸⁸ Por sua vez, a complexa espacialidade promovida pela corporação assenta-se, como lembra Hymer, em simultâneo e combinado processo cumulativo de descentralização e centralização, diferenciação e integração. Para ele:

“A expansão da empresa internacional compreende um duplo movimento. Por um lado, difunde o capital e a tecnologia (descentralização nos níveis inferiores do trabalho). Por outro, centraliza o controle estabelecendo uma rede integrada verticalmente, na qual as diferentes áreas se especializam em diferentes níveis de atividade.”⁸⁹

⁸⁷ A.Lipietz. *O Capital e Seu Espaço*. Ed. Nobel. 1988. p.97. No caso da BAT, a ampla territorialidade que conforma as ações do grupo no ramo fumageiro está estruturada em seis grandes áreas geográficas de atuação: Europa, América Latina e Caribe, Ásia-Pacífico, Ásia Central-Sul, América-Pacífico e África e Oriente Médio. Essas áreas se articulam intercambiando matérias-primas, produtos pré-beneficiados, produtos industrializados, biotecnologia, novas tecnologias etc. Na escala nacional, a divisão do trabalho entre os diversos segmentos dos grupos fumageiros também está estruturada. Através do exemplo da Cia.Souza Cruz, filial no Brasil da BAT, podemos identificar uma íntima sinergia e articulação entre algumas de suas empresas no que se refere a atividade fumageira. Por exemplo: a BioPlanta Tecnologia de Plantas Ltda, empresa responsável pela pesquisa biotecnológica; a Cia. Aracruz e a Cia. de Papel Pirahy, respectivamente responsáveis pela produção de celulose e de papéis finos para cigarros; a Pólo Indústrias e Comércio Ltda., empresa produtora de filmes de propileno para embalagem dos maços de cigarro - vendida em 1995; a Eldocor Corretagem de Seguros, especializada na operação de seguro dos produtos comercializados e exportados, e a Souza Cruz Trading S/A, responsável por todas as atividades que envolvem o comércio exterior, tanto do fumo em folha como dos cigarros produzidos pelo grupo. *Revista Senhor* nº 167. 04 de abril de 1988. p.46-50.

⁸⁸ R. L. Correa. *Corporação e Espaço - Uma Nota*. In: *Revista Brasileira de Geografia*. v.53, nº1. p.139.

⁸⁹ S. Hymer. *Empresas Multinacionais: A Internacionalização do Capital*. Ed. Graal. 1978. p.79.

Ao mesmo tempo, pode-se dizer que os reflexos da dinâmica desse mercado, ou mesmo que os reflexos das decisões e das estratégias estabelecidas por essas corporações em sua participação no mercado, envolvem e permeiam, com graus variados de intensidade, cada uma das suas partes integrantes, cada lugar constituinte da sua espacialidade. Nesse aspecto, e lembrando Benko, há que se ter presente o novo conteúdo da divisão social do trabalho em nível global. Contexto em que a aceleração da mobilidade do capital e seus respectivos e simultâneos efeitos integradores e fragmentadores se acompanham de uma polarização espacial, onde o duplo movimento de descentralização da produção e de desenvolvimento do controle e da gestão, no âmbito global, levam a que tenhamos hoje uma interdependência do local ao global.⁹⁰

Nessa perspectiva, quais seriam os reflexos, os efeitos da atual dinâmica do mercado internacional do fumo no desenvolvimento do complexo agroindustrial fumageiro baseado em Santa Cruz do Sul, e, por conseguinte no processo de urbanização da cidade? E por sua vez, quais seriam os atrativos do lugar, seu diferencial, ou como diz Milton Santos, qual seria “a força do lugar” na configuração das estratégias globais das corporações ali presentes?

Para tanto, há que se considerar os reflexos que o processo em curso de globalização da economia vem impondo à dinâmica do mercado internacional fumageiro e, por conseguinte, nas ações das corporações. Entre eles, merece destaque o acelerado processo de intensificação da concentração e centralização do capital no ramo fumageiro, através de numerosas incorporações, fusões, associações entre as principais corporações que atuam no mercado. A esse respeito, Cano afirma que:

“A reconcentração de capital ocorrida nos 5 últimos anos, nos principais oligopólios de quase todos os setores produtivos (...), supera largamente a que se deu ao longo do último quartel do século XIX, quando da constituição dos grandes trustes e cartéis internacionais da

⁹⁰ G. Benko. *Economia, Espaço e Globalização na Aurora do Século XXI*. Ed. Hucitec. 1996. cap.1.

indústria pesada. Ela envolve fusões e compras e vendas de empresas ou parte de empresas, tornando as transnacionais de cada um dos principais segmentos oligopolizados cada vez mais reconcentradas, diminuindo acentuadamente seus graus de concorrência, que já eram baixos, amplificando seu poder financeiro, de mercado e de controle tecnológico.”⁹¹

Em Santa Cruz do Sul, tal processo significou redução no número de empresas que atuam no setor fumageiro (beneficiamento, comercialização e produção de cigarro) de 16 em 1971 para 6 em 1995, ou seja, 62,50%.⁹² Isso ocorreu basicamente através da incorporação das empresas nacionais pelas corporações transnacionais, bem como pela fusão entre estas últimas. Segundo Brand, a fusão de transnacionais

“(…)Tem como motivo principal a redução de custos. Ou seja, uma empresa está bem financeiramente, mas não está bem em vendas. A outra vende muito, mas está com a estrutura financeira debilitada. Outra questão é a ‘presença’. Uma tem presença na África, outra nos Estados Unidos e outra aqui. Então o mercado fica fraco para cada uma, então vamos nos juntar, ficar presentes nos três lugares e diminuir os riscos”.⁹³

Esse processo não significou apenas o fechamento ou a substituição da razão social da empresa, mas demandou uma crescente inversão de recursos em novas tecnologias (máquinas, equipamentos, processos), na organização flexível do trabalho (terceirização) e no aperfeiçoamento e desenvolvimento de novos métodos e processos de trabalho (qualidade total).

Tal redução do número de empresas, redimensionando o setor, promoveu alterações no desenvolvimento das atividades industriais complementares e de suporte, como o setor de serviços, na medida em que, diminuindo o número de clientes,

⁹¹ W .Canó. *Reflexões Sobre o Brasil e a Nova (Des)Ordem Internacional*. Ed. Unicamp/Fapesp. 1994. p.24-25. Grifo do autor.

⁹² Entrevista com o Dorval Knak, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação e do Fumo, em 22 de agosto de 1995.

⁹³ Entrevista com Carlos Brand, Vice-Presidente do SINDIFUMO-RS e integrante da diretoria da Meridional de Tabacos, subsidiária da SEITA, estatal francesa. Em 18 de abril de 1996.

estimulou a concorrência pelo atendimento às demandas das corporações. Muitas empresas não tiveram condições de sobreviver a esse novo estágio do setor fumo.

O principal reflexo dessas mudanças no âmbito da atividade fumageira foi a diminuição na oferta de emprego pelo setor fumo - como vimos antes, o que mais emprega - tanto para trabalhadores efetivos como para temporários. De 1990 a 1995, período em que as fusões entre as distintas corporações foram mais intensas, de 13.642 postos em 1990, passou-se para 8.771 em 1995, uma queda de 35% no nível de emprego no setor.⁹⁴

Isso sem dúvida tem ocasionado, principalmente entre os trabalhadores temporários, quando da impossibilidade de nova colocação, aumento do trabalho informal sem significar aumento de renda. O aumento da exclusão social pela diminuição desses postos de trabalho têm contribuído muito para o aumento do número de sub-habitações e para o crescimento das vilas populares na periferia da cidade. Os fluxos contínuos e permanentes de migrantes, nesse contexto, acabam agravando o processo.

Simultaneamente ao processo de reconcentração do capital fumageiro, a globalização dos mercados tem oportunizado aumento na escala de atuação das corporações transnacionais. A abertura do leste europeu, por exemplo, permitiu que tais empresas passassem a contar com um novo e potencial mercado para os seus produtos, na medida em que o comércio clandestino ou contrabando antes existentes, de certa forma já haviam realizado a pré-exibição desses produtos, pelo menos para uma parcela dos consumidores. Além disso, no bojo do processo neoliberalizante, muitos mercados que até então tinham o Estado no controle monopólico da produção

⁹⁴ Entrevista com Dorval Knak. 22 de agosto de 1995.

e/ou da importação de determinadas marcas de cigarro, como o Japão, a Turquia, a Itália, a França e a Espanha, passam, a partir de então, a tolerar ou mesmo facultar, através de privatizações ou de joint-ventures, o acesso do capital transnacional fumageiro.⁹⁵

Nesse contexto, em que pese o aumento das campanhas antitabagistas na maior parte dos países, o consumo de cigarros no mundo tem-se mantido nos mesmos níveis, principalmente pelo aumento do consumo nos países subdesenvolvidos,⁹⁶ demandando às corporações um aumento na produção da sua principal matéria-prima, o fumo. Esse nos parece um dado importante em termos de perspectivas para a produção brasileira e, por conseqüência, para o beneficiamento industrial desse produto realizado pelo complexo agroindustrial de Santa Cruz do Sul. Além da já aludida qualidade e produtividade da produção brasileira, outra variável pesa no aumento da produção de fumo no Brasil - o baixo preço do produto. Enquanto no Brasil as indústrias pagam entre US\$1,00 e 1,60 o quilo do fumo, nos Estados Unidos, na África e na Itália o preço pago pelas corporações é de respectivamente: US\$.5,00; US\$.4,00 e US\$.7,00.⁹⁷

Dessa forma, não é a toa que a produção e a exportação brasileira de fumo em folha é a que mais cresce no mundo nos últimos anos. Isso por sua vez implica um aumento na capacidade de beneficiamento de fumo, o que aliás já vem sendo providenciado pelas corporações através da ampliação de suas plantas industriais, como

⁹⁵ TIU. Op. Cit. p.14.

⁹⁶ Em números relativos o consumo mundial de cigarro tem-se mantido equivalente a anos passados. Ainda que nos últimos dez anos o consumo per cápita/ano tenha diminuído nos países desenvolvidos de 2.800 para 2.400 cigarros, nos países subdesenvolvidos ele cresceu, no mesmo período cerca de 22%, passando de 1.150 para 1.400 cigarros. *Revista Veja*. Especial sobre o Cigarro, 29 de maio de 1996. p.96.

⁹⁷ Entrevista com Albino Gewer. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Cultura do Fumo. 04 de maio de 1995.

a que a Souza Cruz acabou de inaugurar na cidade, ou então pelo anúncio de novos investimentos pela Universal Leaf e pela Phillip Morris para 1997.

Nesse sentido, a dinâmica do mercado internacional pautada pelas ações estratégicas das corporações multinacionais acaba através do processo de desenvolvimento do ramo fumageiro incidindo fortemente na produção do espaço urbano em Santa Cruz do Sul, enquanto parte estratégica da extensa territorialidade operada por essas corporações. Em outras palavras, a combinação no complexo agroindustrial aí instalado, da qualidade do produto, de preço, de força de trabalho abundante e barata, além de um moderno e funcional conjunto de objetos e sistemas técnicos qualifica diferencialmente a cidade na rede de lugares mobilizada pelas corporações no seu processo de reprodução ampliada do capital.

Por sua vez, a viabilização da acumulação do capital fumageiro, na etapa do beneficiamento industrial do fumo, ainda que as empresas invertam volumosos recursos em capital fixo a fim de melhor se posicionarem no mercado, não se faz, pelo menos por enquanto, sem a extração da mais-valia do trabalhador safrista. Agente importante dessa etapa do processo fumageiro que muito tem contribuído para o desenvolvimento da economia e para a urbanização da cidade, ele no entanto tem ficado à margem dos frutos desse desenvolvimento - como diria Henry Lefebvre, "sem direito à cidade".

Assim, surge uma nova questão: qual a relação da industrialização local, sustentada na agroindústria fumageira, com a produção da periferia urbana? No próximo capítulo, nosso esforço será o de buscar responder essa questão através da análise de como se desenvolve o processo de mobilização dessa força de trabalho pelo capital monopolista internacional.

4 - OS TRABALHADORES SAFRISTAS E A AGROINDÚSTRIA FUMAGEIRA: MOBILIDADE DO TRABALHO E PRODUÇÃO DA PERIFERIA URBANA

Neste capítulo, nossa intenção é analisar o processo de constituição, na cidade, de uma parcela importante da força de trabalho utilizada pela agroindústria fumageira no processo de beneficiamento industrial do fumo. Trata-se dos trabalhadores safristas, trabalhadores temporários, na sua maior parte moradores na periferia urbana de Santa Cruz do Sul e que, anualmente, durante o período da safra, vendem sua força de trabalho às agroindústrias fumageiras.

Dentre os reflexos econômicos e espaciais que a atividade agrofumageira promove na produção da cidade, destacamos a produção da periferia urbana, que, supomos, está intimamente articulada à demanda, à mobilização e ao aproveitamento dessa força de trabalho pelas empresas.

Nesse sentido, primeiramente buscaremos identificar o significado e a importância que o trabalho temporário representa no processo produtivo agroindustrial fumageiro, bem como destacar algumas características sociais e econômicas que permitam traçar o perfil desses trabalhadores.

Em um segundo e último momento, tendo por base as inter-relações existentes entre a mobilidade dessa força de trabalho e o processo de acumulação do capital, serão analisados os reflexos da dinâmica do mercado de trabalho safrista na produção da periferia urbana em Santa Cruz do Sul.

4.1 - O Trabalho Safrista

De acordo com as entrevistas que realizamos, o trabalho temporário dos safristas surgiu em Santa Cruz do Sul simultaneamente ao início das atividades agroindustrias fumageiras, no despontar das primeiras empresas locais, nas décadas iniciais do presente século.¹ Todavia, foi a partir da internacionalização do setor e da chegada de inúmeras multinacionais, com o aumento significativo da produção e do beneficiamento industrial do fumo, aumentando também a demanda de trabalho, que a atividade temporária teve acrescida a sua importância no processo de produção da periferia urbana da cidade, enquanto alternativa à reprodução de consideráveis parcelas de trabalhadores, tanto do campo como da cidade. Algumas variáveis, contudo, merecem ser destacadas a fim de que possamos apreender o significado e as razões da existência desse trabalho temporário.

Uma primeira variável é o fato de ser o fumo um produto perecível. Essa condição requer, por parte da agroindústria, sob pena de deterioração do produto, que o mesmo seja beneficiado tão logo o fumicultor proceda a entrega dessa matéria-prima nas seções de recebimento das empresas. No processo de beneficiamento, em que pesem a mecanização e a integração de inúmeras operações, além do seu alto grau de informatização, para funcionar de forma eficaz e no tempo desejado, as linhas de produção requerem a utilização combinada de trabalhadores safristas em inúmeras atividades, seja operando determinadas máquinas e equipamentos, seja checando processos, ou ainda através de atividades eminentemente manuais.² Além disso, as

¹ Entrevistas: Sr. Dorval Knak, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo e da Alimentação, em 22 de agosto de 1995; Sr. Hélio Fensterseifer, Presidente do Sindicato das Indústrias de Fumo no RS, em 25 de outubro de 1995.

² V.F. Silva. *Relatório de Estágio do Curso de Administração. Área: Administração de Produção - Empresa: Dibrell Brothers Inc.*. UNISC, abril, 1993. 75p. xerografado. Entrevistas com o Sr. Dagoberto Jaeger, Gerente de Planejamento Estratégico de Exportação da Cia. Souza Cruz S/A, em 24 de abril de 1996, e com o Sr. Volnei Degenhardt, Gerente de Fábrica da Cia.

características e as especificidades próprias ao fumo - tipos, posição das folhas no pé, textura das folhas, aroma, cor etc.- fazem com que a imprescindível experiência e o conhecimento empírico dos trabalhadores que lidam com o produto, em muitas etapas do processo produtivo, não encontrem substituto mecânico ou automatizado.³

Vimos no capítulo anterior que a internacionalização do setor se fez acompanhada de aumento na produção de fumo na área rural e de elevadas inversões de capital constante nas usinas de beneficiamento, a fim de aumentar a capacidade e a produtividade do beneficiamento. Isso implicou a redução do período da safra, concentrando-o para 4 a 6 meses por ano, o que significou o aumento de oferta de emprego nesse período, pelas empresas, a trabalhadores safristas.

Tendo isso presente, uma segunda variável merece destaque. É a que diz respeito à reprodução do capital por parte da agroindústria fumageira no âmbito do

Meridional de Tabacos Ltda., em 18 de abril de 1996. Como exemplo dentre as atividades realizadas pelos safristas durante o processo de beneficiamento poderíamos citar, não necessariamente nesta ordem: a operação de balanças eletrônicas a fim de verificar o peso dos fardos do fumo cru que chegam do produtor; a classificação do fumo por classes e tipos; o transporte do fumo do pré-estoque até as esteiras alimentadoras através da condução de empilhadeiras; a separação manual de resíduos estranhos ao produto e de folhas com caruncho ou malcuradas; a preparação e o sortimento do produto realizados manualmente, antes de entrar na destaladeira mecânica; o acompanhamento dos parâmetros mínimos exigidos nos processos mecânicos de condicionamento/separação por gravidade das lâminas de fumo e de umidificação do fumo; a operação de prensas hidráulicas para prensagem do fumo beneficiado; e encaixotamento do produto, e transporte, através da condução das empilhadeiras, das caixas de fumo beneficiado para os armazéns, para posterior comercialização.

³ Este é o caso, por exemplo, de atividades como a classificação, o sortimento e a destala manual do fumo. Na primeira, quando o produto chega do produtor passa a ser identificado e classificado segundo as classes determinadas pelo governo federal, o que vai determinar a quantia a ser paga ao produtor. Além dessa classificação oficial, há também a realizada internamente pela empresa, a fim de se adequar aos padrões e às exigências do mercado internacional. A segunda, o sortimento, implica na identificação e separação, nas esteiras que levam o produto para a destaladeira mecânica, do fumo que não se coaduna com os tipos, ou melhor, as classes internas da empresa, pré-determinadas para a confecção de determinados *blends*. A terceira, ainda que em menor escala, dada a presença da destalação mecânica, diz respeito à retirada manual dos talos das folhas de fumo. Essa operação é realizada para atender determinados clientes de fumo beneficiado artesanalmente e/ou para sua utilização na confecção de charutos. O. Vogt. Op. Cit. p.175. Entrevistas: com o Sr. Dagoberto Jaeger, Gerente de Planejamento Estratégico de Exportação da Cia. Souza Cruz S/A, em 24 de abril de 1996, e com o Sr. Volnei Degenhardt, Gerente de Fábrica da Cia. Meridional de Tabacos Ltda., em 18 de abril de 1996.

seu processo produtivo. Nele, destacam-se como principais características a sazonalidade e a divisão territorial do trabalho. Enquanto a produção rural (plantio, adubação, tratamentos culturais, combate às pragas, colheita e cura) é, basicamente, realizada no segundo semestre do ano, o beneficiamento industrial é realizado nos primeiros seis meses do ano seguinte. A agroindústria fumageira estrategicamente combina assim a expropriação do sobretrabalho da mão-de-obra familiar dos pequenos produtores, quando da comercialização da safra, com a extração da mais-valia junto aos trabalhadores safristas no beneficiamento industrial. A esse respeito merece destaque a contribuição de Vogt:

“Na lógica do capital, as forças produtivas, nela embutida a força de trabalho, precisam se ajustar às exigências do capital, para que a necessidade de reprodução ampliada seja satisfeita. Neste sentido, para evitar a compra de força de trabalho, que durante parte do ano ficaria ociosa, a agroindústria fumageira, agindo sob a racionalidade do capital, planejou e sincronizou a produção rural (praticada em minifúndios basicamente com a absorção de mão-de-obra familiar) com o processo de beneficiamento (efetivado nas usinas localizadas no setor urbano do município de Santa Cruz do Sul) de tal forma que a maior parte dos vendedores da força de trabalho, no complexo industrial, seja de operários temporários, intermitentes, sazonais.”⁴

Durante a safra industrial, aproximadamente nos seis primeiros meses do ano, as usinas de beneficiamento de fumo funcionam a plena capacidade, com as máquinas funcionando ininterruptamente em três turnos de trabalho. Nesse período, a grande multidão de trabalhadores safristas, divididos por grupos e por funções, alguns operando máquinas e equipamentos, outros manipulando o fumo, atuam combinadamente, configurando uma verdadeira linha de produção taylorista. A mais-valia relativa extraída pelas agroindústrias nesse processo é de vital importância para a

⁴ O. Vogt. *A Produção de Fumo em Santa Cruz do Sul: (1849-1993)*. Dissertação de Mestrado. UFPR. 1994. p.171.

acumulação de capital das multinacionais. Passado esse período, os próximos seis meses caracterizam-se pela entressafra, também denominada safra seca.⁵

Nesse contexto, podemos identificar, genericamente, os trabalhadores safristas como sendo aquela parcela do proletariado que, não possuindo ocupação regular e estável que lhe permita auferir renda (salário), vende sua força de trabalho às agroindústrias fumageiras temporariamente durante o período da safra por uma remuneração mensal. Se nesse período eles têm a possibilidade de inserir-se no mercado formal de trabalho, terminada a safra retomam a busca de condições para viabilizar sua reprodução e a de seus familiares, na maioria das vezes nos marcos da economia urbana, através do subemprego e da informalidade.⁶ Em realidade, não se trata de polarização absoluta entre os setores formal e informal da economia. Preferimos entendê-la como resultado do conjunto de estratégias e de alternativas de sobrevivência postas em prática por esses trabalhadores de baixa renda. Além disso, o desenvolvimento do capitalismo não se restringe à expansão homogênea e generalizada do trabalho assalariado; pelo contrário: sua estrutura produtiva se desenvolve de forma muito heterogênea permitindo a subexistência e mesmo estimulando a recriação de formas de relações de produção não tipicamente capitalistas, como o trabalho autônomo e o biscate.⁷ Assim, concordamos com Milton Santos, quando o autor destaca, no âmbito da economia urbana, a existência de um “circuito inferior” identificado como a economia urbana da pobreza e que só pode ser

⁵ Nesse período, de acordo com O.Vogt. idem.p.171: “(...) as máquinas são paradas, desmontadas, reparadas e preparadas para entrar em pleno e total funcionamento na próxima safra. Na entressafra apenas os trabalhadores efetivos, isto é, os responsáveis pelos serviços de manutenção (mecânicos, torneiros, ajustadores, eletricitas e outros) e pela administração (chefes, encarregados de turma, classificadores) permanecem ligados à empresa.”

⁶ Serviço Social da Indústria. **O Trabalhador Safrista**. Relatório de Pesquisa. Dezembro de 1981. s/p.

⁷ M. A. Menezes. Trabalho Por Conta Própria: Sonho dos Migrantes? In: *Travessia*. nº 8. set/dez. 1990. p.22-26.

plenamente apreendido se tomado como um subsistema - nas suas relações de interdependência com o todo, do sistema urbano, enquanto condição e produto da lógica e da dinâmica capitalista.⁸

4.2 - O Perfil do Trabalhador Safrista

Através das nossas entrevistas, e levando em conta os resultados de pesquisa realizada em 1981 para delinear o perfil do trabalhador safrista no Estado do Rio Grande do Sul, a pedido do Serviço Social da Indústria - SESI, podemos classificar os trabalhadores safristas, basicamente, em dois grandes grupos⁹:

1) Trabalhadores oriundos das vilas periféricas

Neste grupo identificamos a presença daqueles trabalhadores temporários que residem nas vilas populares de Santa Cruz do Sul. Muitos deles, se não a sua maior parte, como já vimos aqui, constituem-se de trabalhadores rurais que migraram para a cidade de Santa Cruz do Sul em busca de emprego e de melhores condições de vida.¹⁰ A limitada condição financeira e quase nula qualificação profissional que possuem quando chegam à cidade, aliadas tanto à insuficiência de emprego regulares, como ao atual processo de especulação imobiliária, fizeram com que a morada nessas vilas populares e periféricas representasse a única alternativa a fim de que pudessem reproduzir-se socialmente. Nesse grupo a maior parte dos trabalhadores safristas é do

⁸ M. Santos. **O Espaço Dividido - Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos**. Livraria Francisco Alves Editora. 1979. e M. Santos. **Pobreza Urbana**. Ed. Hucitec. 1978. cap. 4.

⁹ Entrevistas: Sr. Dorval Knak, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo e da Alimentação, em 22 de agosto de 1995; Sr. Hélio Fensterseifer, Presidente do Sindicato das Indústrias de Fumo no RS, em 25 de outubro de 1995; Sr. Carlos Brand, Vice-Presidente do SINDIFUMO e diretor da Cia. Meridional de Tabacos, em 18 de abril de 1996 e Sr. Haroldo Roedl, Supervisor de Relações Industriais da Cia. Souza Cruz, em 22 de abril de 1996.

¹⁰ A respeito da migração para Santa Cruz do Sul, os motivos subjacentes a esse processo e os municípios de origem desses migrantes, ver capítulo 2. Quanto as vilas constituídas por esses migrantes, ver capítulo 3.

sexo feminino, que buscam, através do trabalho na safra, complementar o orçamento familiar. Durante a entressafra essas mulheres se inserem “ (...) em economia doméstica, quer seja no próprio lar, ou prestando seus serviços a outras famílias, auferindo nesse caso alguma renda oriunda desse tipo de trabalho”.¹¹ Quanto aos trabalhadores temporários do sexo masculino que lá residem, constituem-se basicamente de trabalhadores que na entressafra subempregam-se prestando serviço como autônomos e biscateiros (jardineiros, pintores e outros.), ou então trabalhando como serventes e pedreiros na indústria da construção civil, igualmente caracterizada como atividade temporária. Também se incluem aqui os trabalhadores, momentaneamente desempregados que, pelo menos nesse período da safra, buscam reverter tal situação.

Estes trabalhadores, tanto os homens como as mulheres, se vêem atraídos pelo trabalho na safra, pois, além de contar com a carteira de trabalho assinada - o que lhes é incomum, pela ausência de vínculos empregatícios formalizados - e de receber melhores salários, também lhes são garantidos refeição, uniforme e transporte gratuito até a empresa. Além disso, na rescisão do contrato recebem proporcionalmente ao tempo trabalhado: décimo terceiro salário, férias, fundo de garantia por tempo de serviço e PIS.¹²

¹¹ Serviço Social da Indústria. *Ibidem*. Grifado no original. A produção de valores domésticos, no âmbito das suas residências, busca garantir o baixo valor de reposição da força de trabalho dos seus maridos, que nesse período estão vendendo sua força de trabalho como mercadoria, e dos futuros trabalhadores, seus filhos. Já quando vendem sua força de trabalho, nos marcos da informalidade do mercado de trabalho doméstico, à domicílio, buscam igualmente melhorar as condições de reprodução do núcleo familiar.

¹² *idem*. e O. Vogt. *Op. Cit.* 173 e 174.

2) Trabalhadores oriundos de áreas rurais

Esse grupo é representado por trabalhadores rurais basicamente constituídos de pequenos proprietários, arrendatários e diaristas¹³ residentes na zona rural de Santa Cruz do Sul e dos municípios vizinhos, principalmente de Vera Cruz, Candelária, Rio Pardo e Vale do Sol.¹⁴ Como o grupo anterior, encaram os rendimentos e as demais “vantagens” inerentes ao trabalho na safra como possibilidade de aumentar a renda familiar. A maior parte desses trabalhadores é constituída de pequenos produtores rurais que na entressafra do fumo produzem gêneros de subsistência.¹⁵ Aqui o trabalho temporário no beneficiamento do fumo também representa, para alguns, uma renda extraordinária “(...) para pagar as despesas da lavoura, muitas vezes financiada pela própria indústria”, principalmente “(...) Nas safras em que o preço do fumo não cobre essas despesas [e] o produtor se vê obrigado a trabalhar na fábrica para saldar seu débito”.¹⁶ O emprego desses trabalhadores na safra industrial tem ocorrido principalmente naqueles anos de grandes safras, enquanto nos anos de safras regulares a incidência do emprego dessa parcela da força de trabalho safrista tem variado entre 10 e 20% do total da mão-de-obra temporária empregada.¹⁷ Para as empresas, a manutenção desse contingente nas safras correntes é justificada pelo fato de esses

¹³ Serviço Social da Indústria. Op.Cit. De acordo com esse Relatório de Pesquisa, esses trabalhadores rurais na entressafra são diaristas, recebem o pagamento por dia, e trabalham junto às propriedades rurais da zona colonial como tratoristas, plantadores, roçadores etc., e junto às propriedades rurais da zona da campanha, além dessas atividades, aquelas ligadas à pecuária, como a marcação e tosa dos animais (ovinos) e da confecção de alambrados de madeira. É o caso dos trabalhadores que atuam em algumas propriedades em Rio Pardo e Pantano Grande, por exemplo.

¹⁴ Entrevistas com o Sr. Dorval Knak, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo e da Alimentação, em 22 de agosto de 1995, e o Sr. Haroldo Roedl, Supervisor de Relações Industriais da Cia. Souza Cruz, em 22 de abril de 1996.

¹⁵ O. Vogt. Op.Cit.p.174.

¹⁶ Serviço Social da Indústria. Op.Cit.

¹⁷ Informações prestadas pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo e da Alimentação e pelo SINDIFUMO - Sindicato das Indústrias de Fumo do Rio Grande do Sul.

trabalhadores produzirem fumo na área rural e, dessa forma, conhecerem as diferentes particularidades e classes dessa matéria-prima.¹⁸ Ou seja:

“(...) ele conhece as lides do fumo, é um homem preparado e que neste momento se dispõe a se locomover, a vir à cidade trabalhar e no final do dia ele retorna para a sua casa. É uma mão-de-obra extremamente importante porque se trata de mão-de-obra masculina, conhecedora do fumo e que tem uma vantagem dentre aquele que está na cercania [periferia] e que não conhece o fumo. Então ele já é um trabalhador qualificado. Mas ele fica restrito a um percurso não muito distante em que ele possa vir de manhã e retornar à noite.”¹⁹

Todas as empresas que beneficiam fumo em Santa Cruz do Sul, em graus variados, têm contado com essa parcela da força de trabalho safrista durante a safra industrial. Para tanto, elas celebram contratos específicos com algumas empresas de ônibus - que já atuam no transporte dos seus empregados temporários residentes na cidade - para operacionalizar o deslocamento desses trabalhadores da área rural para as empresas e vice-versa.²⁰

A mobilização dessa parcela da força de trabalho pelas agroindústrias permite identificar - no processo de reprodução do capital monopolista internacional - distintas, porém combinadas formas de exploração desses trabalhadores pelo capital monopolista. Vejamos: a expropriação do excedente do trabalho familiar efetivada sob relações de produção não tipicamente capitalistas, no âmbito da produção de fumo, e materializada através da comercialização da produção familiar, faz com que parte dos

¹⁸ Entrevistas: Sr. Dorval Knak, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo e da Alimentação, em 22 de agosto de 1995; Sr. Hélio Fensterseifer, Presidente do Sindicato das Indústrias de Fumo no RS, em 25 de outubro de 1995.

¹⁹ Entrevista: Sr. Hélio Fensterseifer, Presidente do Sindicato das Indústrias de Fumo no RS, em 25 de outubro de 1995.

²⁰ As principais empresas de transporte coletivo que operam através do fretamento e transporte de funcionários para as agroindústrias fumageiras são as seguintes: Expresso Sinimbu Ltda., Expresso Krause Ltda, Expresso Albatroz Transportes Coletivos Ltda, Primavera Transporte e Turismo Ltda e Expresso Saionara Ltda., todas elas com sede em Santa Cruz do Sul. Além dessas, legalmente constituídas, existem também algumas empresas com sede em outros municípios que operam nessa atividade de forma clandestina, com veículos sem vistoria e sem recolhimento de seguro, muitas vezes em más condições de manutenção, o que lhes possibilita estabelecer preços menores para a prestação desse serviço.

membros da unidade produtiva familiar seja impelida, agora sob relações de produção capitalistas, a vender temporariamente sua força de trabalho através do assalariamento na safra industrial, a fim de melhorar as condições de reprodução do conjunto da força de trabalho familiar. Ora, para o capital monopolista nada poderia ser melhor. De um lado, no âmbito do beneficiamento industrial do fumo, ele tem a possibilidade de contar com essa força de trabalho “qualificada” e de extrair-lhe mais-valia; do outro lado, simultaneamente, o assalariamento temporário dessa força de trabalho garante-lhe, no âmbito da produção do fumo, o barateamento da reprodução da força de trabalho familiar, o que por sua vez lhe permite intensificar a expropriação dessa força de trabalho. Essa, na verdade, parece ser a lógica que subjaz ao emprego desses trabalhadores pela agroindústria na safra industrial.²¹

Por sua vez, se por um lado a distância geográfica estabelece um gradiente em termos de possibilidade de mobilização e de aproveitamento dessa força de trabalho temporariamente na safra, por outro a agroindústria não tem interesse em mobilizar massivamente esses trabalhadores, o que poderia comprometer a produção de fumo. As difíceis condições de reprodução da mão-de-obra familiar na área rural, aliadas a esse movimento pendular zona rural - zona urbana - zona rural, poderiam estimular o desenvolvimento de migrações sem retorno. O que, aliás, já acontece com muitos filhos desses pequenos produtores, que vêm na cidade o sonho e a esperança de melhores dias. Além disso, outro fator que talvez explique a mobilização controlada dessa força de trabalho pelas agroindústrias é o fato de poderem contar

²¹ Variável extremamente importante no âmbito do funcionamento do sistema de produção integrada, envolvendo, pequeno produtor e agroindústria fumageira e como tal mereceria uma análise mais acurada, um olhar mais prospectivo sobre as conseqüências, tanto para a reprodução da força de trabalho familiar, como para a reprodução do capital agroindustrial fumageiro. Entretanto, essa tarefa transcende os objetivos do presente trabalho. Quem sabe, em um próximo trabalho, se retome a questão. Aliás, o convite e o desafio que envolve essa empresa já está aqui lançado.

com o expressivo e rapidamente mobilizável contingente de trabalhadores temporários residentes nas vilas periféricas da cidade, muitas das quais, como já vimos aqui, localizadas junto ao distrito industrial. Contingente esse que, além de ter emigrado, em sua maior parte, de áreas rurais produtoras de fumo, é constituído de trabalhadores que já se empregaram na safra industrial, visto que cerca de 70% retornam.²²

Assim, em que pesem as diferentes origens desses trabalhadores temporários, ou a proporção de aproveitamento das distintas parcelas que constituem essa força de trabalho, em linhas gerais podemos assim complementar o perfil do trabalhador safrista:

a) Quanto ao grau de instrução, predomina a baixa escolaridade. A maior parte desses trabalhadores possui o primeiro grau incompleto. Isso de certa forma deve-se a sua procedência do meio rural, onde a frequência à escola muitas vezes fica prejudicada em função da prioridade dada à reprodução da família, através do trabalho familiar na lavoura.²³

b) Quanto ao sexo, prepondera a mão-de-obra feminina. A mecanização e a informatização do processo produtivo têm, ao longo do tempo, reduzido a quantidade de tarefas mais pesadas, reservando-as para os homens,²⁴ o que se afigura como característica presente na própria história da indústria fumageira. Ao analisar os efeitos da mecanização sobre a divisão sexual do trabalho no interior da indústria de cigarros norte-americana, no período de 1890 a 1930, Mark Prus observa que a

²² Entrevistas com o Sr. Dorval Knak, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo e da Alimentação, em 22 de agosto de 1995, e com o Sr. Hélio Fensterseifer, Presidente do Sindicato das Indústrias de Fumo no RS, em 25 de outubro de 1995.

²³ Serviço Social da Indústria. Op. Cit. e O.Vogt. Op.Cit.p.174.

²⁴ O.Vogt. Op.Cit. p.174 e Entrevistas com Sr. Dorval Knak, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo e da Alimentação, em 22 de agosto de 1995, e com Sr. Haroldo Roedl, Supervisor de Relações Industriais da Cia. Souza Cruz, em 22 de abril de 1996.

mecanização do processo produtivo, ao diminuir a dependência do trabalho qualificado e artesanal dos homens na destala manual e na elaboração dos cigarros, e os custos de treinamento que essas atividades exigiam, permitiu um aumento no emprego de mulheres. Além disso, a introdução de um sistema massivo de produção em lotes possibilitou às empresas da época a utilização do trabalho temporário.²⁵ O emprego da força de trabalho feminina na safra também é justificado pelas empresas em função da necessária manipulação do fumo, que, para conservar suas propriedades, requer “(...) um trabalho mais delicado, trabalho que tem que ter mais jeito, menos força bruta”.²⁶ Outro motivo é que elas são mais facilmente mobilizáveis, pois “O homem, normalmente responsável pelo sustento da casa, sujeita-se menos ao trabalho temporário e, quando o faz, é mais uma solução passageira às condições adversas (conjunturais ou não) do mercado de trabalho do que uma ocupação anual costumeira, como é para a maioria das mulheres”.²⁷ Por outro lado, em que pese o discurso, tanto das empresas como do sindicato, da ausência de discriminação salarial entre trabalhadores de sexos distintos, constatamos, através de entrevistas com alguns trabalhadores temporários, que em realidade essa diferenciação, embora sutil, existe. Na verdade, a máxima remuneração obtida pelas mulheres em funções reconhecidamente tidas pelas empresas como qualificadas, como são o caso do sortimento e da reclassificação das folhas de fumo, corresponde à mínima remuneração obtida pelos homens no desenvolvimento de funções menos qualificadas,

²⁵ M. J. Prus. *Mechanisation and the Gender - Based Division of Labour in the U.S. Cigar Industry*. In: *Cambridge Journal of Economics*. nº 14. 1990. p. 63-79.

²⁶ Entrevista com o Sr. Haroldo Roedl, Supervisor de Relações Industriais da Cia. Souza Cruz, em 22 de abril de 1996.

²⁷ Serviço Social da Indústria. *Op.Cit.* Há que se ter cuidado para não generalizar. Algumas atividades mais especializadas na safra, como a classificação de fumo, são realizadas, muitas vezes, pelas mesmas pessoas, independente de sexos, evidenciando que uma parcela dos trabalhadores masculinos também retorna a cada safra.

como o auxílio na destala.²⁸ Isso, sem dúvida, deve também explicar a preferência pelo trabalho feminino durante a safra.

c) Quanto ao grau de sindicalização dessa força de trabalho, pode-se dizer que seus componentes não estão organizados enquanto categoria. Não possuem uma entidade sindical própria e, mesmo ligados ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo e da Alimentação, representando 43% do total de associados do setor fumo registrados na entidade, esse percentual corresponde a apenas 35% do total dessa força de trabalho empregada.²⁹ O dissídio coletivo desses trabalhadores ocorre juntamente com o dos trabalhadores efetivos das agrofumageiras, no segundo semestre do ano, período em que os trabalhadores safristas já deixaram as empresas. Por isso, não podem acompanhar, nem reivindicar a (re)definição das cláusulas econômicas e sociais que vigorarão na safra seguinte. Isso, por sua vez, faz com que o sindicato, não tendo participação nem representatividade efetiva desses trabalhadores, muitas vezes não se empenhe para assegurar melhores salários e/ou condições de trabalho junto às empresas.³⁰

Se essas características permitem por ora traçar o perfil dos trabalhadores safristas e identificar, em linhas gerais, as condições pelas quais essa força de trabalho

²⁸ A partir de entrevistas realizadas com trabalhadores safristas da Universal Leaf, em abril de 1997, verificamos que enquanto um safrista do sexo feminino percebia R\$.1,04/h na função de reclassificadora, um safrista masculino recebia a mesma quantia enquanto auxiliar de destala.

²⁹ Dados fornecidos pelo referido Sindicato que referem-se ao ano de 1995. Do total de 4.500 associados, 2.546 (56,58%) eram funcionários efetivos das agrofumageiras e 1.954 (43,42%) eram funcionários contratados (safristas). O total de trabalhadores safristas empregados nesse ano foi de 5.560, dos quais 1.954 (35%) estavam associados ao sindicato, enquanto os efetivos totalizaram 3.611 pessoas, sendo que desses 2.546 (79%) estavam associados. Entrevista com o Sr. Dorval Knak, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo e da Alimentação, em 22 de agosto de 1995.

³⁰ Idem. A jornada de trabalho desses trabalhadores é de 44 horas semanais, distribuídas em dois ou três turnos de trabalho de acordo com a empresa. Os salários variam pouco, de acordo com a função exercida, na média ficando entre 1,5 e 2 salários mínimos. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo e da Alimentação, não existe diferenciação salarial em razão do sexo, para tarefas realizadas tanto por homens como por mulheres.

tem participado do processo produtivo agrofumageiro, há que se avançar no sentido de apreendermos em que medida e de que forma a constituição dessa força de trabalho temporário e sua utilização pelo capital monopolista internacional têm contribuído para a produção da periferia urbana da cidade de Santa Cruz do Sul.

Para tanto, o caminho a seguir nos parece ser aquele, no âmbito da dinâmica da atividade industrial agrofumageira, da análise das inter-relações existentes entre a mobilidade dessa força de trabalho e o processo de acumulação de capital.

4.3- Mobilidade da Força de Trabalho Safrista, Acumulação de Capital e Produção da Periferia Urbana

Em nosso entendimento, a mobilidade da força de trabalho safrista enquanto condição e produto do processo de acumulação de capital, apresenta-se intimamente relacionada com a produção da periferia urbana em Santa Cruz do Sul. A fim de confirmarmos essa tese, em um primeiro momento devemos precisar os conceitos por nós utilizados para melhor operacionalizar a complexidade que envolve a participação desses processos na produção da periferia urbana local. Nesse sentido, nossa análise em relação as inter-relações existentes entre a mobilidade do trabalho e a acumulação de capital se valerá, enquanto aporte teórico, da contribuição marxiana.

Isso significa que o pleno entendimento da dinâmica da mobilidade da força de trabalho requer de nossa parte apreendê-la como parte constituinte e indissociável do processo de acumulação de capital. Nesse aspecto, para Marx:

“O processo de acumulação em si mesmo não é mais do que um momento imanente do processo capitalista de produção. Implica uma nova criação de assalariados, que são meios para a realização e o incremento do capital existente (...); o capital regula esta produção da própria força de trabalho, a produção de massa humana que há de explorar, em conformidade com as suas necessidades de exploração. O capital não produz, portanto, apenas capital: produz também uma massa operária crescente (...) De modo que não é apenas o trabalho

que, em antítese consigo mesmo e numa escala cada vez mais ampla, produz as condições de trabalho enquanto **capital**; também o **capital** produz numa escala cada vez maior os **assalariados** de que tem necessidade. O trabalho produz suas condições de produção enquanto **capital**, e o **capital** produz o trabalho enquanto **trabalho assalariado**, como meio de realização enquanto **capital** (...) Por conseguinte, o **crescimento do capital** e o **aumento do proletariado** apresentam-se como produtos concomitantes, embora polarmente opostos, do mesmo processo.³¹

Essa passagem da obra de Marx mostra elementos importantes. Se considerarmos que a acumulação de capital está assentada na aplicação da mais-valia enquanto condição de valorização do capital - a acumulação de capital pressupõe a extração do trabalho excedente da força de trabalho de forma extensiva (mais-valia absoluta) e/ou de forma intensiva (mais-valia relativa) e a sua subsequente realização obtidas respectivamente pelo capital, no âmbito da produção e da circulação, a fim de que possa aplicá-lo, reconvertê-lo de forma continuada, como capital adicional no processo produtivo, de modo a reproduzi-lo - então a sua expansão implicará simultaneamente, de acordo com o estágio de evolução das forças produtivas, o desenvolvimento da mobilização e da acumulação de força de trabalho necessária.

Assim, ainda que a acumulação de capital promova o aprofundamento contínuo da divisão social do trabalho e o constante aperfeiçoamento da capacidade técnica de produção - o que necessariamente levaria ao aumento da produtividade social do trabalho e, por consequência, à diminuição relativa no aproveitamento da força de trabalho - a expansão e a valorização do capital, pelas suas características constituintes, ainda assim requereriam a extração de mais-valia. Essa contradição básica do capitalismo se apresenta ainda mais exacerbada nos marcos do capitalismo monopolista na medida em que a crescente homogeneização da utilização da força de

³¹ K. Marx. **O Capital, Capítulo VI** (Inédito). Editora Moraes. p.134-135. (grifos no original)

trabalho³² - descomplexização e desqualificação do trabalho - aprofunda ainda mais a produção de trabalhadores excedentes. Simultaneamente, o aumento da seletividade no uso da força de trabalho acaba promovendo, além do desemprego, o aumento do deslocamento de trabalhadores para outras atividades do setor formal da economia, como também e principalmente para aquelas não tipicamente capitalistas, tidas como informais.³³

Nesse sentido, concordamos com Peliano, para quem as migrações:

“(...) tornam-se e essencialmente simbolizam a alienação da produção capitalista. Ao refletirem os pressupostos da divisão do trabalho social, traduzem os contornos populacionais do processo global de acumulação capitalista por representarem as conseqüências sociais das transformações econômicas manifestas no espaço produtivo territorial. Isto é, se antes apenas refletiam estratégia de sobrevivência dos trabalhadores, enquanto expediente natural de recomposição das condições objetivas de trabalho, as migrações no capitalismo servem fundamentalmente de mecanismo de distribuição territorial da força de trabalho de acordo com a dinâmica da produção e reprodução do capital.³⁴

Por sua vez, para Gaudemar a mobilidade da força de trabalho se apresenta como condição indispensável ao funcionamento do modo de produção capitalista, na medida em que está presente:

[na produção das forças de trabalho] - “(...)momento da aquisição da mobilidade por parte do trabalhador e da formação do proletariado” -, [na utilização das forças de trabalho] - “(...)momento da submissão da mobilidade do trabalhador às exigências do capital. [Onde] deve prestar-se às formas e transformações da organização do processo de trabalho. [Em função da] duração, intensidade e produtividade do trabalho” - [e na circulação das forças de trabalho] - “(...)momento da submissão da mobilidade do trabalhador às exigências do mercado, [onde] à mercê do capital e das suas crises periódicas, se desloca de uma esfera de atividade, para outra”.³⁵

³² H. Braverman. *Trabalho e Capital Monopolista - A Degradação do Trabalho no Século XX*. Ed. Guanabara, 1987. Cap.V.

³³ J. C. Peliano. *Acumulação de Trabalho e Mobilidade do Capital*. Ed. UnB. 1990. p.128.

³⁴ Idem. p.125-126.

³⁵ J-P. Gaudemar. *Mobilidade do Trabalho e Acumulação de Capital*. Ed. Estampa. 1977. p.192-194.

Para esse autor, a mobilidade do trabalho corresponde tanto aos deslocamentos espaciais da força de trabalho, como às suas transformações qualitativas, possibilitando “(...) os processos que lhe permitem estar presentes nos locais de valorização do capital (processo de produção e de circulação da força de trabalho) e nos que lhe permitem a sua utilização nesses mesmos locais (processo de produção do capital)”³⁶

Assim, por intermédio da mobilidade do trabalho, a força de trabalho está presente no mercado e torna-se valor valorizante do capital, na mesma medida em que se submete ao capital.

Acresce-se aqui a importante contribuição de Harvey:

“Em vista das condições gerais de trabalho assalariado, a liberdade do trabalhador para mover-se se converte exatamente em seu contrário. Em busca de emprego e de um salário para viver, o trabalhador se vê obrigado a seguir o capital onde quer que este flua (...) A versatilidade e mobilidade geográfica da força de trabalho, assim como a ‘indiferença’ dos trabalhadores ao conteúdo de seu trabalho são essenciais para a fluidez do capital. [E acrescenta:] A livre mobilidade geográfica da força de trabalho parece ser uma condição necessária para a acumulação do capital”.³⁷

Isso por sua vez não quer dizer que o fator determinante no deslocamento da força de trabalho no espaço seja a existência de diferentes taxas salariais. Se para os economistas neoclássicos, numa perspectiva Walrasiana - calcada na idéia da liberdade do homem em se determinar por si próprio, independente da oferta e da procura de trabalho - as formas de mobilidade da força de trabalho são explicadas basicamente pelo comportamento da taxa de salários, onde: “o trabalho apenas corre atrás de uma melhor remuneração e portanto desloca-se em função das flutuações

³⁶ Idem. p. 181.

³⁷ D. Harvey. *Los Límites del Capitalismo y la Teoría Marxista*. Ed. Fondo de Cultura Económica. 1990. p. 384.

espaciais, sectoriais etc. que afetam a taxa de salário nas diferentes 'regiões' do espaço econômico"³⁸. Essa não nos parece ser a explicação mais adequada.

O que de fato pode explicar tal mobilidade da força de trabalho pelo território é o processo de produção do capital, na medida em que, ao promover o excesso e a escassez relativos de força de trabalho em espaços distintos, determina esses respectivos deslocamentos, no que concordamos com Pelliano:

“O padrão de acumulação de capital ao gerar seu padrão de distribuição reparte a população trabalhadora entre os ramos de produção regional e/ou setorialmente localizados de forma desigual e diferenciada, de tal sorte que, em sua trajetória de expansão e valorização, passa a requerer, cíclica e intensamente, quantidades maiores ou menores de trabalhadores para a produção de mercadorias; quando as perspectivas, de acumulação são favoráveis, o capital absorve mais trabalhadores e, em conseqüência, sobem proporcionalmente os salários; quando as perspectivas de acumulação não são favoráveis, o capital libera mais trabalhadores e, em conseqüência, diminuem proporcionalmente os salários. (...) O capital, em seu processo espacial (territorial) e temporal (produtivo) de expansão e valorização, gera a procura por força de trabalho adequada às necessidades de sua base técnica de produção, e, ao mesmo tempo, tem assegurada a respectiva oferta de força de trabalho, seja via exército industrial de reserva (de mobilização imediata), seja via superpopulação relativa (de mobilização mediata).³⁹

Nesse sentido, nem a oferta nem a procura de força de trabalho são categorias independentes na constituição do mercado de trabalho, tanto no campo como na cidade, visto que ambas são diretamente determinadas pelo capital.

Diante dessas considerações e pressupostos teóricos, passamos à análise, no âmbito da dinâmica da atividade agroindustrial fumageira, dos reflexos que a acumulação de capital - aqui subentendida a mobilidade da força de trabalho safrista - tem engendrado na produção da periferia urbana em Santa Cruz do Sul.

A importância da mobilização da força de trabalho pelas empresas fumageiras no processo de acumulação e reprodução do capital remonta ao próprio surgimento das primeiras indústrias fumageiras em Santa Cruz do Sul. Já nos anos

³⁸ J-P. Gaudemar. Op. Cit. p. 296.

³⁹ J. C. Peliano. Op.Cit. p.136-137.

iniciais da década de vinte, a recém-constituída Cia. de Fumos Santa Cruz do Sul⁴⁰ buscava resolver o problema da irregularidade da oferta de mão-de-obra, principalmente feminina, através da construção de moradias para os operários em terrenos de sua propriedade, junto às instalações fabris da companhia, próximas ao núcleo urbano. Alguns fragmentos dos relatórios anuais de atividade dessa empresa evidenciam tal situação:

“Quanto ao pessoal masculino, temos sempre ofertas em abundância, o que não acontece com o pessoal feminino. Ao nosso ver, essa falta é motivada pela escassez de moradias para famílias e julgamos adequado construir algumas casas para facilitar a vinda de famílias com numerosa prole.⁴¹ Como deve ser do domínio dos srs. acionistas, é aqui muito difícil alugar casas de moradia. E essa questão de moradas baratas está intimamente ligada com o bem-estar da nossa fábrica (...) Para os empregados melhor remunerados teremos de edificar algumas [casas] o mais breve possível, mas para os trabalhadores de menor remuneração, devemos fazer casas cujo aluguel esteja a seu alcance. Por isto resolvemos erigir numa rua, que pretendemos fazer através dos nossos terrenos, para não prejudicar a vista geral de Santa Cruz, casas de taboas.”⁴²

Trata-se aqui de um típico exemplo do sistema fábrica com vila operária, tão comum no país nesse período, principalmente naqueles núcleos urbanos que iniciavam sua industrialização,⁴³ quando a construção e o aluguel de casas para os operários mostram a estratégia utilizada pelo capital a fim de mobilizar e acumular a força de trabalho necessária ao desenvolvimento do processo produtivo. A ressalva de que os aluguéis deveriam adequar-se a remuneração dos trabalhadores evidencia que, além de buscar garantir as mínimas condições de reprodução da força de trabalho necessária, a empresa pretendia também garantir a imobilização dessa força de

⁴⁰ A referida Companhia foi criada em 1919, a partir da associação de seis empresas locais que atuavam no ramo fumageiro. Em suas atividades articulava o beneficiamento industrial do fumo e a fabricação de cigarros, charutos e cigarrilhas. Ver. Capítulo 1, p.57.

⁴¹ Relatório da Directoria da Companhia de Fumos Santa Cruz. Typographia Lamberts & Riedl. 19 de abril de 1921. p.5.

⁴² Relatório da Directoria da Companhia de Fumos Santa Cruz. Typographia Lamberts & Riedl. 24 de abril de 1922. p.8.

⁴³ F. Hardman e V. Leonardi. História da Indústria e do Trabalho no Brasil (Das Origens aos anos 20). Ed. Ática. 1991. Cap. 7 e 8.

trabalho no âmbito do espaço fabril, e assim obter uma permanente subordinação e disciplinarização desses trabalhadores, de forma a melhor viabilizar os interesses e necessidades da acumulação do capital.⁴⁴

A dotação de recursos orçamentários pela empresa para a construção de moradias operárias, de acordo com seus relatórios anuais, perdurou, ainda que em índices decrescentes, até 1948. Todavia, já a partir da década de 1930 não identificamos mais referências explícitas, como as acima destacadas, à importância de tal iniciativa. Para nós isso se deve, de um lado, ao aumento da oferta de trabalho disponível através das migrações de trabalhadores da área rural e a consequente formação, nesse período, das primeiras vilas populares na cidade; de outro lado, pela regulamentação das leis trabalhistas e pelo estabelecimento do salário mínimo, que passaram a redefinir as relações entre trabalho, capital e Estado, desonerando “(...) o capital de certas responsabilidades para com o trabalhador, em troca de um salário supostamente mais elevado com o qual o trabalhador administraria diretamente sua sobrevivência”⁴⁵. Para tanto, no que diz respeito aos gastos com a sua moradia, acreditamos que as vilas populares na periferia do então núcleo urbano passaram a significar a alternativa viável à reprodução desses trabalhadores.

A partir desse período, o gradativo aumento da produção de fumo e a crescente concentração das atividades de beneficiamento no espaço urbano local fizeram-se acompanhadas, igualmente, por um gradativo aumento na oferta de emprego, principalmente durante a realização da safra industrial. Isso significou um progressivo incremento na utilização da força de trabalho temporária, pelas indústrias,

⁴⁴ G. L. Ribeiro. Acampamento de Grande Projeto - Uma Forma de Imobilização da Força de Trabalho pela Moradia. In.: *Revista Travessia*. set./dez., 1992. nº 14.

⁴⁵ M. Smolka. Estruturas Intra-Urbanas e Segregação Social no Espaço. apud R. Piquet. Moradia Operária em Volta Redonda: De Símbolo do Populismo à Lógica Capitalista. In.: *Espaço & Debates*. Revista de Estudos Regionais e Urbanos. Ed. Nobel/NERU, nº 16.1985. p.91.

que nessa época dispunham dos trabalhadores residentes nas vilas periféricas da cidade, entre as quais poderíamos citar o Camboim.⁴⁶ Relativamente próximas às usinas de beneficiamento, essas vilas, enquanto lugar de reprodução dessa força de trabalho na cidade, representavam simultaneamente para o capital, de um lado a garantia necessária da imobilização espacial desse exército industrial de reserva, e de outro, a oportunidade de imediata mobilização da força de trabalho ali estocada.⁴⁷

Para Vogt, esse aumento no número de trabalhadores safristas significou, durante a entressafra, um aumento significativo do número de desempregados, transformando essa situação, especialmente no âmbito do espaço urbano, em um crescente problema social. Isso porque, ainda que o desemprego na entressafra seja algo inerente à própria natureza da organização do processo produtivo agrofumageiro, o fato é que anteriormente - até o final dos anos quarenta - essa "(...) situação era amenizada, porque boa parte da força de trabalho temporária rumava para o meio rural (...)", com a finalidade de vender sua capacidade de trabalho - na condição de diarista - junto aos pequenos produtores de modo a viabilizar as condições de sua reprodução e a de sua família. Isso no entanto se modifica "(...) com o advento das leis trabalhistas (...)".⁴⁸ Nesse sentido, vale a pena registrar o que o editorial do jornal local, durante a safra de 1955/56, afirmava:

"Estamos atualmente na fase do pleno emprêgo. Tôda a mão-de-obra disponível encontra trabalho nos estabelecimentos beneficiadores de fumo em fôlha. Encerrada, porém, a safra (...) o desempregô é o destino de cêrca de 2 milhares de operários de ambos os sexos (...). Este operário flutuante antigamente em boa parte transferia-se para o interior, a fim de, auxiliando os agricultores nas sua lavouras, obter recursos para o seu sustento. Alguns acidentes de trabalho e a sua liquidação nos têrmos da lei, fizeram com que os agricultores passassem a ter receio a dar emprêgo, mesmo que temporariamente,

⁴⁶ O.Vogt. Op.Cit. p.175-176. Além do Camboim, principal vila operária na época, pode-se destacar entre outras também a Vila Schulz, Vila Verena, Vila São Roque. Ver Cap.I, p. 63.

⁴⁷ Esse é o caso por exemplo da Cia. Souza Cruz S/A, nessa época instalada na periferia da cidade, junto a inúmeros bairros e vilas operárias, entre elas Camboim e a Vila Schulz.

⁴⁸ Idem. p.176.

aos diaristas. Isto faz poucos anos e, desde então, a miséria na assim chamada “safra seca” passou a manifestar-se com maior intensidade nas zonas suburbanas em que estão concentrados os operários sem especialização”.⁴⁹

Assim, a partir desse período, se o fechamento do mercado alternativo de trabalho na área rural⁵⁰, durante a entressafra, de um lado contribui para o aumento do desemprego dessa força de trabalho na cidade, por outro lado, ele acabou fazendo com que essa mão-de-obra passasse a buscar condições alternativas à sua reprodução na cidade. Como vimos antes, isso vai ser possível, principalmente, através do subemprego. No caso das mulheres, através do trabalho como empregadas domésticas e dos homens, através do trabalho como autônomos, ou na construção civil.

Até o final dos anos sessenta o emprego intensivo da força de trabalho temporária no processo produtivo representava para as empresas o principal meio de viabilizar a expansão da acumulação de capital. Isso porque, em termos relativos, nesse período a maior parte das empresas apresentavam uma baixa composição orgânica do capital - limitada base técnica, predomínio do trabalho manual em muitas atividades, como a destala do fumo - e para poderem efetivar a reprodução do regime do capital em escala superior, a fim de viabilizar a sua acumulação, necessitavam incrementar as inversões em capital variável,⁵¹ o que significou um progressivo aumento do proletariado. Nesse período, o número de safristas ocupados oscila em

⁴⁹ Gazeta do Sul, 13 de março de 1956, p.7. apud O. Vogt. Op. Cit. 176.

⁵⁰ Não há dúvida que com a instituição e regulamentação da legislação trabalhista o trabalho temporário dos safristas na zona rural diminuiu muito. Isso não significa afirmar, contudo, que tenha desaparecido. Em nosso trabalho de campo realizado em abril de 1996, junto à Vila Santo Antônio, identificamos a presença de alguns trabalhadores safristas, que na entressafra se empregam como diaristas, na lavoura do fumo.

⁵¹ Não queremos contudo deixar a impressão de que essa era a situação homogênea no conjunto do setor, mas apenas que na estrutura produtiva dessas empresas predominava uma baixa composição orgânica do capital, fruto do grau de desenvolvimento das forças produtivas nesse período. Além disso, há que se considerar que nesse período conviviam empresas atuando de forma eminentemente capitalistas, como a Cia. Souza Cruz, já na época a principal beneficiadora; a Cia. de Fumos Santa Cruz, que além de beneficiadora de fumo também produzia cigarros, charutos, e inúmeras empresas menores, algumas delas com menos de 10 empregados.

torno de 2 mil trabalhadores,⁵² aumento que, ao buscar responder às necessidades de reprodução do capital, não se faz dissociado das oscilações do mercado - até então restrito ao âmbito do país, notadamente em função dos baixos índices de produtividade e de qualidade da produção fumicultora.

Mas foi, sem dúvida, a partir da década de setenta, com o processo de internacionalização do setor, que as mudanças introduzidas no processo produtivo agrofumageiro, transformando substancialmente as condições de acumulação de capital, passariam a contribuir de forma decisiva na produção da periferia urbana da cidade.

Como vimos nos capítulos precedentes, a penetração do capital monopolista internacional na economia local através de inúmeras empresas multinacionais com substancial participação no mercado internacional fumageiro - aqui incluindo a produção de cigarros - promoveu, através da difusão espacial do sistema de produção integrado (fumicultor-agroindústria), um substancial aumento nos níveis de produtividade e de qualidade do produto. Esse constante aumento na produção de fumo tinha, e ainda tem, como objetivo básico o abastecimento das suas subsidiárias e o atendimento às demandas de fumo pelos seus clientes, ambos distribuídos pelo espaço mundial.⁵³

Isso, por sua vez, acabou promovendo igualmente a necessidade de mudanças no âmbito do processo de beneficiamento industrial do produto. De

⁵² Entrevista com o Sr. Dorval Knak, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo e da Alimentação, em 22 de agosto de 1995.

⁵³ Há que se destacar aqui a Cia. Souza Cruz que além de exportar parte do seu fumo beneficiado para outros países, também destina parte desse produto para o abastecimento de suas fábricas de cigarro no país. As outras empresas basicamente exportam a totalidade da sua produção. Existem, todavia, algumas, como a Dimon, que negociam parte de sua produção com a Phillip Morris, que no Brasil somente atua na fabricação de cigarros, estando uma de sua fábricas localizada em Santa Cruz do Sul.

maneira geral, as multinacionais passaram a promover um aumento substancial na composição orgânica do capital, através da construção de novas instalações - o que leva ao surgimento do distrito industrial -, instalação de novas máquinas e equipamentos ampliando a capacidade de beneficiamento, mecanização de algumas tarefas que antes eram realizadas manualmente, como a destala das folhas de fumo, entre outras. Tais mudanças, além de possibilitar a simplificação de inúmeras tarefas - o que levou à promoção de uma relativa desqualificação da força de trabalho tornando-a complemento da máquina - e de também levar à substituição de uma parcela da força de trabalho, tanto efetiva como temporária - dado o uso de equipamentos autômatos - foram, acima de tudo, responsáveis pela redução do tempo da safra industrial, concentrando-a para entre 4 a 6 meses.⁵⁴

Essas mudanças no processo produtivo industrial, principalmente a redução do período da safra, aliadas ao progressivo aumento da produção de fumo e às características próprias ao produto, ainda que tenham representado uma diminuição de parte dos postos de trabalho, acabaram, no conjunto, dada a melhora da qualidade do produto e a crescente demanda do fumo brasileiro no mercado internacional, significando para a indústria a necessidade imperiosa de contar com maior número de trabalhadores temporários durante o processamento do produto.

Assim, a dinâmica de reprodução e de acumulação do capital por parte das agrofumageiras internacionais, além de demandar significativas inversões de recursos

⁵⁴ Para Dorval Knak, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo e da Alimentação: "A safra vai reduzir de 1970 para cá, quando começou a exportação do fumo. Antes a safra era mais longa. O beneficiamento do fumo requeria muito o trabalho manual, o destalo era manual, se requeria muita mão-de-obra e a safra também se estendia. Então agora, depois que entraram os maquinários, debulhação automática, a safra tem encurtado." Entrevista realizada em 22 de agosto de 1995.

em capital constante, igualmente passava a requerer uma crescente mobilização de força de trabalho, especialmente a sazonal. De acordo com Vogt:

“(...) a partir de 1970, cada vez mais braços foram requeridos. Houve anos em que Santa Cruz ficou literalmente sem serventes de obra, empregadas domésticas, e mesmo certos estabelecimentos comerciais e industriais viram migrar sua força de trabalho. Mas, com o passar dos anos, deu-se a acomodação de tal forma que as indústrias fumageiras não necessitaram competir pela mão-de-obra com os demais ramos capitalistas.”⁵⁵

De fato, nos anos iniciais desse período de constante incremento da atividade de processamento do fumo, as indústrias, em seu processo de mobilização da força de trabalho necessária, passaram a utilizar praticamente toda a força de trabalho disponível na cidade, no período da safra. Já a acomodação do mercado de trabalho safrista pôde ser efetivada na medida em que as agroindústrias passaram a dispor de mais força de trabalho, fruto da mobilização direta ou indireta de trabalhadores, notadamente no âmbito da região do Vale do Rio Pardo. Ou seja, além de se valerem da estratégia de recrutar parte da força de trabalho necessária junto à área rural, através do transporte diário de trabalhadores rurais, as empresas passaram principalmente a usufruir do intenso fluxo de trabalhadores que nesse período começam a migrar para a cidade. Atraído pela instalação na cidade das empresas multinacionais - o que representou substancial incremento da industrialização e da economia local - e pelo aumento na oferta de trabalho durante a safra, esse expressivo contingente de trabalhadores, como vimos no capítulo 2, desempenhou, principalmente a partir desse período, destacado papel no processo de urbanização do município.

⁵⁵ O. Vogt. Op. Cit. p. 177.

Esse progressivo aumento na demanda de trabalhadores para atuar no beneficiamento do fumo acabou incrementando os já existentes fluxos de migrantes, para Santa Cruz do Sul. Originários principalmente daqueles municípios vizinhos como Rio Pardo, Vera Cruz, Candelária e Sobradinho, essas famílias de trabalhadores - em geral, pequenos agricultores expropriados e/ou sem perspectivas econômicas e, em menor escala, trabalhadores urbanos desempregados - rumavam para a capital nacional do fumo por suas possibilidades de emprego e/ou alternativas para viabilizarem a reprodução de suas famílias.⁵⁶ Além desses fluxos intermunicipais, há também uma intensificação da vinda para a cidade, de famílias de pequenos agricultores oriundos da zona rural de Santa Cruz do Sul.

O destino da maior parte dessas famílias, se não de sua totalidade, acabou sendo as vilas e bairros populares da periferia da cidade. Além do crescimento destes últimos, como Camboim, Bom Jesus, e Verena, tivemos também o surgimento de inúmeras novas vilas na cidade. É o caso, por exemplo, das vilas Boa Esperança, Margarida, Aurora, Nova Esperança, Santo Antônio.

Nesse sentido, a periferia da cidade, ao mesmo tempo em que representa a possibilidade de garantir as mínimas condições de reprodução dessa força de trabalho - dados os precários e insuficientes recursos com que esses migrantes chegam à cidade, como também os reflexos da segregação urbana produzidos pela lógica especulativa do mercado imobiliário - representa ainda para o capital agrofumageiro a viabilização da imobilização desses trabalhadores no espaço geográfico, a fim de garantir ao capital melhores condições para dispor quando necessário, de acordo com

⁵⁶ Quanto aos fatores de expulsão na áreas de origem que acabaram determinando, em linhas gerais, esses fluxos migratórios para Santa Cruz do Sul, ver Cap. 2. p. 82- 85.

a dinâmica da acumulação, dessa reserva de força de trabalho. A esse respeito, Harvey, a partir de Marx, afirma:

“Se a mobilidade geográfica da força de trabalho há de satisfazer as necessidades do capital, então a liberdade absoluta do trabalhador para mover-se deve ficar estritamente circunscrita. Por exemplo, o exército de reserva dos desempregados [e dos subempregados] (...) pode criar condições favoráveis para a acumulação ulterior, só se segue estando disponível para o capital. Isso a princípio significa que deve permanecer em seu lugar. Os requerimentos legais ou outros mecanismos sociais devem bloquear as rotas de escape.”⁵⁷

Nesse aspecto, há que se destacar a participação do poder público municipal nesse processo. A partir desse período, a Prefeitura Municipal, ainda que de forma insuficiente, passa a promover na periferia da cidade a construção e o financiamento de conjuntos habitacionais e de embriões habitacionais, a realização de loteamentos populares, a regularização de lotes urbanos, e a instalação de infra-estrutura básica em algumas vilas populares. Essas ações, em que pese não atender boa parte da demanda existente junto à população residente na periferia, e ainda que na maioria das vezes sejam desenvolvidas principalmente em períodos pré-eleitoral, têm, mesmo assim, possibilitado ao capital um barateamento no custo de reprodução dessa força de trabalho, além de assegurar sua permanência na cidade. O que significa que, além de desonerar o capital no provimento dessas condições gerais de produção, o Estado também lhe proporciona as condições para imediata mobilização e aproveitamento dessa força de trabalho. Aqui, a realocação de inúmeras famílias migrantes, bem como a construção de loteamentos populares, pelo poder público, nas áreas adjacentes ao distrito industrial, apresentam-se como exemplos sintomáticos.⁵⁸

De parte das empresas, por sua vez, a imobilização da força de trabalho necessária tem sido viabilizada principalmente pelas “vantagens” que a carteira de

⁵⁷ D. Harvey. Op. Cit. p. 384.

⁵⁸ Ver capítulo 3, p. 142-146, especialmente figura 16.

trabalho assinada e os ganhos salariais obtidos com o trabalho na safra representam para esses trabalhadores - na sua grande maioria, subempregados. Além disso, a baixa rotatividade dessa força de trabalho coloca para os trabalhadores a perspectiva de reaproveitamento nas próximas safras.⁵⁹

A tabela 9 mostra o comportamento do número de trabalhadores empregados pelas agroindústrias fumageiras no período de 1970 a 1995. Ainda que tais dados representem o total de trabalhadores ocupados pelas empresas, portanto efetivos e temporários, eles permitem observar um incremento da ordem de 450% entre 1970 e 1989, ano em que ocorreu a maior absorção desses trabalhadores. Os dados também mostram que entre 1984 e 1992 o número de trabalhadores empregados pelas empresas manteve uma relativa estabilidade, basicamente oscilando em torno de 12.000 pessoas ocupadas por ano. Mas passa a mudar de forma significativa a partir de 1992, quando há uma progressiva e substancial redução no número de trabalhadores ocupados pelas agrofumageiras, cerca de 47% no período compreendido entre 1989 e 1995, a ponto de o emprego nesse setor industrial representar, em 1995, níveis similares aos do final da década de setenta.

⁵⁹ Outra variável que também merece ser destacada nesse processo é o oferecimento, pelas empresas agrofumageiras, de transporte gratuito aos trabalhadores safristas. Esse transporte é realizado por empresas de transporte coletivo particulares contratadas pelas indústrias, que buscam os operários na entrada das vilas, levam-nos até as usinas de beneficiamento e no final dos turnos de trabalho retornam novamente às vilas com os trabalhadores. Isso para as empresas se faz necessário, na medida em que o serviço de transporte coletivo urbano é ineficaz na cidade, principalmente nas vilas periféricas. Dessa forma, as empresas agrofumageiras, ao oferecerem esse serviço, buscam garantir o funcionamento efetivo do processo produtivo, evitando atrasos e problemas no deslocamento dos operários para o local de trabalho.

TABELA 9 - SANTA CRUZ DO SUL : NÚMERO TOTAL DE TRABALHADORES OCUPADOS NAS AGROINDÚSTRIAS FUMAGEIRAS - 1970/1995

Empresa	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1980	1981	1982	1983	1984
Armada S/A - Ind. e Com.		300	255	405	556	914	728	837	1102	1192	1399	1235	1517	2029
Cia Sudan	101	109	116	106	121	138	43	49	65	107	107	121	131	140
R.J. Reynolds Tab. do Brasil	274	294	362	295	589	695	713	591	602	1050	x	1201	x	1852
Kannenberg & Cia.	175	x	x	x	x	x	79	x	71	110	129	130	134	85
Kliemann & Cia.	111	385	x	79	197	355	436	x	375	375	476	499	403	775
Cia. Souza Cruz S/A	642	1055	1303	1504	1295	1487	1737	1889	1975	2187	2570	2335	2136	2978
Tab. Boettcher Warchow	61	52	52	53	103	106	94	82	193	609	599	682	801	965
Cia. Meridional de Tabacos		392	304	370	571	71	85	132	169	337	132	127	151	391
Tabacos Brasileiros Ltda.		35	x	233	397	535	747	685	1023	1557	1371	1390	1919	1966
Tabra - Exp. de Tabacos									660	869	927	1019	1171	1212
Intabex		175	54	25	11	15	17	89	17	28	36	33	56	328
Outros	1041													
Total	2.405	2.797	2.446	3.070	3.840	4.316	5.525	5.247	6.252	8.440	7.747	8.776	8.370	12.863

Continuação...

Empresa	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Armada S/A - Ind. e Com.*	2014	2064	1808	2181	1677	1961	1934	1984	1705	611	544
Cia Sudan***	153	126	146	247	214	182	146	149	10	10	10
R.J. Reynolds Tab. Brasil**	1604	1941	2399	2181	2555						
Kannenberg & Cia	174	171	142	206	245	244	233	230	185	136	143
Kliemann & Cia *	764	704	670	544	537	636	536	220			
Cia. Souza Cruz S/A	2448	2547	2453	2640	2451	2374	1809	1976	1913	1775	1759
Tab. Boettcher Warchow	1068	1258	905	911	798	855	891	844	782	551	18
Cia. Meridional de Tabacos	295	378	336	322	513	740	1233	1303	1423	847	998
Tabacos Brasileiros Ltda. *	1783	2079	2385	2404	2912	2933	2454	2653	2702	2351	2130
Tabra - Exp. de Tabacos***	1487	1252	1322	1316	1293	1298	1177	1397	1722	1143	1353
Dobra ****						1346	1463	1164	766		
Intabex	293	528	507	10	x	x	x	14	14	13	
Outros	63	30	28	29	32	22	38	105	24	45	42
Total	12.146	13.078	13.101	12.991	13.227	12.591	11.914	12.048	11.246	7.482	6.997

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo e da Alimentação - Santa Cruz do Sul - 1996.

Esses números referem-se ao total dos funcionários por empresa, efetivos e safristas. (x) = Existe o dado mas a empresa não divulgou.

(*) Atualmente fazem parte do grupo Universal Leaf; (**) Desativada em 1989, quando o setor fumo foi incorporado pela Dobra;

(***) Atualmente fazem parte do grupo Dimon Incorporated; (****) Incorporada pela Cia. Souza Cruz em 1994.

A tabela 10 permite analisar melhor esse processo, uma vez que discrimina, em números absolutos, os trabalhadores efetivos e os temporários, ocupados no período de 1986 a 1995.

Tabela 10 - Santa Cruz do Sul: Número de Trabalhadores Ocupados nas Agroindústrias Fumageiras - 1984 a 1995

Trabalhadores	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Efetivos	3.353	3.290	3.400	3.725	2.650	2.568	2.417	2.099	1.630	1.437
Safristas	9.725	9.811	9.591	9.502	9.941	9.346	9.631	9.147	5.852	5.560
Total	13.078	13.101	12.991	13.227	12.591	11.914	12.048	11.246	7.482	6.997

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo e da Alimentação - 1995

Através desses dados podemos observar que, em relação aos empregados efetivos, a redução dos níveis de emprego tem início já a partir de 1989. Progressivamente ocorre a diminuição de postos de trabalho, perfazendo, no período 1989-1995, uma redução significativa, da ordem de 61,42%. Quanto aos trabalhadores safristas, se 1990 representa o ano em que ocorreu o maior número de contratações de trabalhadores temporários, a partir de 1992 ocorre significativa redução do emprego dessa força de trabalho. Entre 1992 e 1995 vamos ter em números absolutos a diminuição de 4.071 vagas, representando um decréscimo percentual da ordem de 42,26%.

Para Vogt, três são os fatores que explicam tal redução do emprego sazonal:

a) a diminuição em cerca de 20% na área plantada de fumo, nas safras de 93/94, devido à rigorosa classificação do produto realizada pelas indústrias no ano anterior, sob a alegação de estar havendo uma superprodução mundial⁶⁰; b) o intenso processo

⁶⁰ Nesse período as empresas alegavam que a supersafra que ocorreu em 1992 no país, acabou ocorrendo igualmente nos demais países produtores de fumo. Isto porque existia uma grande expectativa por parte das multinacionais agrofumageiras em relação ao mercado do leste europeu, a

de fusão de empresas ocorrido nos últimos anos tem permitido a racionalização e a concentração das atividades produtivas em um número menor de usinas de beneficiamento; e c) o constante avanço técnico e a modernização das máquinas e equipamentos utilizados no processamento do fumo.⁶¹

Em nosso entendimento, os fatores apontados por Vogt em realidade traduzem os reflexos do processo de globalização da economia sobre a dinâmica da atividade agrofumageira em Santa Cruz do Sul. A acirrada concorrência entre as grandes corporações multinacionais fumageiras por fatias cada vez maiores do mercado internacional, nos marcos de uma economia globalizada, impõe a necessidade de profundas mudanças no âmbito do processo produtivo fumageiro, com reflexos em todas as suas etapas constitutivas e em todos os lugares que constituem a territorialidade do capital monopolista internacional. Nesse aspecto, as mudanças gestadas nos escritórios centrais das principais companhias de cigarro e de beneficiamento de fumo do mundo acabaram promovendo profundas reorganizações nas empresas que atuam na chamada capital mundial do fumo. Assim, nos últimos seis anos, o setor fumageiro, acompanhando a tendência recente da reconcentração do capital em escala mundial⁶², passou a promover em escala global uma série de fusões e incorporações entre grandes empresas multinacionais que atuam no ramo

partir da queda do muro de Berlim, em 1989. Segundo as empresas, com a abertura do leste europeu, as indústrias ocidentais passaram a incentivar um aumento na área plantada, entretanto as dificuldades econômicas pelas quais esses países orientais passavam fizeram com que as expectativas das multinacionais fumageiras não vingassem. Resultado: o mercado mundial do fumo teve um substancial aumento dos seus estoques reguladores, fazendo com que os preços do produto no mercado despencassem. Daí a necessária diminuição da área plantada, até os estoques voltarem aos níveis normais, o que fica difícil de assimilar quando estamos lidando com gigantescas corporações com amplo e total controle do mercado, e das estratégias de produção e comercialização por parte das empresas coligadas ou subsidiárias.

⁶¹ O. Vogt. Op. Cit. p. 178.

⁶² W. Cano. **Reflexões Sobre o Brasil e a Nova (Des)Ordem Internacional**. Ed. Unicamp/FAPESP. 1994.

fumageiro.⁶³ Em Santa Cruz do Sul, como vimos nos capítulos precedentes, o resultado foi uma significativa redução das empresas que operavam no setor. Eram aproximadamente 12 empresas no final dos anos oitenta, e atualmente são apenas 3⁶⁴.

Isso indubitavelmente promoveu profundas alterações no mercado de trabalho local.

Para Peliano:

“Na medida em que, juntamente com o processo de acumulação, ocorrem os movimentos de concentração e centralização de capitais, ampliando assim as escalas de valorização do valor, aprofunda-se a tendência progressiva de incorporação de transformações contínuas na composição técnica do capital com o imediato reflexo da composição orgânica. Dessa forma, a procura por trabalho se relativiza progressivamente e o capital passa a produzir não só trabalho excedente como igualmente trabalhadores excedentes.”⁶⁵

Essa, parece, tem sido a principal característica do atual processo de concentração de capital no setor agrofumageiro, em Santa Cruz do Sul. As fusões das empresas agrofumageiras fizeram-se acompanhadas por maior racionalização no aproveitamento das instalações e da força de trabalho ocupada, por crescentes investimentos em novos equipamentos, maquinários, e pela automação e informatização de determinadas tarefas e de processos no âmbito do processamento de fumo. Isso, por sua vez, tem levado ao desemprego não só de levas de trabalhadores temporários como também de funcionários efetivos.

⁶³ Para Martinelli e Schoenberger, essas (...) ‘fusões-aquisições’ tem origem nos Estados Unidos e acabaram alastrando-se pela Europa Ocidental em parte pela necessidade de promover “reposicionamentos estratégicos com vista à integração dos mercados da Comunidade Européia (...) [Elas além de tudo] representam um meio rápido de consolidação e ampliação dos mercados, sobretudo à escala internacional (...) Permitem igualmente às empresas encontrar mercados-nicho, bem como mercados para a sua produção de massa, além de realizar economias de escala em certas funções estratégicas (investigação-desenvolvimento, distribuição, marketing, publicidade) e de obterem sinergias de grupo, graças a produções complementares.” F. Martinelli e E. Schoenberger. Os Oligopólios Estão de Boa Saúde, Obrigado! Elementos de Reflexão Sobre a Acumulação Flexível. In.: A. Lipietz e G. Benko. *As Regiões Ganhadoras - Distritos e Redes, os novos paradigmas da geografia econômica*. Ed. Celta. 1994. p.112-113.

⁶⁴ Entrevistas com o Sr. Dorval Knak, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo e da Alimentação, em 22 de agosto de 1995, e com o Sr. Hélio Fensterseifer, Presidente do Sindicato das Indústrias de Fumo no RS, em 25 de outubro de 1995.

⁶⁵ J. C. Peliano. Op. Cit. p.96

Passa-se, assim, de acordo com Marx, a orientar o processo de acumulação de capital a partir de um aumento progressivo da produtividade do trabalho social, em que a valorização do capital passa a ser viabilizada através do aumento do sobretrabalho da força de trabalho que permanece ocupada. Em outras palavras, se por um lado esse estágio da acumulação de capital promove uma crescente mudança na composição orgânica do capital, elevando o emprego de capital constante (meios de produção, base técnica etc.) e diminuindo a utilização do capital variável (a aquisição da força de trabalho), por outro, na medida em que é através da extração da mais-valia que o valor é criado, passa a ocorrer um aumento dos níveis de exploração da força de trabalho empregada. Nesses termos, a diminuição do capital variável se dá apenas de forma relativa.

Dessa forma, a combinação, no interior do processo produtivo, de maior emprego de capital constante e de maior extração de sobretrabalho da força de trabalho - através do uso intensivo da nova base técnica e da nova organização do trabalho - promove a produção de uma superpopulação relativa, ou seja, um exército industrial de reserva. Esse, na medida em que se constitui permite ao capital dispor de uma reserva latente de força de trabalho de acordo com suas necessidades de exploração. Além do que, esse exército industrial de reserva passa também a exercer uma pressão sobre as taxas salariais⁶⁶.

Além disso, as indústrias também têm assegurado ganhos adicionais através da terceirização de determinadas atividades complementares à produção, como é o caso da vigilância, da limpeza, da manutenção de veículos, do fornecimento de

⁶⁶ K. Marx. *O Capital*. Livro I, Vol. 1, Cap. XXIII. p. 189-197. Ed .Nova Cultural. 1988.

alimentação, dos serviços de telefonia, entre outros. A terceirização dessas atividades também tem contribuído para a redução do quadro efetivo das empresas.

Nesse sentido, o processo de produção de força de trabalho excedente pelas agroindústrias fumageiras, além de significar o desemprego para os trabalhadores, significa que o capital “(...) coloca a sua disposição quantidade considerável de trabalhadores que pode ser mobilizada (reabsorvida) quando melhor lhe aprouver, isto é, em situações nas quais o capital obtém perspectivas favoráveis de expansão e valorização.”⁶⁷

Nesse contexto, a acumulação de capital por parte das indústrias tem promovido significativas alterações na paisagem urbana local: de um lado, no âmbito do capital, com o fechamento de antigas usinas de beneficiamento, ampliação e modernização de outras, instalação de novas plantas industriais, mudança do layout das empresas etc.; de outro lado, no âmbito do trabalho, pelo aumento do desemprego e do subemprego, pelo aumento da situação de miséria e pobreza nas vilas da cidade e pelo surgimento de novas vilas na periferia urbana. Apesar dessa conjuntura adversa, as supersafras de 1988/1989 e de 1992/1993 acabaram, na época, atraindo numerosos novos migrantes para Santa Cruz, levando ao surgimento de novas vilas periféricas, entre elas a Vila Torrano e a Vila Cientea, além da expansão daquelas situadas nas adjacências do Distrito Industrial.

A partir de 1992, contudo, além do gradativo aumento do desemprego no âmbito da agroindústria fumageira, ocorre também, como reflexo das mudanças operadas naquele ramo, a redução do número de vagas nos demais setores econômicos do município. Segundo dados do Centro de Estudos e Pesquisas

⁶⁷ J.C. Peliano. Op. Cit. p.125.

Econômicas da UNISC, a variação do emprego industrial na cidade, no período de janeiro de 1991 e janeiro de 1996, representou uma redução da ordem de 13,56% nos níveis de emprego, o que, em relação às pequenas e médias empresas industriais, atingiu, respectivamente, 43,13% e 27,04%.⁶⁸ De acordo com o SINE (Sistema Nacional de Empregos), entre 1992 e 1994 a oferta de novas vagas na indústria local diminuiu em cerca de 34,76%, o que representou 360 vagas a menos. Enquanto isso, de acordo com o mesmo órgão, no mesmo período ocorreu um aumento de 11% no número de candidatos a uma vaga, cerca de 1.149 novos pretendentes.⁶⁹ Esse processo tem proporcionado substancial incremento do exército industrial de reserva para o setor agrofumageiro, que agora mais do que nunca pode melhor selecionar, e de imediato dispor da força de trabalho de que necessita, quando assim o desejar. Para a cidade, entretanto, além de representar o aprofundamento da segregação espacial, tem também, em razão disso, significado um progressivo aumento dos problemas sociais - incremento dos níveis de criminalidade, de mendicância, da informalidade, das invasões de áreas verdes etc. Já para os trabalhadores safristas, moradores das vilas populares da periferia urbana, esse processo tem representado o aumento das demandas básicas de infra-estrutura, o acréscimo das dificuldades para garantir a sua reprodução, ou seja, a perda progressiva da cidadania.

Além disso, resta saber qual será o significado, nos próximos anos, para as empresas, para a cidade, e para os safristas, principalmente para os que hoje ainda permanecem ocupados nas agroindústrias, das profundas mudanças que a Cia. Souza Cruz começa a introduzir no processamento industrial do fumo no município. Ou seja, através do funcionamento, já a partir de 1997, da sua megafábrica de beneficiamento de

⁶⁸ CEPE. Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da Universidade de Santa Cruz do Sul. **Projeto Índice Conjuntural de Emprego Industrial em Santa Cruz do Sul**. 1996. s/p.

⁶⁹ **Gazeta do Sul**. 18 e 19 de março de 1995. O Fantasma da Decadência - Parte I. p. 20.

fumo, e de seus armazéns refrigerados, o fumo comprado ao produtor rural poderá ser armazenado e conservado em condições ideais de temperatura, e ser beneficiado durante o ano todo, implicando assim o fim do trabalho sazonal. Quais serão os reflexos dessas mudanças nas ações e nas estratégias das empresas concorrentes? Terão elas suas próprias megasuinhas e armazéns refrigerados? Quais vão ser os reflexos na cidade, diante da iminência do fim do trabalho temporário? E quanto aos trabalhadores safristas, tornar-se-ão efetivos ou permanecerão como reserva de trabalho para o capital? Essas questões por ora não têm respostas, mas merecem desde já um lugar de destaque na agenda do poder público municipal, dos representantes dos trabalhadores e dos segmentos representativos da comunidade local.

No próximo capítulo, tendo por base a reflexão até agora realizada, buscaremos analisar a produção da periferia urbana em Santa Cruz do Sul a partir do exame dos dados e informações obtidas junto a três vilas periféricas da cidade.

5 - A PERIFERIA URBANA ENQUANTO LUGAR DOS SAFRISTAS NA CIDADE

Neste capítulo analisaremos o processo de constituição da periferia urbana em Santa Cruz do Sul, enquanto lugar dos trabalhadores safristas na cidade. Nos capítulos precedentes buscamos identificar e analisar as variáveis e os processos que, em nosso entendimento, estão intimamente articulados à dinâmica de (re)produção do espaço urbano local.

Assim sendo, presentes as inter-relações existentes entre os processos: de urbanização da cidade, de incorporação do conteúdo técnico-científico do território e de mobilização da força de trabalho temporária pela agroindústria fumageira, e os seus reflexos na produção da periferia urbana, nossa intenção aqui é apreender as características e o conteúdo sócio-espacial das vilas populares da periferia. Para tanto, em um primeiro momento, nos valeremos das informações obtidas e dos dados empíricos coletados, através do estudo de caso de três vilas populares, todas localizadas próximas ao distrito industrial, e que foram surgindo, a partir dos anos setenta, em momentos distintos do processo de urbanização da cidade.

Em um segundo e último momento, buscaremos analisar a produção da periferia urbana em Santa Cruz do Sul, enquanto resultado de ações e políticas públicas disciplinadoras e controlistas postas em prática pelo poder público municipal na gestão e na organização da cidade. Ações essas que, ao legitimar os interesses e assegurar as condições de reprodução dos segmentos hegemônicos presentes na cidade, simultaneamente têm promovido uma configuração espacial urbana cada vez

mais segregadora e excludente. O que, no âmbito do processo de urbanização local, somente tem sido viabilizado dados os diferentes agentes sociais envolvidos na produção da cidade, através da constituição de um bloco hegemônico de poder.

5.1 - O lugar dos Trabalhadores Safristas na Cidade

Os trabalhadores safristas na agroindústria fumageira residem, em sua maioria, nos bairros e vilas populares existentes na periferia de Santa Cruz do Sul. Como recurso de análise, buscamos selecionar, dentre esses lugares da periferia urbana local, três vilas populares que surgiram em momentos distintos do processo de urbanização local e que refletem a própria dinâmica e o desenvolvimento da atividade agroindustrial fumageira: a Vila Boa Esperança, a Vila Nova Esperança e a Vila Torrano.

A escolha dessas vilas populares teve como critérios principais: a proximidade com o distrito industrial, o período de formação, e também o fato de, enquanto docente e pesquisador da Universidade de Santa Cruz, termos tido a oportunidade de estabelecer uma relação de maior proximidade com esses lugares e com alguns dos seus moradores, principalmente participando em alguns projetos de extensão universitária no período de 1990 a 1993.

Os dados e as informações que balizaram a análise desses lugares da periferia urbana de Santa Cruz do Sul são oriundos principalmente: a) da consulta aos jornais locais e das entrevistas realizadas com as lideranças das comunidades, com os representantes do movimento comunitário, para o estudo do processo de formação das vilas; b) do Censo dos Habitantes dos Bairros, realizado pelo Comitê Comunitário de Combate à Fome e à Miséria em 1994, nos bairros e vilas carentes da cidade, para

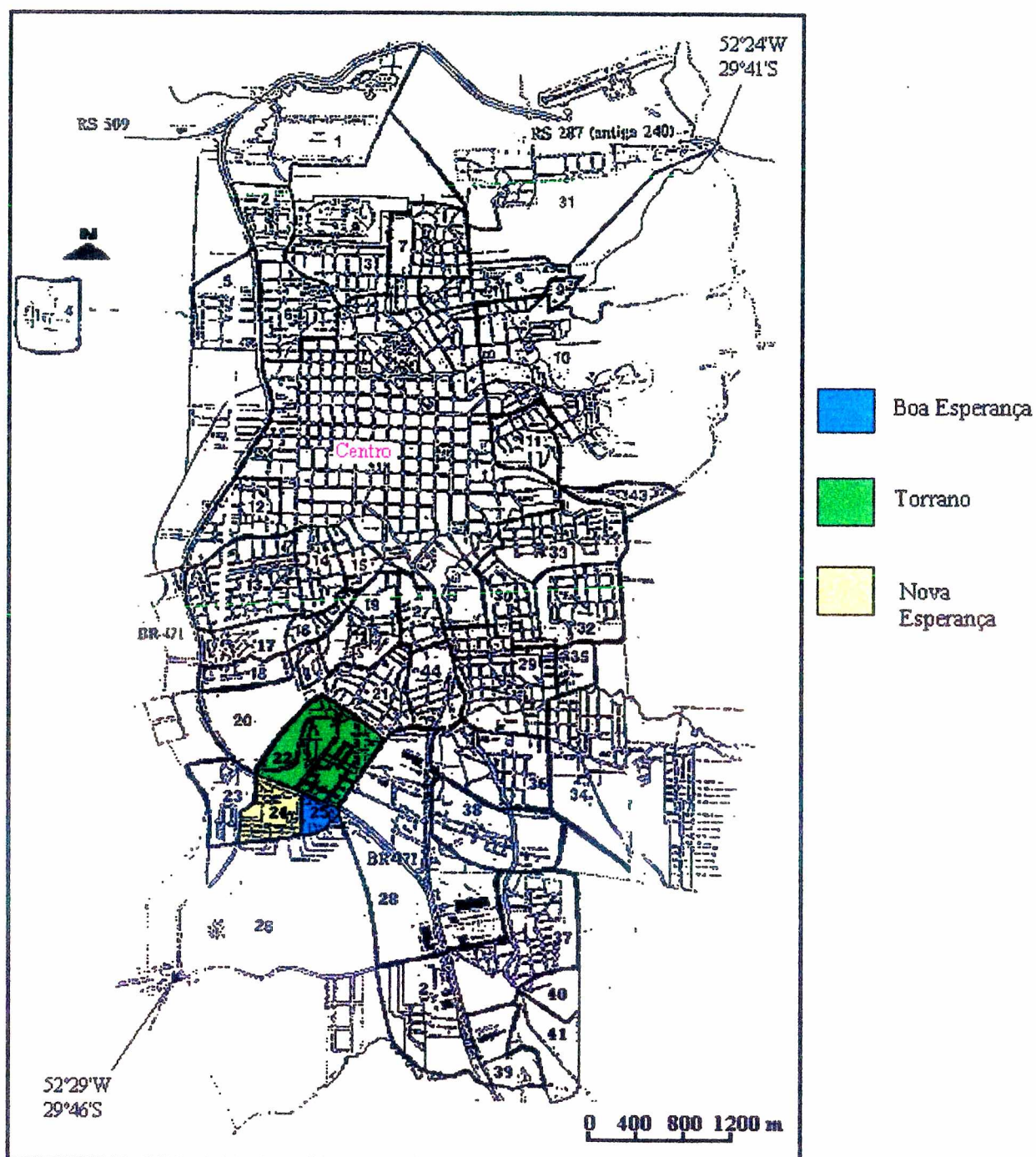
a apreensão do perfil sócio-econômico dos moradores; e c) da aplicação de questionários nas comunidades envolvidas, para o estudo do processo migratório.

Pensar a (re)produção do espaço urbano em Santa Cruz do Sul significa termos presente, de um lado, o papel que as determinações econômicas e organizacionais engendradas pelos conglomerados fumageiros em escala internacional desempenham ao longo da cadeia produtiva fumageira, portanto nos diferentes lugares que constituem a espacialidade agrofumageira; de outro, a maneira como cada lugar responde a essas determinações a partir da dinâmica sócio-espacial própria às comunidades locais e às contingências e particularidades que individualizam os diferentes lugares.

É nessa perspectiva que entendemos que a produção da periferia enquanto lugar dos safristas na capital mundial do fumo deva ser apreendida. É essa a direção que buscamos trilhar, ao mostrarmos até aqui a complexidade de qual se reveste o processo de (re)produção da cidade. Cabe, entretanto, verificar ainda, no âmbito da periferia urbana, como essas vilas foram surgindo, quais as características comuns e as particularidades existentes na produção desses lugares, social e espacialmente periféricos da cidade.

As vilas Boa Esperança, Nova Esperança e Torrano localizam-se a sudoeste da área central da cidade, em seu limite urbano periférico, junto ao Km 51 da BR-471, em áreas adjacentes ao Distrito Industrial do município. (FIG.18).

FIG.18 - SANTA CRUZ DO SUL: LOCALIZAÇÃO DAS VILAS BOA ESPERANÇA, NOVA ESPERANÇA E TORRANO - 1995



FONTE: Gazeta do Sul, 05 de julho de 1994, p.8

Antes de situar os diferentes momentos nos quais essas vilas foram surgindo na periferia da cidade, gostaríamos de realçar o papel desempenhado por alguns dos objetos e sistemas técnicos incorporados ao território municipal a partir da internacionalização do setor agrofumageiro local. Vimos no capítulo 3 que, se por um lado eles viabilizaram maior incremento da atividade agrofumageira, por outro, simultaneamente oportunizaram mudanças significativas na organização e na reprodução da cidade. É o caso, por exemplo, como já vimos anteriormente, das rodovias que contornam a área urbana, como a RS-509 e RS-287 ao norte e a BR-471 a oeste e a sudoeste da cidade. A partir dos anos setenta essas rodovias passaram a integrar mais efetivamente a cidade com a rede urbana gaúcha, facilitando o escoamento da produção fumageira e incrementando o fluxo de matérias-primas, de mercadorias e de pessoas da cidade para os demais mercados, como também desses para Santa Cruz do Sul.

Essas rodovias, na medida em que a atividade fumageira foi consolidando-se e incrementando o desenvolvimento da economia local, tornaram-se vetores importantes de maior acessibilidade à capital do fumo, oportunizando também o direcionamento, para a cidade, da força de trabalho excedentária da região do Vale do Rio Pardo. Além disso, o traçado dessas rodovias nas áreas próximas à cidade acabou constituindo-se, a oeste e a norte, no eixo de contorno da área urbana, contribuindo como importante suporte infra-estrutural à ocupação de áreas vazias existentes nessas zonas periféricas da cidade. Áreas que, entre outras, passaram a ser ocupadas pelas indústrias - tanto as novas indústrias, como aquelas já existentes e que demandavam novos espaços para realocização e/ou expansão de suas atividades; áreas ocupadas para a construção de armazéns, depósitos, supermercados, atacados e revendas de

automóveis; áreas utilizadas para a abertura de loteamentos residenciais populares e áreas onde, ao longo desses anos, foram constituindo-se inúmeras ocupações clandestinas e irregulares.

Dentre as áreas de uso industrial, destaca-se aquela que conforma um segundo objeto técnico importante implantado no território - o Distrito Industrial. Localizado ao sul da cidade, em glebas de terras nas margens da BR-471, a gradativa constituição desse distrito promoveu uma progressiva reorientação do uso do solo nessa área da cidade, que até o início da década de setenta se caracterizava como área eminentemente suburbana com resquícios de atividades agrícolas. Ao predomínio do uso industrial no interior do distrito, vamos ter, simultaneamente, nas áreas que lhe são adjacentes e que se situam igualmente ao longo da BR-471, o surgimento de inúmeras vilas populares. (FIG.16).

Em outras palavras, a constituição do distrito industrial na periferia da cidade, com a presença marcante das agroindústrias fumageiras, acabou catalisando, para essa zona da cidade, tanto os fluxos externos de novos migrantes como aqueles internos, de trabalhadores que há mais tempo buscavam garantir a sua reprodução no interior da cidade. Algumas dessas vilas surgiram espontaneamente a partir da ocupação irregular de determinadas áreas na faixa de domínio da rodovia, outras originaram-se da ocupação de áreas verdes e de próprios municipais, igualmente próximos ao distrito. Esse foi o caso, por exemplo, da Vila Boa Esperança. Outras, como são o caso das demais vilas por nós destacadas, surgiram a partir da ação interventora da Prefeitura, que passou a desapropriar áreas nessa região da cidade, para nelas, a partir da realização de loteamentos populares, realocar famílias que haviam invadido áreas verdes e de risco no interior da cidade.

Mas o surgimento dessas vilas na periferia da cidade não aconteceu de forma simultânea; na verdade, está vinculado a diferentes momentos do processo de urbanização da cidade, refletindo igualmente as diferentes etapas de desenvolvimento do ramo agrofumageiro na economia local. A Vila Boa Esperança, por exemplo, surgiu no final da década de setenta, por volta de 1979, ano em que o processo de internacionalização das empresas agrofumageiras locais estava no auge. Nesse período, no bojo do progressivo aumento da produção de fumo, que o município, sob a hegemonia do capital internacional, passou a apresentar, ocorre o aquecimento da economia local e com ela o incremento de novas atividades industriais, comerciais e de serviços, o que aumentou a demanda de mão-de-obra.

Nesse contexto houve um gradativo incremento dos fluxos migratórios para Santa Cruz do Sul. Além disso, a falta de uma política habitacional, aliada à carestia dos aluguéis dos poucos imóveis disponíveis para locação, e aos poucos recursos com os quais os novos migrantes chegavam à cidade, promoveram o surgimento de inúmeras ocupações irregulares no interior da zona urbana.

A Vila Boa Esperança foi uma das primeiras vilas populares a surgir nesse período. Sua origem se dá a partir da abertura de um loteamento realizado de forma precária pela prefeitura em uma gleba de terra do município, localizada junto à BR-471, para o assentamento de algumas famílias que ocupavam áreas irregulares na cidade. Essa vila, principalmente ao longo dos anos oitenta e início dos anos noventa, dado o constante e crescente afluxo de novos moradores, passou a ser reconhecida como uma das maiores, senão a maior da cidade.¹

¹ A área atualmente ocupada pela Vila, segundo o Cartório de Registro de Imóveis de Santa Cruz do Sul, possui 96.856,61m² e faz parte de uma gleba de terra de 295.554,97m² adquirida pela Prefeitura Municipal em abril de 1970, quando essas terras localizavam-se na zona rural do

Entre os primeiros moradores da vila vamos ter aquelas pessoas e/ou famílias que para lá foram transferidas pela prefeitura, em função de estarem ocupando irregularmente áreas privadas, áreas verdes, de risco - encostas, margens de rodovias - e próprios municipais no interior da cidade,² Além disso, tal lugar passava também a representar uma alternativa, uma opção de acesso a um terreno e à casa própria, para uma leva de novos migrantes que chegam à cidade, bem como para aqueles antigos migrantes e santa-cruzenses que já há algum tempo vêm procurando melhores condições para garantir a reprodução de suas famílias.

O acesso aos lotes para essas primeiras famílias foi viabilizado pela prefeitura, que lhes cedeu a posse dos terrenos por ela demarcados, através do pagamento de um pequeno aluguel.³ Contudo, a ocupação dessa área se caracterizou, desde a abertura do loteamento até praticamente o final da década de oitenta, início da de noventa, pela ausência de um projeto mínimo de urbanização, cuja precariedade e/ou inexistência da infra-estrutura básica e dos equipamentos urbanos aliados à instalação progressiva de novos moradores contribuíram para o agravamento das já difíceis condições de reprodução dessa força de trabalho.⁴

município, na então Chácara Torrano. A área restante de 198.698,36m² foi utilizada em 1992 pela prefeitura para a realização do Loteamento Torrano.

² Uma das primeiras operações de realocação de famílias para a vila foi feita pela prefeitura em 1979, com a transferência de duzentas famílias procedentes de uma área pública invadida atrás do Cemitério Municipal, no Bairro Avenida; de uma área verde e de risco próxima ao antigo Matadouro Municipal, no Bairro Bom Jesus, e de áreas junto ao Lixão Municipal, próximo à área da vila. Nessa transferência coube às famílias reerguer seus barracos. Essas famílias somaram-se a outras já residentes na Vila. *Jornal Gazeta do Sul*, 15 de janeiro de 1981, s/p.

³ *Gazeta do Sul*, 15 de julho de 1978. s/p.

⁴ As primeiras famílias a se instalar nessa área, por volta de 1979, tiveram de conviver em condições deveras precárias em relação ao mínimo necessário à reprodução do grupo. Antes de transferir as famílias para essa área, a prefeitura havia apenas realizado a abertura de três ruas, sem ao menos promover a terraplenagem do terreno. Na verdade, a abertura das primeiras ruas foi realizada na parte alta da vila, junto à BR-471; de todo modo, nessa época não haviam redes de água, de iluminação pública e de esgoto, coleta de lixo e muito menos transporte urbano. Quando da realocação das primeiras famílias para essa área, o poder público municipal timidamente instalou algumas bicas públicas de água. A rede elétrica foi instalada apenas anos mais tarde, por volta de 1983, assim mesmo de forma gradativa nas ruas existentes. Entrevista realizada em 25 de abril de 1997, com a Sra. Maria Emília, uma das primeiras moradoras da vila. Todavia, diante da

Somente a partir desse período é que tal situação começou a ser modificada, notadamente devido à mobilização e à organização comunitária dos moradores. O constante aumento da população da vila aliado aos seus tradicionais problemas de infra-estrutura urbana e à insegurança decorrente de uma situação fundiária irregular, levaram os moradores, através da constituição de uma associação de moradores, a pressionar a prefeitura municipal no sentido de viabilizar melhores condições de vida nessa área tradicionalmente marginalizada na aplicação dos recursos públicos municipais.⁵

De um lado, o agravamento diante da opinião pública local da situação de abandono e de precariedade em que essas famílias viviam, além da mobilização da comunidade; de outro lado, a ameaça da perda do poder político pelo grupo que o detinha na prefeitura, exatamente pelo voto de insatisfação dos moradores das vilas periféricas da cidade, fizeram com que o poder público municipal passasse a

vinda de novas famílias para a vila e o aumento das ocupações de áreas vazias, vizinhas a esse "loteamento" popular, bem como, dada a ausência e/ou ineficiência das ações do poder público local, os próprios moradores, em regime de mutirão alternativa e gradativamente foram abrindo as demais ruas internas da Vila, configurando um traçado irregular, a partir do qual foram estendendo, de uma casa à outra, ligações provisórias e clandestinas de água e de energia elétrica. Em 1986 a prefeitura, atendendo o pedido da comunidade, construiu no local uma escola de primeiro grau incompleto e uma creche - principais ações que a prefeitura realizou nesse período, na vila: Entrevista realizada em 08 de abril de 1997, com Irmãs da Congregação da Divina Providência, que residem na Vila e aí desenvolvem um importante trabalho comunitário. Quanto aos lotes constituídos a partir da posse dos moradores, o Relatório de Atividades desenvolvidas na Vila pela Universidade, através do Projeto Educação Popular em 1989, destacava : " Não há plano habitacional e nem uma distribuição regular dos terrenos que, na sua grande maioria, têm 200m², mas é comum encontrarmos 2 a 3 residências num mesmo terreno (...); o traçado irregular e desconexo dos espaços ocupados revelam formas disparatadas de ocupação da vila". Projeto Educação Popular - Relatório de Atividades desenvolvidas na Vila Boa Esperança - 1989. FISC. s/p.

⁵ Em outubro de 1989 era criada a Associação de Moradores da Vila. Entre as principais reivindicações elencadas pelos moradores, além da regularização dos lotes, figuravam a instalação da rede de água, rede de iluminação pública, rede de esgoto, posto telefônico, posto de saúde, posto policial, regularização e pavimentação das ruas, entrada dos ônibus no interior da vila e maior frequência, do transporte coletivo. A regularização dos lotes se colocava como uma das principais reivindicações dos moradores. A emissão definitiva da escritura do lote significava-lhes a certeza de sua propriedade sobre o seu pedaço de terra. Até então, a maior parte dos moradores residiam em situação irregular, apenas com a posse dos terrenos, e apenas aquelas famílias que haviam sido transferidas pela prefeitura podiam comprovar o direito de posse já que haviam pago à prefeitura pela cessão dos lotes. Entrevista: Sra. Maria Emília. 25 de abril de 1997.

reorientar suas ações em relação a essa parcela da comunidade local.⁶ Pode-se dizer, que em realidade, até então essa vila muito mais do que ser reconhecida pelo poder público como parte integrante da cidade, representava-lhe uma alternativa barata de contornar os problemas decorrentes do aumento do déficit habitacional, da dinâmica excludente do mercado imobiliário e das indesejáveis ocupações e invasões de migrantes e de moradores espoliados no interior da cidade.

Assim, é nesse contexto que boa parte das reivindicações dos moradores passaram a ser atendidas a partir desse período, ainda que de modo compulsório e parcial, pela administração municipal.⁷ Entretanto, cabe salientar que, no caso da regularização fundiária dos lotes, o atendimento a essa reivindicação acabou significando a oficialização da irregularidade através da demarcação e da escrituração de lotes localizados dentro da faixa de domínio da BR 471, ou daqueles localizados à beira do Arroio das Pedras, o que acabou gerando reflexos na qualidade de vida dos moradores.⁸ Além disso, se por um lado as melhorias urbanas realizadas pela prefeitura significaram melhores condições de vida para boa parte dos moradores, para outros o surgimento de novos custos, como o pagamento da água, da energia

⁶ Nas eleições municipais de 1989, o grupo político que administra a cidade, desde 1974 no poder, foi seriamente ameaçado de não conseguir mais uma reeleição, não fossem os votos situacionistas da zona rural. Nessa oportunidade a oposição, tendo à frente um candidato vinculado ao movimento popular, venceu na cidade, principalmente contando com o voto de protesto à atual administração, dos moradores dos bairros populares.

⁷ A partir de então, nos anos iniciais da década de noventa, a prefeitura municipal começou a promover ainda que de forma descontínua, uma série de ações na vila, entre as quais: a instalação da rede pública de água, de iluminação, e de esgoto, muito embora mesmo canalizado, esse último acaba tendo como destino final o Arroio das Pedras, que circunda os lotes situados no limite sul da vila. As ruas internas, ainda que não tenham sido pavimentadas como os moradores desejavam, foram alargadas, possibilitando a entrada dos caminhões do lixo e dos ônibus no interior da vila. Entrevista: Irmãs da Congregação da Divina Providência. 08 de abril de 1997.

⁸ Como exemplo podemos citar os sistemáticos alagamentos das moradias existentes na parte sul da Vila Boa Esperança, junto ao Arroio das Pedras, quando da ocorrência de chuvas torrenciais na cidade. Além do que, por receber boa parte dos esgotos da vila o arroio promove o problema da contaminação e da proliferação de doenças entre os moradores. Outro problema é o constante risco de vida, a qual os moradores da vila e das Vilas Nova Esperança e Torrano, estão expostos quando têm de cruzar a perigosa e movimentada BR-471.

elétrica e da regularização dos lotes, dados os seus insuficientes e irregulares rendimentos, forçaram-nos a procurar novo lugar na cidade para assegurar sua reprodução.

Já a Vila Nova Esperança surgiu a partir de 1985, momento em que, através do incremento do ramo fumageiro, vamos ter a consolidação da hegemonia do capital internacional no desenvolvimento da economia municipal. O aumento dos níveis de produtividade da lavoura fumageira fizeram-se, a partir desse período, acompanhados da incerteza e da insegurança pela qual a economia nacional passava a experimentar durante a década de oitenta, a chamada “década perdida” quando “uma crise econômica aguda e prolongada, de caráter estrutural, traduziu-se em estagnação com aceleração inflacionária recorrente”⁹.

Enquanto muitas das empresas locais passaram a apresentar dificuldades econômicas para sobreviver à crise, limitando novos investimentos e cortando gastos e mão-de-obra, as multinacionais agrofumageiras, mesmo apresentando uma certa irregularidade em termos de produção - oscilando safras boas e regulares - continuaram representando a âncora da economia local, principalmente quanto ao mercado de trabalho por elas engendrado.

Nesse contexto, as migrações para a capital nacional do fumo continuaram a se processar: Movimento que, guiado pela busca de emprego e de melhores condições de vida e regulado pela dinâmica da produção agrofumageira local, contribui, para a reprodução de novas ocupações irregulares na cidade, diante do agravamento das condições de acesso ao mercado imobiliário, dada a diminuição de novos

⁹ P. E. de Andrade Baltar et al. Mercado de Trabalho e Exclusão Social no Brasil. In: C.A. de Oliveira e J. E. L. Mattoso (Org.) **Crise e Trabalho no Brasil - Modernidade ou Volta ao Passado?** Ed. Scritta, 1996. p. 90.

empreendimentos, o aumento nos preços dos aluguéis, e a inócua política habitacional vigente.

De maneira análoga à vila anterior, a Vila Nova Esperança também representou, para o poder público municipal, um local privilegiado para o reassentamento de famílias imigrantes e/ou daquelas que ocupavam irregularmente áreas no interior do espaço urbano local. As famílias inicialmente ali reassentadas vieram de algumas áreas de risco da cidade, como foi o caso de algumas que foram deslocadas da antiga Vila do Lixo, junto ao lixão municipal; ou então daquelas procedentes de áreas de encosta localizadas no cinturão verde, nos morros que circundam a cidade; ou ainda de áreas ocupadas ao longo da faixa de domínio da BR-471.

Embora seu surgimento também tenha ocorrido a partir de um loteamento popular feito pela prefeitura municipal em área vizinha à Vila Boa Esperança¹⁰, esse loteamento, entretanto, diferentemente do anterior, apresentava alguns avanços em termos de infra-estrutura instalada e da construção de moradias para os primeiros moradores.(FIG.18).

Nesse sentido, aberto o loteamento, a realocação dessas famílias pela prefeitura se deu após a construção de casebres de madeira e a edificação de alguns embriões habitacionais de alvenaria. Buscando garantir a permanência dessas famílias na área, a prefeitura viabilizou o acesso dos primeiros moradores a essas moradias, de um lado concedendo-lhes a posse dos lotes, e de outro instituindo a cobrança, em longo prazo, de pequena quantia mensal pelas moradias. Na infra-estrutura do loteamento verifica-se uma certa descontinuidade temporal no provimento das

¹⁰ De acordo com o Cartório de Registro de Imóveis, essa área de 97.560,75 m² foi adquirida pela prefeitura municipal em julho de 1985, junto aos herdeiros da família Kessler, através de permuta com outras áreas urbanas do município.

condições mínimas dos serviços e equipamentos demandados pela população que lá passou a ser reassentada. Embora a prefeitura tenha, após a abertura das ruas, realizado a instalação de rede de água e de energia elétrica, disponibilizando de imediato o uso desses recursos aos moradores, o provimento de outros serviços vitais à comunidade, como rede de esgotos, coleta do lixo e circulação de ônibus pelas ruas da vila ainda tardaria alguns anos para serem implementados. Na verdade, a despeito da propalada falta de recursos da prefeitura, a instalação desses serviços foi viabilizada a partir da organização e reivindicação dos moradores.¹¹

As demais famílias que mais tarde para lá se transferiram - entre as quais aquelas que foram objeto de novas ações de transferência promovidas pelo poder público municipal - a partir da posse do terreno, reconstruíram suas antigas moradas através do emprego da mão-de-obra familiar e do auxílio de amigos e vizinhos. Para aqueles que para aí se dirigiram vindos diretamente de outros municípios e contando com poucos recursos, as moradias foram aos poucos sendo autoconstruídas, contando principalmente com o auxílio e a solidariedade dos antigos moradores.

Durante a década de oitenta e nos anos iniciais da década de noventa, a prefeitura continuou reassentando ali, nas áreas ainda vazias da vila, famílias originárias de áreas irregularmente ocupadas na cidade.¹² Como na vila anterior, diante do aumento da população da vila¹³ e da permanência da situação irregular dos lotes, os moradores se mobilizaram e passaram a exigir uma solução definitiva por

¹¹ A maioria desses serviços passou a ser instalada/prestada no final dos anos oitenta.

¹² Como exemplo podemos citar o reassentamento em abril de 1995, de 32 famílias que ocupavam áreas sob a jurisdição do DAER (Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem) junto à RST-287. Nessa ocasião, a prefeitura construiu casas de madeira com cerca de 20m² e formalizou um contrato de compra e venda das residências, num total de 36 parcelas de R\$8,00. Os moradores assumiram as ligações de água e de luz. *Gazeta do Sul*, 15 e 16 de abril de 1995, p.7.

¹³ Em 1994 a Vila Nova Esperança apresentava população estimada em 950 pessoas e 264 domicílios. *Censo dos Habitantes dos Bairros. Relatório de Apresentação dos Dados - Vila Nova Esperança*. 1994. Comitê Comunitário de Combate à Fome e à Miséria, p. 8.

parte da prefeitura, o que aconteceu por volta de 1992, quando o Cartório de Registros de Imóveis, atendendo a solicitação do poder público municipal, procedeu o fracionamento da área e o registro, em diferentes matrículas dos lotes existentes.

Se durante as décadas de setenta e oitenta as Vilas Boa Esperança e Nova Esperança, entre outras que nesse período surgiram, representaram para a prefeitura municipal a válvula de escape para os problemas decorrentes da ocupação irregular dos próprios municipais e das áreas de risco existentes na cidade, nos últimos anos o crescimento dos fluxos migratórios para Santa Cruz do Sul, aliado ao crescimento do desemprego e do déficit habitacional do município, levaram o poder público municipal a promover novas ações.¹⁴ Dentre elas, a construção de novos loteamentos populares na periferia da cidade.

No final dos anos oitenta, início dos anos noventa, vamos ter uma intensificação nos fluxos migratórios para Santa Cruz do Sul. De um lado, os reflexos da política econômica recessiva de corte neoliberal dos governos Collor-Itamar Franco acabaram levando a estagnação econômica e o desemprego a muitos dos municípios da região, aprofundando o processo de expulsão de parcelas de sua força de trabalho para outros municípios. De outro lado, ainda que o desemprego também ocorresse em alguns setores da economia santa-cruzense, a ocorrência de sucessivas supersafras de fumo na região fumicultora, como foram as de 1989-1990 e 1992-1993, além de amenizar o problema, acabou catalisando o direcionamento de parte da mão-de-obra excedente da região para Santa Cruz do Sul, principalmente em busca de

¹⁴ Outra medida adotada foi a tentativa de fechamento das fronteiras municipais aos migrantes, através de um rígido expediente de fiscalização na rodoviária e nas vias de acesso à cidade. Mais adiante voltaremos ao assunto.

uma colocação como safrista nas empresas, ou mesmo em outros setores econômicos (in)diretamente ligados ao setor agrofumageiro.¹⁵

Entretanto, como vimos no capítulo anterior, a absorção da força de trabalho safrista e mesmo da efetiva, pelas agroindústrias fumageiras, a partir de 1992 começou a declinar. O processo em curso de globalização da economia também atinge o setor fumo fazendo com que a partir desse período passasse a ocorrer uma intensificação no processo de centralização do capital, através de inúmeras fusões e incorporações entre as empresas. Também começou a ocorrer, por parte das empresas, crescentes investimentos em informatização e automação de determinados processos de trabalho, ocasionando um aprofundamento na substituição da mão-de-obra safrista e efetiva por modernos e eficientes equipamentos. Em outras palavras, ambos processos passaram a promover um aumento do desemprego no âmbito do setor agrofumageiro, principalmente entre as parcelas menos qualificadas da mão-de-obra empregada, como os trabalhadores temporários. A partir da safra de 1992/1993, essas mudanças estruturais no setor agrofumageiro, dada a estreita dependência da economia local à fumicultura, acabam promovendo o recrudescimento do desemprego nos demais setores da economia local.

Assim, o aumento do desemprego e a crescente deterioração dos salários, a existência de um mercado imobiliário cada vez mais excludente e basicamente direcionado para as camadas mais aquinhoadas da população, e a inexistência de uma política habitacional, principalmente para as camadas populares, acabaram

¹⁵ De acordo com dados do Censo dos Bairros, realizado em 1994 pelo Comitê Municipal de Combate à Fome e à Miséria, cerca de 43% dos habitantes dos 27 bairros e vilas populares localizados na periferia da cidade haviam migrado para a cidade nos últimos 5 anos, entre 1990 e 1994, cerca de 2.396 migrantes.

ocasionando o agravamento das condições de reprodução de significativa parcela da força de trabalho residente na cidade.

Nesse sentido, a presença de novos migrantes, combinada a um progressivo aumento do desemprego na economia local - o que significou maiores dificuldades no acesso à casa própria, ou mesmo à locação de imóveis - contribuíram para que simultaneamente tivéssemos um intensificação das invasões de próprios municipais, de áreas verdes e de risco, e um crescimento exponencial do déficit habitacional do município.¹⁶

Nesse período, enquanto a imprensa local chamava a atenção da comunidade para o processo de invasão e de agressão das áreas verdes da cidade pela população de baixa renda - esquecendo muitas vezes o impacto ambiental tão ou mais agressivo dos grandes projetos imobiliários -, e os jornais da capital destacavam o crescimento da pobreza e da miséria na rica e bela capital nacional do fumo, os moradores das áreas irregularmente ocupadas, aliados àquelas famílias que viviam em precárias moradias nas vilas periféricas da cidade, organizam-se e criam em 1990 o Movimento dos Sem-Teto. Movimento que, articulando as principais lideranças comunitárias das vilas existentes na cidade, e com o apoio logístico de alguns sindicatos de trabalhadores, como o dos bancários e o dos metalúrgicos, passou a pressionar o poder público municipal reivindicando-lhe o acesso à casa própria, a terrenos regularizados e a melhoria das condições de vida no interior das vilas da periferia urbana.¹⁷

¹⁶Em 1991 o Movimento dos Sem-Teto da cidade calculava em 6.000 moradias o déficit habitacional do município; entretanto, para a prefeitura, esse déficit em 1993 era de 4.000 casas. De todo modo essas estimativas eram bem superiores àquelas verificadas em meados dos anos oitenta, quando tínhamos um déficit habitacional estimado em cerca de 2.000 moradias. Dados colhidos respectivamente na Gazeta do Sul de 09/09/1991 p.13; 29/06/1993 p.03 e 09/03/85 p.08.

¹⁷Para as lideranças do Movimento dos Sem-Teto havia consenso quanto a importância da preservação das áreas verdes da cidade, razão pela qual reivindicavam loteamentos populares,

É nesse contexto que podemos situar, a partir dos anos noventa, a abertura de novos loteamentos populares pela prefeitura na periferia da cidade. Entre eles destaca-se o Loteamento Torrano, iniciado em 1992 e localizado em uma área próxima ao Km 51 da BR-471, em frente à Vila Boa Esperança. (FIG.18).

Nesse loteamento, constituído de aproximadamente 500 lotes, inicialmente foram reassentadas cerca de 89 famílias procedentes de uma área verde invadida no Beco da Carlota, localizada atrás do Presídio Municipal no Bairro Faxinal Velho¹⁸. Além delas, ali também passaram a ser realocizadas as famílias que nesse período ocupavam irregularmente áreas de encosta e áreas verdes em alguns bairros da cidade¹⁹, perfazendo, já em 1993, um total de aproximadamente 200 famílias reassentadas.²⁰

Dada a organização das famílias a serem reassentadas, a mobilização do movimento comunitário em torno do Movimento dos Sem-Teto, bem como a

acessíveis à maior parte da população residente em áreas irregulares, em áreas vazias da cidade. Entrevista realizada em 28 de setembro de 1995 com o Sr. Elírio Wiebbelling que até 1993 ocupou o cargo de Secretário do respectivo Movimento.

¹⁸ De acordo com o Sr. Elírio Wiebbelling, morador no loteamento e um dos líderes do grupo de famílias que havia ocupado a área verde atrás do Presídio Municipal, o processo de negociação com a prefeitura para a definição da área a ser loteada a fim de viabilizar a transferência dessas famílias, e das condições de acesso aos lotes no novo lugar foi difícil e exigiu, de parte das famílias, persistência e organização. “Nós apontamos outras áreas em outros locais, mas principalmente essa que já era uma área próxima aonde távamos morando e que nós entendíamos pelo conhecimento da área que seria possível um bom loteamento (...) o prefeito falou que era impossível, mas nós insistimos e até apresentamos propostas de que tipo de loteamento deveria ser. Que viesse ao encontro justamente dessa camada safrista. Porque na época dos loteamentos da Prefeitura exigia-se uma renda acima de 3 salários mínimos e que fosse trabalhadores efetivos (...) Nós apresentamos a ele uma proposta diferente e também o custo que queríamos pagar. Que o custo do terreno fosse acessível com a renda que nós tínhamos. Então, como todas as propostas que nós encaminhávamos tinham resistência, a nossa saída era forçar a invasão. Foi aí que conseguimos. Forçando uma nova invasão na área e aí eles entenderam que era possível e saiu o loteamento” Entrevista realizada em 28 de setembro de 1995.

¹⁹ Entre outros, nos Bairros Bom Jesus, Vila Margarida/Aurora, Bairro Senai e Pedreira. *Gazeta do Sul*, 2 e 3 de setembro de 1995. p.31. “As pessoas que vieram morar aqui são a maior parte dessas áreas verdes, onde a prefeitura resolveu tirar de lá e botar para cá. Temos aqui também gente do Bom Jesus, da Margarida/Aurora, onde as pessoas moravam em áreas de risco, deslizamentos. Então houve urgência de locomover elas e foram trazidas para este loteamento”. Entrevista: Sr. Elírio Wiebbelling. 28 de setembro de 1995.

²⁰ *Gazeta do Sul*, 06 de agosto de 1993. p.3.

repercussão, na mídia, das péssimas condições de vida nas vilas da cidade e a aproximação do período eleitoral, a abertura desse loteamento pela prefeitura foi caracterizada, comparado aos demais loteamentos populares, por apresentar uma significativa melhora tanto em termos infra-estruturais como no que diz respeito às condições de acesso e de regularização dos lotes. Embora a instalação da infraestrutura básica tenha sido realizada simultaneamente ao reassentamento das primeiras famílias, após três anos de existência o loteamento já possuía redes de água, de esgoto e de energia elétrica.²¹ Os lotes foram demarcados e o acesso e a regularização dos terrenos foram viabilizadas por meio de um contrato de compra junto à prefeitura, efetivado através do pagamento parcelado dos terrenos, em prestações fixas.²²

Na verdade, a realização, nesse período, desse e de novos loteamentos pela prefeitura, na periferia da cidade, se por um lado reflete a continuidade da política municipal de ali reassentar famílias migrantes e/ou moradores de baixo poder aquisitivo que ocupam irregularmente áreas na cidade, por outro lado apresenta um novo conteúdo ao desenvolvimento dessa política de reassentamento. A partir de

²¹ Além disso em 1993, graças aos laços político-partidários do governo local com o governo federal foi construído um CAIC (Centro de Atendimento Integral à Criança) no local que, embora não funcionando de modo integral, acabou constituindo-se em um equipamento importante por abrigar uma escola de primeiro grau incompleto e um posto de saúde do município.

²² Segundo o Sr. Elírio Wiebelling, a aquisição dos lotes foi negociada pelos moradores junto à prefeitura, prevalecendo para o acesso aos lotes das famílias que ali reconstruiriam suas casas, a faixa de 1 a 3 salários mínimos. A prefeitura abriu inscrições para as famílias interessadas e procedeu o sorteio dos contemplados, num número aproximado do total dos lotes disponíveis. O prazo para pagamento ficou acertado em 36 parcelas de R\$8,00 ou R\$ 9,00, dependendo do tamanho do terreno. A escritura definitiva será fornecida após o pagamento da última parcela. Foi também acertado entre moradores e prefeitura que o lote só poderia ser vendido decorridos no mínimo 5 anos após o pagamento da última parcela, de modo a coibir a especulação com esses imóveis. A demarcação dos lotes seguindo um tamanho padrão dos terrenos no entanto não impediu a existência de mais de uma casa por lote. Para ele: "A maioria dos terrenos tem duas famílias, são parentes que tinham familiares fora, que não estavam inscritos e que depois vieram para a vila, passando a morar junto numa casinha nos fundos". Entrevista realizada em 28 de setembro de 1995. Em 1993, a prefeitura municipal, em convênio com a COHAB/RS, construiu 47 embriões habitacionais no loteamento a fim de atender parte das famílias que moravam em áreas de risco e que já estavam inscritas no programa habitacional do município. Com área de 340m² os lotes dos embriões podem ser pagos através de financiamento da Caixa Econômica Estadual, em 15 anos, com o equivalente a 10% da renda familiar. *Gazeta do Sul*, 06 de agosto de 1993. p. 03.

1992 a prefeitura municipal passou a estabelecer, para cada novo loteamento popular por ela construído, um período de inscrições para famílias interessadas, impondo condições para tal participação.²³

A definição dessas medidas pela prefeitura teve como principais objetivos a organização e o planejamento do atendimento da crescente demanda habitacional existente, a neutralização das ações do Movimento dos Sem-Teto e o desestímulo à vinda de novos migrantes, privilegiando o (re)assentamento das famílias que já residem e trabalham na cidade.²⁴ De maneira geral, pode-se dizer que a adoção dessas medidas diante da situação de desemprego que a economia local passou a apresentar, dos reflexos recorrentes da dinâmica excludente do mercado imobiliário, e do progressivo déficit habitacional do município, em termos práticos, acabou por atender apenas parte da demanda existente, notadamente aquela constituída pelas famílias que preenchem os requisitos determinados pelo poder público. Aos demais restaram a ocupação irregular e o acesso via comércio clandestino de lotes na periferia urbana, alguns dos quais no interior desses próprios loteamentos realizados pela prefeitura.

²³ De maneira geral, a partir desse período, a prefeitura, em cada projeto de loteamento a ser efetivado, abriu inscrições para as famílias interessadas, estipulando um conjunto de pré-requisitos a ser por elas preenchido. No caso das inscrições para a aquisição dos embriões habitacionais construídos pela prefeitura, destacamos os critérios adotados pela Secretaria Municipal de Habitação e Serviço Social: a) renda familiar de 1 a 5 salários mínimos; b) residência fixa em Santa Cruz do Sul há mais de dois anos; c) não ter sido beneficiado em outro programa habitacional; d) comprovar vínculo empregatício no município, contribuindo para a previdência social há no mínimo 12 meses, nos últimos 36 meses; e e) não ter outro imóvel no seu nome, nem ter sido proprietário nos últimos 2 anos. *Gazeta do Sul*, 09 de julho de 1996. p.2.

²⁴ Segundo Nelson Dreher, Secretário Municipal de Habitação e Serviço Social, além da busca por emprego, outro motivo importante que tem atraído novos migrantes para Santa Cruz do Sul é a possibilidade de acesso a um terreno e/ou à casa própria, através dos loteamentos populares realizados pela prefeitura municipal. *Entrevista realizada dia 29 de abril de 1996.*

5.2 - Os Moradores das Vilas Periféricas

Vimos anteriormente alguns aspectos que envolveram a constituição das vilas periféricas por nós estudadas. Cabe agora avançarmos a análise direcionando nosso olhar sobre o conteúdo social desses lugares periféricos. Para tanto, nesta etapa do trabalho nosso interesse é destacar algumas características que permitam definir a origem e o perfil dos trabalhadores que ali residem, a fim de que possamos melhor apreender o seu processo de (re)produção da força de trabalho.

As tabelas 11 e 12 permitem caracterizar melhor a dinâmica de produção dessas vilas periféricas.²⁵ Na tabela 11, observando os dados relacionados ao local de nascimento dos moradores das vilas, verificamos que com exceção da Vila Boa Esperança, nas demais vilas a maior parte dos moradores nasceu em outros municípios, seja naqueles da região do Vale do Rio Pardo, seja nos demais municípios do Estado. Além disso, com exceção da Vila Nova Esperança, esses migrantes, em sua maior parte, são oriundos da zona rural desses municípios. Essa marcante presença de famílias migrantes na composição dos moradores da periferia urbana confirma a importância que os fluxos migratórios vêm desempenhando no processo de aumento da população urbana local e na produção das vilas periféricas, nos últimos vinte anos.

A tabela 11 mostra também que as vilas da cidade, contrariamente ao discurso xenófobo de alguns segmentos locais de que a miséria e a desordem das vilas

²⁵ Dados obtidos através da aplicação de questionário, por nós elaborado, junto às famílias residentes nessas três vilas, no primeiro semestre de 1996, em amostragem de 10% do total dos domicílios existentes em cada uma das vilas a partir das informações demográficas existentes no Censo dos Habitantes dos Bairros, realizados em 1994 pelo Comitê Municipal de Combate à Fome e à Miséria. Após definida a amostragem, feito o sorteio das ruas e das casas a serem visitadas, foi aplicado o questionário.

periféricas são obra exclusiva dos migrantes, também apresentam como moradores, “filhos de Santa Cruz do Sul”.

Tabela 11 - Local de Nascimento dos Moradores das Vilas

Local	Boa Esperança		Nova Esperança		Torrano		Total	
Santa Cruz do Sul (a)	26	54%	11	42%	16	36%	53	45%
Zona Urbana	15	(58%)	05	(45%)	06	(17%)	26	(49%)
Zona Rural	11	(42%)	06	(55%)	10	(83%)	27	(51%)
Outros Municípios (b)	22	46%	15	58%	28	64%	65	55%
Zona Urbana	04	(18%)	13	(87%)	07	(25%)	24	(37%)
Zona Rural	18	(82%)	02	(13%)	21	(75%)	41	(63%)
Total (a + b)	48	100%	26	100%	44	100%	118	100%

Obs.: Os (%) representam a participação relativa das zonas urbana e rural em relação a Santa Cruz do Sul e aos outros municípios. Os dados referem-se ao local de nascimento do respondente do domicílio visitado.

Os dados contidos na tabela 12 permitem avançar a análise e, através deles podemos verificar que do total dos moradores das três vilas apenas 24% deles - incluindo aí os procedentes da zona rural de Santa Cruz do Sul - localizaram-se diretamente nas vilas, ao chegar. A esmagadora maioria, aproximadamente 83%, antes de vir residir nas vilas já morava em outras áreas da cidade. Isso mostra que a maioria dos migrantes, tanto os procedentes da zona rural de Santa Cruz do Sul, como os procedentes de outros municípios, a partir da chegada na cidade até a localização nas vilas referidas, têm buscado garantir sua reprodução social em outros locais da cidade. Essa busca tem-se materializado na paisagem da cidade através das ocupações ou invasões de áreas públicas, privadas, acima de tudo áreas verdes, de risco e aquelas localizadas na faixa de domínio das rodovias que circundam a cidade, como também se evidencia no crescimento desordenado das vilas já existentes.

Tabela 12 - Local de Residência Anterior à Vinda para a Vila (por Família) - 1996

Local	Boa Esperança		Nova Esperança		Torrano		Total	
Santa Cruz do Sul (a)	33	69%	23	88%	42	95%	98	83%
Zona Urbana	28	(85%)	21	(91%)	41	(98%)	90	(92%)
Zona Rural	05	(15%)	02	(9%)	01	(2%)	08	(8%)
Outros Municípios(b)	15	31%	03	12%	02	5%	20	17%
Zona Urbana	03	(20%)	-		02	(100%)	05	(25%)
Zona Rural	12	(80%)	03	(100%)	-		15	(75%)
Total = (a)+(b)	48	100%	26	100%	44	100%	118	100%

Obs.: Os (%) representam a participação relativa das zonas urbana e rural em relação a Santa Cruz do Sul e aos outros municípios.

Moradores originários da zona urbana de Santa Cruz do Sul têm vindo para essas vilas somente após recorrentes buscas de um lugar na cidade. Essa mobilidade residencial na cidade tem sido determinada pelo baixo poder de consumo da maior parte desses moradores, ante os efeitos segregadores da especulação imobiliária e das ações de renovação urbana desenvolvidas tanto pela iniciativa privada como pelo poder público municipal em determinadas áreas da cidade.²⁶ Nesse contexto, o resultado mais comum tem sido a expulsão desses moradores para aquelas áreas cujo acesso seja viável economicamente às suas condições materiais, ou seja, aquelas precariamente constituídas e localizadas na periferia da cidade. Outra opção tem sido a invasão de próprios municipais.

Nesse sentido, ambos os casos - envolvendo a busca de um lugar na cidade, tanto por parte dos migrantes como por parte de santa-cruzenses - caracterizam a ocorrência de intenso processo de migração intra-urbana na cidade. Processo que, no

²⁶ Muitas vezes, dadas as dificuldades em garantir a reprodução da família, pela baixa remuneração ou pela imposição do desemprego, e diante da pressão do capital imobiliário, algumas famílias vendem ou alugam suas residências e transferem-se para lugares economicamente mais acessíveis, na periferia da cidade.

seio das camadas mais desfavorecidas da população, assentado no sonho da aquisição de um terreno e da aquisição ou construção da casa própria, levam esses migrantes a empreender o que Vennetier chama de “marcha da propriedade”, que pode durar “longo tempo e comportar várias etapas explicitando assim o processo de mobilidade residencial”.²⁷

A tabela 13, ao demonstrar os principais motivos pelos quais essas famílias acabaram vindo residir nessas vilas, ilustra melhor o processo de fixação desses migrantes intra-urbanos na cidade. Dentre os principais motivos arrolados pelas famílias para justificar sua vinda para as vilas, destacamos o fato de que, para 74,5% do total das 118 famílias visitadas, isso ocorreu em função ou de terem ganho terreno e/ou casa da prefeitura, ou de ali serem reassentadas por essa última.²⁸

Tabela 13 - Motivos Pelos Quais as Famílias Vieram Residir na Vila

Motivo	Boa Esperança		Nova Esperança		Torrano		Total	
Ganhou Terreno e/ou Casa	13	27%	10	38%	41	93%	64	54%
Realocação pela Prefeitura	14	29%	09	35%	-	-	23	19,5%
Melhores Condições de vida	10	21%	03	11%	-	-	13	11%
Próximo ao Trabalho	06	12%	-	-	02	4%	08	7%
Morar com a Família/Casou	02	4%	02	8%	01	2%	05	4%
Outros	02	4%	01	4%	-	-	03	2,5%
Não Respondeu	01	2%	01	4%	-	-	02	2%
Total	48	100%	26	100%	44	100%	118	100%

²⁷ P.Vennetier. Centre, Périphérie et Flux Intra-Urbains dans les Grandes Villes d’Afrique Noire. In: *Annales de Géographie*. n° 547. p. 266.

²⁸ Na realidade, no caso das Vilas Boa Esperança e Nova Esperança, os lotes foram cedidos às famílias mediante pagamento de aluguel simbólico; e enquanto na Boa Esperança a maior parte das famílias reconstruiu suas moradias, na Nova Esperança boa parte das casas foi construída pela prefeitura. Já na Vila Torrano, o processo foi outro. Os lotes foram sorteados entre as famílias inscritas. Aquelas contempladas assinaram um contrato de compra, tendo o valor do lote sido financiado em 36 meses. E 48 embriões habitacionais também foram distribuídos a partir do sorteio das famílias inscritas. O pagamento dessas casas também foi financiado pela prefeitura. Isso não significa, todavia, que algumas dessas famílias não tenham de fato ganho da prefeitura esses imóveis, para alguns moradores isso às vezes acontece, principalmente em períodos pré-eleitorais.

Isso confirma nossas colocações anteriores de que, guardadas as especificidades que envolveram a constituição de cada uma das vilas, a maior parte dessas famílias teve como fator determinante de sua vinda para a vila as ações intervenientes da prefeitura municipal, que acabaram por institucionalizar a periferia da cidade como seu local de moradia. Ações essas que se articulam dentro das medidas promovidas pelo poder público municipal para amenizar, de um lado o problema das invasões de próprios municipais e de áreas de risco na cidade, e contornar, de outro lado, os efeitos da especulação imobiliária e do déficit habitacional que nos últimos vinte anos vêm intensificando-se no município.

Além disso, se por um lado, a vinda e a fixação de muitas dessas famílias nesses loteamentos populares estão diretamente vinculadas às medidas de transferência de famílias que ocupam áreas irregulares na cidade, e de distribuição/sorteio de lotes e casas às famílias carentes já cadastradas pela prefeitura, por outro lado, esta última ação tem justamente atraído para essas vilas novas famílias migrantes que para lá se deslocam em busca do mesmo benefício, para melhorar sua condição de vida. Outros também para lá se dirigem em função da proximidade com o distrito industrial, que lhes acena com a possibilidade de emprego. Outros, ainda, são movidos pela força de laços de amizade e de parentesco com os que chegaram primeiro. Em consequência, ocorre a ocupação desordenada e intensiva desses loteamentos.

A tabela 14 demonstra algumas características desse intenso processo de ocupação do solo nas vilas periféricas da cidade. Ela mostra que, enquanto a maior parte dos moradores é proprietária da sua moradia - 84% e 89% respectivamente nas

vilas Boa Esperança e Torrano, e 65% na vila Nova Esperança²⁹ -, na propriedade dos terrenos o índice não repete a mesma proporção. Nessa segunda variável, com exceção da Boa Esperança, onde 55% dos terrenos são de propriedade dos informantes, nas demais vilas prevalecem formas alternativas de acesso à terra urbana como a obtenção da cedência e do empréstimo dos lotes e, em menor escala, a ocupação de áreas e/ou lotes vazios. Tão significativa presença da cedência/empréstimo do terreno confirma o que já havíamos antes anunciado: a construção de mais de uma casa por lote. Isso, em nosso ver, ocorre principalmente em função da instalação de familiares e/ou de amigos nos lotes daqueles conhecidos, que primeiro chegaram à vila. A presença de mais de uma casa por terreno deve-se também à sublocação de parte do terreno para outras famílias que não receberam lotes e/ou novos migrantes, gerando renda extra para o trabalhador garantir a reprodução de sua família.

Essa tabela também mostra que a maior parte das moradias são de madeira, resultado do processo de autoconstrução que os moradores empreenderam na realocação ou instalação na vila. Muitas foram reformadas e/ou ampliadas, também através da autoconstrução durante a estada desses moradores na vila, de acordo com a disponibilidade do orçamento familiar, reforçado pelo ganho na safra. Levando em conta o baixo poder aquisitivo da grande maioria dos moradores, isso de certa forma explica o pequeno o número de barracos existentes nessas vilas.³⁰

²⁹ Percentual menor na vila Nova Esperança porque ali a prefeitura construiu algumas casas, financiando-as aos moradores; além disso, a prefeitura construiu pequenas habitações e os cedeu/emprestou aos moradores comprovadamente mais carentes.

³⁰ Pelas visitas de observação nessas vilas, foi possível observar que a grande maioria das casas existentes, ainda que apresentem as mínimas condições de habitabilidade, apresentam um padrão de construção irregular, evidenciando o longo tempo em que as peças ou a reforma/ampliação dessas foram sendo realizadas. Entretanto, não podemos considerá-las como simples barracos, que existem, mas são em menor número.

Tabela 14 - Situação da Moradia, Condições da Habitação e Infra-Estrutura Existente (por domicílio)

Variáveis	Boa Esperança		Nova Esperança		Torrano*	
Número de Domicílios / %**	389 (81%)		193 (73%)		372 (71%)	
Tipo de terreno						
Próprio	215	55%	72	37%	175	47%
Cedido/Emprestado	132	34%	92	48%	161	43%
Sem dono	11	3%	16	8%	18	5%
Tipo de moradia						
Própria	348	89%	126	65%	313	84%
Cedida/Emprestada	19	5%	33	17%	25	7%
Alugada	6	2%	1	0,5%	25	7%
Em aquisição	4	1%	31	16%	6	2%
Tipo de construção						
Alvenaria	49	13%	53	27%	54	14%
Madeira	265	68%	127	66%	251	67%
Mista	30	8%	9	5%	46	12%
Barraco	25	6%	2	1%	15	4%
Possuem água encanada	326	84%	151	78%	382	90%
Possuem luz elétrica	318	82%	174	90%	405	96%
Possuem esgoto encanado	198	51%	142	74%	344	81%
Domicílios em área verde	11	3%	16	8%	18	5%
Domicílios em área de risco	51	13%	17	9%	39	10%

Fonte: Censo dos Habitantes dos Bairros - 1994. Comitê de Combate à Fome e à Miséria. Santa Cruz do Sul. Obs.: (*)Esses dados também incluem informações sobre o bairro Faxinal Velho; (**) Número de domicílios visitados pelo Censo. (%) dos domicílios visitados em relação ao total dos domicílios existentes na vila.

De maneira geral vê-se que a maior parte dos domicílios das vilas possuem infra-estrutura básica disponível que, com exceção da vila Torrano, foi objeto de longo processo de reivindicação dos moradores junto ao poder público local, processo esse que começou a ser plenamente atendido no início dos anos noventa. Mesmo assim, a disponibilidade desses serviços está marcada por irregularidades, como, por exemplo, a instalação da energia elétrica, feita muitas vezes por ligações

clandestinas - várias casas ligadas a um mesmo relógio, num emaranhado de fios precariamente ligados uns aos outros - oferecendo constantes riscos aos usuários. Outro exemplo é o fato que a maior parte das casas dispõem de rede de esgotos, mas várias delas não têm o banheiro ligado à rede, predominando as tradicionais “casinhas” fora de casa, nos fundos do terreno. É o caso principalmente da vila Boa Esperança, onde ainda hoje apenas 50% dos domicílios são atendidos por esse serviço. Além disso, em todas as vilas, a rede de esgoto doméstico disponível nada mais é do que o uso conjugado da rede pluvial, onde os esgotos são diretamente lançados sem tratamento, indo findar, invariavelmente, em algum curso d’água próximo.

Um último aspecto a destacar dessa tabela é o fato de que mesmo em se tratando de loteamentos populares realizados pela prefeitura, no caso da Nova Esperança e da Torrano, ou mesmo na Boa Esperança enquanto lugar que teve os lotes regularizados pelo poder público, cerca de 15% dos lotes foram demarcados em áreas verde e/ou de risco. Ou seja, casos flagrantes de institucionalização da irregularidade, com sérios prejuízos e riscos às famílias ali instaladas.

De todo modo, as vilas periféricas estudadas, originadas através da ocupação irregular, no caso da Boa Esperança, e da realização de loteamentos populares pela prefeitura municipal, acabam por significar para a grande maioria dessas famílias a etapa final de uma longa e penosa jornada a ser trilhada para garantir a sua reprodução social. Para algumas delas, entretanto, aquelas que se encontram em piores condições econômicas, as melhorias urbanas reivindicadas pelas comunidades acabam representando aumento nos custos de reprodução, impondo-lhes a necessidade de migrar novamente para outras vilas, geralmente áreas mais precárias

ainda. Como lembra Corrêa, tais vilas significam também, enquanto resultado imediato da segregação espacial e social, o controle necessário à realização da reprodução das relações sociais de produção na cidade³¹, e acrescentaríamos ainda um outro significado: a condição para viabilizar a imobilidade da força de trabalho necessária à reprodução do capital, notadamente o agrofumageiro, que tem nessas vilas um contingente excedentário e prontamente disponível de mão-de-obra para o trabalho temporário durante a safra. Muito embora, para uma parcela dessa força de trabalho, o processo de racionalização e modernização das atividades produtivas tenham significado a exclusão do mercado formal de trabalho.

Isso pode ser verificado nas tabelas 15 e 16 que, respectivamente, mostram a situação ocupacional e o local de trabalho dos moradores das vilas estudadas.

Na tabela 15, verificamos que no conjunto das três vilas estudadas, do total dos 1.755 moradores recenseados em 1994, aproximadamente 59% estavam empregados; desses, 55%, ou seja, 574, afirmaram ser trabalhadores efetivos, e 45%, cerca de 468, identificaram o trabalho temporário como principal vínculo de emprego, evidenciando que uma grande parte da população ali residente se reproduz socialmente através do mercado informal. A tabela mostra ainda que, entre os moradores empregados, enquanto os homens representam 68% dos trabalhadores com empregos efetivos, as mulheres respondem por 63% daqueles que se empregam temporariamente. Além de evidenciar a importância que o trabalho temporário adquire no processo de reprodução dessas famílias, tais dados revelam também - confirmando o que já havíamos adiantado em capítulos anteriores - a predominância da presença da força de trabalho feminina entre os trabalhadores temporários das vilas.

³¹ R. Lobato Corrêa . *O Espaço Urbano*. Ed. Ática. p.61-65.

Tabela 15 - Situação Ocupacional dos Moradores das Vilas, por Sexo - 1994

Situação	Boa Esperança				Nova Esperança				Torrano*			
	H	%	M	%	H	%	M	%	H	%	M	%
Empregados	231	72	173	48	101	64	85	47	231	69	221	55
Efetivos	151	(65)	46	(27)	55	(54)	17	(20)	184	(80)	121	(55)
Temporários	80	(35)	127	(73)	46	(46)	68	(80)	47	(20)	100	(45)
Desempregados	54	17	148	41	38	24	85	47	45	13	131	32
Aposentados	25	8	24	7	12	8	10	5	52	15	48	12
Não responderam	8	2,5	13	4	7	4	1	0,5	7	2	5	1
Total**	318	100	358	100	158	100	181	100	335	100	405	100

Fonte: Censo dos Habitantes dos Bairros - Santa Cruz do Sul - 1994. Comitê de Combate à Fome e à Miséria. Obs.: H= Homens, M=Mulheres. (*) Esses dados também incluem o Bairro Faxinal Velho; (%): Esses percentuais correspondem ao número de trabalhadores efetivos e temporários em relação ao total de trabalhadores empregados; (*): Os totais aqui informados correspondem ao número de homens e de mulheres que responderam o questionário do Censo.

Observamos também uma taxa de desemprego de 28% entre os moradores das vilas, taxa que, no caso dos homens, varia de 13% na Vila Torrano a 24% na Vila Nova Esperança. Já em relação às mulheres essa taxa oscila entre 32% na Vila Torrano e 47% na Vila Nova Esperança. Esses dados, obtidos pelo Censo dos Bairros em 1994, refletem, de um lado, o período recessivo e de estagnação econômica vividos pelo País durante a “transição” dos governos de Fernando Collor-Itamar Franco, e de outro lado, principalmente em relação às mulheres, os primeiros resultados locais do processo deflagrado no início dos anos noventa, na escala internacional, de reconcentração do capital agrofumageiro - fechamento de fábricas, demissões, automatização, terceirização. Além disso, há que se considerar também a baixa qualificação profissional e escolaridade da maior parte dos trabalhadores que ali residem, o que lhes dificulta o acesso ao mercado de trabalho.³²

³² Como os dados deste Censo dos Bairros foram obtidos durante a safra de 1993/1994, no mês de abril de 1994 essa maior incidência do desemprego entre as mulheres já reflete o processo de diminuição do aproveitamento da força de trabalho safrista pelas empresas agrofumageiras, iniciado a partir de 1992.

Tabela 16 - Local de Trabalho, por Sexo - 1994

Local de Trabalho	Boa Esperança				Nova Esperança				Torrano*			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Indústrias de fumo	57	25	132	76	34	34	60	71	50	22	94	42
Indústrias de alimentos	3	1,3	3	1,7	1	1	-	-	4	2	5	2
Indústria do vestuário	-	-	4	2	-	-	-	-	-	-	15	7
Indústria da c..civil	61	26	-	-	20	20	-	-	27	12	-	-
Outras indústrias	15	6	3	1,7	5	5	-	-	22	9	11	5
Comércio e serviços	19	8	4	2	9	9	4	5	32	13	18	8
Órgão público	19	8	8	5	12	12	6	7	25	11	24	11
Autônomo(a)	18	8	1	0,6	5	5	-	-	40	17	11	5
Biscate	10	4	-	-	5	5	-	-	6	3	-	-
Empregada doméstica	-	-	9	5	-	-	3	3,5	-	-	23	10
Cozinheira	-	-	-	-	-	-	1	1,2	-	-	-	-
Faxineira	-	-	7	4	-	-	7	8	-	-	6	3
Outros	29	12	2	1	10	9	3	3,5	25	11	14	6
Total(**)	231	100	173	100	101	100	85	100	231	100	221	100

Fonte: Censo dos Habitantes dos Bairros - Comitê de Combate à Fome e à Miséria - 1994. Santa Cruz do Sul. Obs.: * Inclui dados do Bairro Faxinal Velho; (**) Esses totais referem-se aos trabalhadores empregados, efetivos e temporários, na ocasião do Censo.

A tabela 16, em que pese não discriminar a participação relativa de trabalhadores efetivos e temporários por local de trabalho, permite verificar, no conjunto das vilas, a importância que a indústria agrofumageira adquire como alternativa de emprego para esses moradores, notadamente para as mulheres. Destas, no total das vilas estudadas, 60% da força de trabalho ali residente se ocupa nas agroindústrias fumageiras; o restante, em torno de 40%, trabalham em outros locais, como órgãos públicos (8,0%), de empregada doméstica (7%) e de faxineira (4%). Já em relação ao total dos trabalhadores do sexo masculino, ainda que exista um leve predomínio do emprego na indústria agrofumageira, em torno de 25%, percebe-se também a importância relativa de setores como a indústria da construção civil (19%), os setores do comércio e de serviços (11%), e o trabalho autônomo (11%).

Ao apresentar os moradores dessas vilas que trabalham temporariamente como safristas e, dentre esses, aqueles que trabalham na entressafra, a tabela 17 define melhor o perfil dos trabalhadores safristas que residem nessas áreas periféricas da cidade. Relacionando o número de trabalhadores empregados na indústria agrofumageira indicado na tabela anterior com o número de trabalhadores safristas, percebemos que todos os moradores das vilas que são assalariados na indústria agrofumageira, são trabalhadores safristas - exceção feita aos trabalhadores do sexo feminino da vila Boa Esperança e dos trabalhadores masculinos da vila Torrano, entre os quais também existem trabalhadores efetivos. Além disso, verifica-se um grande predomínio de trabalhadores do sexo feminino, cerca de 70%, no total da mão-de-obra safrista ali residente.

Do conjunto dos trabalhadores safristas residentes nessas vilas, 51% trabalham na entressafra. Dentre os trabalhadores safristas masculinos, aproximadamente 83% buscam garantir a reprodução da família na entressafra: seja através da venda temporária de sua força de trabalho na indústria da construção civil, notadamente trabalhando como pedreiro ou servente de obra, seja fazendo biscates, ou como trabalhadores autônomos, prestando pequenos serviços pela cidade.

Já entre as trabalhadoras safristas, o número de mulheres que também buscam novo trabalho na entressafra é de aproximadamente 37% podendo-se destacar, entre as novas ocupações, o emprego de faxineira, por elas denominado de diarista, e o de empregada doméstica. Ambos representando, de acordo com os dados da tabela, aproximadamente 33% das ocupações na entressafra. Pode-se também destacar o trabalho de costureira, com 15% das indicações, incluídas aquelas que

trabalham como autônomas, em suas residências no interior das vilas, e também aquelas que se assalariam nas indústrias de confecções existentes na cidade.

Tabela 17 - Trabalhadores Safristas, Por Sexo - 1994

Safristas	Boa Esperança		Nova Esperança		Torrano*		Total	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Trabalhadores Safristas	56	126	34	60	32	94	122	280
Que trabalham na Entressafra	53	49	26	16	23	40	102	105
Tipo de Trabalho na Entressafra								
Pedreiro	6		x		6		12	
Servente de Obra	10		x		1		11	
Marceneiro	1		x		-		1	
Biscateiro	9		x		2		11	
Eletrecista	2		x		1		3	
Torneiro Mecânico	2		x		1		3	
Papeleiro	1		x		-		1	
Jardineiro	2		x		1		3	
Sapateiro	-		x		2		2	
Pintor	-		x		1		1	
Vigia	1		x		-		1	
Mecânico	-		x		1		1	
Outros (Homens)	19		x		7		26	
Costureira		10		x		6		16
Doméstica		3		x		3		6
Balconista		2		x		3		5
Faxineira		18		x		11		29
Bordadeira		1		x		1		2
Tricoteira		2		x		1		3
Copeira		1		x		-		1
Artesã		1		x		-		1
Outros (Mulheres)		11		x		15		26

Fonte: Censo dos Habitantes dos Bairros - 1994 - Comitê de Combate à Fome e à Miséria - Santa Cruz do Sul. Obs.: (*) Esses dados incluem o Bairro Faxinal Velho; (x) Dados existem, mas não foram divulgados.

Nesse aspecto, os dados acima demonstram a importância que o trabalho safrista nas indústrias agrofumageiras adquire no processo de reprodução social dessas famílias, no qual o assalariamento temporário das mulheres desempenha papel fundamental, contribuindo para o aumento da renda familiar.³³ Reprodução essa que

³³ De acordo com os dados do Censo dos Bairros - 1994, em 45% dos 954 domicílios visitados nas três vilas a renda familiar é de até 2 salários mínimos. Nos casos das vilas Nova Esperança e Boa

no período da entressafra os trabalhadores masculinos procuram garantir, principalmente em atividades no mercado informal, ou no inconstante - e de elevada rotatividade - setor da construção civil. Para a maior parte das mulheres, terminada a safra, elas passam a dedicar mais tempo na produção de valores de uso no âmbito doméstico, a fim de viabilizar a reprodução da família - produção essa que não cessou mesmo no período da safra, ainda que dispendo de menos tempo. No caso de algumas famílias, contudo, seja pelas dificuldades para manter-se, seja pela situação de desemprego que muitas vezes o marido e/ou filhos se encontram, ou ainda, pela idéia de formar um pequeno pecúlio para reformar/ampliar a casa ou para melhorar de vida, as mulheres, finda a safra, passam temporariamente a trabalhar entre outras atividades, notadamente como diaristas ou como empregadas domésticas nas residências da cidade.

Nesse sentido, apesar das dificuldades, da incerteza, e da insegurança que envolvem o processo de reprodução social dessas famílias, para as empresas do município, em especial para as agroindústrias fumageiras, essas formas alternativas e informais de trabalho encontradas pelos moradores, bem como a auto-construção da moradia nas vilas periféricas da cidade promovem o barateamento dos custos de reprodução dessa força de trabalho que lhes é necessária, ou que lhes está disponível, à reprodução do capital.

5.3- A Periferia Urbana em Santa Cruz do Sul : Segregação e Disciplina na Terra do Fumo

A reprodução dessas famílias nas vilas periféricas reflete o processo de segregação na cidade que as camadas de baixa renda da população em Santa Cruz do Sul tem experimentado ao longo do processo de urbanização do município. Essa segregação residencial na periferia da cidade, como vimos nos dois primeiros capítulos, pode ser apreendida como resultado das determinações inerentes à dinâmica contraditória e excludente das formas predominantes do acesso à moradia na capital do fumo. Dinâmica essa que, se de um lado se estrutura e se reproduz a partir da lógica e dos mecanismos que regulam o mercado imobiliário através dos diferentes interesses e das ações dos diversos agentes sociais, que participam do processo de (re)produção do espaço urbano local, de outro, não se faz desvinculada das ações e das intervenções postas em prática pelo Estado, aqui entendido a Prefeitura Municipal.

A atuação do Estado na organização espacial da cidade se faz, segundo Corrêa, de forma “complexa e variável tanto no tempo como no espaço, refletindo a dinâmica da sociedade da qual é parte constituinte”. Dessa forma, ainda que sejam diversas as possibilidades de ação do Estado, sua efetivação e processamento na cidade não se fazem de forma neutra, acima das classes sociais e dos conflitos inerentes à sociedade capitalista. Em realidade, suas ações traduzem direta ou indiretamente tanto os embates como as alianças promovidas pelos diferentes agentes e grupos sociais urbanos, imprimindo nessas ações o seu conteúdo de classe, via de regra, da classe e/ou das frações de classe que em determinado momento histórico estão no poder. Além disso, tais ações ocorrem num marco em que o objetivo central

é prover condições que assegurem o desenvolvimento da acumulação de capital e a reprodução da sociedade capitalista.³⁴

Nesse sentido, entendemos que a segregação desses moradores na periferia da cidade também está direta ou indiretamente associada a um conjunto de ações, de diretrizes, e de instrumentos legais postos em prática pela Prefeitura Municipal, a fim de viabilizar uma dinâmica de (re)produção espacial que garanta a racionalidade e a funcionalidade requeridas por um projeto de organização da cidade, que acima de tudo viabilize a reprodução da estrutura social existente, de forma a atender os interesses dos segmentos hegemônicos presentes na produção do espaço urbano local.

Por outro lado, se a promoção desse conjunto de ações pela Prefeitura Municipal, no âmbito do processo de reprodução do espaço urbano local, apresenta-se como condição e produto da dinâmica pela qual o capital, em suas diferentes frações, se reproduz na cidade, os mecanismos e instrumentos adotados na realização dessas ações têm também conteúdo e objetivos fundamentados na disciplina e no controle.

Dentre as inúmeras ações e políticas públicas promovidas pelo poder municipal, intimamente ligadas à produção da periferia - algumas das quais já analisadas, nos capítulos precedentes³⁵ - nos deteremos aqui naquela que, em nosso entender, ao confirmar implícita ou explicitamente o caráter controlista e disciplinador do Estado no âmbito do processo de reprodução da cidade, permite melhor apreender o conteúdo que subjaz à promoção da segregação desses moradores e os mecanismos que a viabilizam.

³⁴ R. L. Corrêa. Op. Cit. p.25,26.

³⁵ Como: a regulamentação do uso e da ocupação do solo urbano, a política de impostos fundiários e imobiliários urbanos, a política de investimentos em infra-estrutura e equipamentos urbanos, a política habitacional e, as ações de transferência de famílias de áreas irregulares para a periferia, vistos nos capítulos 2, 3 e 4.

Nesse sentido, exatamente por estar na base do surgimento de muitas das vilas periféricas existentes, entre elas aquelas por nós estudadas, optamos por concentrar nosso olhar na política recorrentemente adotada pela Prefeitura, de realocização das famílias ocupantes de áreas irregulares na cidade para determinados lugares da periferia urbana.

A abertura desses loteamentos populares na periferia da cidade a priori tem sido justificada pelo poder público local por proporcionar melhores condições de vida para essas famílias - através do acesso a terrenos e/ou à casa própria -, além de, através dela, procurar-se garantir a preservação das áreas verdes existentes na cidade. Diante da lógica especulativa do mercado imobiliário e do ritmo acelerado pelo qual a urbanização da cidade se processa, não há dúvida de que a princípio ela tem sua razão de ser. Entretanto, o que nos chama a atenção é que, no caso da preservação das áreas verdes da cidade, o rígido controle e a fiscalização que as ocupações e vilas irregulares têm recebido do poder público não têm sido os mesmos em relação aos inúmeros loteamentos e condomínios fechados realizados pela iniciativa privada para as classes média alta e alta, em áreas de encosta do cinturão verde que circunda a cidade.³⁶ A privatização do uso e o desmatamento de amplas parcelas desse cinturão, com profundos prejuízos para a população, na medida em que a cidade apresenta carência de áreas verdes públicas, têm tido muitas vezes a conivência da prefeitura.

Quanto ao provimento de melhores condições de vida para essas famílias, vimos que a transferência para os loteamentos populares na periferia, em que pese ter oportunizado o acesso ao lote e/ou à casa, se fez acompanhada na maior parte dos casos pela demora e pela descontinuidade no atendimento das condições de infra-

³⁶ Entre outros: os condomínios Costa Norte, Avifauna e os loteamentos Chácara das Freiras III, Campus I e II e Jardim Europa.

estrutura urbana e de regularização dos imóveis. Tais condições, pelo que já vimos, somente foram viabilizados integralmente pela Prefeitura a partir da organização e da mobilização dos moradores.

A abertura desses loteamentos em áreas afastadas da cidade, por outro lado, implicaram elevados custos para a municipalidade no que se refere a desapropriação, a terraplenagem e a extensão dos serviços de infra-estrutura urbana para tais áreas periféricas. Ainda que tivéssemos, no interior da cidade, dentre as áreas irregularmente ocupadas, aquelas que de fato não se mostrassem viáveis para um projeto de regularização e urbanização no próprio local, como as áreas verdes ou aquelas de risco, várias outras, no entanto, identificadas como próprios municipais, ou mesmo aquelas dos vazios urbanos existentes na cidade, basicamente utilizadas pelos seus proprietários como objeto de especulação imobiliária, poderiam ter sido aproveitadas pela prefeitura para a instalação de núcleos habitacionais populares. Essa opção nos parece, além de representar uma ocupação mais racional do espaço urbano local em termos da utilização da infra-estrutura instalada, e do aproveitamento dos equipamentos urbanos já existentes, viabilizaria também melhor acessibilidade aos serviços existentes na cidade para essa parcela da população.

Entretanto, a opção adotada, de transferência dessas famílias para áreas distantes, na periferia da cidade, em realidade revela uma política de organização da cidade que, ao longo do tempo, tem-se caracterizado por garantir a valorização de uma estética urbana intimamente afinada com os interesses do capital imobiliário. Em outras palavras, trata-se de impedir que a presença de aglomerados ou ocupações, irregulares ou não, com pessoas de baixa renda, desqualifiquem as áreas vizinhas e/ou

as localizadas no seu entorno, desvalorizando e impondo limites à reprodução do capital imobiliário.

A esse respeito merecem destaque as palavras do então prefeito sobre o significado da realização do loteamento Boa Esperança. Para ele, significava: “(...) o momento oportuno para procedermos a evacuação das áreas ocupadas de maneira clandestina, promovendo uma *limpeza* nos próprios da prefeitura”.³⁷ Trata-se, portanto, como lembra Guiddens de “(...) encarar essas áreas como desagradáveis à vista, como regiões de trás a serem escondidas em enclaves fechados ou transferidos para os arredores das cidades”.³⁸

Não é sem razão, portanto, que quem chega a Santa Cruz do Sul invariavelmente faz questão de comentar a respeito da beleza da cidade, da limpeza de suas ruas, dos pátios e casas bem cuidados e da inexistência na cidade de áreas pobres e degradadas. Estas últimas, na verdade, existem. Mas estão cuidadosamente “escondidas” na periferia, fora do alcance dos olhares dos visitantes que, seguindo o roteiro dos principais atrativos turísticos, tendem a circular pela área central e por áreas intersticiais da capital mundial do fumo.

Além disso, ao mesmo tempo que esses loteamentos populares têm servido estrategicamente para realocar essas famílias, concentrando-as na periferia da cidade, alguns desses loteamentos, como os que vimos acima, pela sua proximidade com o distrito industrial tornaram-se importantes pontos de fornecimento de mão-de-obra barata e de imediata mobilização para as indústrias, notadamente as agroindústrias fumageiras.

³⁷ Jornal Gazeta do Sul, 15 de janeiro de 1981. s/p. Grifo nosso.

³⁸ A. Guiddens. *A Constituição da Sociedade*. Ed. Martins Fontes. 1989. p. 105. Para o autor: “É possível tornar *invisíveis* as áreas de gueto por seu fechamento regional em bairros de taxas muito baixas de transferência de propriedade e de mobilidade diária para dentro e para fora”. Grifo do Autor.

Nesse sentido, as ações de transferência dessas famílias, postas em prática ao longo dos últimos vinte e cinco anos pela Prefeitura tem traduzido, no âmbito do processo de produção da cidade, em nosso entender, uma política deliberada para garantir o disciplinamento do acesso e do uso dos espaços da cidade por esse segmento da população, bem como em viabilizar meios de promover o controle sobre o processo de reprodução desse grupo social na cidade.

A ordem disciplinar presente na organização da cidade se manifesta na segregação espacial forçada dessa parcela da população, se apresenta, como lembra Foucault, enquanto técnica de poder utilizada na gestão dos homens, no controle de suas multiplicidades, na qual a disciplina se caracteriza como “a arte de distribuição espacial dos indivíduos; (...) por exercer seu controle, não sobre o resultado de uma ação, mas sobre seu desenvolvimento.”³⁹

Nessa perspectiva, a transferência compulsória dessas famílias para tais áreas periféricas, a partir da abertura e/ou ampliação dos loteamentos populares, tem-se configurado como principal recurso ao disciplinamento da localização desses moradores na cidade. A realização desses loteamentos, mesmo que de forma precária e não isentos de irregularidades, tem-se mostrado funcional a esse disciplinamento, na medida em que o interesse em garantir a fixação dessas famílias nesses locais tem sido viabilizado pela promoção do acesso ao lote e/ou à casa própria, através da cessão de uso ou de programas especiais de financiamento. Além disso, a relativa distância entre as vilas e as áreas centrais da cidade e a precariedade do serviço de transporte coletivo urbano prestado a essas áreas têm igualmente contribuído para reforçar a

³⁹ M. Foucault. *Microfísica do Poder*. Ed. Graal. 1989. p.105

segregação espacial dessas famílias, já que acabam limitando a circulação desses moradores pela cidade.⁴⁰

Há que se destacar ainda que o disciplinamento e a segregação desses moradores nas vilas periféricas da cidade se fizeram acompanhadas, notadamente nos anos iniciais da década de noventa, em função do intenso afluxo de novos migrantes para a capital do fumo, por ações ostensivas de fiscalização e controle por parte da prefeitura, principalmente nas áreas periféricas da cidade, de modo a evitar a vinda e a instalação de novos migrantes na cidade.

Como vimos anteriormente, diante da conjuntura que o país então vivia e de seus reflexos na economia regional, além das mudanças operacionais que as agroindústrias fumageiras passaram a promover a partir desse período, a vinda de novos migrantes acabou gerando o agravamento dos problemas sociais na capital do fumo. Nesse contexto, paralelo à diminuição dos níveis de emprego, vamos ter o aumento do mercado informal e o surgimento de vendedores ambulantes, e também o aumento dos furtos a residências e a casas comerciais, e o surgimento de meninos de rua pedindo esmola nas áreas centrais da cidade. Simultaneamente ao crescimento do déficit habitacional, aumenta o número de submoradias nas vilas populares, crescem as invasões em áreas verdes e o número de barracos nas faixas de domínio das estradas que dão acesso à cidade.

⁴⁰ Até 1993 o serviço de transporte coletivo urbano nas vilas antes destacadas era realizado de forma muitíssimo precária. Além de os ônibus não entrarem nas vilas, limitando seu movimento à entrada, junto à BR-471, os horários de ida e de volta do centro da cidade eram escassos e muito espaçados no tempo, fazendo com que a maioria da população ali alocada muitas vezes se deslocasse a pé até o centro ou demais áreas da cidade, dada a espera interminável dos ônibus. Somente a partir desse período é que os veículos começaram a entrar nas vilas, e o número de horários foi acrescido. Entretanto, além do descumprimento da tabela de horários, o que faz com que na prática os ônibus circulem de uma em uma hora, praticamente não existem horários noturnos para a cidade - o último horário da vila Boa Esperança para o Centro é às 20h, e o último horário de retorno, saindo do centro, é às 22h. Nos finais de semana os horários disponíveis diminuem e tornam-se ainda mais espaçados, dificultando o acesso dessas famílias a locais de lazer e de entretenimento nas demais áreas da cidade, já que inexitem nas vilas.

Diante desse quadro, as ações disciplinares e controlistas exercidas pela prefeitura em relação à vinda de novos migrantes, em realidade traduzem a insatisfação e o receio dos setores hegemônicos da cidade com a ameaça que essa situação representava aos seus interesses.⁴¹ Em outras palavras, tal situação passava a representar para esses setores uma anomalia no processo em curso de (re)produção da cidade, até então de vital importância à reprodução do capital, e como tal deveria ser equacionada. Na verdade, a cidade passava a experimentar os reflexos perversos da própria lógica e dinâmica de reprodução do capital tanto em nível regional como municipal. Assim, contrariamente à tradicional abertura de seu território ao capital internacional, a capital mundial do fumo passava a fechar suas fronteiras aos trabalhadores migrantes.

Nessa perspectiva, a prefeitura passou a cooptar algumas lideranças comunitárias junto às associações de moradores, fazendo-as, seus fiscais nas inúmeras vilas da cidade. A esses fiscais cabia a tarefa de impedir a instalação de novos migrantes nas vilas periféricas da cidade, e manter a prefeitura informada, para providenciar o retorno dessas famílias ao seu local de origem. Além disso, o poder público municipal designou funcionários para uma fiscalização mais ostensiva na rodoviária da cidade, buscando garantir o retorno imediato dos novos migrantes aos seus locais de origem.

⁴¹ Essa na verdade não foi uma atitude isolada da prefeitura; pelo contrário, teve o apoio ainda que informal dos segmentos hegemônicos da economia local, que percebiam nessa situação uma ameaça às condições normais de reprodução e acumulação de capital. Nesse aspecto, merece destaque a posição do Presidente do SINDIFUMO, Sr. Hélio Fensterseifer: "A todo cidadão brasileiro está assegurado o direito de ir e vir, mas para mim não está assegurado o direito de ficar no local em que ele não possui nada. Ele vai poluir, ele vai diminuindo o meu patrimônio (...) você não pode tirar o problema do município vizinho e transferi-lo para o outro. Claro, todos têm direito à busca do seu trabalho, mas quem não tem um trabalho assegurado não poderia vir." Entrevista realizada em 25 de outubro de 1995.

Essas ações restritivas contra o direito constitucional das pessoas de irem, virem e permanecerem, se por um lado contaram com o apoio dos setores hegemônicos da comunidade, logo tiveram muita repercussão na cidade e nos municípios vizinhos, ganhando as páginas dos jornais e as telas das redes de televisão.⁴² O debate acirrado que esse tema acabou suscitando no âmbito estadual levou o governo do Estado, através da sua Secretaria de Justiça, a questionar a legalidade desse ato de fechamento das fronteiras municipais e a interpelar judicialmente o então prefeito. Diante da repercussão negativa que essas medidas tiveram principalmente no âmbito da Igreja, e dos movimentos sociais e em defesa dos direitos humanos e da cidadania, pela mobilização que esses segmentos começaram a desenvolver no conjunto da comunidade, e mesmo pela intimidação causada nos migrantes potenciais levando a diminuição desse fluxo, essas ações foram refluindo nos anos seguintes. Na verdade, não deixaram de existir: veladamente a prefeitura municipal continua ainda hoje a realizá-las.

Em Santa Cruz do Sul o disciplinamento da localização desses moradores na cidade também tem sido viabilizado através de dispositivos legais urbanísticos, como é o caso do Plano Diretor. Se considerarmos que o objetivo da política de planejamento urbano, em geral, e dos planos diretores, em particular, é a normatização do espaço existente e a definição de limites para as ocupações espaciais futuras, e que para tanto metodologicamente esses instrumentos estão fundamentados em um processo de classificação e de combinação, então podemos entender os

⁴² Nesse período, ações similares foram também postas em prática por outras prefeituras, onde o processo migratório mostrava-se intenso. Caso, por exemplo, dos municípios de Novo Hamburgo, Gramado, Caxias do Sul, Farrroupilha e Bento Gonçalves.

dispositivos e os mecanismos adotados para viabilizar ou garantir uma determinada ordem na configuração do espaço urbano, enquanto procedimentos disciplinares.⁴³

Ou seja, os planos diretores podem ser caracterizados como instrumentos tipicamente disciplinares, já que possuem o objetivo de definir as formas de ocupação e de uso do espaço urbano e têm como pressuposto e meio de objetivação a prática da divisão da cidade, o que Foucault identifica como o “quadriculamento” do espaço.⁴⁴ Esse quadriculamento do espaço urbano representa aqui a forma de disciplinamento da sociedade, através das funções de habitar, trabalhar, circular e recrear.

Se por um lado esse quadriculamento também está presente no Plano Diretor de Santa Cruz do Sul, delimitando áreas residenciais, comerciais, industriais, institucionais e de lazer, por outro, mesmo no interior da área para uso residencial, vamos ter um novo quadriculamento, estabelecendo parâmetros urbanísticos de ocupação e de aproveitamento do solo na cidade. Também aqui percebemos a definição de dispositivos disciplinares no sentido de, simultaneamente, assegurar um padrão estético segregador e coibir a presença da população de baixa renda em determinados lugares da cidade. Esse é o caso das normas presentes no Plano Diretor local que regulam o uso do solo nos bairros residenciais de classe alta, como o de Higienópolis e o da Chácara das Freiras, onde não é permitido, por exemplo, a construção de residências de madeiras e/ou de aglomerados.⁴⁵

Além disso, se algumas vezes esses dispositivos legais urbanísticos têm sido alterados durante o processo de urbanização, a fim de adequá-los à dinâmica de

⁴³ E. Pires Marzulo. “Cidade e Texto: A Estratégia da Disciplina no 1º Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano”. Dissertação de Mestrado. UFRGS/PROPUR, 1993. p.36.

⁴⁴ M. Foucault. *Vigiar e Punir - História da Violência nas Prisões*. Ed. Vozes, 1987

⁴⁵ Ver Capítulo 2, p. 97. Ver também figura 12, p.102.

crescimento da cidade, esses também o são no sentido de viabilizar e de normatizar o uso do solo, de forma a garantir a atualização dos instrumentos disciplinares e de controle, em relação às áreas periféricas destinadas ao uso residencial da população de baixa renda. Esse é o caso da área da cidade onde atualmente se localizam as vilas por nós estudadas. Quando da aprovação do Plano Diretor e da Lei de Loteamento, em 1977, essa área foi originalmente classificada como Zona Residencial 3, a mesma classificação dos bairros de classe alta que vimos acima. Por essa classificação, os loteamentos aí localizados deveriam apresentar terrenos com dimensão mínima de 360m². No entanto, no início da década de oitenta, o próprio governo municipal solicitou à Câmara Municipal que aprovasse um novo enquadramento para essa área: a de Zona Residencial 2. Aprovada, essa nova classificação determinava que as glebas nela subdivididas deveriam apresentar terrenos de no mínimo 180m². Tal mudança no regime urbanístico, possibilitando o parcelamento dessa área periférica com lotes menores, aliada à sua proximidade com o distrito industrial, garantia à Prefeitura um lugar privilegiado no conjunto da cidade para a realocação das famílias migrantes e de baixa renda que ocupavam áreas irregulares. A possibilidade de contar com a utilização dessa área para efetivar o disciplinamento espacial dessas famílias na cidade passava então inicialmente a ser materializada através da abertura, em condições precárias, do loteamento Boa Esperança, mais tarde plenamente confirmada com a desapropriação e a abertura dos loteamentos populares Nova Esperança, União, Harmonia e Torrano.

No caso da Boa Esperança e da Nova Esperança, tivemos ainda a oportunidade de verificar que o pedido de regularização dos lotes pela Prefeitura junto ao Cartório de Registro de Imóveis, a fim de garantir a posse definitiva dos

terrenos aos proprietários, somente foi viabilizado a partir da concordância da justiça local, de que a Prefeitura, por ser a proprietária da área, e em se tratando de projetos de interesse social, não necessitaria apresentar ao Cartório de Registro de Imóveis comprovação da realização das obras e serviços de infra-estrutura, bem como os demais requisitos urbanísticos exigidos pela Lei Municipal de Loteamento.⁴⁶ Como vimos anteriormente, em que pese nesse momento - início da década de noventa - as referidas vilas já contarem com um mínimo de infra-estrutura, muitas eram as irregularidades ainda existentes nesses loteamentos: a inexistência de áreas verdes e/ou de lazer, a distribuição desordenada dos lotes, alguns desses localizados em áreas de risco, e a falta de pavimentação e de meio-fio nas ruas.⁴⁷ Isso mostra que o disciplinamento dessas famílias nesses lugares da cidade também se fez acompanhado de dispositivos legais que acabaram por regularizar ações e situações reconhecidamente irregulares.

Nesse sentido, se a segregação dessa parcela da população nas vilas periféricas tem sido operacionalizada através do desenvolvimento de instrumentos e dispositivos disciplinares e controlistas no bojo do processo de urbanização, a promoção dessa ordem disciplinar na cidade, embora gerida e efetivada pelo aparelho de Estado não se viabilizaria, nem se reproduziria no interior da sociedade, se não contasse com uma base hegemônica de poder. Mesmo porque, como vimos antes, o Estado não é o único agente atuando sobre o espaço, como também não é neutro ou isento às determinações coletivas da sociedade, principalmente dos agentes hegemônicos locais. Além disso, não há como não considerar que os dispositivos

⁴⁶ Informações obtidas a partir de análise dos documentos relativos à regularização dos lotes dessas vilas, a nós disponibilizados pelo Cartório de Registro de Imóveis de Santa Cruz do Sul.

⁴⁷ A despeito disso, a referida Lei Municipal de Loteamento, bem como a Lei Federal 6766 de 1979 que regula ainda hoje o parcelamento do solo urbano no país, apresentam em seus textos determinações e obrigações que coíbem a prática de tais irregularidades.

legais utilizados no planejamento e na organização da cidade, via de regra, tenham servido muito mais para contemplar, referenciar e mesmo atualizar as práticas econômicas e políticas desses agentes.

Nesse aspecto, tais ações disciplinares e controlistas realizadas pela Prefeitura têm sido viabilizadas na medida em que resultam - muito mais do que a instrumentalização e funcionalização dos interesses dominantes - do conteúdo hegemônico do Estado, aqui entendido em sentido amplo, como aquele do Estado Integral proposto por Gramsci: "O Estado é todo o conjunto de atividades teóricas e práticas com as quais a classe dirigente justifica e mantém não somente a sua dominação, mas também consegue obter o consenso ativo dos governados".⁴⁸ E onde a hegemonia, de acordo com Gruppi, se coloca como:

"(...) a capacidade de unificar através da ideologia e de conservar unido um bloco social que não é homogêneo, mas sim marcado por profundas contradições de classe. (...) A hegemonia tende a construir um bloco histórico, ou seja, a realizar uma unidade de forças sociais e políticas diferentes; e tende a conservá-las juntas através da concepção de mundo que ela traçou e difundiu (...) A luta pela hegemonia deve envolver todos os níveis da sociedade: a base econômica, a superestrutura política e a superestrutura ideológica".⁴⁹

Assim, o caráter hegemônico do Estado pressupõe a existência necessária de uma base social. Em outras palavras, a necessidade de a classe fundamental apoiar-se em grupos aliados, constituindo em Santa Cruz do Sul o que Portelli, a partir de Gramsci, identifica como bloco histórico local, constituído pela burguesia e pelos demais grupos urbanos, em suas palavras, um "bloco urbano".⁵⁰

A constituição desse bloco urbano em Santa Cruz do Sul nestes últimos vinte e cinco anos tem-se realizado, a partir da entrada do capital internacional agrofumageiro no município, com a participação destacada do setor fumageiro, dada

⁴⁸ A. Gramsci apud C. Buci-Glucksmann. *Gramsci e o Estado*. Ed. Paz e Terra, 1990, p. 129.

⁴⁹ L. Gruppi. *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*. Ed. Graal. 1991, p.70 e 78

⁵⁰ Idem. p.75-76.

a hegemonia econômica desse setor na economia municipal, e em decorrência das exigências e reflexos que a reprodução do capital impõe ao processo de urbanização da cidade. Também podemos destacar nesse bloco a intensificação no desenvolvimento do que no capítulo II identificamos como uma rede de crescimento imobiliário. Quando articulados ao incremento da economia municipal, os distintos interesses dos agentes que atuavam no mercado imobiliário passaram, em nome da participação na apropriação da renda diferencial da terra na cidade, a promover, em suas ações e estratégias individuais e/ou setoriais, graus variados de interação e de comprometimento.⁵¹ Além disso, esse bloco tem contado ainda com a participação de alguns representantes de associações de moradores e/ou de lideranças comunitárias da cidade, notadamente de suas vilas periféricas, participação essa viabilizada acima de tudo pela cooptação que a Prefeitura tem exercido junto a esse segmento da população, através, principalmente, do oferecimento de novos lotes e/ou casas a partir da realização de loteamentos populares; da distribuição privilegiada de lotes e/ou casas a seus funcionários e informantes; ou ainda através da realização de um conjunto de ações assistencialistas como: fornecimento de ranchos de alimentos, de remédios, e de “sopões fraternos” entre as famílias e crianças mais carentes dessas vilas.⁵²

É, pois, através da constituição desse bloco urbano de poder que a ideologia hegemônica em relação ao tipo de organização da cidade adotada em Santa Cruz do

⁵¹ No capítulo 2, vimos a participação de imobiliárias, corretoras, empresas de construção civil, incorporadoras imobiliárias, pequenos incorporadores, políticos proprietários na constituição dessas redes de crescimento.

⁵² A esse respeito merece destaque a promoção de inúmeros loteamentos populares, a partir de 1993, pela prefeitura municipal dando início ao refluxo na mobilização e atuação do Movimento dos Sem-Teto na cidade. Isso também ocorreu porque, a partir desse período, a Prefeitura passou a intervir mais diretamente no âmbito do movimento comunitário, patrocinando, com ações assistencialistas, a indicação de moradores das vilas para representantes seus no processo eleitoral das Associações de Moradores, bem como na definição da diretoria da União das Associações de Moradores do município.

Sul tem sido difundida no conjunto da sociedade civil. Assim, idéias basilares como a defesa da propriedade privada da terra; a tradicional organização, disciplina e limpeza recorrentemente afirmada como elementos característicos da cultura germânica; e a afirmação da fumicultura como principal sustentáculo da economia local, fruto do trabalho obstinado dos migrantes alemães e razão do progresso local, têm viabilizado as condições necessárias à legitimação, na comunidade, da adoção de ações disciplinares e controlistas no âmbito do processo de (re)produção da cidade. Ações essas que, como vimos até aqui, ao mesmo tempo que têm buscado assegurar a racionalidade, a funcionalidade e a fluidez necessárias ao processo de reprodução de capital, notadamente de suas frações imobiliária e fumageira, têm promovido direta e indiretamente a exclusão, a fixação e a segregação espacial na cidade daquela parcela da população que, contraditoriamente, com seu trabalho, tem sido uma das principais responsáveis pelo desenvolvimento econômico da capital mundial do fumo: os trabalhadores safristas.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Neste trabalho procuramos mostrar como se tem constituído, nos últimos vinte e cinco anos, a produção da periferia urbana de Santa Cruz do Sul, uma das principais cidades que integram a densa e ampla territorialidade operada pelas grandes corporações multinacionais agrofumageiras, no âmbito do espaço mundial. A participação especializada da economia local, ancorada na produção e no beneficiamento industrial do fumo no mercado fumageiro internacional, aliada aos condicionantes estruturais e conjunturais da economia nacional e às características sociais, econômicas, culturais e espaciais existentes nessa formação social, têm configurado, em nosso entendimento, um processo de urbanização particular, revestido de características próprias.

Nesse sentido, procuramos demonstrar em nossa análise que a reflexão e a compreensão da (re)produção do espaço urbano em Santa Cruz do Sul implicam necessariamente considerarmos, simultaneamente, o papel das determinações e implicações econômicas e espaciais engendradas pelos conglomerados fumageiros no processo de urbanização da cidade, e a maneira como Santa Cruz do Sul tem respondido a essas determinações a partir da dinâmica sócio-espacial e das contingências próprias ao lugar, engendradas na escala da cidade. Em outras palavras, a análise da produção da periferia urbana requereu de nossa parte a necessária mediação entre distintas escalas geográficas presentes na reprodução da cidade: a global, expressa na atuação hegemônica dos conglomerados multinacionais na

estruturação e na organização espacial da cidade e nos reflexos da dinâmica e do funcionamento do mercado internacional fumageiro sobre a economia local; a nacional, representada pela dinâmica econômica e espacial resultante da divisão territorial do trabalho no âmbito do país, especialmente em relação à fumicultura; a regional, em razão da forma diferenciada como o capitalismo se reproduz no espaço da região do Vale do Rio Pardo, tanto em suas áreas urbanas como rurais, reforçando a centralidade econômica de Santa Cruz do Sul; e a local, materializada através das ações, articulações e embates entre os agentes sociais urbanos existentes e atuantes na (re)produção do espaço urbano.

Nesse contexto, tendo o complexo agroindustrial fumageiro como elo de articulação, como uma espécie de vínculo mediador entre essas distintas escalas, tivemos a oportunidade de verificar a existência e a promoção de diferentes espacialidades e temporalidades no processo de apropriação do espaço urbano, e em consequência disso pudemos apreender a presença de ritmos distintos e de condições desiguais de acesso e de uso da cidade. O que nos permite reafirmar aqui o caráter e o conteúdo complexo pelos quais a urbanização da capital mundial do fumo vem realizando-se, especialmente no que se refere à produção de sua periferia urbana.

Diante dessas conclusões metodológicas, a presente pesquisa nos permite emitir agora algumas considerações conclusivas a respeito das variáveis, dos processos e dos agentes que, em nosso entendimento, de forma articulada e interdependente, contribuíram ou vêm contribuindo para a produção da periferia urbana na capital mundial do fumo.

Uma primeira consideração faz referência aos efeitos que a expansão do capitalismo, de forma diferenciada no território, acabou imprimindo ao processo

inicial de urbanização do município, com o surgimento, já nos anos iniciais de desenvolvimento do espaço urbano industrial, das primeiras vilas periféricas da cidade. Nesse sentido, há que se destacar que com a maior inserção do município na divisão inter-regional do trabalho através da especialização da economia local pela fumicultura, o capitalismo se expandiu de forma desigual e combinada no território. Enquanto na cidade tivemos o desenvolvimento e o crescimento da indústria agrofumageira a partir da introdução e da expansão das relações de produção capitalistas, na área rural, a manutenção das relações de produção não-capitalistas, no interior das pequenas propriedades, proporcionou ao capital agrofumageiro a extração do excedente do trabalho familiar, dado o monopólio e o controle do mercado de fumo por parte das agroindústrias fumageiras. Subordinação que, apesar de ser realizada na sua maior parte por empresas locais, também contava, já em 1918, com a participação da BAT, pioneira na introdução de alterações no modo de produção do fumo e na adoção do sistema integrado de produção.

Nesse contexto, subjacente ao processo inicial de urbanização do município, vamos ter a realização da drenagem da renda da área rural para a cidade. Drenagem que, num primeiro momento, foi realizada pelo monopólio da circulação efetuado pelos comerciantes e que, com o desenvolvimento da agroindústria fumageira, passou a ser realizada pela subordinação dos pequenos produtores rurais às empresas. Se é fato que a renda drenada, num primeiro momento, pelos comerciantes e, a seguir, pelo capital industrial, significaram a ampliação do capital fixo, respectivamente representado pela criação das primeiras atividades urbano-industriais e pelo reequipamento e pela ampliação do processo industrial, é também verdade, conforme a pesquisa demonstrou, que parte dessa renda drenada para a cidade, em ambos os

casos também possibilitou, ainda que em momentos distintos, a participação desses agentes no mercado imobiliário da cidade, notadamente na incorporação e no parcelamento inicial das antigas chácaras que circundavam o núcleo urbano. O intenso processo de especulação imobiliária oportunizado pela valorização diferenciada dessas chácaras, em razão da desigual localização dos imóveis em relação ao núcleo urbano, que passava gradativamente a expandir-se, engendrou, nesses anos iniciais, a promoção de vários loteamentos, cabendo à população operária da cidade o acesso àqueles precária e irregularmente constituídos nas chácaras mais afastadas da cidade - algumas junto às indústrias - na então periferia da cidade. Isso mostra que a produção das vilas periféricas em Santa Cruz do Sul não tem início apenas com a intensificação da internacionalização do ramo fumageiro a partir dos anos setenta. Em realidade, esses lugares periféricos começaram a surgir quando a cidade, com a introdução e a difusão das relações de produção capitalistas pela indústria agrofumageira, passou a assumir o comando da divisão do trabalho no âmbito da economia regional.

Por sua vez, não há como negar o papel que a internacionalização do ramo fumageiro local desempenhou na aceleração do processo de urbanização da cidade, através principalmente dos reflexos que a reestruturação do setor agroindustrial fumageiro passou a impor ao processo de (re)produção do espaço urbano santacruzense. A esse respeito, um primeiro reflexo a ser destacado foi a promoção de maior complexificação e segmentação do mercado imobiliário local e sua relação com o aprofundamento da segregação espacial de segmentos expressivos da classe trabalhadora na periferia da cidade. Eis aqui, portanto, nossa segunda consideração.

A pesquisa evidenciou a existência de uma relação direta entre o incremento da internacionalização do setor agrofumageiro e a aceleração do processo de

urbanização da cidade. As mudanças protagonizadas pelas agroindústrias fumageiras internacionais na área rural, a partir da expansão e da consolidação do sistema de produção integrada, como o aumento da área plantada e dos níveis de produtividade e de qualidade do fumo, fizeram-se acompanhadas na cidade pela modernização do processo industrial de beneficiamento do fumo, pela ampliação e realocação das plantas industriais existentes e introdução de novas plantas, pela redefinição do período da safra industrial com o conseqüente aumento da mão-de-obra empregada e pelo incremento substancial das exportações de fumo. O desenvolvimento dessa nova etapa da agroindústria fumageira, na medida em que foi demandando maiores graus de economia de escala, tanto a montante como a jusante do beneficiamento do fumo, acabou oportunizando as condições para um aumento substancial da participação do setor secundário e terciário na economia local, redefinindo assim o emprego da maior parte da população economicamente ativa, que a partir de então passou a realizar-se em bases eminentemente urbanas. Processo esse, acompanhado pela ocorrência de um crescente e intenso fluxo de imigração para a cidade da força de trabalho excedente na região e, com ele um aumento progressivo na demanda por novas habitações na cidade.

Nesse contexto, do ponto de vista da dinâmica espacial do espaço urbano, passamos a ter em Santa Cruz do Sul, a partir desse período, além de um gradativo processo de verticalização em sua área central, também uma contínua e acelerada ampliação da área urbana, fruto do aumento da sua população urbana e, principalmente, da intensificação do parcelamento do solo urbano e da incorporação de novas áreas rurais à cidade, pelo mercado imobiliário local.

Ao mesmo tempo, essa intensa urbanização, refletindo o avanço e a reprodução do capitalismo na economia local, não se fez dissociada de um processo desigual de ocupação e de uso do solo urbano na cidade, resultado tanto dos efeitos econômicos e sociais das conjunturas nacionais sobre os vários segmentos da comunidade local, como também do comportamento da demanda habitacional solvável e ainda das diferentes estratégias de apropriação do espaço urbano e de obtenção de rendas diferenciais e de monopólio, operadas pelos agentes hegemônicos no processo de urbanização da cidade.

Nesse aspecto, vimos que, além da importante participação dos investidores industriais no mercado imobiliário - entre os quais aqueles que, através dele, têm buscado realizar parte da mais-valia obtida no processo industrial - temos tido também, na linha de frente da produção do ambiente construído na capital mundial do fumo, a presença do que, de acordo com Gottdiener, estamos denominando de “redes de crescimento”.¹ Estruturadas no mercado imobiliário e integrando distintas etapas da realização dos empreendimentos imobiliários, essas redes têm sido responsáveis pela construção de boa parte dos loteamentos e prédios residenciais na cidade nesse período. Todavia, se os empreendimentos realizados a partir dessas redes tendem a diminuir os custos de participação de cada agente no negócio, no conjunto, ou seja, quanto ao custo final ao consumidor, esses empreendimentos, de forma a assegurar as margens de lucro e a valorização do capital empregado por cada “parceiro”, têm sido reservados basicamente ao atendimento das classes média e alta da comunidade. Excluem-se assim o conjunto dos trabalhadores temporários assalariados, autônomos,

¹ M. Gottdiener. *A Produção Social do Espaço Urbano*. Ed. Edusp. 1993. p.218-220. Em geral essas redes são constituídas na cidade através da articulação das ações e de interesses, no mercado imobiliário, de pequenos e grandes proprietários imobiliários, investidores industriais, empresas de construção civil, agentes imobiliários, notadamente imobiliárias e incorporadoras, e algumas vezes pelos “políticos proprietários”.

e aqueles como os migrantes recém-chegados que apresentam grandes dificuldades em garantir sua reprodução social.

Vimos ainda que o papel da Prefeitura Municipal nesse processo tem sido decisivo, contribuindo em muito para essa segmentação do mercado, servindo de suporte essencial à reprodução do capital imobiliário. Mostramos isso através da maneira desigual - e privilegiadora - como a infra-estrutura urbana tem sido alocada no conjunto da cidade; pelos efeitos sociais e seletivos que determinadas ações de renovação urbana têm promovido; pela parcimônia para com os loteamentos irregulares, ou ainda pela adoção de instrumentos legais tributários e urbanísticos - como o IPTU, a delimitação do perímetro urbano e o Plano Diretor -, ou através de políticas públicas - como a recorrente realocação de famílias migrantes em áreas afastadas da cidade, distantes daquelas com maior valor de troca - que reproduzem a desigualdade de acesso à cidade e socializam os custos sociais, econômicos e ambientais promovidos por esse grupo privilegiado de agentes sociais com o conjunto da população.

É nesse sentido que concluímos que o processo de (re)produção da cidade, a partir desse período, notadamente em relação ao uso residencial do solo urbano, se desenvolveu principalmente seguindo a racionalidade advinda de um mercado imobiliário nitidamente especulativo, crescentemente seletivo e de maneira geral visivelmente segregador. Como principal resultado dessa dinâmica excludente a cidade, em seu processo de urbanização, passou a ganhar inúmeras novas vilas populares na sua periferia urbana. Assim, a aparente desordem espacial representada pela precariedade, pela ausência, pela irregularidade e pela descontinuidade com que os espaços periféricos vão sendo constituídos na cidade, em realidade é inerente à

ordem pela qual a cidade, do ponto de vista da racionalidade que move a circulação e a reprodução do capital imobiliário, vem sendo (re)produzida.

Uma terceira consideração conclusiva a respeito do processo de reprodução da cidade em Santa Cruz do Sul deve ser apreendida enquanto resultado do que Milton Santos denomina “urbanização corporativa” porque “empreendida sob o comando dos interesses das grandes firmas” e onde os recursos públicos “(...) são orientados para os investimentos econômicos, em detrimento dos gastos sociais”.² A esse respeito, o presente trabalho mostrou que o poder econômico, ou mesmo a hegemonia do setor agrofumageiro na economia local, ao longo do processo de urbanização - principalmente após a internacionalização do setor - dotou-o de um razoável poder político junto ao poder público municipal, condicionando e direcionando prioritariamente as ações estatais e as inversões de recursos públicos no território, no sentido de obter uma configuração espacial adequada e funcional à reprodução ampliada do capital industrial agrofumageiro.

Além disso, pudemos confirmar, através da pesquisa, o anteriormente anunciado como hipótese: por um lado, o conteúdo técnico-científico incorporado ao território municipal - enquanto parte da ampla espacialidade operada mundialmente pelas agroindústrias multinacionais - tem assegurado graus de organização, de racionalidade e de funcionalidade necessários à reprodução ampliada do capital; por outro lado, na escala do lugar, ou seja, no âmbito da cidade, esse mesmo conteúdo tem-se caracterizado por promover a desordem e a irracionalidade no processo de reprodução da cidade, principalmente em decorrência da seletividade que seu uso oportuniza entre os demais setores econômicos locais e das implicações sociais e

² M. Santos. *A Urbanização Brasileira*. Ed. Hucitec. 1993. p.95.

espaciais que proporcionam - em função da forma desigual como tem sido materializado no espaço urbano local.

Nesse aspecto, vimos que, no processo de urbanização da capital mundial do fumo, em sua dinâmica de reprodução, o espaço urbano tem apresentado a constituição simultânea de lugares preches de conteúdo técnico-científico, como é o caso, entre outros, do Distrito Industrial local, e daqueles ainda completamente à margem dessa modernização tecnológica, como é o caso das vilas populares que foram sendo constituídas na periferia da cidade.

Vimos também que a constituição desse Distrito Industrial, enquanto condição e produto do processo de reprodução agrofumageiro na cidade, além de passar a representar o principal lócus da atividade industrial na cidade, notadamente do setor agrofumageiro, passou a caracterizar-se por impor limites a maior sinergia entre os demais setores industriais locais, principalmente em razão da forte verticalização como está economicamente organizado, e por reorientar a dinâmica espacial de uso do solo na cidade.

Assim, na medida em que essa área “luminosa” da cidade passou a assegurar condições ideais à produção, à circulação e à própria reprodução do capital monopolista agrofumageiro, principalmente dada a escala de produção, vamos ter, no âmbito da cidade, profundos reflexos na reprodução do espaço urbano. Contando com o suporte da rodovia que ali foi construída, a materialização do Distrito Industrial na periferia da cidade, qualificou-o como importante vetor na organização espacial da cidade, estimulando novos e distintos graus de mobilidade, tanto para o capital como para a força de trabalho. Além de atrair novos investimentos industriais, requalificando o uso do solo nessa área, também trouxe novos investimentos

imobiliários em suas áreas adjacentes, através principalmente de loteamentos residenciais de cunho popular, para a classe trabalhadora. Quanto à força de trabalho, vimos que o complexo sistema técnico instalado - dada a atração exercida pelo emprego temporário na safra, pelos demais empregos industriais e pelo menor custo dos terrenos no local - oportunizou a instalação de novos e populosos bairros e vilas populares em suas áreas circunvizinhas e vazias. Entre as vilas populares destacam-se aquelas fruto da invasão de novos imigrantes e aquelas resultantes da transferência compulsória, pela Prefeitura, de trabalhadores - alguns dos quais antigos migrantes - que até então habitavam irregularmente outras áreas na cidade.

Nesse sentido, podemos concluir que a produção da periferia urbana, enquanto lugar privilegiado da reprodução da força de trabalho, e a produção do Distrito Industrial, enquanto lugar privilegiado à reprodução do capital agroindustrial, se articulam e se configuram enquanto partes constituintes do processo de reprodução da cidade.

Uma quarta consideração nos remete à idéia de que para nós a mobilidade da força de trabalho safrista, enquanto condição e produto do processo de reprodução e acumulação de capital por parte das agroindústrias fumageiras, apresenta-se intimamente relacionada com a produção da periferia em Santa Cruz do Sul. Isso implica ter presente os reflexos que as constantes mudanças técnicas e organizacionais, que passaram a ocorrer no âmbito do beneficiamento industrial a partir da internacionalização do setor agrofumageiro, tiveram sobre a dinâmica do mercado de trabalho temporário durante as safras de fumo. Se é fato que o surgimento do trabalho temporário dos trabalhadores safristas confunde-se com a própria origem do processo de beneficiamento do fumo no município, as principais

mudanças no âmbito desse mercado de trabalho tiveram lugar notadamente com a chegada das multinacionais. Num primeiro momento, o aumento da produção fumageira, que se fez acompanhado pelo aumento na composição orgânica do capital industrial através, por exemplo, da construção de novas instalações e pela introdução de determinados processos mecânicos, como a destala do fumo, levaram à substituição do trabalho manual, e a uma diminuição do período da safra, concentrando-a de 4 a 6 meses. Com isso, em que pese tal substituição, as agroindústrias, dado o aumento da área plantada, dos níveis de produtividade obtidos na área rural e a sincronização do plantio com o beneficiamento, passaram a demandar um número crescente de novos trabalhadores industriais a cada safra, o que significou aumento gradativo na oferta de trabalho temporário. Assim, além dos trabalhadores já existentes na cidade, a agroindústria passou a mobilizar, principalmente nas grandes safras, a força de trabalho nos municípios vizinhos, tanto nas áreas urbanas como nas áreas rurais. Tal processo foi responsável pelo aumento gradativo dos fluxos migratórios para a capital do fumo da mão-de-obra excedentária na região - resultado da excessiva fragmentação das pequenas propriedades rurais e, em alguns municípios, da forte concentração de terra e estagnação econômica das sedes municipais.

A pesquisa mostrou que o destino da maior parte dessas famílias de migrantes passou a ser tanto as vilas existentes na cidade, como as novas que foram surgindo de maneira irregular e desordenada pela periferia da cidade. Nesse aspecto, ao mesmo tempo que representava para essas famílias a possibilidade de garantir as mínimas condições de reprodução, diante da dinâmica excludente do mercado imobiliário e dos insuficientes recursos com que chegavam à cidade, a periferia

representava também para o capital agrofumageiro a viabilização da imobilização desses trabalhadores na cidade, já que uma grande parte deles passou a residir próximo ao Distrito Industrial. O que lhe permitiu, de acordo com a dinâmica da acumulação do capital industrial, dispor, quando necessário, dessa reserva de força de trabalho. O poder público, através da realocização de determinadas famílias de migrantes para seus loteamentos populares e embriões habitacionais, em muito tem contribuído nesse processo, desonerando o capital industrial, principalmente por representar o barateamento no custo da reprodução da força de trabalho, além de assegurar a fixação dessa mão-de-obra na cidade.

Num segundo momento, a partir de 1992, nos marcos da globalização da economia, ocorre uma aceleração do processo de concentração e de centralização do capital no mercado internacional fumageiro, e com ela profundos reflexos no mercado de trabalho oportunizado pela agroindústria em Santa Cruz do Sul. A adoção de novos equipamentos e máquinas, os investimentos crescentes na automação e na informatização, e a racionalização do pessoal ocupado no processo produtivo têm gradativamente aumentado o desemprego, não só dos safristas mas também dos efetivos. A acumulação de capital no setor passou a ser orientada a partir do aumento progressivo da produtividade do trabalho social, e a valorização do capital passou a ser viabilizada através do aumento do sobretrabalho da força de trabalho que permaneceu ocupada. Refletindo esse novo momento no processo de reprodução e acumulação de capital pela agroindústria fumageira, a periferia passou a ser reproduzida para os trabalhadores sob o signo do desemprego e do aumento das dificuldades em viabilizar a reprodução social. Para o capital, ela tem representado a possibilidade de contar com um montante considerável de trabalhadores, por ora

excluídos do mercado de trabalho, porém prontamente disponíveis quando de novas etapas de expansão da produção e de valorização do capital.

Uma quinta e última consideração nos remete a pensar a produção da periferia urbana em Santa Cruz do Sul enquanto lugar dos trabalhadores safristas na capital do fumo. Essa pesquisa permitiu verificar que, a produção das vilas periféricas, por um lado se apresenta como resultado da articulação de processos distintos, porém interdependentes: a lógica e a dinâmica excludentes do mercado imobiliário, as implicações espaciais e sociais da materialização desigual do conteúdo técnico-científico na cidade, e os reflexos econômicos e sociais sobre o mercado de trabalho, notadamente o temporário, das novas formas de organização do capital industrial, em seu movimento de reprodução e acumulação. Por outro lado, revela-se também, de maneira indissociável com os processos anteriores, como produto do conteúdo controlista e disciplinador, portanto segregador, como a cidade tem sido gerida nestes últimos vinte e cinco anos.

Assim, se a constituição desses lugares dos trabalhadores safristas na terra do fumo nos informam um conjunto de ações e políticas públicas que direta e indiretamente têm sido responsáveis pela segregação espacial e social desses trabalhadores na cidade, isso só tem ocorrido a partir de uma base hegemônica de poder, o que, antes, lembrando Gramsci, denominamos de um bloco urbano de poder. Bloco esse que, em nome de uma organização espacial que garanta a realização dos seus interesses e a valorização e reprodução dos seus capitais, tem contado, nestes últimos vinte e cinco anos, com um aparelho de Estado extremamente permeável, receptivo e comprometido com as ações e estratégias operadas por parte dos agentes hegemônicos que têm participado da reprodução da cidade, entre os quais se

destacam a agroindústria fumageira e os demais agentes que, com pequenas variações, têm integrado e interagido nas redes de crescimento existentes em Santa Cruz do Sul.

Por fim, entendemos que o recorte analítico adotado e a opção metodológica por nós empregada no desenvolvimento dessa pesquisa se, por um lado, permitiram avançar na compreensão da complexidade inerente à reprodução do espaço urbano em Santa Cruz do Sul, representada por inúmeras variáveis, processos e agentes que conformam, a partir de distintas temporalidades e espacialidades, essa totalidade particular; por outro lado, nossa principal crítica ao presente trabalho, é de que ao desenvolvê-lo talvez não nos tenhamos permitido apreender, de forma mais detalhada e prospectiva, determinadas variáveis e processos específicos que constituíram nossa problemática.

Cientes disso, o presente trabalho nos estimula a pensar e convida-nos a desenvolver, em uma próxima empresa, a idéia de buscarmos apreender a produção da periferia santa-cruzense a partir do processo de reprodução dos trabalhadores safristas na cidade. Em outras palavras, pensamos ser de fundamental importância ao entendimento da reprodução da cidade agregarmos à presente pesquisa uma outra reflexão, aquela que nos permita avançar na compreensão desses lugares periféricos a partir do entendimento do modo de vida cotidiano dos safristas na capital mundial do fumo. Mais exatamente: de como, através de seu tempo lento e diante do tempo rápido do capital, em seu processo de reprodução social, esses trabalhadores criam as condições e as estratégias para terem reconhecido seu direito à cidade. Mas esse já é um novo e instigante caminho que se oferece ao não menos desafiador percurso que até aqui trilhamos e que por ora concluímos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros, Dissertações e Monografias

- Azevedo, Israel Belo de. **O Prazer da Produção Científica**. Piracicaba: Ed. UNIMEP, SP. 1995. 206p.
- Benakouche, Tamara. **Quem tem medo da Técnica? Inovação e Análise Sociológica**. Trabalho Apresentado para o Concurso de Professor Titular junto ao Departamento de Ciências Sociais da UFSC. Florianópolis. Janeiro, 1994. 77 p.
- Bencke, Romeu G. **A Economia de Santa Cruz do Sul e sua Dependência em Relação ao Setor Fumageiro**. Santa Cruz do Sul: Monografia Curso de Economia. UNISC, nov/1993. (mimeo). 56p.
- Benko, Georges. **Economia, Espaço e Globalização na Aurora do Século XXI**. São Paulo: Ed. Hucitec, SP. Trad. Antônio de Pádua Danesi. 1996. 266 p.
- Braverman, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista - A Degradação do Trabalho no Século XX**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, RJ. 1987. 379 p.
- Buci-Glucksmann, Christinne. **Gramsci e o Estado - Por uma teoria materialista da filosofia**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, SP. Trad. Angelina Peralva. 1990. 499 p.
- Cano, Wilson. **Reflexões sobre o Brasil e a Nova (Des)Ordem Internacional**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1993. 184 p.
- **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-1970**. Campinas: Global Editora, SP. 1985. 369 p.
- Carlos, Ana Fani Alessandri. **A (Re)produção do Espaço Urbano**. São Paulo. Edusp. SP, 1994. 270p.
- Correa, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática, SP. 1989. 94 p.
- Cunha, Jorge Luiz. **Os Colonos Alemães e a Fumicultura**. Santa Cruz do Sul: Livraria e Editora da FISC, RS. 1991. 184 p.
- Dias, Leila Christina. **Réseaux d'Information et Réseau Urbain au Brésil**. Paris: Editions L'Harmattan. France. 1995. 172 p.
- Eco, Humberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Ed. Perspectiva, SP. 1989. 170 p.
- Etges, Virginia Elisabeta. **Sujeição e Resistência: Os Camponeses Gaúchos e a Indústria do Fumo**. Santa Cruz do Sul: Livraria e Editora da FISC, RS. 1991. 209 p.
- Feyerabend, Paul. **Contra o Método**. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, RJ. 1989. 487 p.
- Foucault, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, RJ. Trad. Roberto Machado. 1989. 295 p.

- , **Vigiar e Punir - História da Violência nas Prisões**. Petrópolis: Ed. Vozes, RJ. Trad. Raquel Ramalheite. 11ª Edição. 1994. 277 p.
- Furtado, Celso. **A Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, SP. 1975. 248 p.
- Gaudemar, Jean-Paul. **Mobilidade do Trabalho e Acumulação do Capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977. 405 p.
- Giddens, Anthony. **A Constituição da Sociedade**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, SP. Trad. Álvaro Cabral. 1989. 318 p.
- Godinho, Ruth et al. **Estudos de População 6 - Santa Cruz do Sul**. São Paulo: CEBRAP, SP. 1980. 245 p.
- Gottdiener, Mark. **A Produção Social do Espaço Urbano**. São Paulo: Edusp, SP. 1993. 310 p.
- Gruppi, Luciano. **O Conceito de Hegemonia em Gramsci**. São Paulo: Ed. Graal, SP. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 1991. 143 p.
- Hardman, Foot e Leonardi, Victor. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Ed. Ática, SP. 1991. 336 p.
- Harvey, David. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Ed. Hucitec, SP. Trad. Armando Corrêa da Silva. 1980. 291 p.
- , **The Urban Experience**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, Maryland. 1989. 293 p.
- , **Los Límites del Capitalismo y la Teoría Marxista**. México: Fondo de Cultura Económica, 1990. 469 p.
- , **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Ed. Loyola, SP. 1992. 349 p.
- Hymer, Stephen. **Empresas Multinacionais: A Internacionalização do Capital**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, RJ. Trad. Aloísio Teixeira. 1978. 118 p.
- Ianni, Octavio. **A Ditadura do Grande Capital**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, RJ. 1981. 227 p.
- Krause, Silvana. **Economia, Política e Religião em Santa Cruz do Sul na República Velha**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 1991. (xerografado). 259 p.
- Labini, Paolo Sylos. **Oligopólio e Progresso Técnico**. São Paulo: Ed. Nova Cultural, SP. Trad. Vittoria Cerbino Salles. 1986. 199 p.
- Lando, Aldair M. e Barros, Eliane C.. **A Colonização Alemã no Rio Grande do Sul - Uma Interpretação Sociológica**. Porto Alegre: Ed. Movimento, RS. 1976. 94 p.
- Lefebvre, Henry. **Espacio y Política**. Barcelona: Ediciones Península, 1976. 157 p.
- , **O Direito à Cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, SP. 1991. 145 p.
- , **Lógica Formal, Lógica Dialética**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, RJ. 1991. 301 p.

- Lipietz, Alain. **Miragens e Milagres - Problemas da Industrialização no Terceiro Mundo**. São Paulo: Ed. Nobel, SP. Trad. Catherine Marie Mathieu. 1988. 231 p.
- **O Capital e Seu Espaço**. São Paulo: Ed. Nobel, SP. Trad. Manoel F.G. Seabra. 1988. 209 p.
- **Audácia, Uma Alternativa para o Século XXI**. São Paulo: Ed. Nobel, SP. Trad. Estela dos Santos Abreu. 1991. 238 p.
- Lojkine, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, SP. 1981. 337 p.
- Lourenção, Miriam. **Coisas da Terra: A Expansão Territorial de Rio Claro**. Dissertação de Mestrado. USP. São Paulo. 1988. 253 p.
- Ludwig, Alfredo. **Centenário da Colonização de Santa Cruz do Sul - 1849/1949**. Manuscrito. Santa Cruz do Sul. 1949.
- Mandel, Ernest. **El Capitalismo Tardio**. México: Ediciones Era, 1979. 575 p.
- Mantega, Guido e Moraes, Maria. **Acumulação Monopolista e Crises no Brasil**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, SP. 1991. 106 p.
- Manzagol, Claude. **Lógica do Espaço Industrial**. São Paulo: Difel, SP. 1985. 230 p.
- Martin, Hardy Elmiro. **Santa Cruz do Sul: Da Colônia à Freguesia 1849-1859**. Santa Cruz do Sul: APESC, RS. 1979. 143 p.
- Marzulo, Éber Pires. **Cidade e Texto: A Estratégia da Disciplina no 1º Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano**. Dissertação de Mestrado. UFRGS/PROPUR. 1993. (xerografado). 118 p.
- Mattoso, Jorge. **A Desordem do Trabalho**. São Paulo: Ed. Scritta/Página Aberta. 1995. 210p.
- Marx, Karl. **O Capital**. Livro I. Capítulo IV. Inédito. São Paulo: Ed. Moraes, SP. s/d. 169p.
- **O Capital**. Livro I, Vol.1. São Paulo: Ed. Nova Cultural, SP. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 1988. 294 p.
- **O Capital**. Livro III, Vol. IV. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand do Brasil, RJ. Trad. Reginaldo Sant'Anna. 1991. 305 p.
- Miles, Robert H. **Coffin Nails and Corporate Strategies**. New Jersey: Prentice-Hall, Inc. 1982. 298 p.
- Montali, Liliam. **Do Núcleo Colonial ao Capitalismo Monopolista: Produção de Fumo em Santa Cruz do Sul**. Dissertação de Mestrado. São Paulo. USP, 1979. (xerografado). 167 p.
- Morin, Edgar. **O Problema Epistemológico da Complexidade**. Portugal: Publicações Europa-América Lda. s/d. 135 p.
- **Ciência com Consciência**. Portugal: Publicações Europa/América Lda. s/d. 263 p.
- **O Método - A Natureza da Natureza**. Portugal: Publicações Europa-América Lda.. Tomo I. s/d. 363 p.

- Muller, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária**. São Paulo: Ed. Hucitec, SP. 1989. 149 p.
- Nardi, Jean Baptiste. **A História do Fumo Brasileiro**. Rio de Janeiro: ABIFUMO, RJ. 1985. 40 p.
- Oliveira, Francisco de. e Mazzucheli, Francisco. **Padrões de Acumulação, Oligopólios e Estado no Brasil: 1950/1976**. Cebrap. 1977. s/p.
- Oliveira, Francisco de. **A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista**. Petrópolis: Ed. Vozes, RJ. 1987. 87 p.
- . **A Economia da Dependência Imperfeita**. São Paulo: Ed. Graal, SP. 1989. 160 p.
- Paulilo, Maria Ignez Silveira. **Produtor e Agroindústria: Consensos e Dissensos. O Caso de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. UFSC/ Secretaria do Estado da Cultura e do Esporte. Santa Catarina, 1990. 182 p.
- Peliano, José Carlos. **Acumulação de Trabalho e Mobilidade do Capital**. Brasília: Ed. UnB. 1990. 155 p.
- Pellanda, Ernesto. **A Colonização Germânica no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Livraria do Globo, RS. 1925. 194 p.
- Portelli, Hugues. **Gramsci e o Bloco Histórico**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, SP. Trad. Angelina Peralva. 1990. 142 p.
- Prado Jr., Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, SP. 1983. 400p.
- Prigogine, Ilya e Stengers, Isabelle. **A Nova Aliança**. Brasília: Ed. UnB. 1991. 247 p.
- Raffestin, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ed. Ática, SP. 1993. 269 p.
- Roche, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Globo, RS, v. 1 e v.2, 1969. 806 p.
- Santos, Milton. **Pobreza Urbana**. São Paulo: Ed. Hucitec, SP. 1978. 119 p.
- . **O Espaço Dividido - Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, RJ. 1979. 345 p.
- . **Espaço e Método**. São Paulo: Ed. Nobel, SP. 1988. 88 p.
- . **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Ed. Hucitec, SP. 1993. 157 p.
- . **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional**. São Paulo: Ed. Hucitec, SP. 1994. 190 p.
- . **Por uma Economia Política da Cidade: O Caso de São Paulo**. São Paulo: Ed. Hucitec/EDUC, SP. 1994. 145 p.
- . **A Natureza do Espaço - Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Ed. Hucitec, SP. 1996. 307 p.
- Sefrin, Guido. **AFUBRA - Associação dos Fumicultores do Brasil - 40 anos. (O fumo no Brasil e no Mundo)**. Santa Cruz do Sul: AFUBRA, RS. 1995. 185 p.
- Serviço Social da Indústria. **O Trabalhador Safrista**. Porto Alegre, 1981. (xerografado). 180 p.

- Silva, Maria Ozanira da Silva e. **Política Habitacional Brasileira - Verso e Reverso**. São Paulo: Ed. Cortez, SP. 1989. 199 p.
- Silva, Sérgio. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, SP. 1986. 114 p.
- Singer, Paul I. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana**. São Paulo: Ed. Nacional, SP. 1977. 377 p.
- Soja, Edward W. **Geografias Pós-Modernas - A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, RJ. 1993. 324 p.
- Suzigan, Wilson. **Indústria Brasileira - Origem e Desenvolvimento**. São Paulo: Ed. Brasiliense, SP. 1986. 403 p.
- Tavares, Maria da Conceição. **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 6ª Edição, RJ. 1977. 263 p.
- Tejo, Limeira. A Indústria Rio-Grandense em função da Economia Nacional. In: **Da Diretoria Geral de Estatística, Ano 1937**. Porto Alegre: Oficina Gráfica do Globo, RS. 1939.
- Telles, Leandro Silva. **Heinz von Ortenberg, Médico do Kaiser e de Santa Cruz do Sul**. Santa Cruz do Sul: Ed. APESC, RS. 1980. 351 p.
- Vallim, João. Rabello de A. **Direito Imobiliário Brasileiro**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1984. 438 p.
- Vogt, Olgário. **A Produção de Fumo em Santa Cruz do Sul, RS (1849 - 1993)**. Dissertação de Mestrado. Curitiba. UFPR, 1994. (xerografado). 256 p.
- Waibel, Leo. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, RJ. 1979. 328 p.

Artigos

- Abreu, Maurício de Almeida. O crescimento das Periferias Urbanas nos Países do Terceiro Mundo: Uma Apresentação do Tema. In: **A Construção do Espaço**. (Org.). Santos, Milton e Souza, Maria Adélia de. São Paulo: Ed. Nobel, SP. 986. p.61-70.
- Baltar, Paulo. E. de A.; Dedecca, Claudio S. e Henrique, Wilnês. Mercado de Trabalho e Exclusão Social no Brasil. In: Oliveira, Carlos A. B. de e Mattoso, Jorge E.L.(Org.). **Crise e Trabalho no Brasil - Modernidade ou Volta ao Passado?**. São Paulo: Ed. Scritta. 1996. p. 87-108.
- Becattini, Giacomo. O Distrito Marshalliano, Uma Noção Sócio-econômica. In: Benko, Georges e Lipietz, Alain (Org.). **As Regiões Ganhadoras - Distritos e Redes, os novos paradigmas da geografia econômica**. Oeiras: Celta Editora. Portugal. 1994. p. 19-31.
- Calabi, Donatella e Indovina, Francesco. Sobre o Uso Capitalista do Território. In: **Archivi di Studi Urbani e Regionale**. Roma. Ano IV, nº 2. jun, 1973. Trad. Lilitana Fernandes e Moacyr Marques. 1988. (xerografado). p.18.
- Castro, Iná Elias de. O Problema da Escala. In: Castro, Iná E.de, Gomes, Paulo C. C.; e Corrêa, Roberto L. (Org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand do Brasil, RJ. 1995. p. 117-140.

- Clairmonte, Frederick. F. La Dinâmica del Oligopolio Mundial del Tabaco. *Revista Comercio Exterior*, México, Vol.33, nº.6. junho, 1983. p.530-540.
- Corrêa, Roberto Lobato. Corporação e Espaço - Uma Nota. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.53, nº1. jan/mar, 1991. p.137-145.
- . Corporação, Práticas Espaciais e Gestão do Território. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.5, nº 3, 1992. p.115-121.
- . Espaço, Um Conceito-Chave da Geografia. In: Castro, Iná E de. et al. (Org.). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil, RJ. 1995. p. 15-47.
- Davidovich, Fany R. e Fredrich, Olga M. B. de L. Urbanização no Brasil. In: *Brasil: Uma Visão Geográfica nos Anos 80*. Rio de Janeiro: FIBGE, RJ. p.13-85. 1988.
- Dias, Leila Christina. Redes Geográficas Nacionais e Internacionais. In: *Anais do Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais*. Rio de Janeiro: IBGE. Vol.1. maio, 1996. p.02-16.
- . Redes Eletrônicas e Novas Dinâmicas do Território Brasileiro. In: Castro, Iná E.; Gomes, Paulo C. da C.; Corrêa, Roberto L. (Org.). *Brasil: Questões Atuais da Reorganização do Território*. Rio de Janeiro: Ed.Bertrand Brasil, RJ. 1996. p.115-144.
- Dupuy, Gabriel. Les Effets Spatiaux des Techniques de Télécommunications Ouvrons la Boite Noire. *Bulletin de l'IDATE*, France, nº.7, 1192. p.77-83.
- . Villes, Systèmes et Réseaux. *Les Annales de la Recherche Urbaine*, France, nº 23-24. 1984. p.231-241.
- Durham, Eunice Ribeiro. A Sociedade Vista da Periferia. In. Kowarick, Lúcio. (Org.). *As Lutas Sociais e a Cidade: São Paulo, Passado e Presente*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, SP. 1988. p.169-204.
- Earp, Fábio Sá e Fridman Fania. Tópicos de Reflexão Para uma Pesquisa Sobre o Mercado Imobiliário. In: *Cadernos IPPUR/UFRJ*. Rio de Janeiro. Ano VI, nº 1, dez. 1992. p.23-39.
- Gonzales, Suely. A Renda do Solo Urbano: Hipóteses de Explicação de seu Papel na Evolução da Cidade. In: Farret, Ricardo I. (Org.). *O Espaço da Cidade - Contribuição à análise urbana*. São Paulo: Projeto Editores Assoc., SP. 1985. p.91-114.
- Lagemann, Eugenio. Imigração e Industrialização. In: Dacanal, José. (Org.). *RS: Imigração e Colonização*. Porto Alegre: Ed.Mercado Aberto, 2ª Edição. RS. 1992. p.114-134.
- Lewis, Robert D. Productive and Spatial Strategies in The Montreal Tobacco Industry 1850-1918. In: *Economic Geography*. Massachusetts. Vol. 70, nº 4. october, 1994. p.370-389.
- Low-Beer, Jaqueline D. Renda da Terra - Algumas Noções Básicas para a Compreensão do Caso Urbano. In: *Espaço e Debates - Revista de Estudos Regionais e Urbanos*. São Paulo: Cortez Editora/ NERU (Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos). nº 8. jan/mar, 1983. p.31-41.
- Machado, Lia O. Sociedade Urbana, Inovação Tecnológica e a Nova Geopolítica. *Boletim de Geografia Teorética*, Rio Claro - SP, v. 22, nº 43-44. 1992. p. 398-403.
- Martinelli, Flávia e Schoenberger, Erica. Os Oligopólios Estão de Boa Saúde, Obrigadol. In: Benko, Georges e Lipietz, Alain. *As Regiões Ganhadoras - Distritos e Redes, os Novos Paradigmas da Geografia Econômica*. Oeiras: Celta Editora. Portugal. 1994. p.103-119.

- Menezes, Marilda Aparecida de. Trabalho Por Conta Própria: Sonho dos Migrantes? In: *Revista Travessia*. São Paulo. Ano III, set-dez/1990. p.22-26.
- Moure, Telmo. A Inserção da Economia Imigrante na Economia Gaúcha. In: Dacanal, José. (Org.). **RS: Imigração e Colonização**. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, RS. 1992. p.91-133.
- Muller, Geraldo. A Economia Política Gaúcha dos anos 30 aos 60. In: Dacanal, José H. e Gonzaga, Sergius. (Org.). **RS: Economia e Política**. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, RS. 1979. p.358-402.
- Offner, Jean-Marc. Les "Effets Structurants" du Transport: Mythe Politique, Mystification Scientifique. *L'espace géographique*. France, nº. 3. 1993. p.233-242.
- Piquet, Rosélia. Moradia Operária em Volta Redonda: De Símbolo do Populismo à Lógica Capitalista. In: *Espaço & Debates. Revista de Estudos Regionais e Urbanos*. Ed. Nobel/NERU, nº 16. 1985. p.83-105.
- Prus, Mark J.. Mechanisation and the Gender-Based Division of Labour in the U.S. Cigar Industry. *Cambridge Journal of Economics*, Cambridge, nº.14. 1990. p.63-79.
- Ribeiro, Gustavo Lins. Acampamento de Grande Projeto - Uma forma de imobilização da força de trabalho pela moradia. In: *Revista Travessia*. Ano V, nº 14, set/dez, 1992. p. 5-9.
- Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz. Global e Local na Análise da Estruturação da Cidade: Reflexões Metodológicas. *Anais do 3 Simpósio Nacional de Geografia Urbana*. Rio de Janeiro: AGB-URFJ-IBGE. setembro, 1993. p.99-104.
- Rolnik, Suely. À Sombra da Cidadania: Alteridade, Homem da Ética e Reinvenção da Democracia. in: *Na Sombra da Cidade*.(Org.) Magalhães, Maria Cristina Rios. São Paulo: Ed. Escuta, SP. 1995. p.141-170.
- Sabatini, Francisco e Geisse, Guillermo. Renta de la Tierra y Heterogeneidad Urbana. *Revista Interamericana de Planificación - SIAP*, v. 15, nº.59. septiembre, 1981. p.07-30.
- Scott, Allen J.. A Economia Metropolitana - Organização Industrial e Crescimento Urbano. In: Benko, Geoges e Lipietz, Alain .(Org.) **As Regiões Ganadoras - Distritos e Redes, Os Novos Paradigmas da Geografia Econômica**. Oeiras: Celta Editora, Portugal. 1994. p.63-73.
- Singer, Paul. O Uso do Solo Urbano na Economia Capitalista. In: **A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial**. (Org.) Maricato, Erminia. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, SP. 1982. p.21-36.
- Vennetier, Pierre. Centre, Périphérie et Flux Intra-Urbains dans les Grandes Villes d'Afrique Noire. *Annales de Géographie*, France, nº.547. mai-juin 1989. p. 257-285.

Álbuns, Boletins, Catálogos, Relatórios e Outros

- Balanço Anual - Rio Grande do Sul 94/95**. São Paulo: Gazeta Mercantil, Ano I, n.1, 29 de out. 1994.
- Balanço Anual 94/95 - Gazeta Mercantil**. São Paulo: Gazeta Mercantil, Ano XVIII, n.18, 07 de nov. 1994.

- Centenário de Santa Cruz do Sul 1878-1978.** Santa Cruz do Sul: AMRIGS Gráficos e Editora, 1978.
- Diagnóstico do Setor Industrial de Santa Cruz do Sul.** Santa Cruz do Sul. CEPE/GIS. UNISC. agosto, 1994. 191 p.
- Fundação de Economia e Estatística. Santa Cruz do Sul: Resumo Informativo.** Porto Alegre, 16 jan. 1995. s/p.
- MEC/SPHAN/Fundo Nacional Pró-Memória. Memórias de Santa Cruz do Sul.** Convênio GTZ/Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul. 1987. s/p.
- Perfil da Indústria do Fumo 1993.** Rio de Janeiro: ABIFUMO - Associação Brasileira da Indústria de Fumo. 1993. 23 p.
- Projeto Educação Popular - Relatório de Atividades Desenvolvidas na Vila Boa Esperança.** Santa Cruz do Sul. Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul. 1989. s/p.
- Projeto Índice Conjuntural de Emprego Industrial em Santa Cruz do Sul.** Santa Cruz do Sul. CEPE - Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da Universidade de Santa Cruz do Sul. 1996. s/p.
- Relatórios da Directoria da Companhia de Fumos Santa Cruz.** Santa Cruz do Sul. Typographia Lamberts & Riedl. 1919 a 1973.
- Silva, Vandir Fontoura da. Relatório de Estágio do Curso de Administração. Área: Administração de Produção - Empresa Dibrell Brothers Inc.** Santa Cruz do Sul. UNISC. abril, 1993. (xerografado). 75 p.
- Souza Cruz. Catálogo/Calendário 1995.** Rio de Janeiro. 1995. s/p.
- Souza Cruz. Informativo Souza Cruz.** Ano XXVIII, nº 280. mar/abr, 1996. 14 p.
- The Economist Intelligence Unit Ltd. El Tabaco: Su Contribución al Desarrollo Económico y Social Especialmente en America Latina.** London, SW1A INT. 1981. 79 p.
- TIE - Transnationals Information Exchange. Seminário Sobre Cadeias Alimentares.** Texto Informativo. Belo Horizonte. agosto, 1992. p.01-27.

Internet

- Panos Media Briefing.** nº 13. September, 1994. <http://www.oneworld.org/panos>. p. 2-19.

Relatórios e Documentos Oficiais

- Ata nº 02/83 do Conselho do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Santa Cruz do Sul.** 29 de setembro de 1983. Santa Cruz do Sul. s/p.
- Boletim Anual do Município de Santa Cruz do Sul - 1989.** Santa Cruz do Sul. Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria Municipal da Fazenda. 1989.
- Constituição Federal do Brasil, 1988.** Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico. 1988. 292 p.

Exportações do Município de Santa Cruz do Sul 1987-1992. Santa Cruz do Sul, Banco do Brasil S/A - DECEX , 1992.

Lei Orgânica do Município de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul: Câmara Municipal de Santa Cruz do Sul. 1990.

Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Santa Cruz do Sul. Lei 1664 de 29 de dezembro de 1977. Santa Cruz do Sul. Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul.1977.

Relatório Exportações RS - 1992/1993. Porto Alegre. Secretaria Estadual do Desenvolvimento Econômico e Social, jan/dez. 1993.

Censos

Anuário Estatístico do RS - 1986/1989/1991/1992. Fundação de Economia Estatística, Porto Alegre. RS.

Censos Agropecuários. Rio Grande do Sul. IBGE. Anos 1950, 1960, 1970, 1975, 1980 e 1985.

Censos Demográficos. Rio Grande do Sul. IBGE. Anos 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991.

Censo dos Habitantes dos Bairros - Relatório de Apresentação dos Dados. Santa Cruz do Sul. Comitê Comunitário de Combate à Fome e à Miséria. 1994. 50 p.

Censos Industriais. Rio Grande do Sul. IBGE. Anos 1960, 1970 e 1980.

De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. Censos 1960-1980. Fundação de Economia e Estatística, Porto Alegre. 1984.

Produção Agrícola Nacional. IBGE. 1973 a 1993.

Jornais e Revistas:

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro. Negócios e Finanças, 03 mai. 1995. p.16.

Jornal Folha de São Paulo, São Paulo. Agrofolha, 01 dez. 1992. p.3 e Negócios, Caderno 2, 02 dez. 1996. p.12.

Jornal Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul: 1950 a 1996.

Rio Vale Jornal, Santa Cruz do Sul. 1990 a 1994.

Jornal Zero Hora, Porto Alegre. Caderno de Economia. 21 mar. 1993, p. 8-9, e 13 nov. 1994, p.4-5.

Revista Expressão, Florianópolis. Ano 5, n.49, nov,1994. p.56-57; Ano 6, nº 64, mar, 1996.

Revista Senhor, São Paulo. Negócios e Investimentos, n.367, 04 abr. 1988. p.46-50.

Revista Veja, São Paulo. Especial sobre o Cigarro, 29 mai. 1996. p. 88-102.

ANEXO I

PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Em relação à produção da periferia urbana em Santa Cruz do Sul, a presente pesquisa procurou combinar distintas técnicas de coleta de dados: a) dados qualitativos oriundos de entrevistas realizadas com lideranças das vilas escolhidas e lideranças do movimento popular, com diretores e supervisores de agroindústrias fumageiras, com diretores de sindicatos dos trabalhadores e de empresas do ramo fumageiro, com secretários municipais da Habitação, da Indústria e Comércio, da Fazenda e do Planejamento; b) dados secundários obtidos junto à Câmara Municipal de Vereadores de Santa Cruz do Sul, às Secretarias Municipais de Habitação, Planejamento, Indústria e Comércio e Fazenda, ao Cartório de Registro de Imóveis, à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social, ao IBGE, ao Comitê Municipal de Combate à Fome e à Miséria, ao Arquivo Histórico do Colégio Mauá e à Universidade de Santa Cruz do Sul; c) pesquisa de campo realizada nas vilas selecionadas, com aplicação de questionários para levantar dados quanto ao processo migratório, e outra realizada junto às agroindústrias fumageiras durante a safra 95/96, para apreender o funcionamento do processo industrial e o aproveitamento dos trabalhadores safristas.

A seguir apresentamos maior detalhamento em relação e à pesquisa de campo e às entrevistas realizadas, pela importância dos seus dados e informações, fundamentais para o sucesso desse estudo.

As Entrevistas

As entrevistas foram realizadas entre agosto de 1995 e abril de 1997 com o objetivo de obter os dados necessários e/ou complementares à análise de quatro temas básicos e imprescindíveis à realização da pesquisa: 1) o processo de urbanização da cidade; 2) a constituição das vilas periféricas; 3) o processo industrial de beneficiamento do fumo e trabalho temporário; e 4) o complexo agroindustrial fumageiro e o mercado internacional de fumo.

Foram realizados quatro grupos de entrevistas:

I- Secretarias da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul

- Sr. Pedro Ivo de Oliveira, Secretário Municipal de Planejamento;
- Sr. Mário Borba, Secretário Municipal da Fazenda;
- Sr. Júlio Machado, Secretário Municipal da Indústria e Comércio;
- Sr. Nelson Dreher, Secretário Municipal da Habitação e Serviço Social.

II- Lideranças das Vilas e do Movimento Popular

- Sr. André Beck, vereador do Partido dos Trabalhadores;
- Sr. Elírio Wiebbelling, membro da Associação dos Moradores da Vila Torrano;
- Sra. Maria Emília da Silva, liderança comunitária da Vila Boa Esperança;
- Ir. Maria Kuhsler, liderança comunitária das Vilas Boa Esperança e Nova Esperança;
- Ir. Marlise Ritter, liderança comunitária das Vilas Boa Esperança e Nova Esperança.

III- Entidades de Classe ligadas ao Ramo Fumageiro

- Sr. Hélio Fensterseifer, Presidente do Sindicato das Indústrias de Fumo no Rio Grande do Sul;
- Sr. Albino Gewer, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Cultura do Fumo - Santa Cruz do Sul;
- Sr. Dorval Knak, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo e da Alimentação - Santa Cruz do Sul;
- Sr. Hainsi Gralow, Presidente da Associação dos Fumicultores do Brasil e Presidente da Associação Internacional de Produtores de Tabaco.

IV- Empresários e Supervisores da Agroindústria Fumageira

- Sr. Carlos Alberto Brand, Diretor da Meridional de Tabacos Ltda e Vice-Presidente do Sindicato das Indústrias do Fumo no Rio Grande do Sul;
- Sr. Volnei Degenhardt, Supervisor de Fábrica da Meridional de Tabacos Ltda;
- Sr. Dagoberto E. Jaeger, Supervisor de Planejamento Estratégico de Exportação da Cia. Souza Cruz S/A;
- Sr. Haroldo Roedel, Supervisor de Recursos Humanos da Cia. Souza Cruz S/A.

A Pesquisa de Campo

Dessa fase da coleta de dados destacamos as visitas, durante a safra de 1995/1996, às empresas Meridional de Tabacos Ltda. e Cia. Souza Cruz S/A, que nos possibilitaram conhecer o processo de beneficiamento industrial do fumo em suas várias etapas, e através dele apreendermos o aproveitamento e a utilização da força de trabalho safrista pelas agroindústrias fumageiras. A escolha dessas duas empresas foi determinada, no caso da Cia. Souza Cruz, por se tratar da principal agrofumageira do Complexo Agroindustrial local,

tanto em termos de produção, como em termos de mão-de-obra ocupada. Quanto à Meridional de Tabacos, pela predisposição de sua direção em nos receber.

Outro momento importante dessa fase foram as visitas às vilas Boa Esperança, Nova Esperança e Torrano com o objetivo de observarmos sua configuração espacial e seus aspectos infra-estruturais, bem como, com o auxílio de monitores, conseguir com que seus moradores respondessem a um questionário.

A aplicação de tal questionário junto aos moradores das vilas pretendeu inicialmente obter um conjunto de informações em relação ao perfil sócio-econômico, condições das moradias e dos terrenos, emprego, presença e qualidade da infra-estrutura e local de origem. Entretanto, como tivemos acesso aos resultados gerais e por vilas do Censo dos Bairros, desenvolvido em 1994 na cidade, esses quesitos estavam contemplados, com exceção do item migração. Assim, resolvemos, num segundo momento, ater-nos ao levantamento dos dados que possibilitassem verificar e apreender o fenômeno migratório, de maneira a poder identificar, basicamente, junto ao chefe de família, as seguintes informações, sob a forma de questões abertas: o local de nascimento, especificando município e local do domicílio - urbano ou rural, o tempo de residência na vila, o local de moradia antes de vir para a vila, a condição de moradia no local anterior à vinda para a vila, e o motivo da vinda para a vila.

Tais questões foram definidas após realizarmos um teste prévio, com aplicação do questionário junto a moradores aleatoriamente escolhidos nas vilas estudadas. Definido o questionário, passamos à seleção dos domicílios. Para tanto, servimo-nos das informações da Prefeitura Municipal e do Censo dos Bairros quanto ao número dos domicílios existentes

em cada uma das vilas, que identificavam: 480 domicílios na Vila Boa Esperança, 264 na Vila Nova Esperança e 440 na Vila Torrano. A seguir, passamos a definir o tamanho da amostragem a ser utilizada, chegando à conclusão da plausibilidade, para os objetivos dessa pesquisa, de uma amostra de 10% do total dos domicílios.

Na aplicação dos questionários contamos com o auxílio de um monitor, aluno do curso de Geografia. Após a realização de reuniões expondo o objetivo da pesquisa e das perguntas do questionário, procedemos o sorteio das ruas e dos domicílios que seriam visitados, observando, neste último caso, um intervalo de dez domicílios, ora do lado par, ora do lado ímpar das ruas. Após essa etapa, foi feita a tabulação, a classificação e o cruzamento dos dados obtidos.

A seguir, um exemplar do questionário.

Pesquisa: A Produção da Periferia Urbana em Santa Cruz do Sul

Questionário n°: _____

Entrevistado: _____

Data: _____

Vila: _____

Casa n°: _____

Rua: _____

Idade: _____

Sexo: _____

1- Onde nasceu? _____
(município / zona urbana ou rural)

2- Há quanto tempo reside na vila? _____

3- Onde morava antes de vir para cá? _____
(município/zona [se Santa Cruz, bairro])

4- Lá onde morava, a casa era:

4.1- () própria 4.2- () alugada 4.3- () outra _____

5- Por que veio morar aqui? _____